



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado Ivair Nogueira
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

SUMÁRIO

1 - ATAS

- 1.1 - 76ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.2 - 61ª Reunião Especial da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura - Destinada à realização do ciclo de debates Muda Futebol Brasileiro: Desafios de uma Renovação
- 1.3 - 62ª Reunião Especial da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura - Destinada à realização do ciclo de debates Muda Futebol Brasileiro: Desafios de uma Renovação
- 1.4 - 17ª Reunião Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

2 - ORDENS DO DIA

- 2.1 - Plenário
- 2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 3.1 - Plenário
- 3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE

6 - MANIFESTAÇÃO

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

8 - ERRATAS



ATAS

ATA DA 76ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 4/12/2014

Presidência dos Deputados Dinis Pinheiro e Dalmo Ribeiro Silva

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Ofícios - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei n°s 5.669 a 5.672/2014 - Requerimentos n°s 9.248 a 9.266/2014 - Requerimentos Ordinários n°s 49 a 51/2014 - Comunicações: Comunicação do deputado Anselmo José Domingos - Registro de Presença - Oradores Inscritos: Discursos dos deputados João Leite e Gustavo Corrêa; Questões de Ordem; chamada para a recomposição do número regimental; existência de quórum para a continuação dos trabalhos; discurso do deputado Sargento Rodrigues; Questões de Ordem; chamada para a recomposição do número regimental; inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os deputados e as deputadas:

Dinis Pinheiro - Adelmo Carneiro Leão - Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Arlen Santiago - Bosco - Cabo Júlio - Cássio Soares - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Duarte Bechir - Duilio de Castro - Durval Ângelo - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Fred Costa - Gil Pereira - Gustavo Corrêa - João Leite - João Vítor Xavier - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Henrique - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Mário Henrique Caixa - Marques Abreu - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda - Wander Borges.

Abertura

O presidente (deputado Dinis Pinheiro) - Às 14h12min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O deputado Rômulo Viegas, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- O deputado João Leite, 1º-secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Djair Fiorillo Lopes, diretor do Departamento de Gestão Interna do Ministério da Integração Nacional (3), informando a liberação dos recursos financeiros que menciona. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Florian Augusto Coutinho Madruga, presidente da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas - Abel -, encaminhando a *Carta de Porto Alegre*, aprovada no encontro da entidade realizado nos dias 12, 13 e 14 de novembro, nessa cidade.

Do Sr. Henrique da Cruz German, procurador de Justiça, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.297/2014, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Luciano Gonçalves do Amaral Passos, prefeito municipal de São Joaquim de Bicas, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 5.540/2014, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Justiça. (- Anexe-se ao referido projeto de lei.)

Do Cel. PM. Marco Antônio Badaró Bianchini, chefe da Assessoria Institucional da PMMG, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.740/2014, da Comissão de Segurança Pública.

Da Sra. Renata Vilhena, secretária de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas ao requerimento da Comissão Extraordinária das Águas encaminhado pelo Ofício nº 3.038/2014/SGM.

Da Sra. Romana Pessoa Picanço, chefe da Divisão de Convênios da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, encaminhando cópia do quinto termo aditivo ao convênio que menciona, firmado entre esse Ministério e o Estado. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Walter Titoneli, prefeito municipal de Palma, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 5.481/2014, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Justiça. (- Anexe-se ao referido projeto de lei.)

2ª Fase (Grande Expediente)**Apresentação de Proposições**

O presidente - A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 5.669/2014

Dispõe sobre a aplicação dos princípios da publicidade, da transparência e do acesso às informações nos procedimentos de licitação e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Todos os atos administrativos e documentos relativos a procedimentos licitatórios que, por determinação legal ou decisão específica do Tribunal de Contas, a este devam ser encaminhados serão também publicados em sítio eletrônico do ente ou do órgão estatal que promover o certame.

Parágrafo único - Também serão disponibilizados no sítio eletrônico:

I - os atos relativos à dispensa ou à inexigibilidade de licitação;

II - os atos dos procedimentos de contratação mediante parcerias público-privadas;

III - os atos relativos a concessões, permissões e convênios.

Art. 2º - Serão publicados em sítio eletrônico, logo após o encerramento do certame licitatório, o resumo das propostas de todos os licitantes, notadamente a parte relativa a preços e prazos, e, logo após sua assinatura, o termo do contrato celebrado e seus eventuais termos aditivos ou modificativos.

Art. 3º - A disponibilização, por meio eletrônico, dos atos e documentos de que trata esta lei não dispensa sua publicação no diário oficial do Poder Executivo, nas hipóteses previstas em lei.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 4 de dezembro de 2014.

Sargento Rodrigues

Justificação: Pretende-se com esta proposição fazer cumprir as disposições contidas na Constituição da República, especificamente no art. 52, inciso XXXIII, no art. 37, § 32, inciso II, e no art. 216, § 22, na Lei da Transparência e na Lei de Acesso à Informação, bem como combater práticas de corrupção, na medida em que este projeto de lei propõe que todas as informações relativas aos processos licitatórios sejam acessíveis aos cidadãos.

Assim, considerando constituir direito da cidadania e dever do Estado o amplo acesso às informações pertinentes aos procedimentos de licitação pública, peço o apoio dos ilustres pares para a aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.670/2014

Declara de utilidade pública a Associação Ação Social Ebenezer, com sede no Município de Betim.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Ação Social Ebenezer, com sede no Município de Betim.



Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 4 de dezembro de 2014.

Rômulo Veneroso

Justificação: Há muitos anos exercendo atividades de interesse social, a Associação Ação Social Ebenezer é merecedora do título de utilidade pública. No desenvolvimento de suas atividades, a associação tem como principais objetivos prestar assistência a crianças, jovens e adultos, promovendo sua inclusão social; proporcionar às pessoas e às comunidades condições de vida dignas; e oferecer acompanhamento terapêutico a dependentes químicos, promovendo sua recuperação integral.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Prevenção e Combate às Drogas, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.671/2014

Declara de utilidade pública a Associação Santo Anjo da Guarda, com sede no Município de Pará de Minas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Santo Anjo da Guarda, com sede no Município de Pará de Minas.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 4 de dezembro de 2014.

Inácio Franco

Justificação: Constituída em 16 de agosto de 2004, a Associação Santo Anjo da Guarda é entidade sem fins lucrativos, com atividades nas áreas assistencial, cultural, beneficente e filantrópica.

Sua finalidade é oferecer apoio à criança carente através de programas de atendimento, visando sua integração social através da música, do teatro e da dança, orientado-a para uma formação consciente, livre das drogas e do álcool e promovendo sua inserção social.

A referida associação preenche todos os requisitos legais para sua declaração de utilidade pública, razão pela qual contamos com a colaboração dos nobres pares desta Casa para a aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Prevenção e Combate às Drogas, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.672/2014

Dá a denominação de Yolanda Cerqueira Gonçalves à quadra pertencente à Escola Estadual Pedro Vicente de Freitas, localizada no Distrito de Belisário, no Município de Muriaé.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica denominada Yolanda Cerqueira Gonçalves a quadra esportiva da Escola Estadual Pedro Vicente de Freitas, localizada no Distrito de Belisário, no Município de Muriaé.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 4 de dezembro de 2014.

Braulio Braz

Justificação: Yolanda Cerqueira Gonçalves nasceu em 8 de dezembro de 1938 no Distrito de Vermelho, no Município de Muriaé, onde viveu até os 15 anos de idade, quando mudou para o Distrito de Belisário. Aos 16 casou-se com o Sr. Silvério, com quem teve três filhos e sete netos. Professora, fez do magistério sua profissão, formando-se em pedagogia depois de casada.

Trabalhou em diversas escolas estaduais e municipais, tendo sido diretora da Escola Estadual Pedro Vicente de Freitas, cargo que exerceu por vários anos, sendo considerada uma das melhores diretoras escolares no distrito.

Pessoa muito dinâmica e determinada, elegeu-se vereadora para mandato de seis anos, entre 1983 e 1988, oportunidade em que demonstrou muito engajamento na luta pelo desenvolvimento socioeconômico do Distrito de Belisário e das comunidades da região. Mulher de personalidade forte, destacou-se em vida por suas ações de bondade e simplicidade, sempre ajudando os mais necessitados.

Um de seus últimos projetos, que permaneceu inalterado até pouco tempo atrás, consistiu em emprestar vestidos de noiva para as mulheres que não podiam comprá-los ou alugá-los, tudo isso pela simples satisfação de ajudar.

Dona Yolanda faleceu no dia 10 de junho de 2011, deixando saudades em todos. Por todos os seus feitos e sua trajetória, a homenagem que lhe pretendemos prestar por meio deste projeto é oportuna e meritória.

Solicito, portanto, o apoio dos nobres colegas para aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 9.248/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 6º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 2/12/2014, em Governador Valadares, que resultou na apreensão de droga, celulares, munição e balança e na prisão de um homem; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (- À Comissão de Segurança Pública.)



Nº 9.249/2014, do deputado Bosco, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Colégio São Domingos pela vitória na 14ª edição do Prêmio Escola Voluntária, promovido pela Rádio Bandeirantes e pela Fundação Itaú Social. (- À Comissão de Educação.)

Nº 9.250/2014, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Transportes pedido de providências para publicação de edital de concorrência com vistas à recuperação e repavimentação asfáltica da MG-474, no trecho entre a entrada da BR-116 e Piedade de Caratinga. (- À Comissão de Transporte.)

Nº 9.251/2014, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado à BHTrans pedido de providências para que, a partir do próximo jogo do Campeonato Brasileiro no Estádio Governador Magalhães Pinto, no dia 7 de dezembro de 2014, seja intensificada a fiscalização nos bairros adjacentes ao estádio, para coibir e punir os motoristas e motociclistas que vêm estacionando em locais proibidos.

Nº 9.252/2014, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado à Vigilância Sanitária de Belo Horizonte pedido de providências para que, a partir do próximo jogo do Campeonato Brasileiro no Estádio Governador Magalhães Pinto, no dia 7 de dezembro deste ano, seja intensificada a fiscalização nos bairros adjacentes ao estádio, para coibir e punir as pessoas que fazem churrasco em via pública.

Nº 9.253/2014, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências para que, a partir do próximo jogo do Campeonato Brasileiro no Estádio Governador Magalhães Pinto, no dia 7 de dezembro deste ano, seja melhorado o policiamento nos bairros adjacentes ao estádio, inclusive com utilização do policiamento velado, para prevenir e impedir crimes e contravenções penais praticados por ocasião de jogos e *shows*.

Nº 9.254/2014, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, à BHTrans, à Secretaria Municipal de Serviços Urbanos de Belo Horizonte e à Secretaria Municipal da Regional Pampulha pedido de providências para que seja estabelecido, na região do entorno do Estádio Governador Magalhães Pinto, perímetro em que seja proibido estacionar, nos termos definidos durante a Copa do Mundo.

Nº 9.255/2014, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado à Chefia da Polícia Civil pedido de providências para que a partir do próximo jogo do Campeonato Brasileiro no Estádio Governador Magalhães Pinto, dia 7 de dezembro deste ano, na partida entre Cruzeiro e Fluminense, sejam intensificadas as investigações no interior dos bairros adjacentes ao estádio, para prevenir e punir a prática de crimes e contravenções penais que vêm ocorrendo por ocasião de jogos e *shows*.

Nº 9.256/2014, do deputado Anselmo José Domingos, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Escola Estadual Duque de Caxias, da região do Barreiro, por ter obtido a maior nota do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb - em Belo Horizonte. (- À Comissão de Educação.)

Nº 9.257/2014, do deputado Anselmo José Domingos, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Escola Estadual Padre João Botelho, da região do Barreiro, pelo expressivo desempenho na avaliação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb - em Belo Horizonte. (- À Comissão de Educação.)

Nº 9.258/2014, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Universidade do Estado de Minas Gerais - Uemg - e à Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes - pedido de providências para enfatizar as especificidades do atendimento ao idoso nos programas de extensão universitária dos cursos da área de saúde.

Nº 9.259/2014, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Coordenadoria Especial de Políticas para o Idoso - Cepid - pedido de providências para que estabeleça parcerias e fomento, junto a instituições de ensino e pesquisa de Minas Gerais, a realização de estudos sobre a temática do envelhecimento populacional, a realização de diagnósticos municipais quanto a condições de vida dos idosos, a oferta de apoio técnico aos municípios para o estudo sobre as condições de vida da população idosa em âmbito local e a realização de avaliações de impactos das políticas para idosos nos municípios mineiros, conforme Proposta nº 13, do Subtema 3 - "Protagonismo social e político" -, recebidas na Reunião Plenária Final do Parlamento Jovem - Edição 2014.

Nº 9.260/2014, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria da Fazenda pedido de providências para realização de estudos e avaliações de impacto exigidos pela Lei Complementar Federal nº 101 - Lei de Responsabilidade Fiscal - visando à isenção ou à dedução de impostos a empresas que contratem empregados idosos, conforme Proposta nº 14, do Subtema 3 - "Protagonismo social e político", recebidas na Reunião Plenária Final do Parlamento Jovem - Edição 2014.

Nº 9.261/2014, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Ciência e Tecnologia pedido de providências para garantia da inclusão do público de idosos nos cursos de capacitação voltados para a inclusão digital, conforme Proposta nº 15, do Subtema 3 - "Protagonismo social e político", recebidas na Reunião Plenária Final do Parlamento Jovem - Edição 2014.

Nº 9.262/2014, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Trabalho pedido de providências para estimular e orientar os municípios na utilização do Guia Global das Cidades Amigas do Idoso, da Organização Mundial de Saúde.

Nº 9.263/2014, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Educação pedido de providências com vistas à criação de incentivo às escolas da rede pública para o desenvolvimento de programas de convivência intergeracional, envolvendo crianças, adolescentes, comunidade escolar e idosos, bem como para a inclusão, no programa de capacitação dos professores da rede pública, da temática do envelhecimento.

Nº 9.264/2014, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Trabalho pedido de providências para ampliar e aprimorar o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para idosos e orientar os municípios para que incluam atividades intergeracionais nesse serviço.



Nº 9.265/2014, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências para manter a parceria com o Senac com a finalidade de oferecer cursos gratuitos de cuidadores e de ampliar o número de vagas para esses cursos.

Nº 9.266/2014, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências para promover continuamente a qualificação dos profissionais que atendem a população idosa nos serviços de saúde acerca de temas relacionados ao envelhecimento. (- Distribuídos à Comissão do Trabalho.)

REQUERIMENTOS ORDINÁRIOS

Nº 49/2014, do deputado Anselmo José Domingos, em que solicita seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de informações sobre a execução do projeto de implantação de redutores de velocidade na Rua Luiz Pongelupe, entre a Rua Álvaro Ferreira Cardoso e a Rua Seis, no Bairro Urucuia, Barreiro de Cima, nesta capital.

Nº 50/2014, da Comissão de Participação Popular, em que solicita que, na renovação do contrato entre a Assembleia e a PUC Minas para manutenção do Observatório Mineiro da Pessoa Idosa, seja incluído entre seus objetivos o apoio técnico aos municípios para subsidiar estudos sobre a temática do envelhecimento populacional e a avaliação das políticas públicas municipais voltadas para esse segmento, conforme Proposta nº 13, do Subtema 3 - Protagonismo social e político -, recebida na Reunião Plenária Final do Parlamento Jovem Edição 2014, do dia 31/10/2014, cujo tema geral foi "Envelhecimento e qualidade de vida". (- Mesa da Assembleia.)

Nº 51/2014, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa de Minas Gerais pedido de providências para que fomenta, junto às escolas das câmaras municipais, o desenvolvimento de projetos que visem incentivar a participação dos idosos como protagonistas políticos, conforme Proposta nº 12, do Subtema 3 - "Protagonismo social e político", recebida na Reunião Plenária Final do Parlamento Jovem Edição 2014, do dia 31/10/2014, cujo tema geral foi "Envelhecimento e qualidade de vida".

Comunicações

- É também encaminhada à presidência comunicação do deputado Anselmo José Domingos.

Registro de Presença

O presidente (deputado Dalmo Ribeiro Silva) - A presidência gostaria de registrar a presença, em Plenário, da ex-deputada Marília Campos e agora deputada eleita. Um abraço. A presidência registra também a presença, nas galerias, de alunos da educação infantil da Miudinhos Centro de Educação Infantil, do Bairro Serra. Muito obrigado pela presença de vocês e das respectivas professoras.

Oradores Inscritos

- Os deputados João Leite e Gustavo Corrêa proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

Questões de Ordem

O deputado Gustavo Corrêa - Peço, presidente, o encerramento de plano por falta de quórum.

O deputado Rogério Correia - Verificação, presidente. Disseram que o PT não estava para votar. O PT está aqui, mas o PSDB não quer votação e pede para terminar a reunião. Veja como é a demagogia, não querem ouvir o outro lado. A demagogia do PSDB fica explícita na TV. Deu para ver como funciona a demagogia do PSDB? Eu falei para vocês.

O presidente - É regimental. A presidência solicita ao secretário que proceda à chamada dos deputados para a recomposição de quórum.

O secretário (deputado Fabiano Tolentino) - (- Faz a chamada.)

O presidente - Responderam à chamada 21 deputados, que, somados a 5 deputados em comissão, totalizam 26 parlamentares. Portanto, há quórum para a continuação dos trabalhos. Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Sargento Rodrigues.

- O deputado Sargento Rodrigues profere discurso, que será publicado em outra edição.

Questões de Ordem

O deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, estou vendo que se encontram em Plenário apenas 6 deputados. Portanto, peço encerramento, de plano, da reunião porque, com seis deputados não há quórum para continuação dos trabalhos.

O deputado Alencar da Silveira Jr. - Verificação, Sr. Presidente. É regimental, não é?

O presidente - É regimental. A presidência solicita ao secretário que proceda à chamada dos deputados para a recomposição de quórum.

O secretário - (- Faz a chamada.)

O presidente - Responderam à chamada 16 deputados. Portanto, não há quórum para a continuação dos trabalhos.

Encerramento

O presidente - A presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 61ª REUNIÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 24/11/2014

Presidência do Deputado João Leite

Sumário: Comparecimento - Abertura - Atas - Destinação da Reunião - 1º Painel: Composição da Mesa - Execução do Hino Nacional - Palavras do Presidente - Palavras do Sr. Weber Magalhães - Palestra Magna - 2º Painel: Composição da Mesa - Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos - Palavras do Sr. Francisco Adolfo Ferreira - Palavras do Sr. Ricardo Leão de Andrade - Palavras do Sr. José Eugênio - Palavras do Sr. Carlos Cruz - Esclarecimentos sobre os Debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os deputados:



Antônio Carlos Arantes - João Leite - Mário Henrique Caixa.

Abertura

O presidente (deputado João Leite) - Às 9h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra o 2º-secretário para proceder à leitura das atas das reuniões anteriores.

Atas

- O deputado Mário Henrique Caixa, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura das atas das duas reuniões anteriores, que são aprovadas sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião à realização do ciclo de debates Muda Futebol Brasileiro: Desafios de uma Renovação, que possui os seguintes objetivos: debater os principais desafios e apontar soluções em busca de um futuro melhor para o nosso futebol e para todos que a ele se dedicam; discutir estratégias e ações para modernização e desenvolvimento de todas as estruturas do futebol, buscando renovação em todos os níveis - estrutural, conceitual, filosófico e de gestão; refletir acerca de uma necessária articulação das políticas educacionais e de saúde com o processo de formação de atletas, desde o futebol amador até as categorias de base dos times profissionais; e, por fim, discutir a estrutura de financiamento do futebol brasileiro, considerando o papel das entidades privadas e o papel do poder público enquanto definidor de políticas públicas de apoio e incentivo a essa prática esportiva.

1º Painel

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. professor Mark Williams, chefe do Departamento de Ciências da Vida da Universidade Brunel Londres, PhD em ciências do movimento e psicologia experimental pela Universidade de Liverpool e ex-chefe do Departamento de Ciências do Desporto da Universidade de Sidney; e Geraldo Flávio Vasques, procurador-geral adjunto institucional do Estado, representando a procuradora-geral de Justiça, Sra. Maria Odete Souto Pereira; a Exma. Sra. defensora pública Roberta de Mesquita Ribeiro, representando a Defensoria Pública-Geral do Estado; e os Exmos. Srs. Weber Magalhães, vice-presidente da Confederação Brasileira de Futebol - CBF; Paulo Bracks, diretor-executivo da Federação Mineira de Futebol; Francisco Adolfo Ferreira, diretor-executivo do Centro de Excelência em Performance de Futebol - Ceperf -, ex-preparador físico de Cruzeiro, Atlético, Minas Tênis Clube, Al Ain Club (Emirados); e Muharrag Club (Bahrain), gestor esportivo e professor do curso de treinadores da CBF.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

O locutor - Com a palavra, o deputado João Leite, autor do requerimento que deu origem a este ciclo de debates.

Palavras do Presidente

Bom dia a todos e a todas que estão presentes no Plenário da Assembleia para este ciclo de debates. Quero agradecer muito a todos que contribuíram para a organização deste evento. Como sempre falamos durante a preparação deste ciclo de debates, esperamos que esta seja apenas a primeira rodada. Queremos, especialmente no próximo ano, realizar outros, discutir futebol, discutir também o esporte em Minas Gerais e dar uma contribuição para o Brasil. Temos alguns documentos de gestão que são importantes.

E agora mesmo a Assembleia deverá se debruçar sobre o Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG. Este ciclo de debates está sendo gravado e taquigrafado. No final, teremos um documento ao qual todas as instituições terão acesso, e também uma comissão para acompanhar e sugerir os próximos passos deste debate, que já se iniciou com a comissão que o preparou. Poderemos ter informações e sugestões importantes para o planejamento em Minas Gerais. Poderemos ter também informações importantes para o orçamento do Estado de Minas Gerais. Temos a expectativa, desde a nossa discussão nesta comissão preparatória, de influenciar os documentos da saúde, da política de educação em Minas Gerais, da política de assistência social e, especialmente, da criança e do adolescente. Temos a expectativa de aproximar a escola da base do futebol, dos times de futebol amador. Recentemente a Argentina, em legislação, considerou seu futebol amador como formador, como base do futebol. Temos, então, a expectativa de aproximar nosso futebol amador das escolas, dos nossos técnicos; temos a expectativa de fazer do futebol amador o meio de formação dos nossos atletas junto à escola e também de formação dos nossos técnicos, com o prestígio e com a presença fundamental dos nossos professores de educação física.

Portanto, é com muita alegria que a Assembleia Legislativa os recebe nesta manhã. Estenderemos esta discussão por todo o dia. Agradeço muito a presença do Prof. Mark Williams, chefe do Departamento de Ciências da Vida da Universidade Brunel Londres: *Mister Williams, thank you for your visit in our state. Thank you very much.* Agradeço ainda a presença da Sra. Roberta de Mesquita Ribeiro, defensora pública, representando Christiane Procópio Malard, defensora pública-geral do Estado de Minas Gerais; do Sr. Geraldo Flávio Vasques, procurador-geral adjunto institucional do Estado de Minas Gerais, representando a Sra. Maria Odete Souto Pereira, procuradora-geral de justiça; do Sr. Weber Magalhães, vice-presidente da Confederação Brasileira de Futebol - CBF; do Sr. Paulo Bracks, diretor-executivo da Federação Mineira de Futebol; e do Sr. Francisco Adolfo Ferreira, diretor-executivo do Centro de Excelência em Performance de Futebol.

Vejo o José Eugênio e o Ângelo Ferrari. Na base do futebol temos também a formação dos nossos árbitros, que começam no futebol amador, o que não é fácil, não é Ângelo? Só quem apitou sabe o que é o Alvorada e o Reunidos.

Quero ler o pronunciamento, a mensagem do deputado Dinis Pinheiro, presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, que se empenhou ao máximo para realizarmos este ciclo de debates. Passo a ler, então, o pronunciamento de S. Exa., o presidente da Assembleia. (- Lê:.) "Sempre atendida com as questões mais urgentes e atuais do Estado e do País, a Assembleia de Minas Gerais se orgulha de promover esse ciclo de debates. Esse evento acontece no momento em que o futebol mineiro está no topo das competições nacionais: o campeonato brasileiro e a Copa do Mundo.



E, como lembrava o vice-presidente da CBF, também nas outras divisões temos um protagonismo importante no futebol mineiro, com o Boa, de Varginha, o América mineiro e o Tombense. Os nossos times participaram de todos os eventos, como o Tupi, de Juiz de Fora, que teve uma *performance* muito boa. Podemos dizer que isso não é por acaso, podemos atribuir essa *performance* à organização e à gestão do nosso futebol.

Ao mesmo tempo, este ciclo de debates acontece apenas quatro meses depois da derrota mais dura sofrida por uma seleção brasileira em uma Copa do Mundo, aquele 7X1 para a Alemanha, aqui mesmo em nosso querido Mineirão, que alguns estão chamando de Mineiraço.

Nesse contexto, é preciso equacionar vitórias e derrotas dentro de campo com a realidade brasileira, de modo a tentar compreender quais são os desafios e possíveis soluções em busca de um futuro melhor para o nosso futebol e para todos que a ele se dedicam.

No século XXI, cada ator relevante do futebol, como jogadores, torcedores, dirigentes, imprensa e as forças de segurança, precisa compreender, mais do que nunca, o seu papel em um cenário de mudança. Portanto, este ciclo de debates, indo na mesma direção, é uma maneira de chamar a atenção da sociedade para uma questão fundamental, que é a necessidade imperativa de mudanças no esporte símbolo nacional.

Recentemente, o futuro do futebol brasileiro também virou tema de discussão em Harvard, aquela que é considerada a melhor universidade do mundo. Nesse debate, a goleada para a Alemanha virou símbolo dos problemas de gestão do esporte mais popular do País. Lá também foi lembrado que a estrutura que comanda o futebol no Brasil teve origem com o decreto-lei de Getúlio Vargas, que criou o Conselho Nacional de Desportos - CND -, nos anos de 1940. Qualquer debate sobre o futebol brasileiro hoje deve levar em conta a modernização de todas as estruturas do futebol e o processo de formação de atletas, do futebol amador às categorias de base dos times profissionais. Ao mesmo tempo, deve-se discutir a estrutura de financiamento dos clubes, que hoje são financiados, em grande parte, pela receita de direitos de TV.

Outras questões a serem debatidas são o Código Brasileiro de Justiça Esportiva, a atuação dos Tribunais de Justiça Desportiva e a importância do Estatuto do Torcedor, que trata de direitos, deveres e condutas criminosas.

Confrontados com essas questões, vamos todos chegar à conclusão de que o esporte que é considerado uma paixão nacional precisa mudar. Ninguém ignora que o futebol brasileiro vive um momento de crise. Um exemplo dessa crise é o fato de que os estádios, que deveriam ser espaços de lazer e diversão, vêm se tornando campos de batalha e violência.

Nesse sentido, as Comissões de Segurança Pública e de Esporte, Lazer e Juventude realizaram audiência pública no início deste mês que constatou que não há solução mágica para a questão da violência no futebol brasileiro, uma vez que o esporte é o reflexo de uma sociedade violenta. Ao mesmo tempo em que os envolvidos em brigas nas arenas necessitam de sanções penais, temos a certeza de que há espaço para uma política preventiva, que considera o investimento em políticas educacionais, promovendo maior aproximação entre o futebol e as escolas públicas. É necessário que se criem políticas de educação dentro e fora dos estádios.

As crises podem ser motivadoras. Podem se tornar em reflexão para o salto em direção à eficiência tão pretendida. Tenho certeza de que, deste debate, sairão propostas e projetos para transformar o futebol brasileiro, a fim de que tenhamos um País melhor dentro dos estádios, mas como reflexo de ações desenvolvidas do lado de fora desses estádios.

O escritor Albert Camus, que atuou como goleiro, disse certa vez que 'o conhecimento da alma humana passa por um campo de futebol'. É essa dimensão humana desse esporte que legou ao mundo Garrincha, Pelé, Tostão, Zico, Reinaldo, Neymar, Ruy - ele está aqui conosco -, Euler, e que deve ficar em primeiro plano. E é para debater esse esporte fascinante, na expectativa de contribuir para o avanço das ideias em torno de mudanças no futebol, que ouviremos a palavra dos especialistas.

Agradeço a presença de todos os debatedores que vieram aqui para partilhar seu inestimável conhecimento e desejo a cada participante desta jornada um trabalho proveitoso, ao qual, reitero, esta Casa dará toda sua atenção e seu apoio."

Esta é a manifestação do presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, deputado Dinis Pinheiro. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Weber Magalhães

Bom dia a todos. Gostaria de cumprimentar a Mesa na pessoa do presidente, deputado João Leite, que, por sua qualidade de humildade, esqueceu-se de colocar seu nome entre os atletas que citou agora. João Leite foi realmente um goleiro extraordinário que todos aqui em Minas Gerais conhecem. Cumprimentando toda a Mesa, quero encaminhar um abraço também ao mais novo presidente de federação, Castellar Neto, que assumiu este ano. Por intermédio do Paulo Bracks, quero encaminhar nossa satisfação em ter o Castellar hoje com grande trânsito dentro da CBF. Ficamos muito satisfeitos por ver Minas Gerais hoje nessa condição ímpar no futebol brasileiro. Quero também saudar alguns amigos aqui presentes: Heraldo Panhoca, Ocimar Bolicenho, o Ferrari, um representando o direito esportivo, outros são executivos do futebol, e o Ferrari na arbitragem. Sem dúvida nenhuma são pessoas influentes no futebol brasileiro.

Quero agradecer o convite e dizer que, infelizmente, o presidente Marin não pôde estar presente, mas na quarta-feira deverá estar aqui conosco nessa grande decisão da Copa do Brasil.

Quero salientar ainda que dos cinco grandes campeonatos que a CBF realiza, Minas Gerais ficou com mais de 50%. Ganhou o Tombense, na Série D; na Série A, o Cruzeiro; e quarta-feira teremos o Cruzeiro ou o Atlético como campeão da Copa do Brasil. E, como o senhor bem citou, ainda existe a possibilidade de o América mineiro e o próprio Boa chegarem à primeira divisão.

Realmente, é um momento importante do futebol mineiro. É importante fazermos esse debate. É bastante salutar, sem dúvida nenhuma, porque ao final será elaborada uma proposta, um documento a ser encaminhado também à CBF, já que no ano que vem, a partir de abril, teremos mudanças. Assumirá a presidência Marco Polo Del Nero, que hoje é vice.

Quero agradecer a todos e dizer que a CBF está à disposição da Assembleia Legislativa. Levem nosso abraço ao deputado Dinis Pinheiro por esta importante iniciativa, que demonstra que no Estado está se trabalhando o futebol profissionalmente e que o esporte tem crescido. Ficamos muito satisfeitos, já que nossa região engloba Minas Gerais na vice-presidência. Então, parabéns à Assembleia



Legislativa, parabéns a todos os palestrantes. Sem dúvida nenhuma teremos um grande seminário nesta manhã e tarde de segunda-feira. Muito obrigado, um bom dia para todos.

O locutor - Com a palavra, para proferir a palestra magna, o Prof. Mark Williams.

PALESTRA MAGNA

Bom dia a todos. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à Assembleia Legislativa de Minas Gerais o convite para vir aqui falar aos senhores. É sempre uma grande satisfação visitar o Brasil. Cheguei ontem à noite, exatamente no momento da vitória do Cruzeiro, então parabênzo o time local. Vou falar para vocês nesta manhã sobre o papel da ciência do esporte no futebol, mais especificamente em três aspectos: primeiramente vou falar sobre a alta preparação dos atletas do Reino Unido, com foco no instituto inglês de esportes.

Como o esporte de alta *performance* representa os jogos olímpicos, depois vou falar mais sobre a ciência esportiva, a ciência do esporte como um grande e positivo impacto no desenvolvimento do campeonato inglês, e também, mais especificamente, sobre minha principal área de *expertise*, que é a psicologia esportiva. Vou destacar alguns exemplos sobre como a psicologia esportiva tem ajudado a facilitar o desenvolvimento de jogadores de elite na Inglaterra, e, especificamente, sobre como temos melhorado o comportamento de treinadores e ajudado a identificar os jogadores de elite, no tocante ao impacto de mudança de processos e sistemas que são fundamentos, isto é, a base do desenvolvimento de jogadores e atletas do Reino Unido.

Em primeiro lugar, vou falar um pouco sobre a ciência do esporte, que é um campo multidisciplinar que envolve as disciplinas de fisiologia, psicologia, biomecânica e análise da *performance*, para tentar melhorar a *performance* dos atletas e também para a promoção da atividade física, o bem-estar e a saúde.

A ciência do esporte, sobretudo as ciências biológicas, têm sido muito bem abraçadas ou recebidas no Reino Unido. Aqui temos alguns exemplos de medições, testes, provas ou exames que têm sido feitos pelos fisiologistas na área do esporte. Também utilizamos jogos para a participação, para a tomada de decisão e para a biomecânica. São campos muito bem aceitos no futebol. De fato, historicamente, como uma disciplina acadêmica, a ciência do esporte é comparativamente recente. Ela teve início na Inglaterra em 1985, e eu fui um dos formandos nessa área em 1998. Nos últimos 20 anos, essa ciência, essa disciplina tem aumentado e crescido muito.

Então, basicamente em 1998, havia somente meia dúzia de universidades no Reino Unido que ofereciam esse curso de graduação em ciência do esporte. Somente 10% a 20% da população britânica ia para esse tipo de universidade. Agora, em 2014, das 130 universidades do Reino Unido, 90 oferecem ciência do esporte como curso de graduação. Quase 45% da população britânica vai para a universidade, e agora o curso de ciência do esporte é mais popular e tem sido cada vez mais procurado. Na verdade, essa é uma reflexão de como esse campo tem crescido durante os últimos 25 anos.

Agora gostaria de destacar um livro recente que editei, muito embora a perspectiva da palestra de ciência do esporte envolva muito mais a psicologia. Esse livro conta com a contribuição de diferentes disciplinas, de pessoas famosas na área da fisiologia, da psicologia de esporte e da biomecânica. Houve muitas contribuições para esse livro. É um livro muito útil, que nos dá uma ideia muito ampla do tipo de pesquisa e trabalho aplicado que acontece no mundo do futebol. O livro conta com diferentes capítulos que ilustram muito bem como são as teorias, os princípios e as medições utilizadas e aplicadas em clubes profissionais. O chefe da ciência do esporte no Manchester e no Liverpool, por exemplo, também contribuíram com capítulos para o livro.

Neste momento, quero falar um pouco sobre o desenvolvimento e a preparação dos atletas olímpicos do Reino Unido.

Historicamente o Reino Unido não tem investido muito no esporte de elite. Contudo, no início dos anos 1990, na verdade no início dos anos 2000, quando a cidade de Londres foi selecionada para ser a sede dos Jogos Olímpicos de 2012, eles realmente começaram a se preocupar mais com isso e também a investir mais. Então temos a seleção da Grã-Bretanha, a Associação Olímpica Britânica e também a Associação Paraolímpica. Eles se juntaram, e hoje temos o Instituto Britânico de Esporte, que tem um orçamento de mais ou menos £100.000.000,00 por ano. Eles investiram mais ou menos £600.000.000,00 basicamente em um sítio de quatro anos, de 2008 a 2012. Eles continuam, então, com o mesmo nível de investimento no esporte de elite até as olimpíadas do Rio. Eles também têm 250 pessoas, funcionários dedicados à ciência do esporte. Temos a distribuição dos cientistas do esporte em diferentes disciplinas do conhecimento. Por exemplo, temos 70 fisioterapeutas, 20 fisiologistas, 15 pessoas da área de análise da *performance* e tudo mais. Então há o total de 250 pessoas dedicadas à ciência do esporte que são contratadas especificamente pelo Instituto Britânico de Esportes para dar apoio e base a ele e aos estudos feitos com o esporte de elite. Temos também 15 centros de alta *performance* e parcerias com 12 instituições.

Os pontinhos azuis são as áreas do Instituto Britânico de Esportes. Na verdade, houve muito debate sobre os benefícios de haver apenas um centro nacional para onde todos os atletas iriam. Uma outra ideia seria distribuir os centros pelo país. Cada centro estaria dedicado a um esporte diferente. Por exemplo, no centro que está na cidade de Birmingham temos a vela; ciclismo está baseado na cidade de Manchester; e hóquei está muito perto de Londres. Então, basicamente, temos centros espalhados por todo o país dedicados, cada um deles, a um esporte específico. Há ainda parcerias com 12 instituições acadêmicas que também têm a contribuição e o apoio da ciência do esporte para cada atleta. Também o Instituto Britânico de Esporte basicamente apoia 50 modalidades esportivas para 1.700 atletas. Está calculado que eles oferecem 4 mil horas de apoio e contribuição para atletas de elite por semana. Basicamente, temos £1.000.000,00 de apoio da ciência do esporte em um período de quatro anos.

É claro que existe um investimento muito considerável no esporte de elite e alta *performance*. Acho que o mais positivo que poderia falar sobre Londres é que o investimento paga dividendos. Acho que o sucesso do time de BIC, a associação de que eu falei anteriormente, é basicamente uma forte reflexão ou reflexo do dinheiro investido por meio de medicina do esporte e da ciência do esporte na preparação e no treinamento dos esportistas de elite. Em relação ao esporte profissional, temos uma estrutura basicamente semelhante à de futebol, tênis e rúgbi. Todos estão muito bem estruturados e têm um bom apoio e uma contribuição da ciência do

esporte. Acho que o Barclays Premier League, o campeonato inglês, tem um financiamento muito importante que basicamente vem dos direitos oriundos da TV.

Também a grande maioria dos clubes e os times do campeonato inglês têm também uma equipe de apoio da ciência do esporte que é muito maior que muitos departamentos acadêmicos de algumas universidades. Não seria pouco comum, por exemplo, o Manchester City, um grande clube, recrutar talvez 50 cientistas esportivos. Então há muitas pessoas trabalhando a questão de condicionamento físico. Algumas pessoas também trabalham com a questão de nutrição. Talvez meia dúzia de pessoas estão trabalhando com análise de *performance* de jogadores, e outras estão dedicadas à psicologia de esportes. Também temos um pessoal trabalhando com jogadores. Há ainda outro tipo de funcionários trabalhando com a questão acadêmica. Então essa tem sido uma área que tem crescido muito. No instituto anterior onde trabalhei, na universidade na cidade de Liverpool, no Noroeste da Inglaterra, estabelecemos o primeiro curso de graduação na ciência do futebol. Ele foi lançado em 1997, e agora temos 80 formandos dessa universidade que trabalham no campeonato inglês.

Avaliação não apenas das práticas, mas também de todas essas estratégias que foram implementadas no futebol inglês. Por exemplo, os acordos televisivos para a transmissão desses jogos também nos liberou um certo orçamento, que nos permitiu melhorar um pouco em relação a verbas, e hoje em dia já dispomos de cifras em torno de £6.000.000,00. A Premier League aumentou de modo significativo e notável o controle por meio da certificação de todas essas academias, saindo de uma-estrela para quatro-estrelas, dependendo do apoio fornecido a cada um dos jogadores. Quanto maior o *ranking*, maior seria o valor da verba transferida para a Premier League. Havia um incentivo muito grande por parte de todos os clubes para que estivessem sempre em conformidade com esses padrões impostos pela liga inglesa.

De modo geral, nesta palestra gostaria de falar um pouco sobre a estrutura que temos desfrutado na psicologia do esporte e no desenvolvimento dessas atividades e habilidades.

A primeira parte se concentra no treinamento dos treinadores. É interessante, como cientista que trabalha com o aprendizado, diferenciar, para os treinadores, *performance*, desempenho, de aprendizado. Por exemplo, se um treinador estiver trabalhando com um grupo de adolescentes de 14 e 15 anos de idade, meninos e meninas, em uma sessão de treinamento, o que vemos é o desempenho desses pequenos atletas. Opostamente a isso, a aprendizagem envolve a retenção de conhecimentos que se apresentarão ao longo de um período mais extenso de tempo. Trata-se da transferência dessas habilidades. Basicamente, isso seria a transferência e a variação dessa habilidade que se apresentará, por exemplo, em determinada competição. A diferenciação entre desempenho e aprendizagem é importante por haver variáveis que, na verdade, influenciam cada uma delas.

E essas variáveis são diferentes. Cada um dos treinadores faz três coisas: a primeira, transmitir informações, dar instruções verbais e fazer demonstrações; a segunda, a estrutura da prática para que os jogadores tenham uma forma de participar da prática; a terceira, o *feed back*, que variará de complexidade e de intensidade. Basicamente, a tarefa do treinador é obviamente induzir o atleta a um determinado desempenho em uma sessão de treinamento. A ciência tem dito que quanto maior a instrução, a educação e as demonstrações feitas, melhor será o aprendizado do atleta. Por exemplo, a prática constante em blocos nem sempre produzirá a melhor *performance*, mas certamente o melhor *feed back* nos proporcionará uma melhora no desempenho.

Nem sempre vemos o mesmo em relação ao aprendizado. Se estivermos focados na produção do aprendizado, talvez as perguntas para o treinador fossem: qual é o mínimo de informação prescritiva que terá de passar ao atleta para que possa executar uma determinada habilidade? Em segundo lugar devemos nos perguntar: será que estou fazendo essa prática de forma aleatória ou com uma determinada variabilidade que, de fato, ajude no desenvolvimento daquela atividade? Será que o que temos visto no treino será reproduzido na quadra ou no campo? Naturalmente, isso forçará os atletas a se adaptarem para desenvolverem essas novas habilidades. Qual é o mínimo de *feed back* que precisamos desses atletas para que possam passar a desenvolver também o aprendizado de forma independente?

Como podem ver, do ponto de vista filosófico, a influência do treinador na *performance* e no aprendizado certamente guiará o seu comportamento.

Há dois, três anos, o nosso interesse principal era entrar nos clubes da Premier League da Inglaterra e tentar identificar especificamente o que cada um dos treinadores estava fazendo com os jogadores, ou seja, qual estratégia estavam utilizando. Então, fizemos filmagens de 80 sessões de treinamento, envolvendo treinadores que estavam dentro da licença que chamamos de A ou B da Uefa. Registramos todas essas sessões e fizemos o que chamamos de análise de *time use*, ou a análise da utilização do tempo para entender que tipo de engajamento havia em cada uma delas.

Nesse gráfico que está na tela, no eixo vertical temos a proporção do tempo, para cada uma dessas sessões, de tratamento gasto nas atividades físicas. Por exemplo, tinha o trabalho fisiológico, que é aquele feito sem bola, ou seja, aquecimento, resfriamento, o treino com bola, mas sem adversário. A prática de habilidades era feita com bola e com adversário, mas sem nenhuma estratégia tática. Do outro lado do gráfico, no outro eixo, temos o número de atividades que achávamos que refletiam melhor as demandas de atividades, que é o que chamamos de forma de jogo. Fazendo um cruzamento, temos o que chamamos de *face play*, que seria a defesa *versus* ataque, temos os jogos de posse, jogos de condicionamento. Então, todos esses treinadores já estavam trabalhando ali no meio acadêmico, com jogadores de elite. Observamos que 1/3 deles já trabalhava com grupos não de elite.

Com esse trabalho descobriu-se que 65% do tempo era gasto nas atividades de treinamento e apenas 35% nas atividades de jogo propriamente ditas. O nosso argumento era o seguinte: pelo fato de essa atividade de jogo refletir melhor a *performance* necessária, talvez devesse se gastar um pouco mais de tempo nas atividades de jogo do que nas de treinamento.

Na Inglaterra, observamos que há uma espécie de divisão bem clara do tempo. Infelizmente, o que os treinadores estavam fazendo com os jogadores não tinha o suporte científico prescrito pela academia. Vemos que há pouca diferença entre esses três grupos de atividades. Ou seja, o tipo de treinamento que os treinadores específicos davam para os atletas de elite, de não elite ou de subelite era basicamente o mesmo. Também havia três grupos etários. Tínhamos um grupo de jogadores de 9 até 13 anos, o sub-16, e os adultos. Observamos alguns padrões bem semelhantes em todos essas faixas etárias.



Concluimos que, aparentemente, os treinadores gastavam 65% do seu tempo em atividades que quase sempre não estavam fortemente relacionadas à competição em si. Isso não pareceu ser uma grande mudança na prática, independente da idade desses jogadores. Talvez, seria o caso de gastar um pouco mais de tempo nas atividades de jogo, especialmente na medida em que esses grupos se tornassem mais velhos. Contudo, ainda não temos todos os dados necessários para suportar que os resultados da equipe serão esses.

Atualmente, estamos tentando melhorar o tempo de jogo gasto nas atividades de jogo e, possivelmente, daqui a pouco, vamos inverter isso. Ou seja, gastaremos 65% nas atividades de jogo e apenas 35% nas atividades físicas pré-jogo. Também registramos os comentários verbais dos treinadores. Utilizávamos o microfone de lapela e, na medida em que a sessão de treinamento evoluía, tudo o que se falava era gravado. Então, fomos categorizando os comportamentos dentro dessas quatro categorias que vocês podem ver aqui. Como pode ser observado, a atividade mais frequente era a instrução e a menos frequente, o silêncio prolongado. Tínhamos um ambiente muito rico em instruções. Ou seja, as atividades de treinamento eram intensamente direcionadas e as atividades táticas e técnicas, aprendidas e experienciadas de forma educativa.

Talvez o treinador estivesse agindo como um catalizador para facilitar o ambiente, muito mais que apenas o possuidor do conhecimento que deveria ser transferido para o atleta. Muito possivelmente, seria um ambiente mais focado no aluno que no próprio treinador. Vemos aqui o desenvolvimento de uma estrutura sistemática para a avaliação e o treinamento dos treinadores. Será que sabemos o que os treinadores estão fazendo ao longo das diversas seções de treinamento? Sabemos, por exemplo, o que está sendo feito numa parte do Brasil, se comparada com outro estado, com outro clube? Há necessidade muito grande de fazermos um *benchmarking* em todos esses clubes para entender a natureza e os comportamentos que os treinadores estão utilizando com os jogadores.

Há perguntas interessantes, por exemplo, sobre o currículo adequado para os jogadores de 10, 12 ou 14 anos. Como podemos monitorar, avaliar, para saber se o comportamento do treinador, se as mudanças de *performance* estão sendo significativas? Então, haveria benefício em fazer um *benchmarking* no estabelecimento de métricas, por exemplo, para engajar diferentes tipos de atividades. Para investirmos na educação dos treinadores, até certo ponto deveríamos melhorar a educação da família, dos pais sobre o que é uma boa prática de treinamento. Muitas vezes os pais têm a ideia de que o treinador é aquela pessoa que grita muito, que está sempre dando instruções. Talvez não seja essa a verdade. As evidências, como eu disse há pouco, indicam que o treinamento deve ser focado no aprendizado, e não na *performance*. Talvez possamos fazer mudanças por meio da educação da própria família, para que os pais percebam que tipo de ambiente é aquele e se está de fato melhorando ou não as práticas de aprendizado.

Nessa segunda seção vamos falar um pouco a respeito do trabalho que temos desenvolvido na aquisição de habilidades dentro desse meio. Estamos muito interessados, por exemplo, no desenvolvimento de habilidades de jogo como antecipação, previsão e tomada de decisões. Talvez possamos até afirmar que, ao longo dos últimos 20 anos, obtivemos bons resultados para desenvolver ideias que suportassem melhor mudanças nutricionais, condições de fortalecimento, treinamentos de força e de resistência. A ciência tem tentado muito desenvolver essa área particular, ou seja, o treinamento tático. Sabemos que uma das principais habilidades, principalmente dos jogadores de elite, é observar a orientação postural de um oponente. Essa informação permite ao jogador avaliar, por exemplo, que tipo de ataque o oponente fará. Isso envolve testes como gravações. Temos um sistema que permite, por exemplo, identificar onde o jogador está fixando o seu olhar. Assim, podemos observar um jogador um pouco mais habilidoso, outro menos habilidoso. Então, esse estudo nos dá uma sequência de estratégia, que vai sendo utilizada pelos atletas.

Aqui temos várias situações que nos permitem analisar o que um atleta faz, por exemplo, se a bola está longe ou perto da marca do pênalti. Os jogadores profissionais são mais eficazes na utilização dos próprios sistemas visuais para verificar e perceber essas atitudes.

Será que poderão me ajudar no vídeo? Estou sem *mouse* para acionar o vídeo. Esse é o Frank Lampard, que é um excelente exemplo. Vejam como está observando antes de receber: está olhando para os lados, a fim de ter uma visão geral do campo. Esse vídeo foi retirado de uma transmissão convencional de jogo. Estávamos observando a capacidade de esses atletas fazerem um registro.

Por favor, voltemos à apresentação. Obrigado. Também sabemos que os jogadores profissionais são os melhores no reconhecimento da estrutura e da familiaridade no desenvolvimento de sequências de jogo. Na medida em que os profissionais assistem a essas sequências, eles reconhecem, por exemplo, as ligações entre os diversos elementos do campo, como a zaga e os volantes. É preciso que essa familiaridade favoreça o desenvolvimento de uma determinada jogada ao longo do jogo. Essa é uma das questões principais, ou seja, justamente essa capacidade de antecipar jogadas.

Outra habilidade que também sabemos - se pudesse mostrar aqui outro vídeo - é quando o goleiro manda a bola para um lateral ou um zagueiro, que está ali circulando. Ele recebe a bola e tem a opção de verificar o próximo elemento do campo a quem passará a bola. Foi-se desenvolvendo uma hierarquia de probabilidades que ajuda a prever o que vai ocorrer a partir de determinada situação de jogo.

Quero mostrar a vocês que fizemos um trabalho muito intenso para tentar identificar que tipo de teste poderia nos ajudar a verificar as habilidades que teriam mais influência no desenvolvimento dessas capacidades, como previsão de jogada. Muitas vezes um comentarista diz que um jogador tem visão de jogo, o que não quer dizer que ele tem melhor capacidade de visão que outros jogadores. A qualidade da informação que chega a um determinado jogador é exatamente a mesma que chega a outro. A diferença é a forma como um determinado jogador de elite processa a informação por ele percebida. Depois de milhões de horas de prática, os resultados nos levam a acreditar que esses especialistas, esses jogadores diferenciados processam a informação de forma mais eficiente. Eles captam a informação postural do seu oponente, reconhecem aquela estrutura, possuem um sistema de reconhecimento da familiaridade, têm mais familiaridade com aquele movimento e refinam aquele conhecimento, por exemplo, de qual seria a principal jogada do oponente e para onde ele mandaria a bola.

Hoje é possível medir um pouco essas habilidades. Temos um projeto com a federação de futebol da Austrália. Foram realizados testes com 50 jogadores de 11 a 18 anos, para analisar as suas habilidades. É uma forma semelhante de trabalho que tem sido desenvolvida em várias outras copas, em ligas, em *premières* de vários países. O objetivo geral dessas pesquisas é desenvolver um

programa de treinamento que facilite a aquisição mais rápida de habilidades inteligentes de jogo. Exploramos a forma como podemos reestruturar o treinamento, para melhor promover as habilidades de tomada de decisão de jogo. Temos tentado identificar os diferentes processos de raciocínio utilizados por jogadores diferenciados, durante e após as jogadas. Procuramos diferenciar esse processo de raciocínio do de um atleta não tão habilidoso. Temos utilizado muitos vídeos, a realidade virtual, a tecnologia de animação, para simular essas situações para os jogadores, na prática.

Acredito que muito em breve a próxima geração do *playstation* da Fifa terá algum dispositivo na cabeça e a sensação de jogo em primeira pessoa. É claro que a tecnologia é extremamente cara e não dá para ser comercializada, para as famílias comprarem para os seus filhos. Mas é uma tecnologia muito útil, para o desenvolvimento de treinamento, o treinamento dos jogadores e para dar *feedback* aos jogadores. Em princípio, consegue-se voltar com aquele jogador exatamente na mesma jogada experimentada no jogo do dia anterior. Ele simula aquela jogada, o que faz com que reaja de forma diferente. Desse modo, vai-se construindo o treinamento.

Estamos tentando utilizar isso da melhor forma possível. É uma área interessantíssima e, na minha opinião, há dois fatores que diferenciam esses jogadores de alto nível: basicamente a sua capacidade psicológica, o que dá melhores condições de antecipação de jogo; e o desenvolvimento de suas habilidades táticas.

Nessa última sessão, falaremos a respeito da psicologia do esporte e da aquisição de habilidades, o que pode influenciar os administradores, por exemplo, no estabelecimento de procedimentos para o desenvolvimento de jogadores de elite. Em primeiro lugar, uma pergunta que diz respeito a especialização *versus* diversificação. Alguns países abraçam a visão de que as crianças devem participar de grande variedade de esportes precocemente e que o esporte principal só deve ser treinado mais tarde. E os dados do futebol, ao redor do globo, indicam-nos que temos um sistema de engajamento precoce maior que o de especialização precoce. O engajamento precoce diz que o jogador de futebol começa a praticar o esporte a partir dos 4 ou 5 anos de idade e passa muito mais horas engajado naquele esporte do que em quaisquer outros, muito embora não esteja restrito ao futebol, já que também participa de outras atividades esportivas. E o tempo que gasta em outras atividades esportivas não tem influência negativa no acúmulo de desenvolvimento de suas habilidades. Isso porque o futebol é um esporte tão forte do ponto de vista cultural que os jogadores gravitam ao seu redor muito precocemente. Esses são dados que obtivemos há alguns anos, utilizando questionários, entrevistas e formulários, na tentativa de observar a quantidade de horas de treinamento cumulativo que determinado jogador acumularia entre os 8 e os 16 anos de idade.

Temos, aqui, as diferentes categorias de jogadores representando seus colegas das escolas públicas, mas não representam os jogadores como um todo. E aqui temos o número de horas acumuladas: 7 mil horas de prática. Se você quer realmente ser um jogador do campeonato inglês, tem que, normalmente, começar a praticar o esporte aproximadamente aos 5 anos, investir o mínimo de nove ou dez anos no esporte, perfazendo, basicamente, 700 horas de treino por ano, 16 horas por semana, 9 horas de prática em treino informal e também 9 horas semanais em práticas individuais, ou seja, 7 mil horas no total. São dados que coletamos de seis países da Europa. Aqui temos dados de Portugal, Suécia, Inglaterra e França. O que tentamos fazer com o estudo foi mapear o perfil do desenvolvimento de jogadores de 6 a 16 anos de idade.

Aqui temos a competição, que é basicamente o jogo, as horas gastas por ano pelos jogadores nos jogos de futebol. Aqui temos o gráfico, com pontinhos em preto, mostrando as horas investidas basicamente em treinos com um treinador, nas limitações da academia, como resultado do plano de *performance* dos jogadores de elite do campeonato inglês. Temos aqui os pontinhos quadrados, que estão aumentando no gráfico, mostrando que os clubes agora têm acesso aos jogadores basicamente por 10 horas semanais, a partir dos 6, 8 anos de idade. E esse triângulo representa as horas investidas em futebol de rua sem nenhum tipo de treino com treinador, fora do ambiente acadêmico ou mais formal. Aqui, como vemos no gráfico, há na Europa um sistema bastante formalizado, onde as crianças gastam boa quantidade de tempo em treinos com treinadores, num ambiente mais formal, e um tempo razoável - eu diria - no jogo. E, depois, com 10, 11 anos de idade, há uma mudança muito clara, visto que menos horas são gastas com brincadeiras ou jogos e mais horas são gastas com o treino formal com treinadores.

Temos também dados coletados no Brasil. Não vou falar qual sistema é melhor ou pior, mas posso dizer que o perfil é muito diferente. Nossas informações se referem a 50 jogadores de elite no Brasil. Como vocês podem ver, temos muito menos investimentos em treinos com treinador, em treino formal durante o desenvolvimento do jogador e mais horas investidas em atividades relacionadas a brincadeiras, que não incluem o futsal. Se acrescentarmos o futsal, as horas aumentarão muito.

Apoio os jogos mais informais, o futebol jogado na rua. A diferença em relação aos europeus diz respeito mais às atividades com brincadeiras, mais informais. O interessante é que Portugal registra menos horas de treino formal, mas não há nenhum jogador da Europa investindo nesse tipo de atividade mais informal, como acontece no Brasil. Lá é muito mais formal a partir de uma idade muito baixa. Essa amostra é de jogadores a partir dos 11 anos. Parece que recentemente isso tem mudado, o foco é muito mais em treinos liderados por treinadores, um ambiente muito mais formal.

Em termos da importância do treino e do jogo, acredito que é relevante sim. Temos dados de jogadores que acompanhamos na Premier League, o campeonato inglês. Na faixa de 13 aos 16 anos, basicamente, eles são contratados ou liberados pelo clube. Queríamos registrar aqui as horas semanais investidas em atividades não lideradas por treinadores. Lembrem que é o mesmo grupo de jogadores, todos entrando para o clube aos 6 anos de idade, com a mesma exposição aos treinos com treinador entre 6 e 16 anos e realizando o mesmo tipo de treino e de jogos. Podemos ver ali as horas por semana de futebol de rua - depois esses jogadores se tornaram profissionais na idade de 16 anos. Temos, então, há quatro anos, com a idade de 12 anos; há três anos, 13 anos de idade; com 14 e 15 eles foram mantidos ou liberados pelo clube.

Podemos ver que os jogadores que passaram mais tempo fazendo atividades, como o futebol de rua, entre 13 e 16 anos de idade, têm mais probabilidade de se tornarem profissionais na idade de 16 anos. A ideia é a seguinte: será que eles tiveram maior probabilidade de se tornarem profissionais porque tiveram uma boa combinação entre atividades de brincadeira ou de jogo informal? Ou será que a natureza desse tipo de atividade é importante no sentido de que ela cria uma dinâmica ou um ambiente de descoberta,



de aprendizado, com habilidades técnicas que vão ser integradas de uma forma diferente? As crianças, quando jogam, recriam o que veem na TV.

Dos dados que mostrei anteriormente, quando os treinadores entram, têm de fazer uma coisa muito mais estruturada, com simulações e jogadas mais formais. Será que eles se afastam do que realmente é o jogo? Em essência, se não há um equilíbrio bem feito, não entre o jogo e o treino, mas com a atividade que o treinador está fazendo... Se o treinador está criando atividades que são específicas de jogo, as jogadas, e isso é um desafio para os meninos, ótimo; mas, se estão criando atividades muito estruturadas, muito rígidas e os afastam da condição de jogo, é uma evidência clara de que o que as crianças fazem sozinhas na rua, sem treinador, é necessário para compensar a falta desse tipo de habilidades técnicas e do ambiente de aprendizado que eles não têm num treino muito formal, muito rígido, com treinador. E, é claro, é necessário também esse tipo de atividade mais relacionada a brincadeiras de rua, a futebol de rua para a aquisição de habilidades.

Fizemos outro estudo enviando alguns questionários e entrevistas para sabermos se, quando faziam 16 anos, eram retidos ou liberados, e o resultado está ali. As crianças que se tornam profissionais na idade de 16 anos têm mais horas acumuladas de atividades relacionadas a jogos feitos na rua, a ambientes menos rígidos.

A questão não é o acúmulo puro das horas de treino, tem muito mais a ver com uma meta específica. Na verdade, nesse tipo de treino há intenção definida de melhorar as habilidades.

Aqui temos um modelo típico de aprendizado de habilidades. Vemos que o aprendiz tem três etapas. Primeiro, temos um estágio cognitivo, que demanda menos atenção, e depois o outro estágio. Por exemplo, se estou aprendendo a dirigir um carro, no início tenho de me concentrar muito, é muito cognitivo. Tenho de me concentrar muito na marcha, mas depois que essa habilidade for adquirida, tudo fica mais automático e já posso dirigir sem prestar tanta atenção, já posso ouvir rádio etc. Mas não quero ser um Lewis Hamilton da Fórmula 1. Quando quero ir da minha casa para o trabalho, tenho esse desenvolvimento, não tenho de melhorar as minhas habilidades para mudar de marcha. Nós chegamos ao segundo estágio, mas os jogadores continuam para mudar as habilidades nas quais eles são bons. Os especialistas, por exemplo, passam mais tempo praticando coisas em que eles não são bons do que naquelas em que eles são bons. Eles acham que o treino tem mais demanda física e mental e passam mais tempo refletindo sobre o treino. Eles têm um comportamento compulsivo, têm um distúrbio compulsivo, porque o esporte é a obsessão da vida deles. Eles ficam obcecados em melhorar aquilo que eles não fazem tão bem.

Em termos de implicação prática, o importante é monitorar o engajamento prático do treino em que os jogadores têm uma agenda diária de treinamento. Há algumas associações de futebol que estão fazendo isso na internet. Há uma oportunidade muito boa para atividades de brincadeiras, sobretudo na Europa. Aqui eles já fazem esse tipo de atividade de brincadeira e futebol de rua. Há necessidade de que os jogadores desenvolvam a alta regulação e as habilidades mentais de reflexão, que são necessárias para aprender novas habilidades.

Algo que eu poderia avisar para eles não fazerem é não enfatizar demais a questão da maturidade física no desenvolvimento dos jogadores de elite. Temos dados de mais de 6 mil jogadores dos clubes do Campeonato Inglês entre 9 e 16 anos de idade. A seleção, na Inglaterra, começa em setembro, e 48% dos jogadores nasceram entre setembro e dezembro. Somente 12% nasceram no último trimestre, de junho a agosto. É isso que falamos do efeito da data de nascimento. Basicamente, acontece isso com os jogadores profissionais, os semiprofissionais e o futebol amador. A ideia é que os treinadores estão selecionando jogadores baseados na parte física, que estão no início do desenvolvimento, e, potencialmente, poderíamos estar perdendo jogadores dos últimos meses do ano, que talvez tenham mais habilidade no futuro.

A tendência dessa questão é piorar, e não melhorar. Temos dados do Brasil que refletem isso. A idade relativa aqui é muito forte e está aumentando em importância nos últimos 20 ou 30 anos. Temos dados de seis nações da Europa, das seleções nacionais de jogadores sub-21. Coletamos dados no ano de 2000 e coletamos os mesmos dados, das mesmas equipes, em 2010. Como podem ver, temos o efeito da idade relativa. Ela existe de fato e tem aumentado e ficado cada vez mais forte. Aqui temos uma alta quantidade de jogadores que nasceram no primeiro trimestre do ano de seleção, que é normalizado na competição da Uefa, feita em janeiro, que é o mês de seleção.

Em relação à população normal, seria uma distribuição de 25%. Temos dados nacionais da França. O gráfico superior destaca a data de nascimento para todos os jogadores que foram para o Clairefontaine, na França.

Como vocês podem ver, aqui temos o efeito da idade relativa, que existe de fato, que tem aumentado e ficado cada vez mais forte. Temos uma grande quantidade de jogadores que nasceram no primeiro trimestre do ano de seleção, que é, claro, normalizado na competição da Uefa, em janeiro, que é o mês de seleção.

Em relação à população normal, seria uma distribuição de 25%. Aqui temos dados da França. Esse gráfico superior destaca a data de nascimento para todos os jogadores que foram para Clairefontaine, na França. Como podem ver, há um forte efeito da idade nos que foram para Clairefontaine, onde a seleção treina, onde é o centro de treinamento. Nesse tipo de amostra de jogadores, temos também dados fisiológicos e endométricos. Concluímos que não houve diferença significativa entre os quatro trimestres. Isso significa, na verdade, que os jogadores selecionados nascidos no quarto trimestre eram tão maduros fisicamente quanto os que nasceram no primeiro trimestre do ano.

Na verdade, a chance de ser selecionado para a academia ou centro de treinamento de elite é menor se você nasceu mais tarde, porque biologicamente a pessoa é, na média, mais imatura. No outro gráfico inferior, o que vemos é a porcentagem de jogadores que vão para o centro de treinamento de elite, aos quais é oferecido um contrato profissional. E aqui vemos os jogadores nascidos no quarto trimestre que são convidados a jogar profissionalmente.

Também temos os dados de todos os jogadores que foram selecionados como candidatos para jogador do ano e também para jogador da Fifa nos últimos 20 anos. Nessa amostra, realmente não vemos claramente o efeito da idade, da data de nascimento. Nessa linha pontilhada, temos o que seria o resultado esperado para toda a população. E vemos que a proporção mais alta é de jogadores que nasceram no primeiro e no quarto trimestres do ano. Somente consigo especular que esses jogadores não tinham a vantagem da



ciência esportiva e a desvantagem do tamanho físico no início do seu desenvolvimento, então, para se manterem competitivos, tiveram de desenvolver outras características como habilidades técnicas, táticas, de tomada de decisão, o que os beneficiou quando chegaram à maturidade. Talvez não estivessem na média física, mas outras habilidades desenvolvidas por eles os ajudaram a se tornar jogadores. Antigamente, o que víamos como desvantagem, hoje vemos que não é tanto assim. Em relação a jogadores que nasceram no início do ano, como poderíamos ter certeza de que teriam o ambiente de treinamento adequado para focar nas suas habilidades técnicas e táticas, e não compensar ou depender demais da fortaleza física?

Algumas pesquisas têm sugerido que, para cada ano de seleção, se mude a data de corte. Temos 25% de jogadores nascidos em cada trimestre do ano. Há diferentes sugestões, como basear a seleção não tanto na idade, mas nas características biológicas e físicas, também há a ideia de se ter uma política mais flexível de seleção de jogadores, para que os jogadores que não têm a vantagem do tamanho físico também entrem no sistema. Isso também tem sido basicamente sugestão, mas a solução continua sendo um fenômeno muito presente.

Finalmente temos um debate muito interessante sobre a questão da busca por talento e pelas habilidades. Temos muitas pesquisas e estudos de ciência de esporte que tentam identificar o que poderiam ser talvez características sociológicas e psicológicas do talento, os preditivos do talento. É um debate até interessante. O campeonato inglês, por exemplo, agora faz uma comparação com todos os jogadores. Os clubes têm de tirar basicamente medidas físicas e fisiológicas três vezes por ano, a partir de 16 anos até os 21 anos de idade, dos jogadores. O campeonato inglês está coletando uma base de dados, que vai mapear as características de desenvolvimento dos jogadores. Também estão acrescentando medidas de antecipação e habilidade de tomar decisão como preditivos sociais, como a idade, o histórico social, econômico e a educação. Eles estão criando uma base de dados durante um tempo bastante amplo, para comparar o que seria normal e não normal em termos do estágio de desenvolvimento, potencialmente para identificar o que seria um preditivo do talento.

O problema, entretanto, é que o futebol é um esporte com múltiplas facetas, que exige diferentes habilidades, características, competências e tendências que se juntam de diferentes formas. Aqui temos o perfil de *performance*, mostrando o primeiro jogador do Manchester United com diferentes características, como força física da parte superior do corpo. Essa linha em preto, na parte azul, mostra o ponto forte. Se a linha estiver mais perto do vermelho, mostrará o ponto fraco. Esse tipo de perfil é utilizado por muitas equipes como uma forma de melhorar a *performance*. Podemos ver, numa ilustração gráfica, os pontos fortes e fracos do jogador para customizar um programa de treinamento para ele.

A razão pela qual estou mostrando isso é que, se fizermos uma plotagem do perfil para cada jogador no primeiro time do Manchester United, teremos perfis muito diversos porque os jogadores são muito diferentes entre si. Se o jogador não tem, por exemplo, força física na parte superior do corpo, não será um bom profissional? O que significará se tivermos que compensar essa diferença com o desenvolvimento de outros pontos? Esse tipo de natureza, de *expertise* muito variada, faz com que a identificação de talentos seja muito difícil. O meu argumento é que, muito embora seja interessante estabelecer uma base de dados multidisciplinar para a questão do sistema de gestão da *performance*, ainda não estou convencido de que existem marcadores claros de talento, que, com certeza, poderão prever aqueles que, com 6, 7 anos de idade, vão se tornar depois, com 19 anos, jogadores de elite muito bons. Isso é difícil. Naquele grupo, por exemplo, talvez seja um pouco mais fácil prever, entre aqueles que têm 12 anos de idade, quais vão se tornar de fato bons jogadores profissionais. Quanto maior o tempo, mais difícil será identificá-los.

Agora tratarei das conclusões. No Reino Unido, nos últimos 20 anos, tem havido uma mudança de mentalidade na ciência de esporte, cuja importância como campo de conhecimento, como já disse, tem aumentado muito. Cada vez mais há uma maior conscientização do governo, das pessoas e das associações envolvidas com esporte de que é preciso investir na ciência do esporte. Temos sido ajudados pelo governo, que tem cada vez mais investido no esporte de elite, sobretudo com os jogos olímpicos acontecendo em Londres. E nos beneficiamos muito desse grande volume de dinheiro vindo do mundo inteiro para ser investido nos direitos de TV do campeonato inglês, que é muito popular. Isso está refletindo, sobretudo, no orçamento dos clubes de elites. Há uma cultura cada vez mais forte sobre o treino baseado em evidências, em ganhos marginais. Ou seja, estamos tentando fazer pequenas mudanças de cada faceta do desenvolvimento do jogador. Se conseguirmos um benefício de 1% em diferentes lugares, é claro que, no final, serão 10% de benefícios. Essa é a cultura que permeia todos os aspectos do desenvolvimento do jogador.

As ciências biológicas, a nutrição, os sistemas, como o GPS, tudo isso está muito bem estabelecido agora. A psicologia do esporte está cada vez mais forte e tem uma importância cada vez maior, sobretudo sobre a ciência da aprendizagem, para tentar identificar o ambiente que seria mais adequado para criar jogadores mais competentes. Muito obrigado pelo tempo que me dispensaram.

O presidente - *Thank you*, Prof. Williams. A Assembleia Legislativa manifesta seus agradecimentos ao ilustre expositor e aos demais integrantes da mesa de abertura deste ciclo de debates.

2º Painel

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Ricardo Leão de Andrade, bacharel em educação física e mestre em ciências do esporte pela UFMG, MBA em gestão esportiva pela Fundação Getúlio Vargas, treinador de futebol, professor do Curso de Treinadores da CBF e coordenador de Atendimento à Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo Fifa 2014; Francisco Adolfo Ferreira; José Eugênio, presidente da Comissão de Arbitragem da Federação Mineira de Futebol até outubro de 2014 e assistente de Atendimento à Arbitragem na Copa do Mundo Fifa 2014; Carlos Cruz, jornalista e assessor do América Futebol Clube; e professor Mark Williams.

Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O presidente - Esclarecemos que, após as exposições, abriremos espaço para a apresentação de perguntas aos participantes da Mesa, por escrito ou oralmente ou enviadas pelo formulário disponível pela internet no portal da Assembleia Legislativa. Para melhor organizarmos o debate, os participantes poderão encaminhar suas perguntas por escrito no formulário próprio que está sendo distribuído pela equipe de apoio. Aqueles que desejarem fazer sua intervenção oralmente devem especificar isso no formulário.



Informamos que os telespectadores da TV Assembleia também poderão participar, basta acessar o portal da Assembleia: www.almg.gov.br, abrir o *link* com o formulário de participação e enviar sua contribuição.

A Assembleia Legislativa tem agora mais uma ferramenta para que o cidadão participe de suas atividades: Dê sua Opinião sobre Projetos em Tramitação. Por meio dela, todo cidadão pode acessar o portal da Assembleia e opinar sobre os projetos que estão em discussão. É muito fácil; pode-se opinar sobre o projeto, mostrar se é a favor ou contra e ainda escrever seu comentário; pode-se também mostrar-se favorável ou contrário aos comentários feitos por outros cidadãos. Para dar sua opinião, acesse o portal www.almg.gov.br, clique em Participe e em Dê sua Opinião sobre Projetos em Tramitação. Acessem, participem, comentem.

Antes, quero fazer aqui um serviço público. O Rogério de Jesus, do Santa Cruz Futebol Clube, perdeu seu crachá. Eles foram campeões femininos do Estado, e acredito que ele fez isso para anunciarmos que eles foram campeões mineiros, não é verdade, Rogério? Parabéns. Por favor, venha até aqui para buscar seu crachá e leve o nosso abraço ao glorioso Santa Cruz por essa vitória no futebol feminino.

Passaremos agora ao painel Recursos Humanos - Formação e Aprimoramento. Com a palavra, o Prof. Francisco Adolfo Ferreira.

Palavras do Sr. Francisco Adolfo Ferreira

Bom dia. Agradeço hoje em especial a esta Casa, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, na pessoa do deputado João Leite, um amigo de longa data. Agradeço a presença do Dr. Mark Williams, a presença dos outros palestrantes, Ricardo, José Eugênio, Carlos Cruz, obrigado pela presença.

Começamos a idealizar um movimento um pouco antes da Copa do Mundo. Na verdade, por ocasião da disputa do Mundial Interclubes do Marrocos, já pensávamos em fazer alguma coisa. Naquele dia, depois de ver o jogo do Bayer versus Guangzhou, e no dia seguinte do Atlético versus Raja Casablanca, me veio a ideia de escrever um artigo. Escrevi e divulguei o artigo chamado *O futebol brasileiro está na UTI*. A partir dali, passamos a analisar tudo o que vem acontecendo recentemente no futebol brasileiro, até que veio o evento da Copa do Mundo. Na apresentação, vocês saberão por que tivemos essa iniciativa.

Tenho uma empresa de gestão esportiva que se chama Ceperf - Centro de Excelência em Performance de Futebol. Minha formação é graduação em educação física pela UFMG, pós-graduação em treinamento esportivo pela Universidade Gama Filho, MBA em gestão estratégica em esporte pela Fundação Getúlio Vargas. Atuo há mais de 20 anos no futebol e tive uma rica escola. Comecei no Atlético Mineiro no pré-infantil e passei por todas as categorias. Fiquei quatro anos no Atlético e dali fui trabalhar no Bahrain, país do Oriente Médio, no Muharraq Club. Voltei, trabalhei um tempo longe do futebol, no Minas Tênis Clube que é referência em gestão e organização. Trabalhei com futsal e preparação física. Em 1999 fui para o Cruzeiro, como um dos preparadores físicos do departamento de futebol profissional, onde permaneci por onze anos e meio, também uma outra grande escola. De lá fui para o Al-Ahli, dos Emirados Árabes, onde permaneci por um ano como preparador físico e, retornando, fui fazer o MBA na Fundação Getúlio Vargas e criei a empresa de gestão esportiva.

Sobre o nosso tema de formação e capacitação de quadros esportivos, vou abordar um pouco sobre a capacitação de técnicos e de jogadores. “Felizes os que têm fome e sede de justiça porque serão saciados.” (Mt. 5,6). No final, vocês entenderão o motivo dessa citação.

Aqui estão alguns artigos que tenho publicado. Um deles em especial gerou muita repercussão por ocasião do 7x1, que é esse terceiro: *O 11 de setembro do futebol brasileiro*. Se tiver um tempinho, vou ler uma parte dele.

Alguns sintomas do nosso futebol, da nossa situação. Em 2003, nós não nos classificamos para os Jogos Olímpicos de Atenas. Em 2010, o Internacional foi eliminado pelo Mazembe, do Congo, no Mundial Interclubes em Abu Dhabi. Eu estava lá e assisti a esse jogo. O Internacional teve um futebol irreconhecível naquela ocasião. Em 2011 e em 2013, o Santos foi impiedosamente goleado pelo Barcelona - 4x0 e 8x0. Em 2012 e 2013, o Brasil foi eliminado pelo México nos Jogos Olímpicos de Londres e no Mundial Sub-17, nos Emirados Árabes respectivamente. Em 2013, o Brasil não passou nem da 1ª fase no Sul-Americano Sub-20 e, conseqüentemente, não se classificou para o Mundial da categoria. Em 2013, no Mundial Interclubes, o Atlético Mineiro não conseguiu passar pelo Raja Casablanca do Marrocos. Em 2014, o Brasil foi goleado pelos Estados Unidos na Nike Friendly Cups Sub-15, e, na Copa de 2014, o Brasil não apresentou um futebol convincente, e o cúmulo foram as acachapantes derrotas de 7x1 para a Alemanha e 3x0 para a Holanda.

Aí veio o jogo Internacional e Mazembe, do mundial interclubes de 2010, e o jogo Barcelona e Santos, também do mundial interclubes. Posteriormente, veio o amistoso com placar de 4x0 e 8x0 do Bayern contra o Borussia. Foi uma aula de futebol; foi a final da Champions 2013. Quem assistiu sabe que foi uma verdadeira aula de futebol. Não me canso de rever esse jogo; uma verdadeira aula de futebol. Durante o jogo, não ocorreu nenhum erro grosseiro. Ficou claro que os times são extremamente ajustados, parecem relógios extremamente ajustados. Cada jogador sabe exatamente como se portar dentro de campo. Existe uma tácita compreensão profunda do jogo.

O Bayern, no mundial interclubes de 2013, fez uma dinâmica ofensiva avassaladora, e o time chinês praticamente não passou do meio de campo. O Bayern fez 3x0, mas, se quisesse, poderia ter feito mais. No dia seguinte, nós, mineiros, tivemos uma decepção, uma frustração, já que o Atlético não conseguiu passar pelo Raja Casablanca, mostrando um futebol pobre. Os jogadores jogaram de maneira afastada e dependendo excessivamente de uma jogada individual do Ronaldo Gaúcho. Considero o dia 8/7/2014 o dia 11 de setembro do futebol brasileiro. Eu estava presente no Mineirão, e essa foto que os senhores estão vendo é emblemática. O futebol brasileiro se viu de joelhos diante dos vitoriosos alemães. Na verdade, essa foi a gota d'água, isto é, apenas a ponta de um imenso *iceberg* formado pelos inúmeros problemas estruturais, éticos, filosóficos, conceituais e metodológicos do outrora temido futebol brasileiro.

Neste momento, gostaria de ler o meu artigo. (- Lê:)

“Oito de julho de 2014, o dia em que caiu a máscara do futebol brasileiro. Eu estava lá, no meu querido Mineirão, a minha segunda casa, que frequento desde que me entendo por gente e onde aprendi a admirar e começar a prestar atenção no futebol, assistindo craques como Tostão, Dirceu Lopes, Reinaldo, Cerezo, Joázinho, Nelinho e tantos outros. Foi inacreditável o que vimos. Após o jogo,



ouviam-se como nunca frases do tipo “não há como explicar”, mas, na verdade, há sim. O difícil é saber por onde começar e vou tentar.

Este foi um ano muito esperado por mim. Fiquei imaginando como seria completar meus 50 anos, como seria uma Copa do Mundo em meu país e como seria bom se o Brasil fosse campeão em casa. Detesto as profecias do acontecido, detesto a frase “eu avisei”, mas não há como fugir dela diante do ocorrido. Em dezembro de 2013, por ocasião da disputa do mundial interclubes no Marrocos, eu já havia publicado um artigo intitulado “O futebol brasileiro está na UTT”. Em maio de 2014, publiquei outro artigo nominado “Futebol, formação, Copa do Mundo”. Então escrevo estas linhas sem nenhum receio de parecer um oportunista ou um profeta do acontecido. Se houver um pouco de vergonha na cara, se ainda houver algum idealismo entre os poderosos que comandam o futebol brasileiro, outrora respeitado e de tantas glórias, pode ser que ter tomado de sete da Alemanha venha a ser benéfico. Pode ser que ter tomado de sete nos seja muito mais saudável que se tivéssemos perdido por um ou dois gols, e muito mais até do que se tivéssemos nos classificado e, por acaso, viéssemos a ser campeões do mundo. Os alemães derrubaram nossas torres gêmeas, as torres da soberba e da arrogância.

Como brasileiro, mineiro e belo-horizontino, de uma família de futebolistas, sempre respirando o ambiente do futebol desde que nasci e militante do futebol desde 1989, afirmo que desse Mineirão pode vir a salvação, o renascimento do nosso futebol. Pode ter sido um mal que veio para o bem, e assim espero. Como torcedor, estou frustrado e ainda perplexo com o que vi. Aliás, a minha cabeça estava a mil desde os 30 minutos do 1º tempo, com 0x5 no placar, assistindo atônito a uma espécie de treino coletivo de luxo do time profissional alemão contra uma equipe juvenil brasileira. Apagão, pane, estado de terror, são muitas as expressões e justificativas.

Ainda no intervalo encontrei-me com meu amigo Emerson Ávila, que estava sentado a poucos metros. Conversamos, e as ideias e opiniões eram idênticas. O Ávila, um profissional honesto, ético e competente, contou-me de sua experiência como treinador das categorias de base da CBF. Frisou que já havia percebido a deficiência na formação de base brasileira em relação aos outros países do continente, por ocasião das disputas de torneios sul-americanos de que participou. Nessa copa de surpreendente nível técnico é cristalina a evolução técnica e tática de outras seleções sem tanta tradição. Costa Rica deu um *show* em termos de marcação zonal; Irã deu uma aula de obediência tática; México mostrou mais uma vez porque vem, há alguns anos, dando tanta dor de cabeça nos confrontos com o Brasil desde as categorias de base; Chile de Sampaoli mostrou a que veio e nos aterrorizou nas oitavas, nesse mesmo Mineirão. Outras seleções menos cotadas, como a Argélia, também mostraram uma organização tática inexistente no time brasileiro. Se formos falar das seleções *top*, aí seria covardia.

A Alemanha é um time, uma equipe, na acepção da palavra. O coletivo é o que impera. Há inúmeras trocas de passes curtos com triangulações, pois o time joga em bloco e os jogadores estão sempre próximos uns dos outros. Há a marcação na saída de bola no bloco alto, induzindo o adversário ao erro ou à bola longa e menos precisa; a marcação zonal permite que os atletas estejam sempre próximos a suas posições e, portanto, prontos para a transição ofensiva quando recuperam a posse da bola; e uma dinâmica ofensiva avassaladora, fruto do treino sistêmico em que todo treinamento é elaborado em função da maneira de jogar, pois o time é tratado como um organismo complexo em que os talentos individuais jogam sempre em sua função. Pelo menos três dos gols alemães ocorreram a partir de jogadas com troca de passes curtos para o companheiro ao lado, tirando a bola da linha de bloqueio dos defensores brasileiros, tornando tudo muito fácil e deixando evidente que lá os treinos em campo reduzido são aplicados com consciência e critério, não apenas por modismos como no Brasil. Jogadores sabem exatamente o que fazer em campo, conhecem a fundo suas funções e limitações. O time parece um relógio precisamente ajustado onde não há erros grosseiros como os muitos apresentados pelos jogadores brasileiros. Os europeus não dão chute. Antes procuram reter a posse de bola até que apareça uma opção clara e segura para recepção. Isso ocorre o tempo todo, pois estão sempre próximos e sempre se movimentando para criar essas opções. Inteligência de jogo. Profundo envolvimento e compreensão tática. Escola de jogo. Impossível não me lembrar da verdadeira aula de futebol dada por Bayern versus Borussia, na final da Champions de 2013. Impossível não comparar Bayern versus Guangzhou com Atlético-MG versus Raja Casablanca. Impossível esquecer também dos espanhóis comandados pelo brilhante Pep Guardiola em seu incrível tic-tac do Barcelona contra o Santos, 4x0 e 8x0.

O Brasil, por sua vez, tem um amontoado de bons jogadores tentando resolver em uma jogada individual. A "Neymar-dependência" que se faz presente em cada um. Marcação individual, linhas distantes, bolas longas, marcam a bola nas jogadas de bola parada - no primeiro gol foi gritante -; confiam na raça, motivação, grupo fechado, trazer o torcedor para jogar junto, ufanismo, “Vamos lá Brasil!!!”. Não dá mais, Galvão. Já não é suficiente na hora do vamos ver contra "cachorro grande".

Copa das Confederações é uma ilusão. Houve erros táticos como o mesmo cometido por Maradona, então técnico da Argentina na Copa de 2010 contra essa mesma Alemanha: entrou apenas com um volante, Mascherano, tomou de quatro com os germânicos botando os portenhos na roda. Onde estavam os analistas-espíões de Felipão? Quem são os culpados, enfim? Felipão? Não penso assim. Felipão, sua comissão técnica e jogadores são apenas peças da engrenagem enferrujada e empenada do nosso futebol. Não poderiam fazer mais do que fizeram. A questão é estrutural, conceitual, filosófica, metodológica e ideológica. Começa na educação física escolar e passa pela várzea, escolinhas, faculdades de educação física, categorias de base, mídia esportiva, clubes do interior, gestão dos grandes clubes, federações e CBF.

As categorias de base no Brasil, com raríssimas exceções, não possuem projeto, padrão, escola, marca, modelo de jogo próprio do clube e progressão adequada de cargas e conteúdos por faixa etária. Eles não investem, como deveriam, em profissionais da ciência do esporte. O empirismo e o imediatismo ainda predominam. Fazem um discurso hipócrita de que priorizam a formação, e não o resultado imediato nas competições de base, mas todo treinador de categoria de base dos grandes clubes sabe que, se não ganhar do rival, seu cargo fica em perigo. Então, tome treinamento para não perder, tome ligação direta e antijogo, com jogadores grandalhões, com trombadas e bola aérea. Nas escolinhas, os professores ficam na beirada do campo cantando o jogo o tempo inteiro para os moleques, não deixando que estes pensem e descubram por si mesmos as soluções para situações-problema inerentes à disputa.



Como resultado, revelamos com frequência cada vez maior jogadores robôs, que só sabem dar trombadas e chutões. Eles são cada vez mais altos, mais fortes, incapazes de pensar o jogo, de tomar decisões rápidas e inteligentes e de compreender profundamente o jogo coletivo e o time como um todo, complexo e ajustado. Nossos jogadores rifam a bola. O número de passes errados por insistirem em passar a bola para quem está marcado, como se quisessem se livrar da responsabilidade de estar com a bola, é absurdo.

O processo de formação e progressão queima etapas e talentos. No Brasil, que eu saiba, somente o Atlético do Paraná e o Internacional têm uma categoria sub-23, que deveria ser vista com muito carinho como última chance para a revelação desses talentos potenciais. Uma confederação, tida como entidade privada sem fins lucrativos, fatura perto de R\$400.000.000,00, e uma rede de TV monopoliza, manda e desmanda no futebol. Ambas aprisionam os clubes no Brasil. Enquanto isso, os clubes do interior, que deveriam ser as células embrionárias para formação de novos craques, continuam à míngua, ano após ano, aumentando suas dívidas, até que se veem obrigados a fechar as portas. Nas federações estaduais, dirigentes se perpetuam no poder, e ninguém larga o osso.

Isso significa dizer que nada presta e que temos de começar do zero? De jeito nenhum. A nossa tradição vitoriosa nunca pode ser descartada. Temos, sim, muita gente competente. O Brasil tem áreas de referência, com alguns dos seus fisiologistas do exercício e profissionais da medicina esportiva e preparação física e da ciência do esporte, assim como há outros tantos ultrapassados e acomodados, boleirões e enganadores, que sobrevivem na base do *marketing* e de relações suspeitas com alguns treinadores, diretores e jornalistas.

Cansei de ver treinadores e preparadores físicos decidirem, minutos antes da sessão de treinos, que tipo de treinamento iriam dar. Vejo as categorias de base da seleção sendo comandadas por um ex-atleta sem nenhum curso de capacitação teórica e sem nunca ter trabalhado na base anteriormente. Outro foi convidado para ser treinador da base sem que nunca tivesse dado um treino na vida. Qual é o critério? Vejo, no dia a dia, muita gente sem preparo e sem caráter militando no futebol e disposta a qualquer coisa para se dar bem.

Neste momento há uma leva de gestores. Isso está na moda. Todo o mundo agora é gestor esportivo, mesmo sem ter passado por um mínimo de capacitação teórica para o exercício da função, e aí prevalece o "QI", o apadrinhamento e a indicação política. Em muitos casos predominam dirigentes mais malandros e espertos do que propriamente competentes.

Temos bons treinadores, mesmo entre os tradicionais, estudiosos e de caráter, como Levir, Autuori e Oswaldo, mas é fato que o último trabalho realmente inovador que vi no Brasil, pelo menos em grandes clubes, foi o do Tite em sua última passagem pelo Corinthians. Tite teve a humildade de buscar reciclagem e abraçar novos conceitos. Assim, levou o Timão à conquista do mundial interclubes. Justiça seja feita, Marcelo Oliveira também faz um ótimo trabalho no Cruzeiro.

Há uma nova geração de jovens treinadores e preparadores físicos à espera de oportunidades, mas os dirigentes são medrosos, pensam sempre em trazer um medalhão para que possam ficar sempre bem com a torcida, com a imprensa e, assim, se o time não for bem, transferem a responsabilidade e se eximem de qualquer culpa - um filme antigo e de cartas marcadas. Há, sim, alguns centros de formação de referência, mas são exceções. Ainda revelamos muitos bons jogadores porque a quantidade de matéria-prima é enorme. Também temos a escola do talento, a chamada pedagogia da rua, nas cidades do interior, nas praias, pastos e várzeas, mas não temos mais as gerações de fora de série, como Pelé, Garrincha, Rivelino, Tostão, Zico, Reinaldo, Sócrates, Falcão, Romário, Ronaldo, Rivaldo, Ronaldinho Gaúcho. Neymar é uma exceção que ainda precisa se consolidar. Não se ganha mais uma Copa do Mundo com um ou outro talento individual mais grupo unido mais dinâmicas motivacionais mais apoio da torcida apenas. Treinadores experientes, malandros, bons de comando e de vestiário já não fazem a diferença nessas horas.

Que diferença a importância dada pelos europeus à análise de desempenho! A Alemanha manteve 50 pessoas estudando minuciosamente seus adversários ao longo dos últimos quatro anos. Bayern, Barcelona, Benfica, etc. possuem pelo menos 20 analistas de desempenho em seus quadros. No Brasil, o clube que tem maior número desses profissionais deve ter dois ou três. Lá, o futebol é planejado, estudado, pensado em curto, médio e longo prazos. No Brasil, só pensamos no aqui e agora. Por outro lado, o jogador brasileiro precisa ser menos paparicado e mais cobrado em termos de responsabilidades, deveres e profissionalismo. Precisa melhorar seu nível cultural e intelectual. Deveria ser mais cidadão, mais politizado, mais afeito à leitura. Deveria ser moldado dentro dos conceitos interligados de técnica, inteligência específica e rapidez de raciocínio, aliados a uma escola, a uma maneira e a um padrão de jogo coletivo. Não basta ser habilidoso.

Foi digna de louvor a atitude elegante e respeitosa dos alemães para com o Brasil, já que, em nenhum momento, tripudiaram sobre o acachapante placar. Antes, reconheceram o mau dia do time brasileiro e ainda fizeram questão de exaltar a tradição vitoriosa histórica da camisa canarinho. Foram pura simpatia. Bonito de ver. Mais uma vez, mostraram a qualidade de sua excepcional escola de grandes goleiros: desde Sepp Maier, Schumacher, Oliver Kahn e, agora, Neuer. É hora de exercer a humildade, colocar o rabinho entre as pernas, deixar nossa soberba de lado e buscar, todos nós, novos conceitos, novas metodologias. Temos de reconhecer humildemente que estamos sempre aprendendo e nos espelhamos no trabalho metódico, profundo e de longo prazo feito pelas federações de futebol da própria Alemanha, da Bélgica, da Holanda, etc. Quem sabe não é hora de trazeremos um treinador estrangeiro de renome como Mourinho, Guardiola, Ancelotti?

O futebol brasileiro é regido por uma cúpula de dirigentes que não quer mudanças. Nele, quem manda é o dinheiro, o poder, a política, interesses ocultos e relações promíscuas. São notórios os casos de dirigentes que enriquecem durante seus mandatos enquanto seus clubes ficam cada vez mais endividados. Como se explica isso? Enquanto a esfera política prevalecer desde o topo da pirâmide em detrimento da competência, da capacitação, do currículo e da meritocracia, não haverá espaço para os idealistas. Enquanto não houver mudanças profundas na legislação esportiva, as coisas permanecerão como estão, com os coronéis de sempre dando as cartas.

A nossa legislação é da década de 1940, Getúlio, Estado Novo: flertando com o fascismo. É autoritária, sem transparência, sem prestação de contas, sem critérios, sem democracia. Talvez não haja lugar para mim, que estou há mais de três anos sem oportunidade de trabalho decente. Naquela que me foi dada, como gerente de futebol, quando tentei aplicar os conceitos em que acredito, o trabalho, inicialmente muito bom e inovador, foi todo por água abaixo por conta da absoluta falta de estrutura e de recursos financeiros, além, claro, da irresponsabilidade e falta de noção dos dirigentes do clube, que achavam que estavam fazendo um grande



favor em dar emprego - detalhe: sem pagar salários - aos jogadores e à comissão técnica. Talvez não haja lugar para mim, que digo o que penso e acabo batendo de frente, sempre acreditando que minhas boas intenções, minha consciência tranquila e minhas preocupações e idealismo em buscar novidades, em fazer o que é certo, coerente e ético sejam suficientes. Talvez não haja mesmo lugar para mim, que não sei dançar conforme a música, que não tenho inteligência emocional para saber lidar com as injustiças, com o jogo sujo, com o ilícito. Talvez não haja lugar para mim, que tenho denunciado a corrupção nos meios político, esportivo, religioso; que tenho denunciado alguns treinadores sem caráter e alguns dirigentes desonestos.

Deu dó ver o Felipão mostrando o placar de 6x0 e pedindo aos atletas não tentarem ir para cima, sob o risco de levarem mais, como realmente aconteceu. Deu dó ver mulheres e crianças no Mineirão chorando copiosamente diante daquele inacreditável massacre, diante da maior humilhação já vivida pelo maior patrimônio cultural de nosso povo, o nosso amado futebol brasileiro.

Vem, mais uma vez das Minas Gerais, a terra dos Inconfidentes, o clamor pela libertação, pela renovação, pelo fim da corrupção e da impunidade, cancores maiores não só do futebol como do País como um todo. *Mineirazzo*. Tinha de ser aqui nestas montanhas que inspiram liberdade. Com certeza uma grande dor, uma grande humilhação, mas, na minha opinião, absolutamente necessária para mostrar quanto estamos doentes. Que tenhamos a coragem para buscar o tratamento adequado e eficaz. Caminho árduo e longo, pois não há soluções imediatistas para vícios estruturais tão profundos. Finalizo fazendo menção a uma frase do meu querido amigo Ivênio dos Santos: "Tudo aquilo que nos humilha vem de Deus". Assim seja.

Excedi-me um pouco no tempo porque me empolguei com as palavras. Naquela ocasião a situação me tocou profundamente. Vou tentar finalizar minha apresentação em 2 ou 3 minutos. O que aconteceu conosco? Trilhamos caminhos inversos: no Brasil treinamos muito, com predominância do treinamento físico, priorizamos jogadores altos e fortes, o imediatismo, ou seja, a busca de resultados em detrimento da formação. Ainda temos a escola do talento, isto é, a pedagogia da rua. Ainda formamos jogadores habilidosos. Em contraponto, na Europa treina-se o jogo, especificidade e tática, inteligência de jogo, formação acadêmica, intelectual, como bem frisou o Dr. Mark Williams, e técnica, formação de longo prazo, escola do jogo. Formam jogadores técnicos e inteligentes.

Há solução? Sim, mas o caminho é longo e passa por todos esses temas, que vínhamos debatendo, mas, ao percebermos que o assunto era muito vasto e contávamos com pouco material humano para trabalhar tudo, fizemos uma filtragem dos temas: educação física e escolar, parte dela sendo obrigatória, escolinhas de futebol, como citei, futebol amador. Categorias de base, falei sobre os vícios das nossas categorias de base. Nível cultural e intelectual dos atletas, obrigatoriedade de frequentar a escola formal, cobrança de desempenho, não apenas se matricular, como acontece hoje no Brasil. Quem sabe escolas de idiomas, cursos de extensão, serviço social, cidadania, noções de direitos e deveres. Os atletas brasileiros não gostam disso. Os atletas famosos pensam somente em seus direitos e nunca nos deveres. Conscientização social e política, maior profissionalismo, menos paparicação. Metodologia de treinamento, formação de atletas rápidos e técnicos inteligentes, tomada de decisão, mecanismos de avaliação da capacidade de tomar decisão de maneira rápida e precisa.

Nessas características do futebol, o atleta técnico e inteligente, pleno domínio dos fundamentos, mais acerto nas tomadas de decisões, mais profunda compreensão tática, que é igual a saber jogar rápido. Velocidade de movimentos, mais velocidade de jogo, que é a rapidez na tomada de decisões, mais visão de jogo, mais eficiência e objetividade técnica, que é igual dinâmica. Maior previsão e compreensão do jogo, capacidade cognitiva para encontrar espaços, atalhos e soluções para situações-problema inerentes ao jogo com rapidez, precisão e economia de energia, ou seja, com menor esforço.

Diferença básica entre um *expert* e um iniciante, como bem mostrou o Sr. Mark Williams, é que o primeiro desenvolveu estratégias muito mais rápidas de percepção, de processamento e de tomada de decisão. É basicamente isso.

Essas capacidades estão intimamente interligadas, uma é dependente da outra para a execução do gesto técnico de modo preciso: técnica; rapidez na tomada de decisão e na execução de movimentos; inteligência; coordenação intermuscular e intramuscular e fibras rápidas. É a prática aperfeiçoando a técnica, levando ao automatismo; a execução se tornando fácil e natural; sabendo-se o quê, como, quando e por que fazer.

A técnica é o domínio dos fundamentos de determinada modalidade; habilidade é a aplicação da técnica de uma modalidade com criatividade, inventividade, improviso e beleza plástica. Há alguns exemplos de atletas que preenchem essas características, com a predominância de cada uma delas. Esses atletas são técnicos, rápidos e inteligentes no sentido tático.

O futebol europeu é tático, estratégico, inteligente, estudado, planejado, preciso, técnico, dinâmico e com poucos erros. No futebol brasileiro ainda há habilidade, criatividade, improviso, tradição, malandro, cadenciado; em contraponto, abraçamos a correria, o chutão, a trombada, a bola aérea, a ligação direta, a dependência da jogada individual.

O professor Ricardo Leão vai falar sobre capacitação dos treinadores. Obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de *slides*.

O presidente - Agradecemos ao ilustre expositor as palavras. Com a palavra, o Sr. Ricardo Leão de Andrade.

Palavras do Sr. Ricardo Leão de Andrade

Bom dia. Enquanto aguardamos a apresentação, gostaria de agradecer ao João Leite e também ao Chico, que participou desde o início das discussões na elaboração deste evento, o convite. Cumprimento todos os presentes.

Vou abordar os papéis do Estado na comunidade científico-acadêmica e da iniciativa privada na formação e no aprimoramento dos recursos humanos no futebol. Estou trazendo uma visão de mercado, baseada na experiência que acumulei ao longo destes últimos 10 anos de carreira no futebol de base, no futebol amador, no futebol de várzea e, recentemente, no futebol profissional, no mais alto nível, no Comitê Organizador da Copa do Mundo, na coordenação do atendimento à Seleção Brasileira.

Inicialmente fui apresentado. Falou-se um pouco da minha formação acadêmica e da minha última experiência profissional, mas gostaria de frisar essa experiência. Sou natural de Belo Horizonte, tenho 32 anos. Comecei como treinador no Clube Social Olímpico Ferroviário, bastante tradicional no futebol amador, no futebol de várzea de Belo Horizonte. Permaneci lá durante cinco anos. Depois ingressei na categoria de base do América Futebol Clube, onde trabalhei durante quatro anos. Depois, em 2011, tive a oportunidade de



andar pelo interior do Brasil, trabalhando como auxiliar técnico no Pelotas e no Uberaba. Recentemente, realizei o meu primeiro trabalho como treinador profissional no América de Teófilo Otôni, no Campeonato Mineiro da segunda divisão deste ano.

Para se falar em formação de recursos humanos para o futebol e para o futebol que queremos que os nossos atletas e as nossas equipes sejam capazes de desempenhar no futuro, precisamos ter visão do que é hoje jogo de futebol, como ele é jogado, como se pensa o futebol.

É importante que tenhamos clara a visão do que pretendemos atingir e que constituirá um referencial tanto para os modelos de ensino, aprendizagem e treinamento de futebol quanto para o processo de formação de jogadores nas categorias de base.

O futebol que desejamos é caracterizado por três pilares. Primeiramente, o futebol ofensivo, como sempre se caracterizou o futebol brasileiro; um futebol organizado coletivamente e que apresente uma velocidade de jogo adequada para atender às demandas do futebol moderno. O futebol evoluiu muito nesse sentido nos últimos anos em relação não só à organização coletiva, mas também à velocidade do jogo. E tudo isso preservando o que é uma identidade da nossa escola brasileira de futebol: a individualidade como fator diferencial dos nossos jogadores.

Além do desafio de construir um processo de ensino, aprendizagem e treinamento, um modelo de formação de atletas com o objetivo de produzir esse jogo no futuro, enfrentamos outras dificuldades relacionadas com a nossa sociedade. O Prof. Mark Williams foi muito feliz ao citar o futebol de rua como um diferencial na formação de nossos jogadores, mas temos de lembrar que nossa sociedade também está passando por uma mudança. O Brasil ainda é um país continental, temos 8.000km de costa, há regiões que não são tão povoadas e ainda oferecem muitos espaços para a prática do futebol de rua a nossas crianças, aos nossos jovens, mas nos grandes centros urbanos, principalmente, esses espaços estão desaparecendo.

Além disso, há uma mudança na nossa sociedade relacionada com as principais atividades exercidas pelas crianças. Hoje temos dificuldades relacionadas com a grande presença da mídia, da televisão, dos *videogames*, que diminuem o tempo disponível para a prática de atividades ao ar livre e do próprio futebol de rua. Há uma evolução da nossa sociedade; as crianças têm de ir à escola, e, embora boa parte dos atletas ainda resista a essa necessidade, ela está presente. Atualmente a maior parte das crianças e jovens tem de conviver com esse compromisso com a escola de forma diferente do que era há 20, 30 anos. Tudo isso torna o nosso desafio ainda maior. Temos de ser capazes de produzir um jogo adequado aos perfis dos jogadores e à competitividade do futebol moderno e, ao mesmo tempo, passamos por um momento em que a iniciação nos clubes, nas escolas de futebol, começa cada vez mais cedo. Há cada vez menos espaço para o futebol de rua, e isso tem de ser compensado, portanto, com um modelo de ensino que venha desde a iniciação esportiva, passando pela formação básica e, posteriormente, pelas categorias de base no futebol. O ponto de partida é o modelo de treino, mas, para tanto, precisamos ter modelos de treinadores, modelos de profissionais capazes de produzir treinamentos realísticos que atendam às demandas do jogo, como disse o próprio Prof. Mark Williams em sua palestra inaugural.

Diante do cenário atual, as escolas e, conseqüentemente, os clubes de futebol, todos os profissionais envolvidos na formação de atletas tanto na área técnica quanto gerencial passam a ter um papel fundamental no processo de ensino e aprendizagem e na formação de atletas para o futebol. E aí reside o verdadeiro papel da comunidade científico-acadêmica. Apresentei alguns exemplos de profissionais que estão inseridos no mercado e que tiveram oportunidade de se capacitar e aproveitar os benefícios dessa formação, tais como o Prof. Ricardo Drubscki, treinador pioneiro, que há anos enfrenta essa situação lutando por uma formação qualificada dos treinadores e dos profissionais envolvidos no futebol; temos o Prof. Enderson Moreira, um pupilo do Ricardo, que aliás foi seu jogador nas categorias de base; temos o Ney, o Eduardo Pimenta, que é o fisiologista do Cruzeiro, assim como o Roberto Chiari, do Atlético.

E há também o Marcelo Oliveira, que é um ex-atleta de futebol, mas que, ao começar sua carreira como treinador, procurou qualificar-se, fez cursos de capacitação na UFMG. Todos esses profissionais já inseridos no mercado compartilham esses atributos, são capacitados por instituições de ensino.

Os exemplos que citei nominalmente são de profissionais formados pela UFMG ou pela Universidade Federal de Viçosa. Eles têm embasamento científico, podem recorrer ao auxílio da tecnologia para a prática profissional e todos começaram nas categorias de base. Quer dizer, as categorias de base constituíram-se num laboratório, numa verdadeira escola, para que depois eles obtivessem sucesso no futebol profissional.

Qual é o problema enfrentado hoje e quais são as possibilidades no âmbito da comunidade científico-acadêmica? Primeiramente, os cursos de educação física são muito generalistas, não preparam os profissionais de forma específica para o mercado do futebol. Conforme destaquei com esses exemplos, quem hoje realmente forma esses profissionais são os clubes, principalmente por meio das categorias de base. Já existe a necessidade de uma formação específica para o mercado do futebol, que poderia, por exemplo, ser obtida por meio de uma graduação ou de um curso tecnológico específico para o futebol, uma espécie de universidade do futebol.

Está presente o Prof. Medina, da Universidade do Futebol, que é um projeto de educação a distância, mas que também já se encontra em alguns clubes - é uma espécie de universidade corporativa. Porém, já há demanda no mercado, já existe a possibilidade, algo que é um sonho, por exemplo, da UFMG e dos professores da Universidade Federal de Viçosa, que é, num futuro próximo, haver uma graduação específica ou um curso tecnológico específico presencial com o foco no mercado do futebol, para a formação dos diversos profissionais.

Além disso, uma possibilidade que pode ser desenvolvida é a do mestrado profissional. Já existe o mestrado com o viés acadêmico, e vários profissionais atuam no mercado com essa formação, como, por exemplo, o Prof. Diogo Giacomini, no Palmeiras, que fez mestrado na UFMG, e o próprio coordenador das categorias de base do Atlético Paranaense e treinador do Sub-23, Marcelo Vilhena, que também fez esse mestrado acadêmico. Mas o mestrado acadêmico não tem um envolvimento tão grande com a prática como poderia ter o mestrado profissional. Então, existe a demanda, a necessidade de criação desse tipo de curso em nosso país.

Vou falar um pouco dessa visão de mercado que mencionei. Na verdade, temos sempre o futebol bastante presente na mídia e o que enxergamos de fato - eu diria que é até um viés - é a ponta do *iceberg*. Isso tem algumas implicações que considero muito graves, e



vou apresentar até uma situação muito paradoxal que vive o futebol do nosso estado neste momento, porque, infelizmente, muitas vezes, só enxergamos essa ponta do *iceberg*.

O que temos na ponta do *iceberg*? As competições da Fifa, a Copa do Mundo ou da Conmebol, a Copa América; os amistosos e competições disputadas pelas seleções nacionais, no caso a brasileira; há ainda as competições da CBF, o Campeonato Brasileiro das Séries A, B, C e D, a Copa do Brasil e, eventualmente, a Copa do Nordeste e a Copa Centro-Oeste. Há as competições regionais, estou falando das que têm maior visibilidade - o Campeonato Mineiro da primeira divisão, o Campeonato Paulista da primeira divisão, etc. Hoje algumas competições de base, como a Copa do Brasil Sub-17, a Copa do Brasil Sub-20, a Taça São Paulo e a Taça BH de Futebol Júnior também são produtos presentes de forma permanente na mídia e que tornam bastante visível essa ponta do *iceberg* do nosso futebol.

Por outro lado, uma enorme parte desse *iceberg* está submersa, não aparece, e é aí que temos de atacar os problemas do nosso futebol. Todos esses profissionais que citei e, se verificarmos, também a elite do nosso futebol, enfim, boa parte dos nossos clubes já contam com o auxílio da ciência dos esportes, já vêm investindo na aquisição de equipamentos e na utilização da ciência para melhorar seu desempenho dentro de campo.

Agora temos que fazer com que essa ciência seja oferecida também aos profissionais para trabalhar e desenvolver o futebol dos clubes do interior ou das categorias de base dos clubes de menor expressão.

Nesse laço submerso, não aparente, temos o futebol dos campeonatos regionais nas divisões inferiores, por exemplo, o campeonato mineiro da segunda divisão, módulo II ou a segundona do mineiro, que corresponde à terceira divisão ou mesmo à Taça Minas Gerais, que é uma competição que não é disputada há praticamente dois anos. Essa competição ainda existe em outros estados - a Copa Paulista e a Copa Gaúcha, mas aqui em Minas essa competição não está sendo disputada há dois anos. Existem os campeonatos regionais das divisões de base, os campeonatos de juniores, de juvenis e infantis, o futebol jogado como lazer e como ferramenta socioeducacional, nas escolas, nos clubes, nas associações de bairros.

Considerando que todos esses agentes do nosso futebol apresentam uma interrelação que compromete a emergência do todo, é importante discutirmos o papel dos nossos clubes de futebol. Coloco cinco papéis que considero principais - alguns já exercidos plenamente pelos clubes e outros, como veremos, e apresentam uma grande discrepância. O primeiro papel é a preservação desse patrimônio cultural e fonte de identidade nacional e de orgulho para o nosso país, que é o futebol. O segundo papel é o entretenimento e lazer da nossa população, principalmente no interior. Quem já teve oportunidade de trabalhar no interior sabe que há menos opções de lazer que um grande centro. Muitas vezes o futebol, no interior, constitui uma grande fonte de entretenimento. O terceiro papel fundamental é a participação maior do esporte no PIB brasileiro, que ainda está longe de atingir o seu potencial na geração de renda e de empregos - o problema que há hoje é a distribuição dessa renda que é gerada. Outra questão está relacionada com a formação de atletas e também de profissionais. O Cruzeiro, o Atlético e o América são verdadeiras escolas para formação de treinadores, de preparadores físicos, de gestores e de profissionais de todas as áreas do futebol. E para o quinto papel os dirigentes de clubes, infelizmente, ainda não tiveram a sensibilidade de atentar: a responsabilidade social, o papel do futebol como ferramenta socioeducacional para toda a população. Se verificarmos os clubes da Europa, veremos que a grande maioria já possui uma fundação. Há a Fundação Barcelona, a Fundação Real Madri, a Fundação Manchester United, que trabalham de forma integrada com o governo, com as prefeituras, com os governos locais, estabelecendo políticas públicas para promover a educação dos cidadãos.

Nesse ponto, darei início a uma rápida pesquisa. Eu já desconfiava da situação do futebol mineiro, e, ao preparar esse material para apresentar a vocês, ela ficou mais evidente ainda. Eu até levei um susto quando terminei de reunir esses dados. Temos a relação dos clubes participantes da primeira divisão do Campeonato Paulista de Futebol no ano de 2014. Não estou considerando as equipes que foram rebaixadas neste ano ou que subiram de divisão. Estou aqui as equipes que realmente participaram do campeonato paulista no ano de 2014. É uma relação de 20 clubes. Nas três colunas ao lado, temos as categorias sub-20, sub-17 e sub-15 do campeonato paulista. Na primeira divisão são 20 clubes; no sub-20 são 42; no sub-17 são 81; e, no sub-15, 81 clubes. Sem fazermos uma análise detalhada dessa tabela podemos perceber que 75% dos clubes da primeira divisão do campeonato paulista disputam o campeonato paulista sub-20, e 60% dos clubes da primeira divisão profissional disputam o campeonato paulista sub-17 e sub-15.

Se formos considerar os dois, 85% dos clubes da primeira divisão disputam ou o Campeonato Sub-20 ou pelo menos o Sub-17 e Sub-15. Consideramos São Paulo o estado mais rico da federação, mais industrializado, que realmente tem o futebol mais pujante do nosso país. Vamos passar a outros estados que devem ter uma situação semelhante a essa, para podermos efetuar uma comparação com o cenário do nosso estado.

Temos o Rio de Janeiro, com um campeonato regional composto por 16 clubes. Podemos ver que 100% dos clubes da primeira divisão profissional no Rio de Janeiro disputam o Campeonato Carioca Sub-20, e 87,5% dos clubes profissionais da primeira divisão disputam o Campeonato Carioca Sub-17 ou Sub-20. Fazer com que o campeonato estadual da categoria sub-20 seja composto pelos clubes da primeira divisão acredito que seja até uma regra da federação que constitui, sim, um mecanismo de proteção aos clubes.

Um terceiro estado que talvez tenha uma situação bastante parecida com Minas Gerais - pelo menos eu imaginava que tivesse - é o Rio Grande do Sul, que tem campeonato regional com 16 clubes. No Sub-20, temos também uma participação grande desses clubes. No Sub-17 e Sub-15, temos uma participação um pouco menor. Mesmo assim, constatamos que 68,75% dos clubes da primeira divisão do Rio Grande do Sul disputam o Campeonato Gaúcho Sub-20; a mesma porcentagem, o Sub-17; e uma porcentagem um pouco menor, 37,05%, o Sub-15. Se formos considerar os clubes que disputam pelo menos uma categoria nas divisões de base, temos 81%, um número razoável.

Agora, senhores e senhoras, os números de Minas Gerais, que realmente são de causar susto e pavor. Temos a primeira divisão composta por 12 equipes. Dessas 12 equipes, somente quatro disputam as categorias de base, os Campeonatos Sub-20, Sub-17 e Sub-15. Somente Atlético, Cruzeiro, América e Vila Nova cumprem seu papel de clube de forma mais plena, formando atletas e profissionais para o futebol profissional. Quer dizer, há uma discrepância grave em relação ao futebol de outros estados do País. Esse era o paradoxo que queria apresentar para vocês. Em que pese ao sucesso do futebol mineiro nas últimas temporadas, fruto de



investimento, planejamento, da competência dos dirigentes e profissionais dos principais clubes do Estado - Atlético com títulos, América e Boa disputando acesso à Série A do Campeonato Brasileiro, Cruzeiro com títulos nos últimos dois anos, o Tombense recém-campeão da Série D do Campeonato Brasileiro e o Tupi quase conseguindo acesso à Série B também neste ano, mas já garantido na Série C do ano que vem -, no profissional e nas categorias de base, os clubes enfrentam grandes dificuldades. Os clubes menores lutam para sobreviver com impacto direto nas categorias de base, na formação de atletas e profissionais para o futebol e em toda cadeia produtiva do futebol mineiro.

Temos aqui, por exemplo, clubes tradicionais de centros importantes que tentam desempenhar seu papel na formação de atletas e de profissionais para o futebol que encontram-se atualmente na terceira divisão do Campeonato Mineiro. Coloquei três exemplos: Valério, Democrata e Uberaba, que são clubes que, mesmo na terceira divisão, lutando para retornar à segunda divisão do campeonato mineiro, em nenhum momento fecharam as portas e desativaram, por exemplo, suas categorias de base. O Valério disputa o campeonato mineiro no infantil e juvenil; o Uberaba disputou no ano passado; o Democrata não está disputando, mas em anos recentes disputou o campeonato mineiro em algumas categorias de base.

Além disso, centros tradicionais outrora presentes, como Lavras, Passos, Pouso Alegre, Manhuaçu, estão aliados do futebol profissional no Estado. Há alguns anos não vemos esses clubes nem mesmo nas categorias de base. Por outro lado, temos a proliferação de clubes privados, que, apesar do sucesso obtido dentro do campo, apresentam uma contribuição diminuta à sociedade e à comunidade onde estão inseridos.

Temos um exemplo clássico, o Minas Boca, um clube privado formado há aproximadamente três anos, que ganhou a terceira divisão, depois ganhou a segunda divisão, disputou a primeira divisão neste ano e foi rebaixado, devendo disputar o Módulo 2 no próximo ano.

Qual é o paradoxo disso? Qual é a discrepância? Um exemplo clássico disso são os clubes que, apesar da garantia de um calendário competitivo anual a nível nacional, não disputam o Campeonato Mineiro nas divisões de base em sequer uma categoria. Temos três exemplos disso: o Boa, na Série B; o Tupi, na Série C; e a Tombense, agora garantida na Série C. Em que pese à reclamação desses dirigentes no intuito de a federação promover uma Taça Minas Gerais sub-23, esses clubes foram incapazes, nos últimos anos, de disputar sequer um campeonato mineiro sub-20 de juniores. Quer dizer, estão preocupados em explorar somente um nicho do mercado, a ponta do *iceberg*, e apresentam uma contribuição diminuta para o nosso futebol, principalmente para as categorias de base, para a formação de atletas e para a formação de profissionais.

Quais são as consequências disso? Escassez de vagas de trabalho qualificadas nas categorias de base que contribuam para a formação de profissionais. De que adianta formarmos profissionais, termos instituições de ensino que vão formar treinadores, gestores, preparadores físicos, se só temos três ou quatro clubes - isso se considerarmos o Vila Nova, que caminha com um pouco mais de dificuldade - que realmente dão oportunidade para esses profissionais ingressarem no mercado de trabalho e se aprimorarem? Além do mais, isso gera oportunidade de trabalho nesses outros clubes que disputam as categorias de base do futebol mineiro. Elas são até abundantes, porém, em sua grande maioria, apresentam condições de trabalho degradantes, precárias e não respeitam sequer a legislação trabalhista. Se verificarmos a grande maioria dos treinadores e profissionais envolvidos nessas equipes menores dessas categorias de base, veremos que eles não trabalham sequer com carteira assinada, não têm nenhum tipo de contrato registrado, vivem à margem da lei e na informalidade.

Uma outra consequência é que os clubes mineiros, principalmente os clubes do interior, por não terem essas categorias de base, têm dificuldade para atrair e reter os jovens mais talentosos. A receita desses clubes, como formadores, acaba sendo comprometida ou inviabilizada, no médio e no longo prazo, no caso de transferências nacionais e internacionais desses atletas. Temos, realmente, três oásis nas categorias de América, Atlético e Cruzeiro funcionando a todo o vapor. A todo o momento vemos um jogador que teve uma formação no Atlético, por exemplo, e hoje está na Europa, foi negociado, e o Atlético acaba recebendo um percentual. Isso acaba sendo uma receita que retorna para o clube várias vezes ao longo da carreira desse jogador. E os clubes do interior, por não terem as categorias de base, acabam tendo essa possibilidade comprometida.

Quais são as necessidades diante disso? O fortalecimento dos clubes do interior, tornando-os mais atrativos aos investidores. Considero que seria prudente, e talvez necessário, estabelecer algum tipo de mecanismo na legislação, no regulamento das competições, obrigando que pelo menos os clubes da primeira divisão do campeonato mineiro participassem, sim, do campeonato mineiro sub-20, pelo menos numa categoria - considero que isso deveria ser obrigatório. Considero também que seria prudente revitalizar as categorias de base, garantindo um calendário adequado tanto no profissional quanto na base, com um investimento privado qualificado e distribuído por toda a cadeia produtiva.

O que temos hoje são os clubes de empreitada, que funcionam durante três ou quatro meses. Se o empresário obtém sucesso e acaba conseguindo acesso à próxima divisão, como no caso do Minas Boca, por exemplo, ele fecha as portas durante seis meses, depois monta mais um time de empreitada para disputar o Módulo 2 ou a primeira divisão e, ao longo do ano, acaba não contribuindo para a cadeia produtiva do nosso futebol.

Qual é o papel do Estado, considerando todos esses aspectos? Primeiro: linhas de financiamento; recursos para o desenvolvimento de cursos, pesquisas e intercâmbios científicos; fomento das competições regionais; e, principalmente, o estímulo à movimentação dos clubes no interior. Talvez hoje, com a atual estrutura dos cursos, seja até temerário o repasse de verbas, porque não há garantia de como esse dinheiro será gasto. Porém, o Estado pode contribuir, sim, por exemplo, para o custeio de despesas de competições, nas despesas de viagens, de hotel, de transporte, com a garantia de que aquele dinheiro empregado fica no Estado, é utilizado para ativar a economia local, os hotéis do interior, as empresas que realizam transporte de fretamento de ônibus. E, por outro lado, pode dar condições aos clubes do interior de disputar um campeonato mineiro de categorias de base, que é uma competição qualificada. O que acontece é que uma boa parte desses clubes mantém, sim, categorias de base, mas disputando competições completamente amadoras e que não promovem um ambiente de prática qualificada.

Outra situação: utilização dos veículos de comunicação para promoção do futebol mineiro. Hoje, se alguém quiser assistir à final, à semifinal ou mesmo à fase classificatória do campeonato paulista sub-20 ou sub-17, tem que ligar e sintonizar a televisão na Rede Vida, por exemplo, no sábado de manhã. Temos veículos de comunicação públicos do Estado de São Paulo fazendo esse tipo de transmissão, ao passo que, por exemplo, a Rede Minas e a Rádio Inconfidência não são utilizadas para esse fim. Por que a Rede Minas, por exemplo, não poderia transmitir uma Taça Minas Gerais ou o Módulo II? A Globo compra os direitos de transmissão para que nenhuma outra emissora possa transmitir, e nenhum valor é repassado aos clubes que o disputam, o que é um absurdo. Considero que a Rede Minas e a Rádio Inconfidência poderiam ter, sim, um papel na promoção do futebol nas categorias de base e das divisões inferiores do nosso futebol profissional.

Regulação do mercado por meio de legislação específica. Há muita coisa acontecendo, principalmente em nível federal, em esferas superiores, e esperamos que o bom-senso e o Prof. Medina obtenham sucesso.

Estou terminando. Exigência de contrapartidas por parte dos clubes para investimentos de recursos públicos no futebol, garantindo a contratação de profissionais capacitados e que os clubes desempenhem seu papel social na educação de crianças e jovens; e criação de condições para investimento qualificado nos clubes de futebol.

Papel da comunidade científico-acadêmica: qualificação de profissionais; produção e difusão do conhecimento, para que ele e a tecnologia não fiquem restritos somente ao Cruzeiro e ao Atlético, também cheguem aos clubes do interior, às categorias de base no interior do Estado.

E o papel da iniciativa privada: investimento privado qualificado, distribuído ao longo de toda cadeia produtiva, categorias de base e futebol profissional, e não somente no futebol profissional, que é o que temos visto especialmente no nosso estado e que está contribuindo para a escassez de vaga de trabalho, com repercussões em toda cadeia produtiva do nosso futebol, os famosos clubes de empreitada. No Rio de Janeiro e em São Paulo, também temos esses clubes: o Audax, o Desportivo Brasil, mas todos eles têm categoria de base; apenas em Minas Gerais estamos assistindo à emergência de clubes que só se preocupam em explorar o nicho de mercado do futebol profissional na primeira e na segunda divisão, e não contribuem de outras formas para um futebol mais desenvolvido. Obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de *slides*.

O presidente - Agradecemos ao ilustre expositor, que honra a família Andrade a que pertence o Prof. Odilon Andrade, treinador do Atlético Mineiro, do Cruzeiro, da seleção brasileira e da seleção do Qatar. Essa é uma família notável, e estamos vendo você honrando-a.

Com a palavra, o Sr. José Eugênio. É um grande árbitro do nosso futebol, junto do Ângelo Antônio Ferrari, ali presente. Tenho a alegria de nunca ter reclamado deles.

Palavras do Sr. José Eugênio

Eu não posso falar que uma autoridade está mentindo, mas reclamava muito, viu, gente? Boa-tarde, João; boa-tarde, todos da Mesa. É com muito prazer que estou aqui atendendo a um convite da Assembleia Legislativa, aqui representada pelo Deputado João Leite, para falar sobre a arbitragem. Sou ex-presidente da comissão da Federação de Futebol, sou instrutor de arbitragem, com vários cursos feitos na Granja Comary pela Fifa, e acompanhei todos os jogos da Copa do Mundo aqui, em Belo Horizonte, como assessor de arbitragem.

Arbitragem, todos nós sabemos que é o calcanhar-de-aquiles. A formação de um árbitro é composta basicamente de quatro pilares, determinados pela CBF e pela Fifa: formação técnica, preparação física, formação psicológica e formação social. É feito um curso preparatório no qual são colocadas todas essas situações da parte técnica e física, importantes na carreira do profissional de arbitragem. São apresentadas todas as regras, análises e interpretações que o árbitro vai vivenciar em toda sua carreira profissional, independentemente da categoria em que esteja enquadrado: FMF, CBF ou Fifa.

Quero enfatizar aqui o futebol amador. Quando o árbitro vai à federação fazer sua inscrição para o curso, acha que daí a dois ou três meses vai estar apitando jogo entre Atlético e Cruzeiro. E não é verdade. Primeiro ele tem que passar pelas categorias amadoras da federação para ganhar experiência no futebol amador. Às vezes, formam-se 18 ou 20 árbitros, mas, quando começam a trabalhar, só ficam 10, porque, nas primeiras partidas, eles já começam a receber ameaças dos torcedores do futebol amador. É assim e não vai mudar. Os torcedores começam a falar: "Você não vai sair do campo". Essa é uma dificuldade que temos hoje no futebol amador. Devido a isso estamos tentando ver se conseguimos formar escolas de arbitragem nos grupos para que possamos trabalhar com um instrutor, um psicólogo e um preparador físico. Aquele aluno que estuda de manhã pode fazer sua preparação à tarde; e o que estuda à tarde faz sua preparação pela manhã. Com isso, poderemos ganhar um número maior de árbitros para o quadro da federação, visto que hoje há um número muito pequeno de árbitros na Federação Mineira de Futebol. É inclusive uma sugestão para a Assembleia.

Dos quatro pilares, os mais importantes na minha visão são o técnico e o físico, que trabalham juntos. Fizemos algumas parcerias, por exemplo, com a Polícia Militar, com a Academia de Polícia, para que possamos dar treinamento físico para os árbitros.

Também temos uma parceria com a UFMG, onde fazemos trabalhos de educação física. Utilizamos a academia e a pista para treinamento dos árbitros e um melhor resultado nas competições da Federação Mineira de Futebol e da CBF. Hoje contamos com um dos principais árbitros da CBF, que é o Ricardo Marques, e um dos principais assistentes, que é o Márcio Santiago. Todos estão fazendo esse tipo de trabalho na academia de polícia, e, na UFMG, com o Prof. Gilson Ornelas.

Para que possamos trabalhar melhor, o pessoal do futebol amador precisa de investimentos, assim como a categoria de base, que tem recebido investimentos. A categoria de base dos clubes tem investimentos, e nós da arbitragem ainda não recebemos nenhum investimento. Precisamos de um auditório e de um campo disponível no período da manhã e da tarde, já que o árbitro que não puder fazer seu treinamento físico e técnico no período da manhã poderá fazê-lo durante a tarde, e vice-versa. O auditório poderá ser usado para o trabalho teórico às terças-feiras e às quintas-feiras. O trabalho físico é feito nas segundas, quartas e sextas-feiras, na UFMG, e, nas terças e quintas-feiras, na academia de polícia.



Atualmente os árbitros da Federação Mineira de Futebol recebem um tratamento que eu não tive, por exemplo, quando fiz o curso em 1980. Já melhoramos muito, mas ainda temos muito o que melhorar. Precisamos de tecnologias para o campeonato mineiro do próximo ano. Também precisamos de rádios que funcionem. Na CBF, existem rádios que funcionam e ajudam, o que é mais uma ferramenta para que os árbitros trabalhem em equipe e façam um bom trabalho.

A formação desse árbitro se dá na Federação Mineira - 23 federações do País têm esse curso, mas a maioria delas não atende às 220 horas exigidas pela CBF. Algumas dão menos horas-aula, por exemplo, 160 horas, 180 horas. A nossa federação cumpre 240 horas, mas esse curso é pago. Depois que o aluno se forma, ele passa a trabalhar nas categorias amadoras da federação, por um certo tempo, de um a dois anos. Posteriormente, esse aluno passa a trabalhar nas categorias de base da Federação Mineira, nos clubes de futebol profissionais. O objetivo deles é ir galgando degraus até que possam chegar à terceira, segunda e primeira divisões do campeonato mineiro. Quando chegam à primeira divisão do campeonato mineiro, eles serão avaliados para que possam fazer testes para a CBF, a fim de integrarem o quadro nacional.

A idade mínima exigida para o curso da federação é de 18 anos. Então a sugestão que faço às escolas é que comecem trabalhando com adolescentes de 14 a 17 anos, para que trabalhem como árbitros em campeonatos realizados pelas escolas. É o chamado sub-11, sub-15 e sub-17. Aliás, na Prefeitura de Belo Horizonte, existia um núcleo de futebol de grande sucesso, onde ex-atletas trabalhavam como instrutores. Esse curso de arbitragem para esses alunos de 14 a 17 anos é muito importante. Poderemos trabalhar com ex-árbitros da federação mineira, que são pessoas que têm condição de fazer esse tipo de trabalho. Poderíamos inclusive estender às ligas na Grande BH, para que possamos fazer esse tipo de trabalho e trazer para o nosso quadro árbitros de qualidade. Também poderíamos fazer com que o interior de Minas pudesse trabalhar com os árbitros. Gostaríamos que a liga nos garantisse árbitros de qualidade e com idade para integrar a CBF. Esses árbitros poderiam ser avaliados e trazidos para a Federação Mineira de Futebol.

O nosso sindicato dos árbitros tem o projeto de fazer um centro de treinamento para os árbitros. Parece que eles vão ganhar um terreno para isso. Essa seria uma maravilhosa conquista para os árbitros de Minas Gerais, já que lá teremos campo, pista e até um hotel pequeno para abrigar os árbitros do interior, que poderão vir para Belo Horizonte fazer avaliações físicas e técnicas. Aqueles que estiverem em condição poderão trabalhar conosco na federação, o que aumentará o nosso quadro de árbitros. Volto a frisar que hoje o nosso quadro de árbitros é deficiente, principalmente o quadro de árbitros do futebol amador.

O projeto Dente de Leite, como já citei anteriormente, foi muito trabalhado na época do Adson Lima. Trabalhamos muito nesse projeto quando eu era presidente de associação de bairro. No meu bairro São José, havia uma equipe da qual saíram atletas para times profissionais. O Miranda era o instrutor técnico na época.

Precisamos aperfeiçoar os nossos árbitros de elite. A federação normalmente convoca 60 árbitros para fazer o campeonato mineiro módulo A, o módulo 1, e o módulo B. Então esses 60 árbitros precisam ter um tratamento de excelência. Para isso precisamos trabalhar com profissionais de alto nível e estar nessa parceria com a UFMG. Devemos aumentá-la a fim de usarmos outras aparelhagens que existem na UFMG, como o aparelho que mede a visão periférica do árbitro. Dessa forma ele trabalhará e se posicionará de uma forma mais tranquila no campo. Ele deve sair daquela situação de “agora toca”. Ele deve sair fora dessas situações. O nosso presidente do arbitral do módulo 1 e do módulo 2 deixou claro que vai disponibilizar 2% da renda da federação para ser usada pela Comissão de Arbitragem de Minas Gerais. Esse é um passo enorme para que tenhamos subsídios a fim de colocar em prática esse trabalho com os árbitros. Utilizaremos verbas para que possamos trabalhar de forma mais convincente junto aos nossos árbitros.

Hoje, no futebol amador da capital, temos 120 árbitros, o que não é suficiente para fazermos os nossos campeonatos de forma normal. Precisamos hoje de, no mínimo, 200 árbitros, porque temos jogos pela manhã e pela tarde. Por exemplo, os módulos 1 e 2 do amador têm 48 clubes. Então são 24 jogos. Para 60 jogos são necessários 180 árbitros. Por isso precisamos usar os árbitros pela manhã e também pela tarde, o que não é aconselhável. O ideal seria que os árbitros atuassem em apenas uma partida para não desgastá-los tanto.

Agradeço a vocês e espero ter contribuído de alguma forma para termos um trabalho mais humano dos árbitros de Minas Gerais, tanto os profissionais quanto os amadores. Muito obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de *slides*.

O presidente - Agradecemos ao Sr. José Eugênio a participação. Os árbitros têm um papel fundamental, especialmente nessa discussão. Tratamos sempre disso. Vimos alguns árbitros atuando. Para nós, na questão da base, da criança e do adolescente, é muito importante o papel de autoridade do árbitro. No Rio Grande do Sul, o goleiro Aranha, do Santos, reclamou do árbitro porque ele estava sendo ofendido, mas o árbitro não tomou providência naquela questão. Lamentavelmente, acompanhamos alguns jogos sub-15 e vimos que alguns pais e algumas pessoas permanentemente cometem crimes. Eles desrespeitam o Estatuto da Criança e do Adolescente e os expõem ao vexame. Ouvimos o Dr. Williams falar sobre a psicologia e a formação do atleta. Como responde o psicológico de um menino com menos de 15 anos de idade àqueles impropérios ditos a crianças até por alguns treinadores? Muitas vezes, vemos árbitros que têm a autoridade, mas não a exercem. Para alguns fatos que acontecem nos estádios com crianças, devemos chamar a polícia. Ou seja, devemos chamar a polícia para alguns treinadores e torcedores, porque não é possível que tratem as crianças e os adolescentes como alguns fazem nos campos de futebol.

Com a palavra, o Sr. Carlos Cruz, jornalista e assessor do América Futebol Clube. A nossa imprensa, nesse quesito, tem um papel muito importante, especialmente na questão psicológica, já que, nessa idade de formação, temos de ter bastante cuidado. Muitas vezes, no afã de dar a notícia, falamos daqueles vencedores e dos títulos, mas, nessa idade, é importante a formação. A imprensa tem um papel fundamental nessa formação, e reconhecemos, no jornalista Carlos Cruz, um representante real desse cuidado com a formação da nossa criança e do nosso adolescente. Muito obrigado pela presença.

Palavras do Sr. Carlos Cruz

Obrigado, deputado João Leite, e amigos da Mesa pela oportunidade de participar e de ouvir atentamente os depoimentos importantíssimos. Boa tarde, amigos e especialmente os companheiros Ronaldo Inácio, Alexandre e Zuca, pois estamos vivos no

campeonato. A torcida americana, como sempre, está presente nos principais momentos do futebol brasileiro. E este momento é importante para nós.

Serei rápido e prático como qualquer jornalista deve ser. O que trouxe vai ao encontro de tudo que foi dito até agora e ao que V. Exa., deputado João Leite, chamou a atenção, que é a importância da mídia na formação dos atletas. Vocês verão um pouco mais à frente que, sem intenção de rotular, a imprensa tem trabalhado muito mais na deformação da formação do atleta do que propriamente na sua formação.

Para o alinhamento do raciocínio, falaremos sobre alguns fatos históricos que transformaram o nosso futebol em cultura, produto e identidade muito forte para nós, brasileiros.

O futebol chegou ao Brasil e, da década de 1920 até o início da década de 1930, era usado apenas pela elite e ainda não tinha um viés mais comercial.

Getúlio Vargas, quando toma o poder, utiliza o futebol para se aproximar das classes mais humildes. Ele aproveita a 1ª Copa do Mundo, no Uruguai, para utilizar, como fez muito bem, a máquina estatal nessa comunicação mais popularizada.

Na década de 1940, o futebol se arrefece um pouco em razão da Segunda Guerra Mundial, mas volta na década de 1950 com maior popularização, com a Copa do Mundo no Brasil, e se reafirma na construção da identidade nacional do brasileiro. Nesse período, o Brasil conquista o seu primeiro título mundial na Suíça e começa a década de 1960 conquistando mais um título no Chile em 1962.

A década de 1970 é determinante para o nosso alinhamento. Com o tricampeonato no período da ditadura militar e do milagre econômico, passamos a ver a influência da mídia com mais presença na formação do atleta. Há a primeira transmissão ao vivo do futebol. Quem é dessa época deve lembrar da corrida às lojas para comprar uma televisão para assistir ao campeonato mundial. Com isso, cria-se o principal produto da indústria do entretenimento da nossa atualidade.

A década de 1980 é marcada pelo início da globalização das transmissões. Com isso, passa-se a intensificar as transferências internacionais. Cito apenas três exemplos: as transferências do Falcão, do Zico e do Toninho Cerezo, que são emblemáticas.

Na década de 1990, passamos a entrar nessa transformação e deformação na formação dos nossos atletas. Não estou responsabilizando a Lei Pelé por isso. Não me cabe, com este discurso, criticar a Lei Zico, de 1993, e a Lei Pelé, sancionada em 1997. Os atletas ganham liberdade e passam a assinar contratos a partir dos 16 anos.

A partir desse momento, os atletas passam a ser o verdadeiro produto para o mercado de entretenimento. As empresas passam a investir diretamente neles e, para valorizá-los, pagam melhores salários. A mídia começa a participar, transformando-os em super-heróis, super-homens, *superstars*, *popstars*, enfim, em uma máquina de jogar futebol. As principais marcas do mundo os transformam em suas verdadeiras mídias. Um exemplo é o jogador Neymar, que está na ponta desse processo e representa 11 marcas. Ou seja, ele próprio é a sua mídia: vende, reproduz, cria conceitos e traz esses investidores.

A partir de 2000, começamos a viver uma aceleração do processo de formação dos atletas e as negociações ficaram cada vez mais precoces. Na era da lei do passe, o clube segurava o atleta até os 22, 23 anos, para então negociá-lo. O atleta tinha condições de se preparar melhor, como foi observado aqui, porque atingiria a sua maturidade a partir dos 20 anos. Nas últimas três décadas, a cadeia produtiva do futebol se transformou em um negócio milionário que tem como seus principais agentes os jogadores de futebol e as mídias, que, evidentemente, vendem a imagem desses atletas.

Relação do futebol com a formação pessoal. Os jovens e seus familiares passam a enxergar o futebol como meio de ascensão social mais rápido e lucrativo. Nesse processo, uma das primeiras situações que se colocam para esses atletas é que devem abandonar os seus estudos porque o seu tempo de preparação, de treinamento é incoerente com o da escola. Não dá para exigir de um atleta de base da categoria juvenil que tenha a mesma carga de trabalho da categoria profissional, que estude como deve estudar. Os principais clubes estão equipados com escolas, mas, muito mais que o conteúdo que é passado, é importante saber, na prática, se está sendo absorvido algum aprendizado que será útil na sua vida. Isso faz com que os atletas passem a acreditar que vão vencer apenas com o seu dom, com o seu talento e que não precisam realmente de uma formação. Como a maioria desses jovens que entram nesse processo não viram jogadores profissionais, saem do mercado de futebol e vão enfrentar a concorrência do mercado, acabando no subemprego.

Aqui há uma pequena observação do sonho contra a realidade, porque todo mundo quer ser um Neymar, um Messi, mas 80% desses jogadores ganham apenas dois salários mínimos, sendo que 40% não chegam a ganhar um salário mínimo. Mesmo assim, 3% daqueles que conseguem ganhar acima de 20 salários mínimos acabam desistindo no processo.

Aqueles que se transformam em jogadores profissionais, não conseguem atingir os 20 salários mínimos, caem na faixa dos 40%, vão trabalhar, como disse o Prof. Ricardo Leão, em clubes que não estão estruturados, não recebem e acabam desistindo. Estão numa faixa de idade entre 20 e 25 anos. Começa, então, uma corrida atrás de emprego, mas não estão preparados para enfrentar essa realidade.

A mídia faz isso hoje com muito mais ênfase, mas sempre existiu. Existe um exemplo histórico da relação do Pelé com o Garrincha. O Pelé foi classificado como uma máquina de jogar futebol, o atleta mais perfeito. Sabemos que ele tinha algumas imperfeições. Não acompanhei a era Pelé, mas, por meio de pesquisas, detectamos relatos de que ele foi um gênio porque deu uma cotovelada num adversário sem que o árbitro percebesse. Então, tinha os seus momentos ruins, mas simbolizou tudo isso e se transformou no que é, ou seja, numa lenda viva. Por outro lado, há o Garrincha, que era rotulado pela mídia como talentoso, criativo, mas frágil, vulnerável aos prazeres da vida, ou seja, vemos aí a relação da supervalorização com o lado humano do esporte.

Começamos a avaliar a participação da mídia na formação dos atletas, tema que nos traz aqui. Não cabem críticas a nenhum veículo, a nenhum comportamento, apenas uma constatação pela experiência de trabalhar com categorias de base, de haver promovido durante 11 anos eventos para a base. Percebemos que hoje a mídia trabalha muito mais na desinformação que na informação, que seria ideal para esse processo. A mídia sempre mostrou o sucesso do Zico, por exemplo, como resultado de trabalho e de muita seriedade. Por outro lado, Romário e Edmundo sempre foram exaltados pela malandragem, irreverência, relaxamento nos treinamentos, não precisavam treinar porque eram talentosos. Isso mostra que há um tratamento distorcido por parte da mídia. Evidentemente, esse tratamento vai refletir na formação do atleta.



É temos outra relação, professor Ricardo, pegando a outra parte do *iceberg*, a consequência, para a qual você chamou a nossa atenção. No mundial, houve a situação do Tiago Silva. Apesar de haver outras, peguei o Tiago para Cristo, comparando-o com o Barbosa, que, como todos sabem, ele foi praticamente condenado pelo fracasso do Brasil na Copa de 1950. O Tiago passou por aquele momento em que a mídia focou bastante a sua fragilidade. O que acontece hoje? O Tiago está na seleção. Não faço nenhuma crítica, apenas uma constatação. Fica claro que ele está na seleção porque é um produto, carrega em si uma importância financeira muito grande para os parceiros que nele investem, é um zagueiro que custa a fortuna de 39,4 bilhões por ano ao seu clube, cerca de 32 milhões por mês. Em 1950, Barbosa era um negro vindo de uma classe humilde. A ele foi dada a possibilidade de participar da classe de elite por causa do futebol. Hoje a relação é outra: existe a discriminação, o racismo, mas existe um viés importantíssimo, o financeiro. Pede-se correção, pedem-se mudanças, mas a aceitação midiática do fracasso é diferente do que foi no passado.

Influência positiva na formação desse atleta. A mídia não é responsável por mudar esse processo sozinha e não é culpada de estar nesse processo, mas pode participar. De que forma? Conscientizando os jovens de que o futebol não é único meio de ascensão social e informando que a formação escolar é tão importante ou mais que o futebol. O estudo, como foi dito pelo professor Williams, ajuda na carreira do atleta, na formação da sua carreira - ele vai conseguir administrar a carreira, aplicar melhor o dinheiro que ganha - e nas suas atividades práticas, por meio de coordenações psicomotoras e cognitivas para a leitura tática do jogo, para entender tudo que lhe é passado pelos seus professores. É importante a preparação para uma segunda atividade, uma segunda carreira ou até para a sua primeira carreira. Como disse, apontamos muito para aqueles que chegam e nos esquecemos daqueles que ficam, que são em número muito maior, infinitamente maior. Isso tem provocado desajuste social. Como disse, esse fenômeno não é de Minas Gerais, mas de todo o País, e está muito mais associado à nossa formação cultural do que propriamente ao desejo de mudança ou de aplicação em um único recurso financeiro.

É preciso ressaltar que nós, da mídia, temos a importância de participar desse processo, porque não existe jornalismo, imprensa sem participação social. Temos esse dever, que passa fundamentalmente pela ação dos seus gestores. Não adianta a mídia se aprofundar no discurso, mostrar as incoerências, se um professor, com escola dentro do seu clube, no dia de uma prova importante para o seu aluno, diz que ele vai para o campo, porque precisa se tornar um jogador de futebol. Esse professor se esquece de que o atleta pode não se tornar um jogador e praticamente o condena a uma situação de subemprego no futuro.

Levantei outras considerações, mas, como estamos com o tempo esgotado e vamos almoçar daqui a pouco, quero ressaltar que os principais clubes do País - chamo a atenção para esse detalhe e peço ao João Leite que nos ajude nisso - recebem da Lei de Incentivo, bem como alguns clubes menores e clubes formadores. Esses clubes têm a obrigação social de dar retorno mais efetivo. Ter uma escola e dizer ao atleta que ele está estudando, mas que a prioridade é o futebol, é uma distorção. A imprensa tem o papel de apontar e discutir esses valores, esses conceitos.

O professor Ricardo Leão citou dois exemplos importantes, duas empresas jornalísticas do nosso maior conceito e de que gostamos muito: a Rede Minas e a Rádio Inconfidência. Como veículos estatais, elas têm a obrigação de dar mais atenção, de ajudar mais nesse discurso. Mas, professor, essas empresas precisam da participação dos gestores dos clubes. Você disse muito bem que é feita divisão e que os recursos não são aproveitados. Não nos cabe nenhuma crítica, mas gostaria de complementar dizendo que os clubes discutem esses valores, essa distribuição para a mídia, assinam contrato.

Particpei de algumas discussões, inclusive em veículos particulares, em que tentaram negociar a Série B, tentaram negociar competições menores, e os clubes preferiram negociar com outra emissora, que detém os direitos. Portanto, é preciso ter consciência de que, nesse processo, os gestores de clubes estarão matando a galinha dos ovos de ouro, porque formar atleta da forma como se está fazendo é um desperdício de recursos do povo - do meu dinheiro e do dinheiro de vocês. Contribuímos para esse processo. Apenas para comparar, a Argentina estatizou o futebol, comprou o direito de transmissão dos clubes. Não estou usando a Argentina como modelo, porque há uma crítica forte de que sua política é de pão e circo. Porém, isso pode nos trazer um modelo de discussão, a fim de obtermos mais recursos para a formação - o José Eugênio falou sobre a formação de árbitros -, o que foi abordado por todos os que aqui se pronunciaram. Não é possível a mídia dar conta de tudo. Ela tem sua participação e tem feito isso, embora de maneira distorcida, na minha opinião.

Se vocês pesquisarem nos jornais de hoje - eu fiz isso antes de vir para cá -, verão que nenhum jornal de Minas tem uma única informação substancial sobre atleta de base. Citaram que o Cruzeiro foi campeão ontem - parabéns aos cruzeirenses. Mas não há uma informação sequer sobre o trabalho de formação de atletas. Sabemos que as mídias são veículos que buscam retorno financeiro, mas acho que é possível fazer as duas coisas: buscar retorno e fazer a divulgação desse processo de formação.

Deixo aqui um grande agradecimento a todos. Procurei ser o mais breve possível. Coloco-me à disposição de vocês para prestar maiores informações sobre o assunto, agradecendo-lhes a paciência. Muito obrigado, um abraço a todos.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de *slides*.

O presidente - Gostaria de lembrar que a mídia - rádios, tevês, jornais - é uma concessão pública, uma concessão do povo, portanto deve dar um retorno, o que é muito importante.

Esclarecimentos sobre os Debates

O presidente - Neste instante, daremos início aos debates. Solicitamos àqueles que fizerem uso do microfone que sejam objetivos e sucintos, dispensadas as saudações pessoais. Cada participante disporá de até dois minutos para fazer a sua intervenção. Lembramos que a leitura e apresentação oral de perguntas serão feitas de acordo com o volume de sugestões recebidas.

Debates

O presidente - Convido, para fazerem suas perguntas - podem utilizar os microfones do Plenário -, Antônio Augusto Pinto Filho, da escolinha Bom de Bola, Bom de Escola, de Augusto de Lima. Convido também Denarte D'Ávila, da ABBB de Montes Claros, e Paulo Afonso da Silva, da Liga Caratinguense de Desportos. Com a palavra, Antônio Augusto Pinto Filho.

O Sr. Antônio Augusto Pinto Filho - Minha primeira palavra é dirigida ao Mark Williams e refere-se à situação financeira e ao diferencial dos países europeus em relação ao Brasil. Com certeza, até mesmo nas contemplações financeiras de premiações para os



clubes, a distância é muito grande. Pergunto se há condições de se fazer um pouco de planejamento no Brasil a fim de melhorar o nosso futebol.

O presidente - Solicitamos ao Prof. Mark Williams que responda à pergunta de Antônio Augusto Pinto Filho.

O Sr. Mark Williams - Sim, você está certo com relação à premiação financeira que é conferida à Premier League e às outras ligas europeias, que de fato é muito mais elevada e tem um aporte de recursos muito maior. Contudo, independentemente dos recursos disponíveis, o que se espera é que a eles seja dada a melhor destinação possível. Em relação à qualidade dos nossos sistemas de educação e de formação de treinadores, é a forma como utilizamos esses recursos que tem feito com que consigamos dar o melhor suporte para o planejamento. Assim também é com relação à eficiência, como já falei, no aspecto do custo e do valor propriamente dito. O grande desafio é nos certificarmos de que esses recursos serão utilizados da forma mais eficiente possível, para que os jogadores se engajem na prática e aproveitem melhor o treinamento que lhes está sendo oferecido.

O Sr. Antônio Augusto Pinto Filho - O Adolfo e o Ricardo Leão são importantes, pude comprovar a inteligência deles. Lamento você dizer que ficou um pouco "recantilhado", mas, pelo conhecimento que vocês têm, há condições de melhorar a situação não só em relação ao futebol do Estado, mas também do Brasil, com essa crise que assola o esporte? Você falava do despreparo dos técnicos, da falta de recursos financeiros dos clubes. Já que vocês têm um grande conhecimento do futebol do Estado e do País, como acham que pode melhorar?

O presidente - Obrigado, Antônio Augusto. Vamos passar à outra pergunta; eles responderão em bloco depois. Denarte D'Ávila, da AABB de Montes Claros, Minas Gerais.

O Sr. Denarte D'Ávila - Boa tarde a todos. Minha pergunta é para o Chico Adolfo. Primeiro, parabéns! Você foi profundo no diagnóstico do fracasso do futebol brasileiro. A maior preocupação de nós, brasileiros, que somos amantes do esporte, principalmente do futebol, é com o fato de o futebol brasileiro não estar revelando mais talentos. Você não acha que a ausência dos ex-jogadores na formação dos atletas, percebida cada vez mais, tem influenciado negativamente na formação dos jogadores, principalmente daqueles conhecedores das quatro linhas?

O presidente - Obrigado, Denarte. Paulo Afonso da Silva, da Liga Caratinguense de Desportos, pode fazer sua pergunta. Obrigado pela presença.

O Sr. Paulo Afonso da Silva - Boa tarde, João, presidente; boa tarde, demais componentes da Mesa. Ouvi o nosso amigo José Eugênio, da arbitragem. Nós, que gostamos do esporte, principalmente no interior, temos trabalhado com muita dificuldade para realizar os campeonatos amadores, e um dos problemas é com relação à arbitragem. Ela é sempre muito cobrada. Nossa vontade é ver acontecer alguma coisa bonita nas cidades, e queria questioná-lo sobre uma forma de, pelo menos, dar condição para os árbitros trabalharem.

O presidente - Há outras perguntas para o Eugênio, que responderá à frente. Obrigado pela participação, Paulo Afonso.

A Elvira Cosendey, que representa o Ministério do Trabalho e Emprego, lembra a fiscalização que o ministério está empreendendo na busca da dignidade e do trabalho decente de crianças e adolescentes, muitas vezes manipulados e explorados no mundo do futebol. À tarde ela vai falar sobre essa questão, é importante todos estarmos presentes.

Há mais duas perguntas escritas, e a primeira é para o Prof. Mark Williams, a quem solicito que a responda: Qual é a importância do apoio e investimento do governo, federações e da Confederação de Futebol para o desenvolvimento das ciências do esporte?

O Sr. Mark Williams - Bom, em termos estaduais, e quando pensamos no preparo de atletas olímpicos, todo o investimento feito pelo governo é fundamental. Como já falei, com o sucesso e com esse fato positivo após as Olimpíadas em Londres, seria muito ruim termos um corte de verbas direcionadas a isso para esse novo ciclo olímpico. Então, acho isso muito positivo, e apoio é fundamental para que tenhamos o financiamento das atividades feitas pela medicina esportiva, pelas ciências do desporto e todo esse apoio. É claro que o futebol é um esporte profissional e não temos financiamento específico - pelo menos não em termos da Premier League ou de qualquer outro campeonato. O financiamento vem a partir das atividades comerciais feitas, por exemplo, pela mídia, pelos contratos televisivos.

A Premier League é um campeonato com um apelo comercial muito grande e, portanto, rende recursos significativos. Talvez nem todos esses recursos tenham sido aplicados da forma mais eficiente possível. Tivemos muitos recursos investidos em agentes e nas próprias tarifas de transferência de atletas, no sentido de comprar o passe desses atletas e atraí-los para trabalhar no Reino Unido. Mas isso, embora seja uma vantagem por um lado, é uma desvantagem, porque talvez tenha negado uma oportunidade para os melhores jogadores ingleses progredirem ao longo desse sistema. Então, em equipes como o Manchester United e Manchester City, é muito difícil trazer esses jogadores pela universidade, quando estão com 18 ou 20 anos. E eles têm bastantes recursos para recrutar jogadores de qualquer parte do mundo. Então, é uma desvantagem do ponto de vista do desenvolvimento desse jogador.

A Premier League investiu significativamente. Agora há uma legislação da Uefa que exige o mínimo de oito jogadores, entre os 24 de cada equipe, que sejam da categoria de base do próprio time. Isso ajuda, em tese. Uma coisa é termos um bom sistema de treinamento para treinadores, boas dependências físicas para os jogadores, mas obviamente eles também precisam de oportunidades para progredir, de sair do futebol juvenil e passar para uma categoria mais elevada do futebol profissional. A Uefa quis criar uma categoria intermediária chamada de Uefa sub-23, para dar uma oportunidade para que esses jogadores entre 19 e 23 anos de idade, esses jogadores de base possam jogar nos melhores times em vez de simplesmente serem mandados para outras ligas de categorias mais baixas, de outras divisões em times um pouco piores. Acho que a direção correta seria essa.

O presidente - Com a palavra, Francisco Adolfo, para responder, tanto às perguntas orais quanto às escritas.

O Sr. Francisco Adolfo Ferreira - Vou responder à pergunta do colega de Augusto de Lima.

Acho que a base de tudo é a alteração na legislação, pois está ultrapassada e não atende mais às demandas de modernização do esporte e do futebol brasileiro.

Com relação aos recursos, é preciso fazer com que eles cheguem às entidades, às ligas, para aproximar as escolas dos clubes. Sabemos que os clubes do interior estão todos falidos; não lhes chegam recursos - e, quando chegam, muitas vezes somem. Não



adianta somente mandar os recursos: é preciso fiscalizar e haver punição. É preciso ter contrapartida em termos de punição para quem não aplicar os recursos de maneira correta. Então, é um momento de esforço conjunto, que envolve as confederações, as ligas, os clubes e a classe política. É apropriado estarmos aqui na Assembleia Legislativa, pois precisamos desse apoio político, do apoio midiático para gerar apoio popular e, com ele, fazer pressão para que as coisas possam realmente ser transformadas.

O tempo ficou meio curto para eu terminar a minha apresentação. Citei um versículo bíblico que diz que quem tem fome de justiça será saciado, então quero complementar dizendo que queremos buscar justiça, condições dignas de trabalho para a maioria das pessoas que militam no futebol, e não apenas para uma pequena minoria de privilegiados. Isso é buscar justiça social. O futebol brasileiro pode ser bom para a maioria dos que nele militam. Quando falo em ser bom, não estou falando de ganhar rios de dinheiro e todo mundo ficar rico. Isso é ilusão. Estou me referindo a condições dignas e decentes de trabalho para a maioria. À tarde, o Rui vai falar sobre o Bom Senso. São 12 mil atletas desempregados. Os atletas jogaram no primeiro semestre e estão desempregados. Tive a experiência como gerente de futebol no América de Teófilo Otôni. Estreamos no Campeonato Mineiro, no módulo II, no dia 2 de fevereiro e, no dia 9 de março, acabou o ano para nós. Fizemos 10 jogos e acabou o ano. Não há mais atividade e todo mundo está desempregado e sem receber. Então, essa questão envolve basicamente a legislação.

Vou responder à pergunta do outro colega sobre o envolvimento do ex-atleta no processo. Estou vendo aqui o Euler, ex-atleta. Ele foi fazer o curso da CBF. Estava em Viçosa fazendo o curso de periodização tática. Estou vendo aqui o Ruy, que estudou no Promove. Ele está ainda em atividade, está envolvido no Bom Senso. Tenho a certeza de que, quando encerrar a carreira, se resolver ser treinador, vai buscar a capacitação, que é fundamental.

Tivemos uma reunião com o Maurício Marques, da CBF, há mais ou menos um mês, com os instrutores daquela entidade. Há uma proposta da instituição de democratizar os cursos, regionalizá-los, disponibilizando-os nas principais capitais ou pelo menos nas regiões Sul, Norte, Nordeste e por aí afora, reduzindo os custos, a fim de que sejam popularizados, tornando, ao longo do processo, essa capacitação uma regra. Então, que essa capacitação dos profissionais que vão militar no futebol seja obrigatória, num processo que, talvez, seja semelhante ao que foi o do reconhecimento do profissional de educação física, com a criação dos Crefs.

Não tenho nada contra a atuação do ex-atleta, desde que ele se prepare. O que não pode acontecer é o ex-atleta que não estudou, que encerra a carreira e se torna um professor de categorias de base, um mero repetidor daquilo que vivenciou, dos treinamentos que recebeu enquanto atleta. Ele precisa saber o que, como e quando aplicar. Isso é fundamental. A experiência prática do ex-atleta sempre é importante, mas não serve só isso, é preciso mais. Conhecimento nunca é demais.

Uma outra pergunta foi feita por uma entidade chamada Diego Duarte: “A Alemanha se preparou para ser campeã da Copa do Mundo de 2014, chegou à final da Copa de 2012 e foi semifinalista em 2006 e em 2010. Por que, no Brasil, não temos uma sequência de preparação no trabalho?”. Porque não temos cultura de longo prazo. Nossa cultura é imediatista, muitas vezes não damos sequência a um trabalho iniciado por questões políticas, quando há troca de pessoas. A mudança de cultura é um processo longo, demorado, árduo, que envolve entendimentos entre toda a comunidade do futebol. O objetivo não é uma entidade qualquer ou alguém se tornar dono de uma ideia, mas é agregar esforços, com a Abex, aqui representada pelo Ocimar; com o Rui, representando o Bom Senso; com o Prof. Medina, da Universidade do Futebol; com a UFMG; com a UFV; com a Federação Mineira de Futebol; com a CBF; com os clubes. Isso envolve gestão e a exigência, a obrigatoriedade da capacitação dos gestores do futebol brasileiro. Ainda estamos engatinhando nessa questão da gestão, que começou há pouco tempo, e não conseguiremos resolver isso de uma hora para outra. Não cabe aqui apenas criticar a CBF, as federações ou os grandes clubes, porque a culpa não é deles. A legislação existente é que permite essa estrutura. Precisamos de alteração na legislação, que proporcione modernização gradual da estrutura do nosso futebol. Mais alguma pergunta?

O presidente - Quero aproveitar para dizer que o encaminhamento de perguntas está encerrado. Estamos bem adiantados. Teremos de voltar às 14 horas.

O Sr. Francisco Adolfo Ferreira - A pergunta do Samuel do Carmo, da entidade SC Treinamentos, é muito oportuna: “Já que o grande problema e também a base do futebol é a gestão, não seria interessante a CBF realizar, além de uma escola de treinadores, também uma escola de gestores?”. Isso foi proposto pelo Maurício, na reunião que tivemos. Já existe um curso de gestão técnica na Universidade do Futebol, que é um ensino a distância, com um conteúdo fantástico. Fiz esse curso no ano passado. Aqui há mais pessoas que também o fizeram. Já existem cursos específicos na área, e acho que este é o caminho, não há como fugir disso.

O presidente - Vamos ouvir o Prof. Ricardo Leão de Andrade.

O Sr. Ricardo Leão de Andrade - Recebi duas perguntas. A primeira é do Renato Silva, da Associação de Incentivo Esportivo e Formação do Atleta: “Qual é o projeto atual que tem sido desenvolvido em escolas, clubes e escolinhas do interior?”. De que eu tenha conhecimento, no momento, nenhum. Como disse na apresentação, acho que falta sensibilidade aos grandes dirigentes. Na verdade, os grandes clubes têm uma preocupação centrada basicamente na captação de atletas, portanto mantêm algum tipo de relacionamento com escolas e clubes locais no interior, que são as famosas franquias, mas com o simples intuito de, uma vez detectado o talento, encaminhá-lo às categorias de base do Cruzeiro, do Atlético ou do América. Ou seja, não existe uma política maior acoplada a políticas educacionais, com contrapartida das prefeituras locais ou de entidades privadas. É necessário, sim, sensibilizar, mas talvez seja necessário o poder público exigir que os clubes desenvolvam um departamento de responsabilidade social, por exemplo. O Cruzeiro hoje tem um departamento de negócios internacionais que faz parcerias e intercâmbios com equipes e atletas do mundo inteiro, que vêm a Belo Horizonte, passam aqui uma temporada de treinamentos, realizam jogos amistosos. Se o Cruzeiro, o Atlético e o América recebem recursos da Lei de Incentivo ao Esporte e têm questões de desonerações fiscais, por que não são obrigados a manter e a desenvolver um departamento de responsabilidade social, que atue no desenvolvimento do futebol pelo interior e no treinamento de profissionais, em cooperação com prefeituras e entidades privadas espalhadas pelo País?

E a segunda questão é muito relacionada a isso também; é uma pergunta do Breno Nunes, da Liga Central de Futebol 7: “Considerando que os projetos de responsabilidade social, educação, entretenimento e lazer para a população são a base de uma enorme *iceberg* chamado futebol brasileiro, quais os caminhos para que os órgãos públicos e a iniciativa privada invistam em eventos



de base, diversão e educação, com vista a alcançar a ponta do *iceberg* de um futebol condizente com a devida importância que tem o Brasil?”.

Realmente, está na hora de o poder público agir. Essas discussões já estão sendo feitas em nível federal, por exemplo, com a nova Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte, Lei Pelé, e leis de incentivo. É preciso criarem-se exigências de contrapartida dos clubes a esses benefícios oferecidos, ou seja, o clube realmente tem que ser obrigado a estruturar um departamento de responsabilidade social.

O presidente - Obrigado. Com a palavra, José Eugênio.

O Sr. José Eugênio - Vou falar sobre meu amigo de Caratinga, sobre arbitragem. Basta passar um *e-mail* ou ir até a federação e pedir um curso de arbitragem na sua cidade. A federação tem o maior prazer em designar um instrutor para ir até sua cidade, na sexta-feira, no sábado e no domingo, e ministrar um curso de capacitação para os árbitros da cidade e da região. São cursos com instrutores bem afinados para passar a vocês e seus árbitros todas as novidades existentes nas regras de futebol, como, por exemplo, a mão na bola ou a bola na mão, a fim de que vocês fiquem bem treinados e façam um campeonato bacana na região.

O presidente - Isso vai ser bom, pois essa questão da mão na bola ou a bola na mão, José Eugênio, é uma guerra.

O Sr. José Eugênio - Sim, isso é complicadíssimo, mas estamos capacitados para passar tudo para todas as cidades do interior. Percorremos de 30 a 40 municípios por ano, ministrando cursos de arbitragem para capacitação, com a duração de três dias. Na federação, temos um curso de formação, com duração de seis meses.

O presidente - Capacitação para a mão na bola ou a bola na mão, Ruy? Melhor entrar sem braço no jogo, não é?

O Sr. José Eugênio - Tenho mais uma pergunta: “Por que todo mundo xinga o árbitro e não é punido, mas, quando xinga o jogador, é racismo ou ofensa? Isso tem prejudicado o árbitro em partidas?”. O torcedor xinga o árbitro. Temos exemplo do Márcio Chagas, no Rio de Janeiro, e o torcedor foi punido. Ele usou a palavra “negro”, e racismo no Brasil é crime. Então, o Márcio Chagas foi chamado de negro pelo torcedor e ainda arranharam seu carro depois, mas esse pessoal pagou.

O presidente - José Eugênio, não foi de negro não, pois negra é a raça mesmo, a pessoa é negra; preta é a cor. Entretanto, ele foi chamado de um animal, no Rio Grande do Sul, em um jogo em Pelotas, não é isso?

O Sr. José Eugênio - Isso mesmo. Da mesma forma, aconteceu com o Aranha, lá em Santos, não foi?

O presidente - Sim. Não foi negro, pois a pessoa é negra mesmo; foi de algo que não vale a pena nem dizer.

O Sr. José Eugênio - Isso, mas eles foram punidos. Agora, quanto a xingar, entendemos que a torcida está aí para extravasar, etc. Hoje, quando o goleiro vai cobrar um tiro de meta, o que o torcedor faz? Ele dá um tempo e grita: “bicha”. Não é assim? Agora, vão parar o jogo porque chamaram o goleiro de bicha? Isso não faz sentido. Entretanto, se fizerem o mesmo que fizeram com o Aranha, é diferente; o deputado João Leite falou muito bem. O árbitro ouviu, o Aranha chamou a atenção dele, mas ele não parou o jogo, por isso o torcedor e o árbitro foram punidos. A CBF puniu o árbitro porque ele não parou o jogo a fim de tomar uma atitude, que seria chamar o policiamento, resolver o problema e dar prosseguimento ao jogo. Quero agradecer a todos vocês. Boa tarde.

O presidente - Muito bem, eu gostaria que eliminassem esse negócio de chamar o goleiro de frangeiro. Não é, Carlos Cruz?

O Sr. Carlos Cruz - Que é isso, João? Você prestou um grande serviço ao futebol brasileiro, não se preocupe. Quero mandar um grande abraço ao meu amigo Wagner Toles, do LG, grande batalhador do futebol de base. A pergunta dele é a seguinte: “Como conciliar a formação educacional e a formação de rendimento de crianças de até 14 anos? Quais os papéis do estado e dos clubes?”. Wagner, acho que boa parte do seu questionamento já foi respondido aqui. É preciso realmente fazer uma revisão nas leis, aparelhar os clubes exigindo que estejam aparelhados para trabalhar na formação desses atletas e mudar o foco, colocar o foco nos excluídos, porque o foco está somente no que faz sucesso. Insisto e volto a falar da importância da participação da imprensa, de ser crítica e estar sempre avaliando esses processos.

Uma outra situação: há alguns modelos de países, como a França, que podemos trazer para o Brasil e aplicar à nossa realidade. Na França não há esse caráter competitivo que temos aqui nessas idades. Aqui é imposto ao atleta que seja campeão aos 10 anos de idade. Recentemente estive no campo do Clube Sete acompanhando um jogo de crianças de 10 anos, e o treinador grita com um atleta menino de 10 anos que perdeu uma jogada. Ele grita: “Fulano, você não quer fazer gol, não, né?”. A princípio parece uma mera cobrança, mas ele completa: “Da próxima você vai acertar”. Então ele já coloca uma carga no ombro do menino de que na próxima ele vai ter que acertar. Isso passa por uma mudança de conceito que não acontecerá de uma hora para a outra, da aplicação de um conceito cultural muito forte. Temos modelos vencedores que podem ser adaptados à nossa realidade. Sabemos que temos problemas sociais gravíssimos que levam uma família inteira a assinar um contrato para uma criança de 9 ou 10 anos de idade dizendo que ele vai salvar as próximas gerações da família, sem sequer saber se esse menino vai querer jogar futebol daí a dois, três ou quatro anos.

É isso. Agradeço a todos mais uma vez a paciência de me ouvir, ao pessoal da Mesa, e parabéns pelo evento. Obrigado pelo convite, estou sempre à disposição.

O presidente - O Alessandro Francisco Duarte, do Santa Cruz Futebol Clube, tem uma pergunta oral. Ao microfone, por favor.

O Sr. Alessandro Francisco Duarte - Bom dia a todos. Gostaria de saber de você, Francisco, a que você atribui a dificuldade de inserção do profissional de educação física hoje no mercado de trabalho do futebol. Falo isso porque, assim como eu, existem várias pessoas que têm graduação em educação física, têm curso de qualificação e, mesmo assim, não conseguem entrar no mercado de trabalho do futebol. Batem à porta de um clube e não conseguem fazer um estágio, não conseguem fazer um trabalho de acompanhamento. Os clubes simplesmente fecham as portas a esses profissionais. Queria saber a que você atribui esse fechamento de porta, essa dificuldade de inserção no mercado de trabalho para ser treinador de futebol.

O Sr. Francisco Adolfo Ferreira - Minha opinião é a seguinte: o mercado está muito concorrido. A competitividade está muito grande. Quando me formei, em 1989, só existia curso de educação física na UFMG. Hoje existem 13 só na região metropolitana. As universidades estão colocando muitos profissionais no mercado.

Entendo que o simples fato de você ter um curso de educação física, no caso específico, para treinador, ele não te prepara. As escolas de educação física nos preparam muito mais para sermos preparadores físicos. Aprendemos muito sobre treinamento físico e



pouco sobre tática. Temos os centros de referência como a federal de Viçosa, que hoje tem feito um trabalho fantástico com sua especialização.

Digo o seguinte: busque cada vez mais capacitação, conhecimentos e cursos. Faça o curso da CBF ou uma especialização em Viçosa ou na UFMG. Comece de baixo, na sua escolinha ou no clube do seu bairro. Existe todo um processo de seleção natural. No geral, a regra é essa, mas há as exceções. Há todo um processo de seleção natural, em que o profissional mais competente vai sobressair e chegar a fazer parte de um grande clube.

Realmente, no tocante à questão dos estágios, os clubes ficam reticentes, e, muitas vezes, a pessoa só consegue fazer um estágio se tiver uma indicação política, ou seja, se conhecer um diretor. Infelizmente, é assim que funciona. Então o caminho é buscar a capacitação de forma constante.

O presidente - Muito bem. Agora vou ler a última pergunta endereçada ao Dr. Mark Williams. (- Lê:) “Dr. Mark Williams, qual é o papel de Match Analysis no desenvolvimento de jogadores profissionais?”

O Sr. Mark Williams - A análise do jogo é muito usada. Muitos clubes na Inglaterra têm uma equipe dedicada à análise do jogo. Alguns deles fazem até mesmo a análise de jogos anteriores da equipe, e outros analisam os clubes rivais e os adversários futuros. A análise do jogo está sendo cada vez mais utilizada na escalação de jogadores. Os clubes usam uma combinação de sistemas de códigos baseados em vídeos. Agora quase todos os clubes profissionais têm um sistema de rastreamento, que são sistemas que basicamente gravam as coordenadas dos jogadores. Esse tipo de trabalho é usado para melhorar as habilidades táticas, físicas e fisiológicas, que dizem respeito ao rendimento e à *performance* dos jogadores. Cada detalhe do jogo é muito analisado, e essa informação é utilizada como parte do *feedback*. Os treinadores também se utilizam desse tipo de análise do jogo para projetar práticas e treinos.

A análise do jogo também é muito usada nas categorias de base, sobretudo por meio da filmagem de jogos. A maioria das categorias de base também começa a filmar jogos de meninos com menos de 12 anos até 16 anos de idade. Essa informação é obtida como um método para dar um retorno, um *feedback* aos jogadores. Talvez existam mais analistas de jogos empregados nos clubes da primeira divisão do que cientistas do esporte, e é claro que isso entra no processo de treinamento e na elite do futebol.

Mais recentemente, algumas informações têm sido utilizadas para ajudar a desenvolver programas de treinamento que ajudem na tomada de decisões. Uma das vantagens do sistema de rastreamento, que faz a filmagem e a gravação das coordenadas dos jogadores, é utilizar esse tipo de informação para criar animações. Basicamente, essa é a mesma informação utilizada pela Fifa, nos jogos de PlayStation da Fifa.

Como já disse na minha palestra, estamos num estágio de desenvolver simulações e recriações na realidade virtual das jogadas. Muitas análises de jogos são utilizadas para esse fim. Então, realmente, essa é uma parte muito importante do futebol, não somente em termos de qualidade, mas também para analisar melhor os próprios jogos de cada equipe.

O presidente - Antes de encerrar, quero responder rapidamente. Eu considero que a questão da formação acadêmica é muito importante. Na minha carreira eu tive treinadores ex-jogadores de futebol e treinadores vindo da academia. Na formação especialmente é muito importante que você tenha talvez um ex-jogador. Na nossa formação, o Barbatana era perfeito para passar, dominar e cabecear uma bola. Todos os seus jogadores eram muito habilidosos, e ele ensinava: “Quero que faça assim. Tem de bater na bola nesse ponto, dessa maneira”. O Telê Santana também era exímio, pois tinha um passe perfeito. Ele sempre dizia: “Tem de simplificar o passe para você facilitar o domínio do seu companheiro”. Uma vez, em um treinamento, queríamos que o treinador explicasse onde ele queria a bola. Um jogador falou: “Venha aqui e mostre para mim como você está querendo”. Mas ele não sabia mostrar como era. Então devemos ter cuidado.

Fiz o curso de história, que era meu sonho de criança. Na história algo fundamental é o conhecimento de mundo. Devemos aliar as duas coisas. Devemos ter o conhecimento de mundo e também o conhecimento científico, o conhecimento acadêmico. O conhecimento de mundo não lhe dá o conhecimento acadêmico. Também o conhecimento acadêmico não lhe dá o conhecimento de mundo, o conhecimento do passe, do domínio e do cabeceio. Às vezes ouvíamos no time profissional do Atlético ou da seleção brasileira: “Não me conte quem foi seu treinador de base. Ele não lhe ensinou a dar um passe. Você não sabe dar um passe”. Então devemos ter cuidado para equilibrar essas coisas. As duas coisas são muito importantes especialmente na base, na formação do atleta. É impossível um atleta chegar a um time profissional sem saber cruzar uma bola.

Não me esqueço do meu treinador no Guarani de Campinas, o Cilinho. Lá pelas tantas nosso ponta-direita tentava cruzar um bola e apenas chutava no baixo-ventre do lateral esquerdo. Seu Cilinho gritou para o ponta-direita: “Você será processado pela mulher do lateral. Ele ficará inutilizado de tanto você chutar a bola no seu baixo-ventre. Ele ficará impotente”. Não nos esquecemos dessas coisas de conhecimento que são muito importantes na formação de um atleta.

As outras questão são muito parecidas e falam sobre o financiamento. Eu me lembro de que, em 2003, quando assumi a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esporte - e o Heleno era o subsecretário de Esportes -, no orçamento do Estado de Minas Gerais havia R\$200.000,00 para o esporte. Havia 54 municípios nos Jogos Escolares de Minas Gerais. Fechamos o ano passado com R\$50.000.000,00 no orçamento para o esporte e 756 municípios nos Jogos Escolares de Minas Gerais. Criamos um projeto estruturador para o esporte. Houve efetivamente recurso para o esporte. Vamos para mil campos de futebol amador iluminados pelo programa que iniciamos, o Campos de Luz, no Estado de Minas Gerais. Então é possível ter recurso público, mas este deve ir para a escola. Precisamos aproximar os times de futebol amador das escolas, porque o recurso público não pode ir para time profissional. O recurso público não pode ir para construção de grandes estádios, mas sim para a comunidade, a vila e a favela. O recurso público deve estar na escola. Defendemos isso.

Sobre uma das perguntas feitas, quero dizer que o município de Minas Gerais que investe no esporte recebe mais repasse do ICMS do Estado. Então você pode acompanhar isso. No ano passado, se não me engano, o primeiro colocado foi Uberlândia, pois foi o município que mais investiu no esporte e, por isso, mais recebeu repasse de ICMS do Estado.

Disposomos de uma lei estadual de financiamento do esporte e uma conta para os projetos sociais. Criamos tudo isso para fortalecer a base do esporte. É importante buscarmos mais recursos. Já está na Assembleia Legislativa o Plano Plurianual de Ação Governamental para o próximo ano. As entidades, associações, ligas e federações podem oferecer emendas à Assembleia Legislativa.

As nossas meninas da taquigrafia estão o tempo todo anotando tudo para termos uma ata deste ciclo de debates. Agradecemos à nossa taquigrafia, que está sempre tão presente.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais manifesta os seus agradecimentos aos expositores, às autoridades, ao Dr. Williams, que veio da Inglaterra para nos ajudar e dar essa grande contribuição, aos telespectadores da TV Assembleia e ao público em geral e convida todos a participar hoje à tarde, a partir das 14 horas, neste Plenário, da continuação deste ciclo de debates, com a exposição Futebol Brasileiro: Visão Sistêmica, conforme programação. Muito obrigado.

Encerramento

O presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para as especiais de logo mais, às 14 e às 20 horas, nos termos dos editais de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 62ª REUNIÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 24/11/2014

Presidência dos Deputados Mário Henrique Caixa e João Leite

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da Reunião - 1º Painel: Composição da Mesa - Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos - Palavras do Professor João Paulo Medina - Palavras do Sr. Paulo César Tinga - Palavras do Sr. Fernando Ferreira - Palavras do Sr. Paulo Bracks - Palavras do Sr. Ocimar Bolicenho - Palavras do Sr. Ruy Bueno - Palavras do Sr. Mário Marra - 2º Painel: Composição da Mesa - Palavras do Sr. Vicente de Paula Pereira - Palavras do Sr. Genderson Lisboa Silveira - Palavras do Sr. Heraldo Panhoca - Esclarecimentos sobre os Debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os deputados:

Antônio Carlos Arantes - João Leite - Mário Henrique Caixa.

Abertura

O presidente (deputado Mário Henrique Caixa) - Às 14h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra o 2º-secretário para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O deputado Antônio Carlos Arantes, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O presidente - Destina-se esta reunião à realização do ciclo de debates Muda Futebol Brasileiro: Desafios de uma Renovação, que tem como objetivos debater os principais desafios e apontar soluções em busca de um futuro melhor para o nosso futebol e para todos que a ele se dedicam; discutir estratégias e ações para modernização e desenvolvimento de todas as estruturas do futebol, buscando renovação em todos os níveis: estrutural, conceitual, filosófico e de gestão; refletir acerca de uma necessária articulação das políticas educacionais e de saúde com o processo de formação de atletas, desde o futebol amador até as categorias de base dos times profissionais; e discutir a estrutura de financiamento do futebol brasileiro, considerando o papel das entidades privadas e o papel do poder político enquanto definidor de políticas públicas de apoio e incentivo a essa prática esportiva.

1º Painel

Composição da Mesa

O presidente - A presidência convida a tomar assento à Mesa para o 1º Painel os Exmos. Srs. professor João Paulo Medina, diretor e fundador da Universidade do Futebol; Paulo Bracks, diretor executivo da Federação Mineira de Futebol, advogado e especialista em direito desportivo; Fernando Ferreira, sócio-diretor da Pluri Consultoria, da Sportfood Licenciamento e Franchising e da Brasil Sport Market; Ocimar Bolicenho, presidente da Associação Brasileira de Executivos de Futebol - Abex; Ruy "Cabeção" Bueno, jogador de futebol profissional e membro do Bom Senso Futebol Clube; Paulo César Tinga, jogador de futebol profissional; e Mário Marra, jornalista e comentarista de futebol da rádio CBN de São Paulo.

Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O presidente - Esclarecemos que, após as exposições, abriremos espaço para apresentação de perguntas aos participantes da Mesa, por escrito ou oralmente, e de outras questões enviadas pelo formulário disponível pela internet, no portal da Assembleia Legislativa. Para melhor organizarmos o debate, os participantes poderão encaminhar suas perguntas por escrito, no formulário próprio, que está sendo distribuído pela equipe de apoio. Aqueles que desejarem fazer sua intervenção oralmente devem especificar isso no formulário. Informamos que os telespectadores da TV Assembleia também poderão participar. Basta acessar o portal da Assembleia, www.almg.gov.br, abrir o *link* do formulário de participação e enviar sua contribuição.

Já estamos sendo transmitidos ao vivo, para toda Minas Gerais, pela TV Assembleia. Aos telespectadores, a nossa saudação.

Com a palavra, o Prof. João Paulo Medina, para sua exposição *Futebol brasileiro, visão sistêmica*.

Palavras do Professor João Paulo Medina

Boa tarde a todos. Inicialmente gostaria de manifestar a satisfação de estar participando deste evento, na Assembleia Legislativa. Sei que o evento é fruto de um árduo trabalho dos organizadores. Fico muito satisfeito em participar de um evento como este, onde procuramos não só fazer um diagnóstico do futebol brasileiro, mas, principalmente, buscar soluções para o nosso futebol.

No últimos tempos, mais especificamente nos últimos três, quatro anos, em que temos participado de muitos eventos, temos notado uma qualificação nos debates sobre futebol no Brasil. No Brasil - aliás, não diria só no Brasil, pois conhecemos um pouco de outras



realidades e esse fenômeno do futebol passa um pouco em todos os países, pois é admirado por milhões e milhões de pessoas e praticado por muitas -, infelizmente, ele é estudado, pesquisado por muitíssimo poucas pessoas.

Vejo que hoje esse é um problema grave no Brasil, um país que, apesar de sua tradição reconhecida mundialmente, não tem tradição na questão do estudo. Somos um dos poucos países do mundo em que não se exige formação profissional específica para o futebol, em praticamente profissão nenhuma ligada ao futebol, desde o gestor, passando pelo treinador e demais áreas do conhecimento. Muitos dos bons profissionais que temos - felizmente temos um número bastante interessante de profissionais que trabalham no futebol, em várias de suas dimensões - foram buscar conhecimento de forma praticamente autodidata.

Alguns até vão para o exterior buscar conhecimentos, porque é no exterior que temos formação. Particularmente hoje, na Europa, não se pode trabalhar no futebol, em nenhuma de suas dimensões, seja na base, seja no esporte educacional, seja no esporte escolar, sem um mínimo de capacitação profissional. Vejo que esse é um dos problemas graves existentes. Não diria o mais grave, porque é difícil saber qual é o mais grave dos problemas que enfrentamos hoje no futebol brasileiro.

Eu me propus a falar de um tema um pouco espinhoso, dado o grau de reflexão crítica e até filosófica que requer. Vejo necessidade de tocar neste assunto, que considero também estratégico para o futuro do futebol brasileiro. Crescemos em conhecimento, e isso não ocorreu só no Brasil. O conhecimento, de uma forma geral, no século XX, cresceu muito apoiado na especialização do conhecimento. Ser bom profissional é saber bem a sua especialidade. Isso durante um tempo, durante o século XX praticamente todo, foi uma vantagem estratégica. Hoje, no século XXI, isso passa a ser um grande problema.

Trago isso para a questão específica do futebol. Considere hoje os clubes que teoricamente têm condições financeiras para contratar - digo teoricamente porque a situação financeira dos clubes hoje, de uma forma geral, é caótica, mas, mesmo assim, graças ao arcabouço jurídico em que se estabelecem, não há responsabilização pelos atos dos próprios dirigentes. É possível fazermos coisas, analisando e observando o orçamento, que imagináramos serem impossíveis. Por esse modelo do futebol brasileiro, os clubes vivem gastando geralmente ou quase sempre, salvo honrosas exceções, muito mais do que arrecadam.

Observamos, em relação a esse aspecto do conhecimento, que uma comissão técnica de um clube grande tem no mínimo uns 20 profissionais trabalhando dentro de suas especializações. Há o treinador, um ou dois assistentes técnicos, alguns preparadores físicos, entre eles especialistas, sob alguns aspectos, na preparação física. Um trabalha mais com a recuperação, outro com a forma física da equipe, outro com a musculação. São especializações que se desdobram em outras, como o fisiologista, o fisioterapeuta, o médico esportivo, o psicólogo. Alguns clubes hoje têm o biomecânico. O número é infundável. Isso é bom por um lado, porque está trazendo conhecimento e ciência para o futebol. Por outro, a gestão disso aí é muito difícil. Primeiro, pela questão financeira. Quais clubes teriam condições de contratar todos os especialistas nessas diferentes ciências? É muito difícil.

A outra questão é a gestão do trabalho propriamente dito, do trabalho em si. Uma vez, conversando com o Parreira, há alguns anos, ele me falou sobre se era necessária tanta gente para trabalhar numa comissão técnica. Dizia ele que, às vezes, ao fazer uma preleção no intervalo do jogo, havia mais gente atrás dele do que o número de jogadores à sua frente. Fora os especialistas, estão ali os dirigentes e uma série de profissionais.

Eu me pergunto, falando sobre gestão, como está sendo feita a gestão técnica do futebol hoje. Não estou falando da gestão administrativa propriamente dita. Temos problemas não só nas questões administrativas, mas também na gestão da coisa técnica, em razão desses problemas que citei rapidamente aqui, alguns em relação ao número de profissionais, alguns em relação à própria visão.

Então, eu estava dizendo para vocês, no início, que isso me preocupa muito, embora estejamos conseguindo qualificar nossos debates. Cito aqui o exemplo de um evento que tem acontecido, e o Ocimar até pode me corrigir se eu estiver errado. Quantos encontros de especialistas da categoria de base aconteceram de três anos para cá? Treze. Tenho participado de alguns diretamente e de outros indiretamente e tenho notado uma crescente preocupação desses profissionais da base. Essa é uma associação, um movimento entre os 40 clubes das Séries A e B. Notamos que não faltam interesse e capacitação profissional desses profissionais especificamente. Ouso dizer até que há uma evolução maior dos profissionais que trabalham na base dos clubes que na equipe principal, dada a impossibilidade de se ter, por exemplo, 40 comissões técnicas ou representantes delas e das equipes das Séries A e B. Não vejo nem mesmo esse movimento. Vejo, vez por outra, um movimento de treinadores tentando fazer um sindicato, uma federação ou uma associação que, geralmente, começa com muito ânimo, com muita disposição, com muitos depoimentos e, com o passar do tempo, vai se esvaziando. Tenho visto, ao longo de algumas décadas, isso se passar no futebol brasileiro. O que trago para vocês, nesse tempo de 30 minutos, talvez seja uma reflexão em relação a algumas questões ligadas ao diagnóstico do futebol brasileiro. Viemos notando isso, embora essa qualificação das discussões no futebol ocorra na área técnica, na área de *marketing* e na área de governança.

Recentemente, começou-se a debater essa questão. Há um mês participei de um debate interessante e rico sobre a responsabilidade social no esporte, particularmente no futebol. Esse ainda é um tema novo no Brasil. Qual é a responsabilidade social, por exemplo, de um clube de futebol? Apesar dessa qualificação, notamos que não existe um diagnóstico do futebol brasileiro. Às vezes, alguns são impacientes e até dizem: "Não vamos discutir diagnósticos". Todos já sabem o que precisa ser feito. Acho que esse é um erro monumental que cometemos. Quando você faz um diagnóstico errado, dificilmente vai encontrar o remédio. Você vai encontrar remédio para um diagnóstico errado, portanto você não vai encontrar as soluções para os problemas do futebol brasileiro. O que noto é que analisamos muito o futebol pela nossa especialização, pela nossa visão.

Participei de um evento e me lembrei do Fernando Ferreira, que pilotou, coordenou e liderou o movimento chamado Futebol do Futuro. Lembro-me de que nossas discussões iniciais se voltaram para a questão do calendário, e foi um aprendizado muito bom para todos à medida que as questões foram evoluindo. Passamos a perceber que não bastava só mudar o calendário, mas também ter aquilo que chamamos de uma visão sistêmica do futebol. Para você analisar a Série A, você precisa entender as Séries B, C, D, E, além da base e da política pública da massificação do futebol que temos. É toda uma cadeia. É claro que tratar de futebol profissional não é a mesma coisa que falar de esporte, como forma de educação, como manifestação social, como uma atividade para a saúde ou entretenimento, mas uma coisa se relaciona com a outra. É preciso, sim, ter uma visão mais ampliada das coisas.



Outro fato que se apresenta é que costumamos separar muito - e sou totalmente contra essa ideia - a política do futebol, da técnica. Tem tudo a ver. O que muda é a política. Se não entendermos como é o mecanismo de poder do futebol e das coisas, vamos ingenuamente sempre achar que isso é melhor do que aquilo, que basta mudar o calendário, que basta ter profissionais mais competentes, que basta isso ou aquilo. O jogo de mudanças passa por uma análise da dimensão política. Se não entendermos isso, ficará difícil. Se não entendermos quem quer manter a situação; quem quer mudá-la; quem quer mantê-la e por que; quem quer mudá-la e por que, vamos sempre ingenuamente achar que temos a solução para o futebol brasileiro, e não a temos. O jogo é político, e temos de nos posicionar claramente em relação a isso.

O nosso papel é continuar trabalhando. Hoje vejo a comunidade aflita e inquieta. O resultado catastrófico da nossa seleção na Copa do Mundo será um legado na medida em que utilizarmos esse desastre para repensar o nosso futebol em todas as suas dimensões. Acho que está posta essa situação. Imagino que não precisemos não nos classificarmos para uma próxima Copa do Mundo para aprendermos as lições que tivemos até aqui. Considero essa uma questão fundamental. Cabe a nós, que muitas vezes não temos o poder político, continuar trabalhando, capacitando-nos, facilitando os caminhos. Quem detém a questão política muitas vezes não têm a compreensão dos fatos. Lembro, por exemplo, o próprio presidente da CBF, antes da Copa, que, em uma entrevista, disse que não tínhamos nada a aprender com ninguém, que o Brasil era o País do futebol. Por que o presidente da CBF fala uma coisa dessas? Ele deve falar acreditando que é assim mesmo.

Então, é preciso que nós, profissionais, contribuamos com essa discussão, com esse debate de transformação do futebol brasileiro. Muitas coisas só nós sabemos. O dirigente não sabe. Ainda mais com um modelo que temos hoje de clubes de futebol que está quase na contramão da profissionalização do futebol. É proibido ser profissional, dada a estrutura que o clube de futebol brasileiro tem hoje. O dirigente, o estatutário não pode ser remunerado - o Ocimar falará muito bem sobre essa questão. A Abex é uma associação que foi criada recentemente, e isso é um avanço dentro de enormes dificuldades. O executivo hoje tem pouca possibilidade de fazer o que realmente gostaria de fazer com essa estrutura. O mesmo se passa com outros profissionais, com os próprios atletas. O Ruy vai falar, e o Tinga está aqui representando os jogadores de futebol. A gente enfrenta muito a situação de não poder falar a verdade no futebol brasileiro. O jogador que fala a verdade paga o preço. São poucos que têm essa coragem. E quando têm coragem, pagam um preço altíssimo por falar algumas coisas que são verdadeiras. Essa é uma correlação de forças desigual.

Quando se cobra muito uma atuação do Bom Senso... E a gente que tem a oportunidade de dar consultoria e orientar naquilo que está nas possibilidades da Universidade do Futebol, nas questões mais técnico-científicas - por exemplo, no calendário vemos isso acontecer: por que hoje jogar 80 partidas por ano é um total absurdo? - tem de dar elementos aos atletas. Eles sentem no corpo, mas muitas vezes não têm condições de explicar o que acontece de maneira mais técnica, mais científica.

Então temos dado esse suporte, mas, ao mesmo tempo, temos notado a dificuldade que é convencer, às vezes, até a própria opinião pública. Noto que, quando surgiu o movimento, foi identificado como um movimento liderado e motivado por interesses apenas dos jogadores que jogam nos times grandes. Na verdade, o movimento não é isso. Então, estou antecipando um pouco o assunto do Ruy, mas não vou tirar sua fala, viu? Apenas quero introduzir essa questão por entendê-la fundamental.

Foi muito interessante quando a presidenta Dilma chamou o movimento Bom Senso para uma audiência em Brasília. O movimento levou cinco representantes da elite - como dizemos, né, Ruy? Na época, os boias-frias era representado pelo Ruy. Ele é um jogador que já participou dos dois mundos: o mundo *vip* e o mundo dos boias-frias. Ele é uma voz incansável em defesa dos interesses desses jogadores que representam 80% do profissionalismo do futebol brasileiro, em termo de atletas. É uma situação bastante ruim. Vocês poderão ouvir do Tinga e de outros participantes da Mesa mais detalhes sobre essa questão.

Ainda falando sobre diagnóstico, costumei dizer assim: "Ninguém tem a necessidade daquilo que desconhece". Frase de Vítor Frade, um pedagogo e cientista do esporte que presta seu serviço há muitos anos ao Futebol Clube do Porto e inspirou também um pouco o trabalho do treinador José Mourinho. Realmente notamos que não temos necessidade daquilo que desconhecemos. Muitas vezes analisamos o todo pelo nosso conhecimento específico. Mas, no meu modo de entender, está faltando compreender um pouco mais como é que as coisas funcionam no futebol e termos uma compreensão melhor dessa correlação de forças para que as nossas boas ideias possam ter sentido. Acho que é um pouco esse o nosso dever. Também em relação a essa questão, não vemos as coisas como elas são: vemos as coisas como somos. Ver a realidade pode exigir um sacrifício extra que muitas vezes deixamos de lado.

Então, gostaria de trazer aqui para reflexão de vocês esses desafios que temos hoje no futebol. Um deles está relacionado ao próprio conhecimento que temos do futebol. Ninguém sabe tudo sobre coisa alguma e no futebol não é diferente. Acho que nos próximos anos teremos tempo para fazer esse exercício, porque acredito que serão anos muito difíceis para o futebol brasileiro.

Conversando hoje, pela manhã, percebi que o ano que vem será um ano terrível, mas que sirva para que possamos fazer o dever de casa e começarmos a fazer isso desde já. Acho que ainda não vamos conseguir resolver a situação do clube. No meu modo de entender, o jogador é o artista e o clube é a célula *mater* onde se desenvolve o futebol. Enquanto tivermos clubes doentes - como é o que temos hoje - dificilmente poderemos pensar em resgatar, restaurar ou trazer novamente o Brasil para a hegemonia do futebol mundial. Quando falo em hegemonia, não falo apenas na seleção, porque acho que até pelo grande número de atletas que temos, ainda conseguimos formar uma seleção capaz de ganhar, inclusive, uma Copa do Mundo.

O problema é que esse chamado celeiro inesgotável de talentos está mudando drasticamente nas últimas décadas. Não estamos nos dando conta disso e, se nos damos conta, não fazemos o trabalho de casa. Costumei dizer que a Europa faz, *in vitro*, o que não conseguimos mais fazer *in natura*. Durante muito tempo usufruímos da formação de talentos. A Europa, que não tinha o que tínhamos, foi buscar isso de outras formas, por meio de estudos, de metodologias. Há pessoas que ainda defendem que somos essa fonte inesgotável de talento, mas digo: não somos só nós aqui. Outro dia mesmo, depois da Copa, vi o Beckenbauer dizer que aqui nasce jogador em árvore. Não é porque um estrangeiro diz que vamos acreditar numa coisa que não é verdadeira. Se você pegar, por exemplo, os 50 melhores jogadores de futebol do mundo em 1982, 1983, tínhamos 10, 12 - temos um estudo a respeito na Universidade do Futebol. Eram sete, oito atacantes nessa relação. Se você pega a relação dos 50 melhores jogadores do mundo de 2013, há três jogadores brasileiros, sendo apenas um atacante. É uma relação que pode ser sujeita a críticas aqui e ali, mas mostra a



necessidade de reformular totalmente os nossos conceitos, a nossa formação, os nossos posicionamentos, para termos os elementos de transformação do nosso futebol.

Nós, da Universidade do Futebol, temos oportunidade de estudar as outras escolas. Há dois, três anos já percebíamos que havia a possibilidade de um novo legado no futebol brasileiro, estudando um pouco o que vinha acontecendo na Espanha e na Alemanha. A Alemanha também passou por crises. Foi em função de fazer um bom diagnóstico de sua crise e estabelecer políticas adequadas para o futebol que eles conseguiram resultados extraordinários. Não só os que vemos em função das conquistas de sua seleção, mas em função da própria prática de seu futebol de alto rendimento, de base, na massificação do futebol no país.

O tempo está terminando. Gostaria aqui de falar um pouquinho sobre o quão complexo é entender o futebol. Veja só como hoje se faz gestão. Confesso que tenho uma preocupação muito grande com o treinador, com o próprio executivo de futebol, que tem de lidar com 100 variáveis para fazer a gestão de um clube. O treinador recebe a influência do empresário. Hoje há clubes que não têm participação nenhuma sobre seus jogadores, é tudo fatiado. A própria imprensa tem usado - não é, Mário Marra? - a expressão "jogador pizza": cada fatia de um, e nenhuma do clube às vezes - não é, Ocimar? Vários clubes não têm uma participação. Quer dizer, o que chamamos de célula *mater* do futebol está nesse estado, na dependência dessa atividade.

Não sou contra o empresário, mas essa é uma atividade que está totalmente distorcida. Não acredito que esse ato da Fifa de banir o empresário vá vingar, acho que será apenas uma moeda de troca para se regulamentar a profissão. E, se ela for regulamentada, vamos ter um grande avanço. São essas questões que vejo como fundamentais.

Temos de equacionar o problema da nossa comunicação. Hoje não temos nenhum código para conversar sobre futebol. Noto isso muito na questão técnica, quando se fala em modelo de jogo, em aspectos mais específicos, em periodização tática, em princípios de jogo. Fico imaginando, quando se fala em modelo de jogo, o que cada um de nós ligados ao futebol pensa. Sei que cada um pensa uma coisa. Como conversar se não temos nenhum vocabulário comum para falar da nossa especialização, do futebol? Vejo isso como um problema muito sério. Infelizmente, não temos tempo para falar muito sobre essa questão.

Chegando ao final da minha fala, que tipo de contribuição podemos dar para superar a atual crise e construir um novo cenário para o futebol brasileiro? Essa é a questão que se discute hoje. Vamos ter de continuar fazendo eventos como este. Fico muito contente que o João Leite tenha dito que é preciso continuar discutindo e que esse fórum será permanente. Acho que isso já está acontecendo em outros setores.

Eu, particularmente, faço o convite a todos vocês. A Universidade do Futebol, em parceria com o Bom Senso Futebol Clube, está buscando um diagnóstico do futebol brasileiro. Esse fórum já se dispôs a contribuir com todas as conclusões tiradas aqui para municiar nosso documento. Outros eventos virão. Há muita coisa para ser feita.

Converso um pouco com alguns advogados, como o Dr. Panhoca, que está presente e é um estudioso desse assunto, um dos pilares da Lei Pelé. Essa é outra questão fundamental: o nosso enorme desconhecimento da legislação esportiva, que às vezes é difícil de ser entendida. Ao mesmo tempo, precisamos conhecer um pouquinho mais as questões legais, mas reconheço que é difícil. Muitas vezes converso com o Dr. Panhoca, que me dá uma aula de direito esportivo e fala tudo ao contrário do que já tinha ouvido de outro advogado. Os dois têm a lei a favor dos seus argumentos. Nós, que somos simples mortais, continuamos com as dúvidas, porque essa é uma área realmente que exige especialização. Tenho uma crítica à postura de muitos advogados: temos de nos capacitar, mas os advogados precisam nos orientar um pouco melhor em relação a como compreender e como saber o que fazer para melhorar essa área, esse arcabouço jurídico desportivo do futebol brasileiro.

Para encerrar, gostaria de contar uma historinha para vocês. Depois estarei à disposição, caso haja alguma pergunta. É uma história familiar. Tenho uma filha chamada Patrícia, que mora na Espanha e é casada com um espanhol, Javier. Eles se casaram, então nasceu meu netinho, que é espanhol.

Naturalmente, a família toda do Javier é ligada ao Real Madrid. Então, colocaram uma camisa nele. Começou, então, o Mundial torcendo para a Espanha. Como ela saiu logo no início, minha filha convenceu o filho a vestir a camisa brasileira. Vemos, então, a foto dele antes e depois do 7x1. Muito obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de *slides*.

Palavras do Sr. Paulo César Tinga

Boa tarde a todos. Primeiramente, é uma satisfação estar participando deste debate para tentar passar a visão de quem está dentro do futebol, assim como o Ruy vai fazer também. É muito importante haver um debate sobre futebol. Falamos que somos o país do futebol e pouco se viu debater sobre essas questões. Nos 18 anos de carreira, nunca havia participado ou escutado falar que estava havendo um debate sobre futebol.

Passado esse resultado de 7x1, muito se falou na mudança, e até hoje ninguém a apresentou. Essa é uma percepção nossa, que estamos dentro do futebol, e acredito ser também do torcedor. Quem tem um pouco de conhecimento sabe que o Bom Senso está travando uma luta muito grande para que essa mudança aconteça e que essa iniciativa é louvável. Ficamos muito felizes por isso. Quem teve essa ideia, essa força e essa dedicação para que isso acontecesse merece os parabéns. Já é o início da mudança.

Vou passar-lhes a visão de quem vive e viveu de futebol. Vivi, durante quatro anos e meio da minha carreira, na Alemanha. Peguei, praticamente, o processo dessa mudança em 2006. Vi que a mudança do futebol alemão aconteceu dos clubes para a seleção. Estamos falando dos resultados daquela mudança naquele país. É isso que tem de acontecer aqui. Não podemos achar que a mudança, o resultado da seleção vai influenciar os clubes. Posso estar errado, mas, para nós, jogadores, se o Brasil fosse campeão ou não, as coisas continuariam como estavam. O resultado nos fez estar aqui e temos de tirar proveito dessa situação.

Acredito que há pessoas capacitadas para falar sobre legislação, pois há muitas coisas a serem feitas. Isso é muito importante, porque as pessoas acham que o futebol se resolve dentro dos campos, somente por meio dos gols e das defesas. Realmente, isso não é verdade. Graças a Deus, tive a oportunidade de participar de clubes em momentos sempre bons; na maioria sempre houve um detalhe diferente. Um pouco mais de organização já produz bons resultados. Isso tem acontecido no Cruzeiro. Acredito que ele tem os seus



déficits também, como os demais clubes brasileiros, mas tem um pouquinho de diferença. Já está buscando mais um título. Isso mostra a importância do que falei.

Como o Medina citou, a parte política está ligada à parte do futebol, e elas têm de caminhar juntas. Muitos que não entendem o futebol, que acham que ele só acontece dentro do campo podem estar nos escutando agora, vendo-nos aqui reunidos, falando de futebol na Assembleia Legislativa e podem achar que isso não tem nada a ver. Mas pelo contrário, isso pode ser mudado aqui e acabar tendo um impacto direto naquilo que discutimos a todo momento, como os valores de ingressos, por exemplo. Tudo pode se resolver aqui, na medida em que formos ganhando força.

Como representante dos jogadores, como o Ruy, acho importante nos posicionarmos. Pedimos mudanças, mas às vezes não estamos presentes e não participamos; mas, quanto mais o atleta se fizer presente, mais força vamos ter para brigar em todas as situações e conseguir mudanças.

Outra luta do Bom Senso diz respeito à CBF, com a qual, graças a Deus, estamos conseguindo ter mais proximidade. Minha posição, que também é difundida no futebol, é a de que todas as grandes seleções tenham atletas dentro da confederação, como sempre tiveram. Não apenas na comissão técnica, como já acontece - lembrando que está sendo legal ver o bonito trabalho que já está sendo feito na seleção -, mas também na parte de organização. E não me refiro apenas à CBF. Também as confederações de Minas Gerais, de São Paulo, do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul precisam ter gente do futebol. Temos muitos atletas que foram exemplo durante sua carreira. O Euler, por exemplo, que vejo aqui, foi um exemplo como atleta e, não sei se já está, mas deveria estar em uma confederação - mineira, paulista ou outra. Essas coisas têm de acontecer. E isso em todos os lugares. Não colocar pessoas do futebol somente na seleção e não nas confederações e nos clubes. É importante começarmos a lutar para termos um representante na seleção, mais precisamente na CBF, para brigar com a questão do calendário, por exemplo, passando a visão do atleta, daquele que vivenciou as situações e sabe como é difícil jogar em alguns lugares, segundo o calendário: às vezes, a pessoa joga no domingo lá no Sul e, na quarta-feira, em Belém. O atleta que viveu isso sabe a dificuldade que é. Então, é importante que comecemos a lutar por isso. Não adianta ficarmos olhando a CBF e achando que eles vão resolver tudo. Não. Podemos resolver coisas em nosso Estado; podemos colocar gente do futebol na Confederação Mineira, para lutar por essa mudança.

Outra de nossas buscas, a que o Medina também se referiu, diz respeito à base. Para melhorarmos o futebol do futuro, temos que começar pela base. Vejo uma diferença muito grande entre a situação atual e aquela de quando comecei minha carreira. Joguei na base até 1996, quando comecei a jogar no profissional. Ou seja, peguei um pouco da década de 1990, a década de 2000 e estou pegando a metade desta, de 2010 para a frente. Assim, passei por épocas distintas e vejo uma diferença muito grande entre elas com relação à formação. Não sei precisar, porque não estudei a legislação, mas acredito que alguma coisa não esteja muito bem posta em termos de lei, já que não conseguimos garantir alguma segurança para os clubes com relação à formação do atleta. Talvez os próprios clubes não se interessem por isso, mas o fato é que hoje o atleta não tem mais raiz. O próprio diretor de futebol da base também não tem, pelos jogadores, aquele apego e carinho que talvez tenha tido comigo e com o Ruy, quando se formou, porque sabia que o jogador era do clube. Talvez ele não tenha mais esse apego porque não sabe o que vai acontecer. Como foi dito, de alguns jogadores os clubes não têm nem 1%. Isso faz com que a relação com o jogador ganhe a conotação de produto, e o clube acaba deixando de cuidar do seu produto, porque sabe que o produto não é seu e, se não der certo, pode deixá-lo para lá. Temos de ter essa preocupação e buscar encaixar as leis para que o clube tenha alguma garantia sobre os jogadores e os jogadores não se sintam um produto. Sei que sempre haverá empresários dentro do futebol e que isso é necessário, mas não com a autonomia que eles têm atualmente. Hoje, o empresário praticamente determina o que acontece dentro de alguns clubes, até escolhendo os jogadores que vão jogar. Para alguns clubes, ele determina pessoas de fora, porque tem 10 ou 15 jogadores no plantel.

Então, com relação a essas coisas, nós, que estamos dentro do futebol há um pouco mais de tempo, sentimos uma grande diferença. A interferência de fora do campo para dentro está muito grande e é feita por pessoas que talvez nunca tenham estado próximas do futebol. Se eu estiver errado, corrijam-me, mas vejo que hoje uma pessoa que tem uma condição financeira melhor resolve investir no futebol, pegar um jogador e investir no futebol. Mas o futebol é um produto do povo. A gente vê isso em todas as áreas e é o que se fala por todo o canto: que o futebol é do povo. É o que penso sobre a questão da base. Não estava preparado para falar sobre isso, porque achei que nosso papel aqui seria mais de intermediação, mas essa é minha visão, exposta muito rapidamente. É isso o que penso sobre o futebol.

Como eu disse, tive a oportunidade de viver na Alemanha, durante a mudança. Vivi em outros lugares, como no Japão, onde não há toda essa força em termos de futebol técnico, mas que faz um futebol inteiramente organizado. Joguei também em Portugal e via muito isto acontecer: a questão de não se sentar e debater, conversar sobre o futebol. Considero isso muito necessário e creio que tem de acontecer com mais frequência. E não só deve acontecer, mas as pessoas têm de saber que isso acontece. Estou aqui agora, mas terei de sair antes do término - vou ter de ir ao Cruzeiro -, e tenho certeza de que 99% dos atletas não sabem que acontece isso. Então, há alguma coisa errada. Se nós, que dependemos disso, não sabemos, há alguma coisa errada. Nós temos de saber, temos de divulgar, temos de apoiar o Bom Senso, temos de apoiar quem está apoiando o Bom Senso.

Acredito que uma das soluções seja colocar pessoas capacitadas na nossa área. Não adianta eu, como jogador, querer coordenar o futebol na parte legislativa. Não é a minha área, eu não estudei para isso. Se eu me formar, enfim, posso até debater, mas há pessoas capacitadas para tal. Já entre jogadores, diretoria, campo tem de ter essas pessoas, e nós temos.

Nós vamos falar hoje da nossa seleção, da nossa CBF, que é impossível não citar quando se fala em organização. Há muitos jogadores capacitados que poderiam estar lá, como Cafu, Raí, entre vários outros jogadores, que poderiam estar presentes ali para discutir esse calendário, discutir a forma de fazer a coisa. Não vejo isso. A única coisa que tem acontecido é o Bom Senso, brigando, batalhando - como o Ruy, representante -, principalmente diante dessa dificuldade que há do outro lado do futebol e que muita gente não vê. Todo mundo só vê aquele produto que acontece na TV aos domingos, mas a gente sabe que, na grande maioria dos casos, o futebol tem dificuldades muito grande. E pelos ganhos que temos dentro do futebol, pelo que a CBF colhe, esses clubes têm condições de ser melhor apoiados, de ter uma qualidade melhor. Os próprios clubes grandes também têm condições de ajudar esses clubes com



seus ganhos. Se a gente quer uma democracia e está pensando em todos, a gente pode tirar um pouquinho do nosso, dos nossos clubes grandes, para que a gente possa melhorar as condições desses outros campeonatos que vivem com muita dificuldade.

É muito rápida a minha participação, é muito breve, porque tenho de ir embora. Não aproveitei todo o tempo a mim concedido, até porque não tenho muito mais o que dizer. Quero agradecer a todos e dizer, mais uma vez, que isso tem de acontecer mais vezes, e nós, atletas, temos de participar mais. Coloco-me à disposição para que isso aconteça e que divulguemos esse fato. Agradeço a todos os presentes, porque, quando se fala em organizar futebol, em se reunir para debater futebol, todo mundo fala; mas estar presente, escutar, saber e conhecer, pouca gente quer. Todo mundo quer dedicar a isso somente o final de semana, o domingo, mas o futebol começa a mudar e a se resolver aqui. Obrigado e um abraço a todos.

Palavras do Sr. Fernando Ferreira

Boa tarde. Quero agradecer ao Sr. Francisco Ferreira e ao deputado João Leite o convite, a oportunidade de falar aqui, junto a vocês. Vou dar enfoque mais à gestão em governança e às finanças. Serei breve. A apresentação é um pouco longa, mas serei acelerado ao apresentá-la.

Se fizermos um resumo do que seria o futebol brasileiro hoje - estamos falando de um futebol jogado aqui dentro do Brasil, quer dizer, caracterizado por um calendário ruim, e creio que isso é quase uma unanimidade - teremos: a baixa qualidade dos jogos; a queda na formação de talentos, como aqui explorado pelo Medina; a violência e a insegurança; um ambiente institucional antinegócios; um mercado inflacionado; clubes insolventes; e estádios vazios. Há coisas boas também, como sabemos, mas esses problemas existem. Como resultado, temos uma perda de importância relativa no futebol internacional.

Passarei para algumas questões. O enfraquecimento de centros regionais importantes, principalmente muito relacionado aos campeonatos estaduais, que vão perdendo força, o que gera uma condição financeira ruim. Essa condição financeira frágil obviamente faz com que alguns clubes não tenham condição de continuar praticando um futebol profissional com os requisitos hoje exigidos. Como resultado disso, 75 clubes deixaram de disputar campeonatos profissionais nos últimos quatro anos; uns 12 mil, 14 mil, 15 mil ou 16 mil jogadores que deixam de jogar quando os clubes encerram seu período de atividade depois dos estaduais; e, obviamente, há a diminuição da concentração de torcidas, que acontece em decorrência desse campeonato com poucos clubes, o que também tem efeitos nesse desenvolvimento regional.

Sobre finanças em si, estamos falando dos 29 maiores clubes do Brasil, que arrecadam em torno de R\$3.500.000.000,00, R\$3.400.000.000,00. Na verdade eles devem mais, mas o endividamento líquido do que eles têm a receber é de R\$6.100.000.000,00. Então, para cada real de receita-ano, eles devem R\$1,80. O patrimônio líquido é negativo em R\$14.000.000,00; ou seja, se todo mundo hoje parasse e vendesse tudo, faltariam R\$14.000.000,00 para fechar a conta. Prejuízo recorde de R\$447.000.000,00 em 2013, e R\$2.000.000.000,00 nos últimos sete anos. Despesas financeiras: o custo basicamente de carregamento do endividamento - não é só isso, mas grosso modo - é de R\$323.000.000,00 em 2013; e R\$1.800.000.000,00 em 7 anos. Reparem que isso é basicamente o prejuízo. O prejuízo é quase a despesa financeira, ou seja, os clubes não aguentam a carga da dívida que carregam.

Necessidade de capital de giro de R\$2.500.000.000,00. O que é isso? Se pegarem o que os clubes têm a receber e o que têm a pagar nos próximos 12 meses, verão que há um buraco de R\$2.500.000.000,00. Isso piora ano a ano. Enquanto as receitas cresceram 341% em sete anos, a dívida cresceu 353%. Ou seja, se aumentar a receita, em vez de cuidar da saúde financeira do clube, como qualquer um de nós faríamos, pois, se estamos endividados e temos um aumento, usaríamos esse aumento para diminuir a nossa dívida, para poder ter um futuro mais tranquilo, no futebol obviamente não se faz isso. Se aumentar a receita, gasta-se tudo e um pouco mais. E há uma queda de 7% das receitas em 2014, a primeira queda. Projetamos essa queda para este ano. Será a primeira queda de faturamento dos últimos anos. Um pouco na linha do que o Medina falou - e concordo com ele -, podemos projetar que os próximos anos serão bastante difíceis para o futebol brasileiro, pela questão financeira.

Esse gráfico mostra, em vermelho ou laranja, o endividamento; em azul, as receitas; e, lá em cima, aquela curva é a relação entre dívidas e receitas. Então se vê que essa é uma relação que cresce marginalmente. Aquele pontilhado mostra uma tendência dessa curva, a despeito do crescimento de receitas nos últimos anos, por conta da renovação dos contratos de TV. Haverá mais um em 2016.

Passarei bem rapidamente esse quadro, porque ele é um pouco aborrecido. O que fizemos? Diante da situação dos clubes hoje, tentamos projetar o que eles precisariam fazer com as suas contas para se tornarem viáveis - vamos chamar assim. O número a que chegamos é o seguinte: para equilibrar as contas, os clubes precisariam, em 2013 - hoje certamente é um pouco pior, e a cada ano piora um pouco mais -, de um corte de 18% das despesas. Os clubes precisariam cortar 18% de tudo, o que significa dizer que eles estão gastando 22% acima da sua capacidade de pagamento.

Eles não têm essa grana e continuam pagando. Isso se reveste de quê? De mais endividamento, que gera mais despesa financeira futura, que gera mais endividamento. Estamos nesse círculo vicioso, de onde não saímos mais.

Sobre o que estamos falando? Sobre um excedente de despesa de R\$690.000.000,00. Resumindo para vocês, é isso. Os clubes gastam R\$690.000.000,00 por ano - esses 29 clubes -, mas não têm. Está acima da capacidade deles: R\$690.000.000,00. É isso que está faltando para equilibrar as contas no futebol brasileiro. Ou se corta ou gera isso de receita. Se você não gera isso de receita, não tem condição de manter os compromissos que assumiu. Não estou nem me referindo a criar capacidade de investimento. Aqui tem essa questão dos empresários, que é bastante polêmica. Os empresários só assumiram o poder que têm no mercado porque os clubes efetivamente não têm grana para cumprir o papel que deveria ser deles, que é formar e contratar jogadores. Se os clubes tivessem dinheiro para fazer isso, não precisariam do empresário, que está aí se aproveitando de uma falha desse ambiente institucional de negócio que temos e é muito negativo. Se não resolvermos isso, ficará um pouco difícil.

Essa é a curva dessa evolução do excedente. Na média, nos últimos anos, os clubes têm trabalhado sempre gastando 18% acima da sua condição de pagamento. Imaginem ano a ano, por oito anos, você gastando 18% acima do seu salário. É isso que os clubes vêm fazendo. Esse número subiu um pouco neste ano.

Obviamente, no futebol esses problemas financeiros que diminuem a capacidade de investimento dos clubes na base, de revelação e contratação de jogadores, acabam tendo efeito no público e nos estádios. Estamos falando de entretenimento. O futebol, assim como o

futebol de alto rendimento, é entretenimento. É assim que ele é vendido para a população. Quer dizer, desperta o interesse do torcedor por conta disso. Como todo entretenimento, ele precisa ter o retorno, ou seja, a resposta do público, que se traduz em casa cheia. Aí vem alguns números.

O futebol brasileiro, como um todo, tem uma média de público de 4.700 pessoas - aliás, depois vocês saberão o que estou dizendo -, com uma taxa de ocupação de 26% dos estádios. Essa é a ocupação média dos estádios brasileiros, todas as divisões estaduais, e por aí vai. O Brasileirão é o 15º em média de público, mas este ano deve subir para 14º. A nossa média de público atual equivale à média de público do campeonato inglês em 1904. Quer dizer, em 1904, a Inglaterra tinha essa média de público que anda na casa dos 15 mil ou 16 mil pessoas que temos no Brasil. Observem que são 110 anos atrás. Isso é bastante.

Vejam como dividimos a média de público por tipo de campeonato. Os internacionais são basicamente Libertadores, Sul-Americana e Recopa, sempre jogos em casa - público do mandante. Em 2013, os campeonatos internacionais deram uma média de 25 mil pessoas por jogo, com uma taxa de ocupação de 60%; os regionais, basicamente a Copa do Nordeste, 8.800 pessoas, com 39% de ocupação; os nacionais, as quatro divisões, 7.900 pessoas, com 31% de ocupação; e os estaduais - apenas a primeira divisão dos estaduais -, 2.500 pessoas, com 19% de ocupação.

Quando vamos comparar só campeonato nacional, aqui temos os 15 campeonatos nacionais com maior média de público. Campeonato nacional. Aí tem o *ranking* em 2012, 2013 e 2014. A Alemanha, como sempre, em 1º lugar, com uma média de público de 43 mil pessoas por jogo e 98% de ocupação dos estádios - todo jogo lotado. A Inglaterra também está com 98%, mas os estádios, em média, são menores, ou seja, 37 mil de média de público. Aí vem Espanha, Itália. Vejam que o México é o 5º lugar do mundo, com 23 mil de média de público. Aí vem a França, a Argentina, em 7º lugar, subindo este ano. Depois Holanda, EUA, em 9º lugar, 18 mil pessoas, com média de público e 91% de ocupação dos estádios. Como o negócio lá é orientado para resultado - eles são muito orientados para o negócio como um todo -, não se admite estádio com taxa de ocupação baixa. Por quê? Porque estádio com taxa de ocupação baixa dá prejuízo.

Então você tem, como objetivo central, encher o estádio. Isso entra na avaliação dos próprios clubes. Vejam que surpresa - aliás, surpresa não, isso já vem acontecendo há alguns anos: China, 10º lugar; Alemanha, segunda divisão, tem 17 mil pessoas de média de público, 71% de ocupação; depois Japão; segunda divisão da Inglaterra; Turquia e Brasil, com 39% de ocupação. Logo abaixo do Brasil, grudada, está a Austrália.

Se você está tratando o futebol como entretenimento, a prioridade tem de ser encher estádios. Isso tem de ser o foco. Tem de encher estádio porque estádio cheio é a tradução para o público de que o negócio é um sucesso, de que ali existe interesse. Aí você tem problema até com os operadores de arena, que insistem em praticar as políticas de localização sem conversar com a televisão, que escancara sempre um estádio vazio e, muitas vezes, ele não está. Você vê na TV o estádio supervazio, com o público jogado nos fundos dos estádios. Isso é muito comum, é algo insano se você quer vender o negócio como entretenimento, porque a mensagem que se está passando para as pessoas, o tempo todo, é que o produto não é interessante, e aí elas não vão ao estádio. Quando você tem um estádio cheio, você melhora o espetáculo, atrai mais torcedores, gera cobertura da mídia, que obviamente tem interesse por espetáculo, os patrocinadores ficam muito satisfeitos, tanto que dizem que, no Brasil, os clubes não conseguem atrair patrocinadores. Isso também tem a ver com a história, eles querem associar a imagem deles a grandes eventos, eventos interessantes, que tenham interesse do público como um todo, não só no estádio, mas também fora dele.

O maior poder do clube está na negociação de contratos de publicidade, de TV, em longo prazo. Isso é motivação até para os próprios jogadores. Certamente, para os jogadores, é muito mais interessante jogar com o estádio cheio do que com pouco público. Então agora você tem esse ambiente de novas arenas, que é uma oportunidade de mudar esse cenário, mas não temos visto mudanças em si. Mudaram os equipamentos. É mais uma oportunidade que perdemos. Quando você muda, com esses belíssimos estádios novos, você poderia obviamente fazer uma mudança, um choque de gestão no futebol brasileiro. Essa expressão é um pouco gasta, mas ela corresponde à realidade.

Costumamos dizer que o futebol brasileiro está, hoje, sob ataque da frequente influência dos clubes estrangeiros. As coisas mudaram. A década de 1940 e a de 1950 também foram fortes para as rádios do Rio e de São Paulo, que se espalharam pelo País e formaram contingentes de torcedores dos clubes do Rio e de São Paulo pelo interior do Brasil, pelo Norte e Nordeste. Hoje sentimos o mesmo efeito, advindo da internet, do mercado europeu. Hoje a TV por assinatura tem 13, 14 canais que transmitem o filé do campeonato europeu, e isso gera um efeito comparativo muito perverso, principalmente, para a garotada, que está iniciando, acompanhando isso, que joga *game* com o Messi. Aí ele assiste ao jogo na TV aberta. Uma coisa incrível, a principal TV do Brasil coloca o seu principal narrador para transmitir os jogos da Champions, mas não transmite jogos do Campeonato Brasileiro. Então tem-se um cenário que está se formando muito claramente. Você repara que, nas negociações dos contratos de direito de TV, em que há um cenário se formando, se os clubes brasileiros não acordarem, eles vão se colocar, muito claramente, num *corner* na negociação de direito de TV um pouco mais à frente, porque a audiência dos jogos de TV do exterior tem crescido, a relação entre o custo de compra desses direitos e a audiência está começando a ficar assimétrica em favor dos campeonatos europeus. Ou seja, daqui a pouco, a TV vai concluir que vai ficar um pouco caro o que se paga pelo Campeonato Brasileiro *versus* outras alternativas que você não tem.

Esse cenário só não acontece hoje por causa do horário, pois, no futebol europeu, não se mexe no horário, e, no brasileiro, conseguimos colocá-lo estrategicamente naquela faixa após a novela. Se não fosse por isso, já estaríamos tendo um problema sério com negociação de direito de TV aqui, no Brasil. Isso é o efeito, e lutar contra isso não é fácil.

O outro problema é que temos um futebol amador. Precisamos ter consciência de que o futebol é amador. Todo o mundo e os profissionais estão muito preocupados, mas vamos ser realistas: no Brasil, o futebol é amador, por conta da estrutura em que os clubes são formados. São entidades associativas, sem fins lucrativos. Até aí, não tem problema nenhum, mas esse modelo de gestão não profissional é, sim, um problema muito sério.

Estamos lutando contra as formas de entretenimento. Falam que no Maracanã, há 40, 50 anos, havia 150 mil pessoas nos jogos. É verdade. Os jogos eram muito melhores, era uma coisa muito mais atraente, mas você não concorria como concorre hoje. Puxando o



lado economista da história, atualmente, a pessoa tem restrição de tempo e dinheiro. Todo mundo tem restrição de tempo e dinheiro, ou de tempo, ou de dinheiro. Então, você tem de fazer escolhas de tempo ou de dinheiro, e essas escolhas são muito mais complexas quando você tem muitas opções de entretenimento, como o que aconteceu, por exemplo, com o cinema, que é um excelente exemplo que o futebol deveria usar. Há 15 anos, havia um público de 15, 20 milhões de pessoas; hoje, no Brasil, 200 milhões de pessoas assistem a filmes nos cinemas. Elas se prepararam para isso, ou seja, criaram uma questão de conforto, mas também cuidaram de conteúdo e tudo o mais. A mesma coisa pode acontecer com o Brasil, mas, na verdade, estamos lutando com esse mercado que é muito mais profissional que o nosso.

Não dá para dissociar essa pouca atratividade do futebol como produto de entretenimento dos problemas dos clubes. Vou passar por esse ponto basicamente para chegar próximo ao encaminhamento. Esse círculo vicioso - depois vocês podem encontrar isso no *site* da Pluri - é um esquema que fizemos para simplificar o que acontece com os clubes de futebol. Na verdade, esse é um modelo de gestão não empresarial, amador, pouco orientado a negócio, sem responsabilidade orçamentária e com ambiente político conturbado. Isso gera má gestão, que gera desequilíbrio nas finanças. Sem condições de investimento, os gestores continuam endividando o clube para montar equipes competitivas. A situação financeira se torna insustentável, com penhoras, atrasos e tudo o mais, levando à necessidade divina de novos gestores. Vocês podem pensar nos clubes de vocês ou em outros clubes do Brasil.

O processo de saneamento imposto pelos novos gestores precisa ser duro, ou seja, eles precisam reduzir a capacidade de investimento e diminuir o volume de recurso no futebol. Quando isso acontece, ocorre uma perda de resultado dentro de campo, porque o clube, obviamente, não tem grana para investir. Os resultados negativos afastam torcedores e parceiros comerciais, e a pressão política de torcedores abre espaço para a volta de gestores menos responsáveis e sem preparo. Vou citar o caso do Vasco da Gama, que é um exemplo clássico, passou exatamente por esse ciclo. Outro exemplo seria o Flamengo anteriormente, não o de agora.

O que seria um negócio saudável e é um modelo que acontece lá fora, no meio? Modelo de gestão empresarial, orientado a negócio, com responsabilidade orçamentária e ambiente político adequado, em que se separam executivos de política. Isso gera maior capacidade de atração de parceiros, patrocínios e investidores, aumenta a geração de receitas, gera maior capacidade de investimento no futebol, que é o que interessa, com times mais fortes, aumenta a competitividade dentro de campo ao longo do tempo - ele não irá ganhar sempre, mas ao longo do tempo - e engaja torcida. Assim, entra-se num círculo virtuoso.

Finalizando, estamos num momento em que precisamos discutir este assunto, apesar de toda essa questão da Fifa, pois não sabemos como a coisa ficará. Como o Medina disse, pode ser que fique como uma moeda de troca ou que realmente signifique uma mudança. O Brasil precisa discutir a capacidade de investimentos. Não teremos empresários para investir no futebol, e, se os clubes não têm grana para investir nele, alguém precisa fazer esse papel.

Então precisamos discutir questões como o modelo alemão, em que os clubes têm 50% mais uma ação própria da associação e podem vender uma parte dessas ações mantendo o controle sempre, para captar recursos para investir no futebol.

Por último, quero citar alguns pontos urgentes para a reestruturação do futebol brasileiro: implantação no sistema de licenciamento como acontece na Europa, em que podem ser criadas regras para os clubes cumprirem, sob o risco de punições esportivas e dos próprios dirigentes; controle dos prejuízos dos clubes, pois a medida de simplesmente comprovar o pagamento de salário e impostos não é suficiente, é preciso controlar a última linha dos clubes para que parem de ter prejuízos e acumular endividamento; punição esportiva e responsabilização objetiva de dirigentes, até por uma questão de moralização; profissionalização total, que obviamente não pode ser forçada, mas pode ser utilizada como contrapartida; profissionalização na estrutura do clube como um todo - ele não precisa deixar de ser uma entidade associativa, como o Barcelona e o Real Madrid são, mas o clube precisa ter profissionais qualificados e com autonomia para geri-lo; reforma do calendário; implantação de um modelo transparente de distribuição de cotas de televisão, que seja conhecido, e não definido na canetada; e criação de um ambiente favorável aos investimentos como um todo.

Somos a 7ª economia do mundo, na nossa frente há três países com tradição no futebol - Alemanha, Inglaterra e França. Não faz sentido sermos o 8º país do mundo em receitas dos clubes, 12º em valor de mercado dos jogadores, 15º em público e 34º em ocupação dos estádios. Obrigado pela atenção.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de *slides*.

O presidente (deputado João Leite) - Boa tarde a todos. Com a palavra, para seu pronunciamento, o Sr. Paulo Bracks.

Palavras do Sr. Paulo Bracks

Boa tarde a todos. Na pessoa do deputado João Leite, agradeço o convite para falar em nome da Federação Mineira de Futebol sobre mudança no futebol brasileiro, um ciclo de debate cujo tema é renovação, e cumprimento os presentes, representantes de vários segmentos do esporte, do futebol, da imprensa esportiva, atletas, ex-atletas, treinadores, comissão técnica, gestores, diretores, advogados esportivos. Cumprimento o Dr. Panhoca, com quem iniciei na parte jurídica há alguns anos. Agradeço a oportunidade de dividir esse espaço com algumas autoridades - o Ministério Público também está presente - e minha mãe, que também está presente.

A proposta, em nome da federação e em meu nome, é dizer o que a entidade tem feito para mudar o futebol brasileiro, em especial o mineiro. Fui surpreendido ao chegar aqui e ver que os debatedores trouxeram apresentações e imaginei que seria uma mesa-redonda, então não fiz nenhuma preparação. Porém, mais surpresa tive no primeiro dia de Federação Mineira, ao deparar-me com um carro-forte na porta da federação.

Questionei um colega sobre o que aquele carro-forte estava fazendo ali, e ele me respondeu que havia trazido o pagamento dos funcionários. A Federação Mineira, há 11 anos, pelo menos, não movimenta conta corrente, e isso deveria ser uma das primeiras mudanças da nova gestão. Não estou aqui para falar mal da gestão passada, para olhar no retrovisor, mas para dizer aos senhores, que não têm conhecimento, como encontramos a federação e o que tivemos de proposta para mudar um prédio, praticamente, em chamas. Tivemos de escolher onde apagar fogo.

Tínhamos dívidas na Federação Mineira de 1963. A dívida mais antiga que a federação tinha - o amigo Fernando gosta de números - era de aproximadamente R\$36.000.000,00, só com o governo federal. É difícil fazer gestão dessa forma, mas somos jovens e somos, principalmente, abertos ao diálogo. Hoje, com o presidente Castelar, com o secretário-geral e comigo na Diretoria Executiva, a média



das idades é de 32 anos. Falta-nos experiência, mas nos sobra vontade de mudar, de enxergar as coisas com outros olhos. Conseguimos, pelo menos no primeiro mês, fazer uma economia de gastos de cerca R\$60.000.000,00 só com notas, recibos, xérox, estacionamento e combustível. Antigamente, os funcionários apresentavam as notas na boca do caixa e recebiam aquele valor, e, agora, controlamos isso por meio do presidente. Estamos economizando bastante na federação, e o principal é que estamos repassando isso para os clubes.

Desafio os senhores a conversar com os atuais presidentes de clube, principalmente das divisões menores do futebol mineiro, e questionar como está a nova gestão, em termos, principalmente, financeiros. Estamos tentando voltar as atenções para o que realmente é preciso. Hoje a Federação Mineira de Futebol está muito orgulhosa de ter o Cruzeiro como campeão brasileiro e campeão brasileiro em sequência; o Cruzeiro e o Atlético no final do Copa do Brasil; o Atlético como campeão da Recopa, o América e o Boa na Série A; o Tombense como campeão da Série D; o Tupi quase subiu. Olhamos para nosso Módulo II, para nossa segunda divisão, para nossa categoria de base infantil e juvenil, e entendemos que as mudanças devem ser mais impactantes.

O que mudamos nesse pequeno espaço de tempo em que estamos lá? Assumimos a federação de junho para julho, então foi uma transição. Não estamos com seis meses de gestão. Devemos fazer, para ontem, o que tem de ser feito. Quanto ao calendário, recebemos elogios por estarmos adequados a ele. Isso exige o bom senso, o que é exigido da maior parte dos jogadores, para que eles possam ter calendário o ano inteiro. Entramos em julho e tínhamos de fazer uma Taça BH em 15 dias, porque nada tinha sido feito até então. Fizemos a Taça BH. Como foi ventilado na parte da manhã, não fizemos a Taça Minas Gerais, mas, para 2015, a Taça Minas Gerais estará no calendário. A proposta é que seja uma Taça Minas Gerais Sub-23, com quatro ou cinco atletas acima dessa idade, exatamente no segundo semestre, para aqueles clubes que não tiveram calendário em 2014. Pretendemos ter primeira, segunda e terceira divisões infantil, juvenil, júnior, Taça BH e Taça Minas Gerais, para o ano que vem, adequando-as ao calendário, que é um dos pilares que conseguimos mudar, no tempo em que estivemos lá. Fizemos, neste ano, a 30ª edição numa modalidade sub-20, mas estamos atentos às mudanças nacionais, às mudanças no Brasil, principalmente no calendário de base.

Tive a honra de participar de uma dessas reuniões, que até foram ventiladas pelo Ocimar, do movimento de base. Hoje a base forte do Brasil é um calendário maior para o sub-20, isso em âmbito nacional, a cargo da CBF. Se isso for aprovado, vamos aprovar do lado de cá uma Taça BH Sub-17. Não vamos forçar os clubes a terem um plantel que não vai dar conta de duas competições grandes ao longo de todo o ano. Então, se for aprovado o sub-20 durante todo o ano, vamos puxar a Taça BH para o sub-17, a fim de prestigiar essa categoria para não conflitar com a categoria do sub-20. Então temos de estar sempre atentos às mudanças, em âmbito nacional, para aplicá-las no Estado.

Quanto à mudança de calendário, fizemos as reuniões arbitrais dos conselhos técnicos dos Módulos I e II com mais de 90 dias de antecedência, para que os públicos possam se organizar e consigam fazer a gestão dos seus jogadores e do seu departamento técnico. Isso é muito importante não só para os clubes, mas também para a federação e o futebol mineiro. Falando em mudança, conseguimos a padronização dos gramados nos jogos dos Módulos I e II. Os gramados, em todos os estádios, têm de ter 105x68. Essa foi uma luta que a federação iniciou e passou aos clubes que bancaram essa briga de padronizar os campos, o que, na minha opinião e da federação, valoriza o futebol. Então vamos aos poucos passando todas essas mudanças aos clubes e torcedores.

Quanto à violência, deparamo-nos também - foi uma das nossas surpresas - com a posição, que eu, como pessoa física, respeito e, como entidade, também devo respeitar, da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais. Não sei se todos sabem, mas a Polícia Militar parou de fazer o que antes realizava nos estádios: a revista inicial nos torcedores. Hoje a Polícia Militar age externamente, como sempre agiu, e internamente nos estádios, é o que chamam de tropa de desinterdição, apenas para a repressão e o restabelecimento da ordem. Então nos deparamos com essa nova postura da Polícia Militar, em jogos grandes de Cruzeiro e Atlético disputando títulos, e tivemos que nos adequar a essa situação. A Polícia Militar, aos poucos, na minha opinião, está saindo dos estádios de futebol, e os clubes, federações, confederações e torcedores têm de se adaptar a essa nova realidade.

Nas competições menores - falo de idade -, infantil e juvenil, presenciámos vários cancelamentos de jogos pela ausência da Polícia Militar. Estávamos com uma faca de dois gumes na mão, ou seja, deixamos realmente na mão da Polícia Militar e ficamos sujeitos a cancelamentos e adiamentos de vários jogos ou vamos abrir talvez para uma segurança privada, particular, sob a chancela da federação. Isso foi feito. Foi uma prova de credibilidade para os clubes e para esse setor específico de segurança privada. Não tivemos problema algum a partir do momento que a Polícia Militar informava que não ia aos jogos infantil e juvenil, e a gente colocava segurança privada, sob a chancela da federação, consultando CNPJ e funcionários. Não tivemos problema algum, e os jogos não foram cancelados nem adiados. Então é uma nova realidade lidar com essa violência nos estádios, que não é só nesses jogos grandes.

O Fernando foi muito claro ao falar de bilheteria. Encher estádio não é tão simples assim. Precisa-se de condições para encher estádio. Fizemos duas reuniões: Atlético e Cruzeiro; Cruzeiro e Atlético. A federação ficou neutra fazendo uma reunião para que tudo fosse estabelecido em relação aos ingressos. Não houve bom senso do lado do Atlético nem do Cruzeiro. Houve sim um certo litígio por conta dos ingressos. Então, se não se consegue ter harmonia entre os dois maiores clubes de Minas, você vai exigir harmonia de clubes menores que jogam às vezes em campo de terra batida?

O nosso papel é dar condições aos clubes de fazerem o seu futebol da melhor forma possível. A federação está de portas abertas. Como eu disse, a gestão é de pessoas novas, que querem ouvir, dialogar.

Desde a primeira reunião a que vim deixei meu *e-mail* e o meu número de telefone. Tenho tentado retornar todos os contatos que me são feitos, bem como agendar as reuniões que serão realizadas comigo e também com o presidente e com o secretário-geral, para que possamos escutar e abrir a entidade regional que administra o desporto para todos - atletas, gestores, clubes pequenos, clubes grandes -, a fim de que façamos um futebol mineiro cada vez mais forte.

A nossa proposta hoje é de renovação: muda futebol brasileiro! Então, quero ouvir mais que falar. Com essa breve exposição e respeitando o meu tempo de 20 minutos, agradeço-lhes e deixo os meus contatos para quem quiser conversar sobre qualquer assunto que enriqueça o futebol mineiro. Muito obrigado.



Palavras do Sr. Ocimar Bolicenho

Boa tarde a todos. Nas pessoas do deputado João Leite e de Francisco Ferreira gostaria de saudar os componentes da Mesa; e nas pessoas de Alexandre Matos e de Valdir Barbosa, associados da Abex, gostaria de saudar toda a comunidade esportiva mineira. Aliás, quero reconhecer que ontem eles realizaram um grande feito sagrando-se bicampeões brasileiros.

Executivo de futebol é uma expressão que surgiu há três anos e é uma novidade no cenário esportivo brasileiro. Posso falar com bastante tranquilidade sobre isso porque já fui dirigente estatutário, que também é uma nomenclatura nova. Fui presidente do Paraná Clube com 35 anos de idade, naquele momento, o presidente mais novo dos clubes da Série A do Brasil. Infelizmente, depois de 20 anos, vejo o meu clube na mesma situação de todos os outros clubes brasileiros, devendo quatro meses de salário aos seus jogadores. É sinal de que alguma coisa não andou bem, por isso resolvemos juntar forças com todos aqueles que se dedicam ao trabalho profissional do futebol.

Quando falamos em Associação Brasileira dos Executivos de Futebol, não estamos amparando apenas o executivo de futebol, que é uma figura nova. Também queremos conosco o gerente de futebol profissional, o gerente de futebol de base e o antigo supervisor, que agora o chamamos de coordenador operacional e de logística. Portanto, esse grupo de profissões é que forma a Abex. Como eu disse, a Abex foi fundada em 2011 e tem feito vários encontros, procurando sempre trazer à discussão os assuntos relacionados aos clubes de futebol.

Em 2012 fizemos quatro encontros, sempre com uma palestra em cada um deles. Por exemplo, em Barueri tivemos a palestra do Andrés Sanchez, que, naquele momento, era o diretor executivo da CBF; em Curitiba, contamos com o Paulo Schmidt para falar sobre o STJD; em Goiânia, contamos com a presença de Mustafá Contursi, que é presidente de sindicato de clubes e federações; e em São Paulo, com a palestra do Virgílio Elísio, diretor de Competições da CBF, e também com a presença de Carlos Alberto Parreira.

Em 2013 realizamos outros quatro encontros, sempre com uma palestra relativa aos assuntos referentes aos executivos de futebol. No Rio de Janeiro, com Marcelo Campos Pinto, executivo da Globo; em Campinas, com Eduardo Tega, da Universidade do Futebol; em Salvador, com o Prof. João Paulo Medina, onde foi estabelecida, pela Universidade do Futebol, uma aula presencial do primeiro curso de gestão técnica de futebol; e em Porto Alegre, com a palestra do Prof. Álvaro Melo, da Universidade Federal do Ceará, que falou sobre legislação esportiva.

Em um dos encontros realizados no Rio de Janeiro tivemos a grata surpresa de receber os treinadores de futebol. Isso foi em 2012 e, naquele momento, fundaram a Federação Brasileira dos Treinadores de Futebol. Então, estavam lá Felipão, Falcão, Caio Júnior, Vagner Mancini, Oswaldo de Oliveira, Dorival Júnior e Alexandre Gallo. Eles levaram isso para a frente e realmente adotaram a ideia de que a entidade deveria ser formada.

Eles têm se reunido e trazido muitas ideias para que a profissão de treinador de futebol também tenha seu reconhecimento.

Realizamos dois cursos de gestão técnica do futebol com a Universidade do Futebol e incorporamos nas nossas categorias os profissionais das categorias de base - foi um movimento do futebol de base mencionado aqui pelo Prof. Medina. O que a Abex quer receber em troca e qual a contribuição para a profissionalização do futebol brasileiro? Queremos regulamentar nossas profissões - essas que acabei de dizer -, realizar cursos profissionais de formação de novos gestores. Essa foi uma pergunta da parte da manhã, e aqui digo que temos o apoio da CBF, esse curso será chancelado pela própria confederação. Ou seja, a ideia de formarmos novos gestores para a nova realidade do futebol deverá acontecer já em 2015. E caminhar com todas as entidades que objetivem o engrandecimento do futebol brasileiro.

Muito bem. Tudo isso é ideia. Queria passar para o outro arquivo, por favor. Ideia é bonito, mas o que vale mesmo é a ação. Temos algumas sugestões do que fazer para que o futebol brasileiro realmente tenha uma organização profissional. O que temos de aspecto positivo? Uma inesgotável fonte de talentos, e aqui estou falando não só de atletas de futebol, mas também em administradores de futebol; temos pessoas altamente capacitadas para gerar a transformação necessária e promover o equilíbrio entre a razão e a paixão, o que não é fácil; temos o surgimento de vários cursos específicos para o futebol que até então não existiam; e temos os esforços das entidades de classe para corrigir os números do futebol brasileiro.

Quais são os aspectos negativos? Temos uma resistência política muito grande dos dirigentes estatutários. E aqui vou abrir um parêntese. Quando criamos a Associação Brasileira dos Executivos, a primeira resistência que tivemos foi dos treinadores de futebol: "O que esses caras vão querer fazer aqui, que papel eles vão desempenhar?". Porque até então o treinador era responsável por várias coisas dentro de um clube de futebol, mas isso não se admite mais. Como não se admite mais também o dirigente trabalhar em sua empresa até às 6 horas da tarde, chegar às 6h30min no clube e tomar uma dose de uísque ou seja lá o que for e querer tomar as decisões que foram necessárias nas 24 horas anteriores. Isso prevaleceu até 10 anos atrás. Hoje isso é incabível, não existe mais essa possibilidade.

Mas estamos enfrentando uma grande barreira. Comecei com os treinadores, e gostaria de dizer que nesses três anos não temos mais a resistência deles. Muito pelo contrário, os treinadores estão sabendo reconhecer até onde vai o trabalho do gestor e onde começa o trabalho do treinador. Num primeiro momento, eles acharam que tomaríamos algum campo de trabalho deles. Mas o volume de trabalho que se exige hoje de um clube de futebol e a tranquilidade de o treinador cuidar, objetiva e unicamente, dos aspectos de campo fazem com que eles nos vejam como parceiros.

Mas ainda temos uma resistência muito grande do dirigente estatutário. Isso porque ele nos contrata por duas razões: ou porque fomos indicados por alguém, por algum amigo dele ou para ser um escudo dele. Não desacreditem, o executivo de futebol tem muito pouca autonomia no futebol brasileiro. Então, as verdadeiras decisões são tomadas ainda pelo dirigente estatutário. Qual é o quadro ideal? O ideal é que o executivo de futebol tenha a total confiança do dirigente estatutário. Na hora em que atingirmos isso, realmente teremos um futebol profissional. Acho que estamos caminhando para isso.

Estou muito otimista de que, num prazo muito breve, o que aconteceu com os treinadores acontecerá com os dirigentes estatutários.

O poder decisório ainda é centralizado nas federações e confederações. Não temos muito acesso. Quero abrir um parêntese: a CBF tem aberto um canal de comunicação com as entidades de classe, onde se inclui a Abex.



O calendário com número excessivo de jogos. A influência da mídia e das torcidas organizadas. Vou concordar com o Fernando: o diretor estatutário realmente extrapola suas condições orçamentárias, porque não aguenta a pressão de um resultado negativo.

A pouca representatividade dos agentes do esporte. Ou seja, atletas, treinadores e profissionais de futebol nem sempre são ouvidos. Esqueci-me de um detalhe, além do dirigente estatutário, temos uma outra resistência muito grande, hoje, dos agentes de jogadores, porque eles preferem mil vezes negociar com o dirigente estatutário do que com o executivo. E se ele oferecer um jogador para o clube do executivo que o executivo sabe que o clube não pode pagar, ele vai dizer “não”, e o dirigente estatutário vai dizer “sim”. Então, há também resistência dos representantes de atletas que preferem negociar com o dirigente estatutário do que com o profissional.

Por último, hoje, os salários são absolutamente fora da realidade brasileira. Efetivamente, os clubes não conseguem pagar alguns salários, por isso estão na situação em que estão.

Então, qual é o diagnóstico que resumimos de tudo isso? Precisamos implementar as atualizações necessárias, num curto espaço de tempo, sendo os principais agentes dessas mudanças o executivo profissional e o dirigente estatutário. Essa parceria precisa ser incentivada, precisa ser efetivamente concretizada.

Ao executivo de futebol caberá a responsabilidade de, por meio de suas ações e métodos, gerar uma relação de extrema confiança com o dirigente estatutário. Para isso, deverão estar ambos devidamente preparados. Ou seja, já estamos exigindo do executivo que esteja preparado, que tenha uma formação acadêmica mínima e que tenha conhecimentos mínimos para exercer sua função. O dirigente estatutário vai demorar um pouquinho mais.

Qual a terapêutica que achamos que resolve o problema? Estabelecer uma relação de confiança entre a diretoria e os executivos profissionais, estabelecer o limite de atuação do dirigente estatutário em relação ao executivo profissional, estreitar a relação com as entidades de administração esportiva e implementar as medidas que irão atualizar o futebol brasileiro à nova realidade do esporte.

É isso, de uma forma bem sucinta, o que queria dizer. Vou ficar no meu tempo, para ajudar no cumprimento do horário. Agradeço a todos. Muito obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de *slides*.

O presidente - Agradecemos ao ilustre expositor. Com a palavra, para seu pronunciamento, o Sr. Ruy Bueno, grande cabeça que representa os jogadores de futebol.

Palavras do Sr. Ruy Bueno

Boa tarde a todos. Primeiramente, quero agradecer o convite do deputado João Leite. Tento desvincular, de tudo quanto é forma, o cabeção da minha pessoa, mas não há como. Faz parte.

Primeiro, vou me apresentar. Meu nome é Ruy Bueno Neto, mais conhecido no futebol como Ruy Cabeção. Sou da terra e fui criado aqui. Hoje estou vendo uma das pessoas para quem já bati palma, o Euller, que se encontra presente, que foi da seleção brasileira e está bem acima da minha pessoa. Eu atingi um estágio, ele está num mais acima, mas fomos criados na mesma escola, no América Mineiro.

Também estou vendo o Prof. Medina, que me deu a oportunidade de me aprimorar cada vez mais no futebol. Hoje estou terminando o curso de gestão esportiva, na Universidade do Futebol. Infelizmente, por causa da minha carreira, não consegui terminar meu curso superior de administração, devido ao nosso querido calendário brasileiro e muitas viagens.

Atuei no futebol brasileiro, na Série A, no período de 10 anos. Tenho 15 anos como jogador profissional de futebol. Nos últimos dois anos venho realmente conhecendo a verdade do nosso futebol. Espero, a partir de agora, não desanimar nenhum de vocês. Caso queiram colocar os filhos para serem jogadores de futebol, não desanimem, não fiquem preocupados.

Há dois anos, fui contratado por um empresário inglês que se apossou de um clube no Rio Grande do Norte. Entrou com um investimento pesado. Inicialmente, eu iria para lá para disputar o campeonato potiguar. Terminado o campeonato, esse empresário me chamou para um planejamento inovador no estado. Hoje, com 36 anos, acumulo algumas funções nos clubes por onde passo. Além de jogador, ainda presto consultoria para os dirigentes e para os diretores sobre a forma como vejo o futebol e, principalmente, pela experiência dos clubes grandes por onde passei. Infelizmente, após o campeonato estadual, esse planejamento foi por água abaixo. As dificuldades foram imensas. Foi nesse momento que fui convidado a participar do movimento Bom Senso Futebol Clube, que acabou de fazer um ano. Foi iniciado por jogadores renomados, e ainda bem que foi assim. Se fosse por meio dos 87% dos jogadores de futebol que chamamos de boias-frias, esse movimento não teria impacto nenhum. Recebi o contato do Paulo André, juntamente com o Alex, com o Juan, com o Cris, com o Dida, com o Gilberto Silva e alguns outros jogadores, que me desculpem se esqueci algum nome, para participar desse movimento e, mais uma vez, colocar o meu cabeção a tapa.

O Tinga esteve aqui presente e ficamos muito felizes com isso. Querendo ou não, os jogadores têm medo de vir a público para demonstrar suas dificuldades. Na grande maioria das vezes, isso ocorre por retaliação dos dirigentes, que, infelizmente, são muito poderosos; e, às vezes, por medo de retaliação de torcedores. Sabemos, lamentavelmente, que, infiltradas em muitas torcidas organizadas no Brasil, há façções criminosas, podemos assim dizer. Isso seria um outro âmbito de debate. Então, os jogadores acabam não vindo a público para falar de suas realidades.

Nos últimos 24 meses trabalhados, se formos olhar pelo último depósito da Justiça trabalhista, consegui receber apenas nove meses. Estava até conversando com os amigos da bancada e disse que não me considero mais um jogador profissional. Sou um jogador amador. Por meio das minhas reservas e dos meus investimentos, consigo me manter. Se fosse apenas pelo futebol, não manteria o meu padrão de vida e estaria passando por sérias dificuldades financeiras. Isso, no meu modo de ver e no do Bom Senso, ocorre por falta de fiscalização do futebol brasileiro. Infelizmente, os dirigentes do futebol brasileiro fazem o que querem e, nas duas, três ou quatro horas - e olhe lá -, que passam nos escritórios dentro do clube tentando resolver os seus problemas, pegam os seus carros, vão para casa e têm, graças aos seus méritos, outros meios de sustentar as suas vidas. Então, pouco se importam se os funcionários ou atletas de clubes estão com os salários em dia ou não. A prova disso são os números estarrecedores. Na nossa reunião com a presidenta Dilma, ela disse que não imaginava que os clubes do futebol brasileiros deviam salários. Era do conhecimento dela que



havia a falta de pagamento dos tributos federais, mas falta de pagamento para os atletas do futebol brasileiro ela não imaginava que acontecia.

Então, as duas bandeiras que o Bom-Senso mais empunha se referem ao calendário brasileiro, que, infelizmente, prioriza as equipes das Séries A e B, apenas. Essas equipes têm um calendário de ano inteiro, o que se reflete em um emprego de 12 meses para o jogador de futebol. Estou me recuperando de um cirurgia no joelho, mas estou empregado e trabalhei este ano inteiro em uma equipe do Mato Grosso, chamada Operário. Graças a Deus, conseguimos preencher os outros meses do ano de 2014, porque as nove equipes que participaram do campeonato estadual - além do Luverdense e do Cuiabá - fecharam suas portas, e os jogadores ficaram desempregados pelo resto do ano. Como vemos nos números relatados ali, sobre o déficit dos clubes, muitos desses jogadores não receberam salário. Então, a nossa briga é para que seja criada mais uma série, que seria a Série E. É claro que isso seria subsidiado, com a ajuda da nossa entidade máxima, a CBF. Essa é uma luta do nosso movimento. Infelizmente, a CBF se encontrava um pouco fechada para esses questões, mas, com muita conversa e muita luta, conseguimos dar início a alguns diálogos.

De qualquer forma, o ponto principal que eu e outros jogadores apontamos para que o futebol brasileiro realmente tome uma linha correta em termos de administração seria a lei de responsabilidade fiscal do esporte. Protegidos pelos estatutos dos clubes, esses dirigentes, que hoje não respondem de forma criminal ou, muito menos, civil, pelas más administrações, sentem-se totalmente blindados e ficam totalmente à vontade para fazer o que querem com as agremiações. Essa irresponsabilidade se reflete, automaticamente, na falta de pagamento e nesse buraco gigantesco das dívidas que os clubes têm com o governo federal, além das muitas ações trabalhistas.

Fiquei muito tempo pensando no que iria dizer aqui, mas entendi, simplesmente, que represento o momento atual do futebol brasileiro. Não tenho vergonha de dizer que não imaginava que o futebol brasileiro fosse o que estou vendo nos últimos dois anos. Por passar muito tempo na Série A do Campeonato Brasileiro, nós, jogadores, ficamos acostumados a ser reconhecidos nas ruas e felizes por aparecer todos os dias na televisão e nos jornais, e, infelizmente, deixamos de conhecer a triste realidade de 80% a 85% dos jogadores do futebol brasileiro. Estou falando apenas na minha classe, mas não posso deixar de incluir aqui muitas pessoas que, indiretamente, dependem desses clubes, como o pessoal da comissão técnica, os funcionários da faxina e da cozinha e outros.

Não sei corretamente, mas por alto, de cabeça, sei que, no início do ano, aproximadamente seiscentos e quarenta e poucos clubes estavam em atividade no futebol brasileiro, nos quatro primeiros meses, quando se dão os estaduais. E após o mês de abril, no início de maio, apenas 186 clubes se encontram em atividade. Nesse período, a gente tem o desemprego de cerca de 16 mil atletas de futebol profissional.

Então, fico feliz por esta oportunidade, principalmente de estar aqui, na Assembleia, porque esta é uma oportunidade de eu falar ao vivo. Aqui não existem nem cortes nem edição, porque o produto que é vendido, normalmente, para a maioria da população brasileira é um produto mentiroso, não é um produto verdadeiro. Isso porque a gente costuma muito ver ex-atletas na rua e dizer a nossos filhos que aquela pessoa foi um jogador profissional, que jogou em clubes renomados, mas que, infelizmente, ele não se encontra numa situação boa. Mas poucas pessoas sabem que, realmente, o que foi tratado com esses jogadores foi cumprido. Eu, hoje, por ter sido convidado e estar dando a minha cara a tapa procurando ajudar os meus companheiros, diariamente recebo ligações, pedidos de companheiros que começaram comigo há muito tempo para ver se eu consigo emprego para eles. Infelizmente não é possível absorver todos esses atletas. Então, creio que, hoje, dentro da federação mineira, numa das brigas do Bom-Senso há uma oxigenação, é um novo pensamento. Tenho certeza de que será uma nova conduta, porque eu acho que, conforme um levantamento feito pelo Bom-Senso nas federações do País todo, existiam presidentes que estavam há 20, 25, 30 anos no poder e, infelizmente, o nosso futebol definhando. Hoje nós tivemos a prova clara de que realmente as coisas dentro da nossa federação não estavam sendo bem feitas. A prova disso é que hoje no Estado, praticamente, temos apenas o futebol profissional. A nossa categoria de base está deixando muito a desejar. Lógico que considerando exceção os grandes clubes: Atlético, Cruzeiro e América continuam fazendo um grande trabalho de base, que serve de exemplo para todo o nosso Brasil.

No nosso modo de ver, o futebol hoje virou um problema social, não é mais apenas um problema único e exclusivo de CBF e de federações. Por a gente não saber mais onde recorrer, o Bom Senso hoje tenta unir forças através do meio político, para que possamos ser representados na Câmara e no Senado e que tentemos, de alguma forma, dar um pouco mais de credibilidade para esse nosso patrimônio nacional.

Vou mais distante. Creio que Deus continua sendo brasileiro. Isso porque não era necessário 7 a 1, mas creio que, para o futebol brasileiro, foi muito bom a gente não ter sido campeão dentro da nossa casa, senão, estaria mascarada uma série de problemas, e, mais uma vez, estaríamos limpando a sujeira para debaixo do tapete. É por isso que estamos aqui. É um momento de reflexão. Mas eu espero que, aproveitando o espaço, realmente, os nossos governantes, nesse caso, que a presidenta Dilma cumpra o que foi prometido a nós em nossas reuniões. Apenas uma intervenção do governo vai fazer com que esses nossos dirigentes realmente cuidem dos clubes, preocupem-se com suas administrações, porque não estou aqui para enganar todo o mundo e não vou mentir, apesar de esse debate ser muito importante.

As mudanças feitas até agora para o ano de 2015 são muito poucas. No meu modo de ver, os desmandos dos dirigentes no mundo do futebol continuarão. Então, realmente, se por meio dessa Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte as coisas não forem aprovadas... Lógico que sabemos que as leis nunca são aprovadas da forma como queremos, mas que sejam pelo menos esses pontos principais, pontuais das questões dos gestores, dos cumprimentos das leis. Acho muito difícil que o futebol brasileiro dê uma guinada. Será complicado correremos atrás, principalmente de outros mercados que, infelizmente, passaram por cima de nós como um rolo compressor.

Agradeço a todos a oportunidade. Mais uma vez, agradeço ao deputado João Leite, aos amigos e educadores que aqui estão. Muitos que aqui estão foram meus treinadores na categoria de base, muitos foram meus educadores. Assisti ao início da palestra, cheguei aqui às 9 horas. O deputado João Leite disse que a melhor forma de melhorar o futebol é por meio da educação, e também acho isso. Acho que é muito fácil apontarmos o dedo para os jogadores de futebol e falarmos que, nas entrevistas, o fulano fala errado, o beltrano fala



errado. Mas, em momento algum, nas nossas categorias de base, tivemos o incentivo e a cobrança para que a escola andasse junto com o futebol. Graças a Deus, tive o meu pai como meu maior mentor, meu maior incentivador, e acho que hoje venho colhendo os frutos disso. Espero que minha esposa também tenha muita paciência, porque é desgastante vivermos no mundo do futebol. Procurarei capacitar-me o máximo possível, para, de alguma forma, dar minha contribuição positiva ao patrimônio nacional. Agradeço a todos. Obrigada pela oportunidade.

Palavras do Sr. Mário Marra

Boa-tarde. Primeiro quero dizer que é uma honra para mim estar aqui. Agradeço a oportunidade, o convite, para estar na minha casa, na minha terra, BH, em meu Estado de Minas. Nasci por acaso em São Paulo, e agora voltei para lá. Foi por acaso mesmo, porque meu pai trabalhava num banco e foi transferido. Ficou dois anos em São Paulo, e eu nasci. Depois vim para BH, onde construí a minha vida. Foram 40 anos em BH, e já há quatro anos fui para São Paulo. Comecei como jornalista. Tive a primeira oportunidade como comentarista, jornalista esportivo na rádio CBN de Belo Horizonte, em 2000, e fiquei por 10 anos na CBN BH, também Rádio Globo. Fiquei no Premiere e SporTV um tempo, na Rede Minas, e desde 2010 estou na rádio CBN de São Paulo, tendo uma oportunidade para mim diferente. Muitas vezes o jornalista sai para a pauta pensando em alguma coisa, mas, chegando lá, acontece outra coisa, e ele precisa ter jogo de cintura para convencer o chefe a esquecer o que ele faria, porque há outra coisa que é notícia. Não é para eu esquecer tudo o que preparei, mas é quase isso, porque desde de manhã as coisas foram tomando um certo corpo diferente do que eu imaginava.

Meu material continua dentro do contexto, mas considero importante posicionar-me e apresentar algo do papel da imprensa pela minha experiência e vivência, pelo tempo e por ser um observador. Hoje em dia, com rede social se consegue ser observador do que acontece no futebol mineiro na capital, no interior, como no interior de Sergipe, na Inglaterra, na França. Quer dizer, consegue-se fuçar, olhar tudo o que acontece e obter modelos, exemplos e vivências diferentes.

A imprensa foi muito citada aqui hoje por várias vezes. Na minha visão, ela tem muita culpa no cartório do que se tornou o futebol brasileiro, do que ele é e do caminho que tomamos. Por quê? Porque a imprensa quer acelerar as coisas, ou seja, muitas vezes quer a notícia, que pode ser mal conduzida, acabar tendo uma proporção e até um conteúdo diferente. É claro que há pessoas e pessoas. Há gente boa e menos boa.

Serei bem prático. Por exemplo, recentemente estava fazendo um jogo na Arena Corinthians. Alguém disse - não sei se isso chegou por meio de rede social - que o Luciano, do Corinthians, é jogador de segundo tempo. "Esse é jogador de segundo tempo, Mário Marra. Jogador que entra e não resolve quando começa de cara no jogo. No entanto, quando entra depois, sempre resolve. Jogador de segundo tempo". Ali, no estádio, vendo aquela situação, pensei: "Espera aí; quantos anos tem o Luciano? Vinte e um. Ele merece carregar esse rótulo de jogador de segundo tempo aos 21 anos, tendo agora a primeira oportunidade num time grande? Espera aí. Eu vou contribuir e assinar a sentença de jogador de segundo tempo, fogueiro molhado, para um menino de 21 anos? Não. Vamos contextualizar a coisa e lembrar que ele é um menino de 21 anos que está tendo oportunidade. Se os outros não estão jogando tão bem, ele vai lá e entra. Então os outros não são jogadores de primeiro tempo? É isso? Vamos mudar a ótica".

Muitas vezes a imprensa nos leva a tomar algumas decisões e a rotular pessoas, infelizmente. No caso do Ruy, é uma brincadeira: Ruy Cabeção e tal. No entanto falar: Ruy, o jogador violento; Rui, o jogador de segundo tempo... Que coisa! Ele vai carregar isso para o resto da vida? Muitas vezes nós, da imprensa, ajudamos na construção dessa imagem, assim como de outras imagens que aceleram o processo. A imagem do dirigente inteligente ou gastador. Quando o time se vê envolvido em quatro derrotas consecutivas, o dirigente tem de demitir o técnico? Calma. É esse o futebol que queremos mesmo? Esse que dura quatro derrotas? Especialmente em Belo Horizonte, é fácil dizer isso porque o Cuca, quando assumiu o Atlético, teve seis derrotas consecutivas e depois foi campeão da Libertadores.

Uma vez trabalhando aqui, pelo SporTV, ouvi outra frase que mexeu muito comigo e que me fez... Aliás, foi no interior cuja cidade não citarei. Retornei a BH no mesmo dia. Confesso que isso ocupou os 50km na minha cabeça, porque não considerei justo. Um goleiro havia falhado contra um time grande. Quando eu estava correndo para pegar o carro e vir embora para Belo Horizonte, passei perto de uma cabine e ouvi alguém - não sei se era um comentarista ou narrador, não conheço -, com o microfone na mão, dizendo: "Ele falhou. Hum! Tanta obra inacabada no centro da cidade. Podia estar lá batendo laje, e coisa e tal". Pensei: "É esse o meu papel?". Quando eu ia estudar... Fiz o meu curso de jornalismo longo porque trabalhava com outra coisa e tinha filho pequeno. "Foi para isso que larguei o meu filho pequeno em casa? Para dizer que tem obra inacabada? Para dizer que aquele goleiro tem de largar a sua profissão para terminar as obras inacabadas?" Não, definitivamente não é esse o nosso papel, o papel da imprensa. Sei que ela contribui para um lado negativo do futebol.

Acho que a gente precisa - aí parte para uma reflexão interessante -, todos nós da imprensa, jogar luz e fuçar. Você joga luz em uma informação, tenta entender o que está acontecendo e fuça. Limpa as coisas que são apenas de assessoria, apenas alegorias e tenta entender a notícia. Para entender a notícia, dependendo do contexto em que ela está, se ela estiver em um contexto esportivo, falando de campo, de bola - e, muitas vezes, está -, temos de nos preparar melhor, bem melhor. Por isso tenho a honra de falar que, para mim, tem sido um prazer imenso fazer parte da Universidade do Futebol. Também estou fazendo o curso de gestão técnica com o prof. Medina e o Eduardo Tega. E algumas coisas que, para mim, eram palavras de senso comum, estou tendo a oportunidade de questionar. Preciso assumir o questionador por ser filho único, meio chato. Estou tendo oportunidade de questionar a minha vida pessoal e profissional. Quando abro o microfone, preciso entender que aquele menino de 20 anos não precisa morrer com o rótulo de jogador de segundo tempo, precisa pensar, contextualizar.

Na semana passada, ficamos sabendo que a Copa Africana de Nações vai ser disputada na Guiné Equatorial, que é um país africano rico, é até engraçado a gente falar isso. Foi sede da Copa Africana de Nações, em 2012, com o Gabão - são vizinhos. Até aí tudo bem. O problema é que na Guiné Equatorial - peço desculpas porque coloquei os *links*, estava imaginando algo, como falei anteriormente, mas vou passar rápido por eles, porque achava importante contextualizar e entrar na questão pessoal da imprensa -, que foi sede da Copa Africana de Nações, em 2012, e agora, em 2015, três anos depois, terá novamente uma edição da CAN, uma em cada oito

crianças morre antes de completar cinco anos. Qual seria o papel da imprensa? Noticiar. “Vamos fazer outra?” Além disso, nesse meio tempo, houve um concurso de *miss* África lá. “Que país é esse? Ficamos bonitinhos para o mundo, fazendo Copa Africana de Nações; vem a turma jogar aqui, o Drogba. Vamos bater palmas, eles estão ali e tal. Fazendo concurso de *miss*, sediando outra copa africana, e as crianças estão morrendo”. Esse é o papel da imprensa.

Vejam esse primeiro parágrafo que separei da imprensa - não da imprensa de Guiné Equatorial, porque lá não tem jeito, lá não tem nem jornal na capital. É um país onde se vive na ditadura Teodoro Obiang. A relação lá é complicada. Aí a imprensa se cala. A imprensa que tenta falar é convidada a não falar mais, de uma forma não muito educada. Achei esse primeiro parágrafo bastante interessante e crítico, e não precisa ser chato: “No dia em que a natureza distribuiu credibilidade, os dirigentes da Confederação Africana de Futebol tinham ido almoçar”. O jornal angolano foi ótimo. É nesse país, na Guiné Equatorial, que as coisas estão acontecendo, e o mundo do futebol tinha de olhar para lá de qualquer jeito. É nesse país que crianças morrem, a taxa de analfabetismo é imensa, e é um país que, em 1996, descobriu mais e mais extração de petróleo. Por isso é um país rico, mas a riqueza fica muito para a turma do presidente. O custo estimado dos estádios e dos cinco aeroportos construídos é “x”, ninguém tem ideia.

Na Guiné Equatorial, precisaria jogar essa luz e fuçar muito, para saber qual é o custo. E esse é o papel da imprensa.

Aqui, no Brasil, tivemos vários exemplos, bons exemplos da imprensa jogando luz em alguma informação e fuçando para ver o que encontrava. Uma luz muito bem jogada, uma mexida muito boa foi feita na época da Máfia da Loteria. Uma matéria premiadíssima da revista *Placar*, que - e gostaria de falar - mudou os rumos do futebol. Gostaria de falar isso mesmo, mas, anos mais tarde, apareceu outra máfia, a Máfia do Apito, da qual vocês devem se lembrar, dos jogos manipulados de 2005. Ainda bem que a imprensa conseguiu fuçar e descobriu algumas coisas.

A imprensa do mundo força a imprensa da Rússia e também está fuçando e jogando luz na construção dos estádios para a Copa do Mundo de 2018, mas não vou tomar o tempo dos senhores com isso. Tem sido frequente o número de matérias questionando a indicação do Catar para a Copa de 2022. Estou pegando os jornais *The Guardian*, da Inglaterra, e o *Telegraph*, ambos com a foto do presidente da Fifa, Joseph Blatter.

Esse é um personagem famoso, pelo menos deveria ser, para todo jornalista esportivo: Andrew Jennings, um velhinho. Parece até simpático conversar com ele, mas converse com ele com tudo em dia, por favor, porque esse velhinho coloca luz e fuça tudo, descobre as coisas, dá um jeito de publicar e já recebeu mil ameaças. Se ele andar um pouquinho torto, para direita ou para esquerda, não tenha dúvida de que irão pegar exatamente o seu passo mal dado.

Na nossa, na minha profissão, na profissão de jornalista - e aqui há alguns colegas -, somos convidados a observar essas coisas o dia inteiro. Se, desde hoje cedo, estamos falando de um cenário do futebol brasileiro nada agradável, não tenham dúvida de que, no futebol brasileiro, que também é uma realidade fora do Brasil, não existe clube santo. Se o seu clube ou o clube do vizinho é santo, tenham dúvida do repórter que faz o dia a dia do clube, porque não é o clube que é santo, mas o repórter que não vê, porque há erro. Claro que há. A nossa função não é trabalhar como assessor de imprensa de clube, por isso, às vezes, somos chatos. Por isso também peço a meu filho que não veja as redes sociais, porque, num dia, viro atleticano; no outro, cruzeirense; no outro, americano; e, no outro, antibrasileiro. Calma! Estamos falando de ideias, situações. E alguns sabem o time para o qual torço, pois recentemente publiquei um livro sobre isso.

Para dar luz a essas coisas e voz às pessoas, fomos para a faculdade, deixei meu filho pequeno e fiquei várias vezes endividado, sem almoçar nem fazer nada, porque tinha um sonho. Nós mesmos vivemos, no Brasil, a realização da Copa do Mundo. E é muito bonito. Quando fiquei sabendo que a Copa do Mundo seria no Brasil, estava trabalhando na Rádio Globo, o anúncio foi em 2006, 2007. A primeira coisa em que pensei na hora foi: Meu Deus, não posso morrer até lá. Vou fazer exames, procurar um cardiologista, entrar num regime, mas não posso morrer, não posso perder, porque a Copa será aqui, no meu quintal. Quero ver tudo. Quero consumir tudo. É claro que sim. Sonho com isso desde menino.

Na Copa do Mundo de 1982, a rua em que morava, Rua Guaranésia, no Floresta, era toda enfeitada com bandeirinha o tempo inteiro. Você tinha de participar rapidamente do par ou ímpar ou do dois ou um, senão você pegaria a seleção de Camarões ou outra seleção, mas queríamos jogar com a seleção do Brasil, representar aquela brincadeirinha como a seleção do Brasil, da Argentina ou da Alemanha, uma coisa boa. Isso faz parte da nossa cultura, mas, mesmo fazendo parte da nossa cultura, mesmo eu tendo ficado preocupado com a minha saúde, com o fato de que queria estar vivo na Copa do Mundo, não podia me calar diante de algumas coisas. O que era para ser um sonho maravilhoso, algumas vezes foi.

Quem iria dar voz para aquela senhorinha que teve a casa desapropriada porque onde ela morava iria ser construído algo para a Copa do Mundo? Ela teria de gritar na praça pública, teria de buscar um microfone. E é claro que até na queixa daquela senhorinha temos de jogar luz, fuçar e limpar. Algumas coisas não têm contexto, outras têm. É a função: jogar luz, limpar, pegar o produto e trazer para as pessoas, sem paixão de preferência.

No início deste ano descobriram as falcaturas na venda do Neymar. Um jornalista do *El Mundo* se indispôs com muita gente, porque era a venda de um astro que estava chegando para um clube grande, e acabou descobrindo que aquele astro foi comprado por quase o dobro do valor anunciado. Por meio da sua matéria, acabou provocando prisão de dirigente de clube e queda de presidente de clube. A coisa ficou feia para ele. Mas ele jogou luz, essa é a nossa visão. Ele destrinçou bem o caso. Jogar luz é a nossa função como jornalista, fuçar, limpar e extrair o produto final.

Quero pedir desculpa, porque muitas vezes no futebol brasileiro, eu e a minha classe contribuímos para a formação do imediatismo. Contribuímos para acabar com a carreira de árbitros de futebol, técnicos, zagueiros. Nós rotulamos e acabou. Rotulou, é formador de opinião, vai para a rádio e complicou. Se não pedir desculpas imediatamente, o cara desliga o rádio. Não precisa pedir desculpas, mas, se não tiver em si o conceito arraigado de que sua função não é de executor, vai acabar executando alguém. E isso é desnecessário e injusto. A nossa função não é essa, a nossa função é também trabalhar com coisas subjetivas, como o jogo, como o drible, como o cansaço. Mas é necessário ter respeito. Se não tiver respeito, não valeu a pena aquele tempo todo que ficamos assentados na



faculdade, quase achatados. Não valeu de nada, porque era um princípio básico trabalhar com o ser humano, jogar luz, limpar, mas trabalhar com respeito.

Trabalho na rádio CBN, em São Paulo, e lá tem uma pilastra. Temos um colega meio desajeitado, e uma das televisões da redação fica nessa pilastra. Ele já conseguiu quebrá-la duas vezes. Quando entramos na redação, damos de cara com uma frase escrita nessa pilastra: “O jornalismo é o exercício diário da inteligência e a prática cotidiana do caráter.” Essa frase nos machuca muitas vezes. Muitas vezes, eu sei que não fizemos o certo, mas já pedi desculpas anteriormente. Se tiver conceito, costumamos conseguir mudar as coisas. Obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de *slides*.

O presidente - Obrigado. Vamos dar continuidade aos trabalhos com o painel “Políticas públicas e legislação”.

2º Painel

Composição da Mesa

O presidente - A presidência convida a compor a Mesa para o 2º painel os Exmos. Srs. Vicente de Paula Pereira, vice-presidente da Associação de Garantia ao Atleta Profissional de Minas Gerais - Agap-MG -, vice-diretor da Faculdade de Direito e professor da Faculdade de Educação Física da Universidade de Itaúna; Genderson Lisboa Silveira, procurador do trabalho em Minas Gerais; e Heraldo Panhoca, advogado especializado em direito desportivo.

Inicialmente, passo a palavra a esse nosso padrinho querido, a esse amigo de todo atleta de futebol e que dedicou grande parte da sua vida em nossa defesa. Ele estava na consolidação da legislação que reconheceu o atleta profissional como profissional mesmo. Ele vai dizer precisamente a data. Lembro-me de que foi em abril de 1976. O Dr. Vicente de Paula estava lá, na luta com o Heleno, que foi um dos poucos jogadores daquela época que batalhou. Eu fiquei assistindo, vigiando, mas Piazza, Vicente de Paula, Heleno e mais uma galera do futebol foram muito importantes para nós. O Dr. Vicente de Paula Pereira é vice-presidente da Agap e também está aposentado como defensor público, aquele advogado que trabalha de graça para a população. Só que esse querido amigo e irmão não ganha o correspondente a tanta coisa que fez na vida. Obrigado pela presença! Tenho o maior prazer em passar a palavra ao Dr. Vicente de Paula.

Palavras do Sr. Vicente de Paula Pereira

Cumprimento o deputado João Leite da Siva Neto, querido amigo, presidente desta solenidade, e estendo os cumprimentos a todos os integrantes da Mesa. Queria pedir à plateia para cumprimentar o Heleno, o Euler, apelidado de Filho do Vento, o Ruy e o Tinga, que falaram muito bem nesta oportunidade. Temos a alegria de ter na plateia a Priscilla Martins, Miss Beleza Internacional, que veio embelezar este evento.

Recebi a incumbência de falar sobre políticas públicas e legislação. Vou tentar condensar tudo para ser o mais breve possível, porque estou vendo o cansaço espelhado no rosto de cada um. Em relação à política pública, eu queria dizer que tenho enorme admiração por Montesquieu, que foi um político francês muito indignado com a ditadura e o império. Ele achava um absurdo o poder ficar concentrado nas mãos de uma só pessoa e que isso gerava muito abuso e autoritarismo. Ele foi para a Inglaterra estudar política e veio de lá com a ideia da separação dos poderes em três níveis, em três grupos de pessoas. Em vez de o poder ficar nas mãos de uma só pessoa, ficaria nas mãos de três grupos. Ele concebia o estado como o povo social, política e juridicamente organizado, submetido à autoridade de um governo, aparelhado para o desempenho de três principais missões políticas: legislar, administrar e fazer justiça. Legislar é função do Legislativo, que dá ao estado uma estrutura normativa, disciplinando os direitos e as obrigações de cada cidadão, determinando o que é permitido e proibido. É por isso que estamos discutindo no Legislativo.

Quero passar a falar do futebol, especialmente do pai do futebol no Brasil, Charles Miller, que é uma pessoa esquecida. Ele nasceu em São Paulo, era filho de pai inglês, e sua mãe filha de inglês. Sua família era muito rica. Aos 9 anos, ele foi mandado à Inglaterra para concluir os estudos. Quando chegou à Inglaterra, deparou-se com um jogo de futebol e houve uma atração recíproca muito forte. Logo ele se candidatou a jogar futebol e, nos primeiros contatos com a bola, demonstrou uma enorme habilidade, uma técnica primorosa e até dotes artísticos. Ele começou a jogar no time da escola, e sua carreira prosperou de tal sorte que, aos 19 anos, ele já jogava no Southampton, que era um dos principais clubes da liga inglesa. Aos 19 anos, quando terminou o curso, era o principal jogador da equipe Southampton, clube que dá nome à cidade.

Então, em 1895, ele retornou ao Brasil e trouxe na bagagem algumas bolas de futebol, uma bomba de ar, livros de regras e material esportivo. Quando ele aqui chegou, o futebol teve uma aceitação espantosa. Todos os brasileiros gostaram de futebol, e a disseminação desse esporte foi tão grande que, apenas em um ano, havia de 60 a 70 clubes de futebol no Brasil. O futebol era amador, praticado pela elite, porque os pobres não tinham acesso a ele. Houve uma multiplicação de estádios, clubes e entidades de administração.

Quero aproveitar para dizer ao meu amigo Euler que o clube brasileiro recordista de campeonatos consecutivos, desde a implantação do futebol no Brasil até hoje, é o América. O América foi campeão de 1915 a 1925. Aconteceu um fato interessante: quando o América tinha uma enorme hegemonia, as outras equipes começaram a ser reforçar. Ruy, desculpe-me, pois você também é filho do América. Os campeonatos se espalharam pelo Brasil em peso. Naquele período, era proibido qualquer tipo de gratificação. No entanto, os diretores, para incentivar os jogadores após vitórias e empates, davam uma gratificação em dinheiro. E os jogadores ficavam sem ter como justificar o dinheiro e diziam às pessoas que haviam ganhado no bicho. Por isso o apelido de bicho. Isso durou de 1925 até 1936, quando foi implantado o profissionalismo no Brasil. O primeiro campeão profissional em Minas Gerais foi o Vila Nova Atlético Clube.

Porém, em 1940, foi criado o Conselho Nacional de Desportos, um órgão do governo colegiado, de caráter administrativo, que cuidava de todas as atividades esportivas. Com caráter normativo, ele criou em 1951 a figura do passe, que já foi extinto. O passe era um instrumento jurídico que habilitava o jogador a disputar o campeonato por uma determinada equipe. O jogador, segundo a resolução do Conselho Nacional de Desportos, ao final do contrato, se não chegasse a um acordo com a equipe para a renovação do contrato, ficava proibido de jogar futebol por 18 meses. Ele já era profissional, mas ficava 18 meses à toa.



Essa deliberação - ou resolução, como era chamada - em 1955 ou 1956 endureceu mais ainda a situação do jogador. Aquele jogador que não chegasse a um acordo para renovar o contrato de trabalho ficava eternamente proibido de exercer a sua profissão. Agora vejam que absurdo! O Brasil é signatário da Declaração Universal dos Direitos Humanos; assinou-a, na ONU, no dia 10/12/1948. Na verdade, ninguém ousava entrar na Justiça, primeiro, porque há uma peculiaridade: a carreira do jogador é muito curta. Então, o jogador joga durante 10 anos e, se ele ficar demandando 2 anos na Justiça, quando retornar já não terá condições de retomar a sua forma, não é mesmo? Foi um período muito amargo. Muitos jogadores ficaram proibidos de jogar futebol porque não chegavam a um acordo. Às vezes, havia um capricho de um diretor, e muitos abandonaram o futebol e foram procurar outras ocupações. Houve casos terríveis. Acho uma grande nódoa na história do futebol brasileiro esse período do passe, que foi um período escravagista.

Isso ficou até 1970, quando a Seleção Brasileira encantou o mundo ganhando o tricampeonato no México, com uma das melhores seleções da história do futebol mundial. Aí o regime militar usava o futebol para poder se promover. Criou-se uma obrigação de que toda seleção que saísse do Brasil para disputar uma Copa do Mundo teria de passar lá no Palácio do Planalto para tirar uma foto e despedir-se do presidente da República. Aconteceu que a seleção de 1974 foi jogar a Copa do Mundo na Alemanha, e o Wilson Piazza, que é nosso companheiro, levou uma moção subscrita por todos os jogadores pedindo a regulamentação da profissão de jogador de futebol. Entregaram-na ao presidente Geisel. Só que a atuação da seleção na Argentina foi pífia, o Brasil jogou muito mal. A regulamentação durou dois anos. No dia 2/3/1976, a profissão de jogador de futebol foi regulamentada, mas foi mantida aquela figura do passe, que dava uma condição de ser extinto quando o jogador completasse cumulativamente 10 anos de atividade na mesma equipe ou então 32 anos de idade. Desculpem-me, mas parece piada, não é mesmo? Trinta e dois anos de idade era a época em que todos paravam de jogar futebol.

Portanto, houve uma certa crise no futebol nacional, porque, quando os dirigentes percebiam que um grande craque da equipe estava próximo de atingir a liberação, eles negociavam o jogador para o exterior ou para outro estado. Foi um período em que tivemos uma das maiores estrelas do futebol brasileiro. Quem é mais velho deve se lembrar de que Zico, o maior craque da história do Flamengo, quando fez 28 anos, foi cedido para o Udinese, da Itália. O mesmo aconteceu com o Rivelino, o Garoto do Parque, criado no Corinthians; com o Leão, do Palmeiras; com o Roberto Dinamite, do Vasco da Gama; com o Falcão, que foi vendido para a Itália; e também com o Sócrates.

Essa situação deixava os jogadores muito amargurados, porque o grosso da categoria... Alguém usou a expressão “boia-fria”, de que não gosto, viu Ruy? Acho que fui um jogador medíocre. Esta palavra normalmente tem conotação pejorativa, mas medíocre quer dizer de médio para baixo. Então, os grandes jogadores eram negociados e tinham direito a 15% do valor do passe. Os jogadores colocavam uma bolada no bolso, mas o grosso da categoria parava de jogar futebol e ia passar dificuldade ou procurar outra atividade.

No dia 24/3/1998, o presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou a Lei Pelé, que mais tarde iria extinguir o passe.

A Lei Pelé tem uma coisa muito bonita, moralizadora. O dispositivo do art. 89 diz que em todos os campeonatos promovidos pelas federações e confederações olímpicas, quando houver mais de uma divisão, será obrigatória a adoção do critério técnico. Significa que o clube só poderá ser mantido na divisão se tiver um rendimento satisfatório. Depois disso, quantos clubes caíram para a segunda divisão? Porque antes havia convite - o grande clube, quando era desclassificado, era convidado. Há um adágio muito dito naquela época do regime militar: quando um partido do governo vai mal, é só colocar mais um time no campeonato nacional. Essa foi a grande medida moralizadora do futebol que está fazendo surtir efeito até hoje.

Agora, achei que o tratamento dispensado aos árbitros e aos profissionais da arbitragem foi desumano. Não tenho nenhum parente que foi árbitro, nenhum amigo. O Ângelo Antônio Ferrara sabe que fui um jogador de futebol medíocre. Nunca fui advertido, nunca levei cartão, minha carreira foi limpa. Nunca tive nenhum problema de natureza disciplinar. Há um dispositivo no art. 88 que diz que os árbitros e auxiliares de arbitragem poderão constituir associações de uma ou de várias modalidades para prestar serviço às entidades, que na prática é a confederação. Eles poderão, será facultado. É como se eu dissesse a todos os presentes: se o trânsito estiver congestionado, todo o mundo pode voltar para casa de helicóptero. Porque eles autorizavam e não ofereciam recurso. Mas o mais grave da história e o que me deixa muito emocionado e triste é o parágrafo do artigo que diz que os árbitros e auxiliares de arbitragem poderão criar associações, sindicatos; todavia, tendo em vista a natureza autônoma de seu trabalho, eles ficam proibidos do desfrute de todo direito trabalhista, previdenciário e securitário. Desculpe-me quem escreveu isso, mas nunca vi tanta crueldade. O Estatuto do Torcedor diz que todo torcedor tem direito ao seguro de vida.

Para finalizar vou exemplificar para V. Exas.: se um torcedor morrer no campo de emoção, de alegria ou de tristeza assistindo a um jogo - e hoje há o torcedor pagante e o não pagante, que é convidado -, ele estará amparado por um seguro, porque o ingresso corresponde ao bilhete de seguro. Mas, se o árbitro, no exercício da profissão - é-lhe negado vínculo empregatício, direito trabalhista e direito securitário -, morrer no estádio e a sua família não tiver recurso para custear seu sepultamento, ele será enterrado como indigente.

Para terminar, peço a todos permissão para declamar uma estrofe, em homenagem ao Ângelo, que foi juiz de futebol, e a todos os colegas, do Thiago de Mello, poeta amazonense, que escreveu uma obra primorosa chamada *Os estatutos do homem*, que faz infelizmente muito sucesso na Europa e é pouco conhecida no Brasil. “Fica proibido o uso da palavra liberdade, a qual será suprimida dos dicionários e do pântano enganoso da dor. A partir deste instante, a liberdade será algo vivo e transparente como um fogo ou um rio, e a sua morada será sempre o coração do homem.” Muito obrigado.

O presidente - O Prof. Vicente de Paula solicita permissão para se retirar, porque tem de aplicar prova na universidade de Itaúna. Viu, Rossi, zagueirão do Cruzeiro? Nosso Vicente de Paula está indo para lá. Ele não contou que recebeu, numa das renovações de contrato, um rádio estragado. Quando ele renovou um contrato com um dos times em que jogou, ganhou de luva um rádio. Mas eu não sabia desse detalhe, que o rádio estava estragado. Com a palavra, o Sr. Genderson Lisboa Silveira.

Palavras do Sr. Genderson Lisboa Silveira

Boa tarde, deputado João Leite, presidente da Mesa, a quem agradeço o honroso convite de participar deste painel. Boa tarde aos demais colegas da Mesa e senhoras e senhores presentes.



Permitam-me fazer uma apresentação. Sou membro do Ministério Público do Trabalho, com cerca de 17 anos de carreira. Creio que fui convidado para participar deste debate porque, há alguns anos, sete, oito, nove anos atrás, participei de um grupo de trabalho nacional, com membros do Ministério Público de Minas, do Rio, de São Paulo, do Paraná e de outros estados da Federação. Reunimo-nos para discutir uma série de denúncias que o Ministério Público do Trabalho estava recebendo, de lesão ao direito da criança e do adolescente decorrente do mercado da bola. Recebemos essa denúncia e fiz parte desse grupo de estudo. Debruçamos sobre os textos legais, pois, como jurista, tenho minhas ferramentas de trabalho: a Constituição e as leis.

Em decorrência desse trabalho, tive a oportunidade de conduzir alguns inquéritos civis públicos, que tinham como objeto de investigação as lesões que efetivamente ocorrem e ocorrerão com os direitos da criança e do adolescente em vista do mercado da bola. Não é um trabalho solitário, mas de equipe. Em Minas Gerais, além de mim, havia outros colegas procuradores, promotores da infância e da juventude, a Dra. Maria Teresa, a Dra. Matilde Fazendeiro, e outras instituições, como o Fectipa. Está aqui a Elvira, que na época era presidente do Fectipa e é psicóloga do Ministério do Trabalho e do Emprego. Ela muito nos acompanhou e nos apoiou nas diligências. Acredito que ela tenha mais experiência em diligências voltadas a essas lesões que eu próprio, porque realmente ela participou de muitas diligências de várias lesões encontradas. Então, creio que o convite veio em decorrência disso.

Na conclusão desses inquéritos, conseguimos resolver, pelo País afora, via TAC, via acordo, alguns casos. Infelizmente, outros foram levados à Justiça. Obviamente o Ministério Público tem a obrigação de judicializar as questões que afetam a lesão de direito da criança e do adolescente. Assim, algumas ações foram ajuizadas.

Passada a apresentação, gostaria de fazer uma pequena contextualização. Percebi que este evento tem muito a ver com a derrota que o Brasil sofreu da Alemanha. Há um apelo: muda futebol para melhor. Somos todos a favor disso. Eu sou jurista, mas obviamente meu contato com o futebol se dá enquanto torcedor e operador de direito, porque me vi desafiado a estudar a legislação esportiva e a enfrentar um problema que me veio.

Enquanto cidadão, enquanto torcedor, fico pensando: o único país que disputou todas as Copas do Mundo, salvo engano, foi o Brasil. Temos cinco títulos. Não há ninguém com cinco títulos. Acho que a Alemanha e a Itália têm quatro. Se na próxima Copa do Mundo nem a Alemanha nem a Itália ganharem, vamos continuar hegemônicos no futebol, com esses cinco títulos no patamar internacional. Isso não pode ser desprezado.

Fico pensando que, se tivéssemos na saúde o desempenho que temos no futebol internacional, na educação, na segurança pública, no combate à corrupção, este país seria um lugar muito melhor para se viver.

Então, realmente, não somos derrotados no futebol. Temos uma história. Mudanças precisam ser feitas, mas tudo pode melhorar. Ainda que esteja bom, algo pode melhorar, como também, por pior que esteja, ainda pode piorar. É o dito popular. Contextualizo que, se é para melhorar, vamos melhorar. Estamos sofrendo ainda esse Mineirão. Assim como superamos o Maracanã de 1950, vamos superar o Mineirão também. Outras vitórias virão. Este é o País do futebol, e essa paixão nacional vai continuar.

Dentro dessa proposta de mudança, tenho a contribuir em relação à proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes que se aventuram a serem jogadores de futebol. Podemos melhorar muito neste aspecto. Infelizmente, o que percebemos na condução desses processos, na investigação, em várias diligências que fizemos - e já foi dito aqui - é que parece que educação e futebol são coisas incompatíveis. Foi dito isso aqui. A impressão que tenho é que, na realidade, no inconsciente coletivo, principalmente das crianças e dos adolescentes, não é preciso estudar, porque querem ser jogadores de futebol. Parece-me que é isso que reina dentro dos clubes também.

Vou expor para os senhores a grande dificuldade que, como procurador, tive com uma clausulazinha que propus para os clubes não só de Minas Gerais, e há proposta similar para outros estados. Um grande clube de futebol realiza de 3 mil a 5 mil testes em atletas por ano. São pretendentes a atletas de futebol. Fomos acompanhar esses testes. Aqui, em Belo Horizonte, por exemplo, é comum encontramos gente de Recife, de Rondônia, do Mato Grosso, etc., fazendo teste. Infelizmente, a maioria desses jovens que vinham fazer os testes estavam fora da escola. Quando perguntávamos a eles onde estavam estudando, diziam que não estudavam. Falavam que daqui iriam para São Paulo, passariam pelo interior de São Paulo para fazer testes em todos os clubes; depois iriam para o Rio de Janeiro para fazer testes em outros clubes também. Os pseudoempresários desses atletas estavam encaminhando-os para esse tipo de teste. Ora, educação é direito fundamental. A Constituição da República diz isso, ainda mais para crianças e adolescentes. Não podemos admitir, no estágio de avanço social em que estamos, uma criança e um adolescente fora da escola.

Tive a ousadia de propor aos clubes que só fizessem testes com o atleta se ele estivesse matriculado em uma escola. Responderam-me que, depois que fizessem o teste e passassem a aproveitá-lo, aí, sim, cumpririam a obrigação de matriculá-lo e encaminhá-lo para uma escola. Disse que não negariam ao atleta, ainda que não estivesse estudando, o direito de fazer um teste.

Então, essa cultura de que, para ser jogador de futebol, não precisa estudar, vai perpetuar, principalmente enquanto não houver apoio da imprensa, do clube e da sociedade em geral. Para ser jogador de futebol, o menino precisa estar matriculado em uma escola. É preciso incentivar as crianças a irem à escola. Por que isso? Já foi dito aqui na parte da manhã. A esmagadora maioria não vai conseguir ser jogador de futebol profissional. Não estou falando em um jogador como Messi, mas como aqueles oitenta e tantos por cento que ganham salários medianos. Eles não vão conseguir. Vão chegar, então, ao mercado com escolaridade atrasada, sem formação profissional. Que futuro essa pessoa vai ter?

A participação do jornalista Cruz foi extremamente interessante, porque o foco de atenção dele é muito parecido com o do Ministério Público. Nós, do Ministério Público, do Ministério do Trabalho e Emprego, da Promotoria da Infância, não estamos preocupados com os futuros Messi, Kaká, Ronaldinho. O nosso foco é o fracasso. Queremos que aquele jovem que tentou ir para o mundo do futebol e fracassou, e 99% deles vão fracassar, não tenha lesão a direitos; tenha capacitação profissional alternativa para enfrentar o mercado competitivo de trabalho.

Pois bem, dentro dessa contribuição que penso que posso dar, e como jurista, vi algo aqui de manhã, dito pelo deputado João Leite, que muito me chamou a atenção: o investimento público no esporte.



Jurista adora lei. Vou citar aqui o art. 217 da Constituição. Há pessoas que acham que ela não trata de esportes, mas trata, sim. Esse artigo determina que os investimentos públicos no desporto sejam direcionados, prioritariamente, ao desporto educacional. Ele faz a distinção entre desporto educacional e desporto de rendimento. Este é o que se vê dentro dos clubes de formação de futebol. Forma-se um atleta para o desporto de investimento. Então, o investimento, deputado João Leite - V. Exa. está coberto de razão -, tem de ser direcionado às escolas públicas mesmo, para criar espaços para as crianças praticarem todo tipo de esporte, e não só o futebol. É preciso criar espaços adequados, com profissionais capacitados, educadores físicos como professores.

Onde está a jornada dupla, a jornada em prorrogação das escolas brasileiras, que deveria ser regra, mas é exceção? Precisamos ter escolas em que o menino chegue de manhã e saia à tarde, e, nesse período, faça atividades acadêmicas e desportivas. Meu sonho de consumo é compartilhado por muita gente do futebol, como o Ricardo Drubscky, já citado aqui, um entendedor de categoria de base, com quem já tive muitas conversas e aprendi muito. Em alguns países, os clubes de futebol buscam os atletas nas escolas, em momento oportuno. As escolas, onde todo mundo tem direito à prática desportiva de forma livre e sem cobrança, são o celeiro de formação. Os clubes vão aos torneios estudantis e, em contato com as famílias, captam os jogadores que levam, na época apropriada, para a formação de atleta profissional. Isso ocorre no futebol e no basquete americano. Por que não pode ocorrer o mesmo com o futebol brasileiro? Aliás, como foi dito aqui muito oportunamente, estamos sem espaço público para a prática desportiva. Coisas como aqueles campos de várzea acabaram; o empreendimento imobiliário destruiu tudo isso. Os grandes centros urbanos não têm espaço para a prática desportiva. Mas o espaço, deputado, é a escola. Imaginem se, como acontece em muitos países do mundo, como a Inglaterra, cada escola municipal e estadual tivesse uma praça desportiva, aparelhada com equipamentos e pessoal formado para incentivar a prática desportiva desde a escola! Os observadores técnicos dos clubes poderiam acompanhar os torneios estudantis, que não têm nada a ver com o torneio de futebol de rendimento e, em momento oportuno, convidar os jovens a ingressar em uma categoria de base e se tornar atletas profissionais. Esse é o meu sonho de consumo, porque a escola tem grande importância. E que se cumpra o que diz a Constituição! Gastar R\$1.000.000.000,00 na construção de um estádio de futebol não é investir em educação, em esporte educacional. De forma alguma sou contra a Copa, mas quantas praças públicas esportivas se construiriam com o que se gastou para construir estádios de futebol neste país? Outra coisa muito relevante, bem lembrada pelo deputado João Leite, é: como um clube de futebol que movimenta - não é faturamento, mas movimentação - R\$3.400.000.000,00 ao ano vai precisar de recurso público? Ele tem condição de ter o seu próprio estádio e seu centro de treinamento, com o próprio bolso, e esse recurso público poderia ser destinado à educação, dentro das escolas. Então, se tenho alguma contribuição a dar aqui, é esta: que se faça o investimento em educação, dentro das escolas, com educadores físicos, material e aparelhamento.

Além da questão da educação, do desporto educacional, que é tratada na Constituição e na própria Lei Pelé, há também o que chamamos de desporto de rendimento, que é tratado no art. 217 da Constituição da República e no art. 3º da Lei Pelé. O desporto de rendimentos tem algumas características que o desporto educacional não tem. Por exemplo, no desporto educacional, evita-se a seletividade - não estou inventando; é a lei. Ora, em uma categoria de base de clube de futebol, a marca é a seletividade. Testam-se 5 mil atletas em potencial ao ano e selecionam-se 300, 200, 150. Isso é seleção, seletividade. Não é desporto educacional; é desporto de rendimento. Pela nossa legislação, o desporto de rendimento evidencia-se quando a prática desportiva perde o caráter educacional e vira trabalho, ainda que em forma de aprendizagem. Um adolescente inserido na categoria de clube de futebol é um aprendiz de atleta profissional. O que ele realiza é trabalho. Dentro de um clube de futebol, a diferença entre as atividades de um atleta de 14 ou 15 anos e as de um profissional é mínima: ele treina todo dia, faz concentração, participa de torneios e recebe cobranças, que, como foi dito aqui, às vezes são excessivas. Obviamente, isso se enquadra como trabalho, e a nossa Constituição da República tem restrições em relação ao trabalho da criança. O trabalho da criança é proibido. Então, a criança de até 12 anos de idade tem de praticar esporte com caráter educacional, porque não se permite o trabalho de criança. O trabalho é permitido a partir dos 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos de idade, que, aliás, é a idade que está na Lei Pelé. Então, segundo a nossa legislação, com respaldo na Constituição da República, não há impedimento de que ele seja um atleta aprendiz em um clube de futebol, mas ele tem de ter seus direitos respeitados.

Eu ouvi, aqui, de clubes do interior, de treinador de futebol que tem experiência em treinar clubes de interior que em alguns clubes, na categoria de base, nem a carteira de trabalho do educador físico, dos profissionais é observada. Um clube desse será que vai observar os direitos que são assegurados à criança e ao adolescente? Ele tem de dar saúde, tem de matricular, acompanhar o desempenho, tem de resguardar a convivência familiar.

Aliás, falou-se em psicologia do esporte. Eu já ouvi palestras de pessoal especializado em psicologia do esporte. Se você quer matar um atleta, um potencial que pode ser um futuro Neymar, tire-o do seio da família e o coloque para praticar num centro de treinamento longe de casa. Ele ficará triste, não conseguirá produzir, não conseguirá chegar ao ápice do potencial que conseguiria se tivesse o apoio da família, o apoio do meio social onde ele vivia. Infelizmente, no mundo do futebol, o que a gente observa é que grande parte dos atletas que estão em formação do clube não residem na cidade onde treinam. Esse índice é alto: 95% são de fora, 85% são de fora e perdem, por completo, o contato com as famílias. Eu imagino quantos atletas nós não perdemos em virtude dessa busca cada vez mais precoce de carimbar o atleta: "Esse é meu". Por que essa busca de carimbar o atleta "Esse é meu"? Porque amanhã, se esse atleta se tornar um Neymar, a cláusula será de solidariedade. Cada vez que esse jogador for negociado, o clube que o formou ganhará o percentual da negociação. Por exemplo, o Santos vai lucrar com o Neymar a cada vez que o Neymar for negociado, porque ele foi um atleta formado na base do Santos. E aí é que está o problema, porque a formação de atleta no futebol passou a ser vista como um negócio, um negócio lucrativo. Coisificou a pessoa, materializou. Ali não está um ser humano, está alguém em quem eu quero investir, que quero vender e com quem quero ganhar dinheiro. E muita gente inescrupulosa está tratando um ser humano em formação, condição peculiar do adolescente, como se coisa fosse. Isso tem de ser combatido.

Falou-se muito em ética do futebol. Que ética é essa? Isso tem de ser combatido. A imprensa vê isso. Tem de denunciar. Algo tem de ser feito. Nós não podemos tratar criança e adolescente como coisa. A Lei Pelé alterou recentemente isso; não permite a comercialização de atletas menores, mas até há pouco tempo permitia a expressão "Eu vou vender um menino", era comum no meio.

“Não, estou com esse menino aqui, mas vou vender ele para tal clube, vou pegar um dinheiro, vou investir. Vou arrumar um outro”. Não pode. Nós estamos tratando de criança e adolescente, para sua informação, e não de objeto, uma coisa em cima da qual lucrar.

Concluindo minha manifestação, porque o tempo está se esgotando. Eu gostaria de ratificar o que disse o deputado João Leite. É perfeito, investimento de dinheiro público é dinheiro do povo. Esta Casa aprova orçamento. É o dinheiro do povo que tem de ser direcionado e tem de ser direcionado para a educação. Excepcionalmente, Copa do Mundo, tudo bem; que se invista em desporto de rendimento. Excepcionalmente, quer-se fomentar um tipo de desporto, como vamos ter uma olimpíada aí, que se invista em desporto de rendimento; mas a prioridade, o grosso do dinheiro tem de ir para as escolas. Concordo plenamente com V. Exa. Fazendo isso, nós vamos estar contribuindo, sim, para a melhoria do futebol brasileiro. Não tenha a menor dúvida. Obrigado pela atenção.

O presidente - Muito obrigado, Dr. Genderson. Em alguns lugares já está pronto, viu, Dr. Genderson. Eu, especialmente, gosto de uma região onde há uma grande comunidade, da Barragem Santa Lúcia. Lá existem dois campos de futebol, e próximo dali está a Escola Dona Augusta Nogueira. Meu sonho é que a escola se aproxime dos campos de futebol. Lá existem dois times, então, aproveitamos os professores de educação física para trabalhar aquelas crianças que estão ali no campo. Sempre quando eu passo ali, eles estão lá o tempo todo. Mas vejo muitas vezes o abandono total. São dois espaços públicos muito próximos. São duas escolas. Aquela escola pública pode se tornar uma escola prazerosa, atrativa se a gente juntar os dois espaços. Aqueles meninos que estão em formação e os técnicos podem ser trabalhados pelo professor de educação física, e as universidades podem se aproximar também.

Em muitos lugares esse arranjo está pronto. Falta juntar essas duas pontas para que tenhamos um ambiente melhor. O recurso público tem que ser investido. Não acredito que a base do futebol brasileiro esteja nos times profissionais; a base está no futebol amador. Comecei num time de 1926, numa vila em Belo Horizonte, e ele continua até hoje. O Heleno, que está ali, começou num time de 1930, o Suzana - comecei no Alvorada. São estruturas que permanecem e que precisamos modernizar. Como? Aproximando a escola, a universidade, porque os professores é que formarão os atletas e os técnicos. Com a palavra, o Sr. Heraldo Panhoca.

Palavras do Sr. Heraldo Panhoca

Caro deputado, acho que a melhor apresentação que poderíamos ter é o *mens legis*. Estamos na Casa das leis, e, sucedendo ao Ministério Público, não poderia deixar de falar de legislação também. Como meus próprios colegas e amigos disseram, fui citado a manhã inteira, em todos os depoimentos, mas com imensa felicidade, porque 85% desse texto nasceu de uma comissão da qual tive o prazer de fazer parte no Ministério, presidida pelo Pelé, na oportunidade. Então é com muito orgulho que venho a Minas, terra do Pelé, para falar de um trabalho que fizemos a 10, 12 mãos. Parabênz-o. Realmente o senhor nos deu uma aula sobre formação de atleta. Farei uma pequena complementação, porque realmente entendi que o senhor explicou muito bem o trabalho feito lá em 1997, pelo art. 29 da Lei Pelé, o direito do clube formar, como o direito do cidadão de ser formado. Parabênz-o, porque é esse o entendimento que gostaríamos que todos aqui tivessem.

Entretanto trarei algumas peculiaridades, porque estamos discutindo futebol, como bem disse o senhor. Por que apanhamos de 7x1 vamos renovar? Só que teremos uma olimpíada daqui a dois anos, que também é desporto com “d”, e não esporte, que é modalidade. Meu jovem, na imprensa, vocês ensinaram mal, o nosso povo está escrevendo “esporte” nos jornais. Somos lusófonos, e é desporto com “d”. E o desporto pode ter, na olimpíada, o mesmo resultado de 7x1, porque estamos preocupados com o futebol. E a Lei Pelé se refere a normas gerais do desporto, para todos, para todas as práticas. Dentro de todas as práticas há essa diferenciação, porque é rendimento.

Terei que ser repetitivo em algumas coisas, porque fizemos uma compilação de palestras muito próximas, e fico feliz por isso. Tentarei complementar o que o senhor disse; e aquilo que eu não disser, o senhor já disse. Então conseguiremos trazer a este Plenário a grande preocupação, que é o nascedouro. O nascedouro vem exatamente do desporto educacional, em que ele não é atleta. O Brasil teve a petulância de dizer ao mundo, em 1997: “Atleta nasce aos 14 anos - atleta de desporto de rendimento; antes ele é educando em iniciação desportiva e não pode ser submetido à hipercompetitividade”.

Isso chocou o mundo num primeiro momento. Na sequência, vimos que o mundo adota 14 anos no vôlei e no basquete e 15 anos no atletismo. A Fifa ainda fica com 12 anos para os países subdesenvolvidos. Na Europa, realmente são 18 anos. Tínhamos um problema. Todas as vezes que levávamos para a comunidade brasileira a idade de 14 anos para o início da atividade de atleta, recebíamos... Só que as nossas campeãs mundiais de ginástica, seja olímpica ou rítmica, têm 11 e 12 anos. No entanto o tempo veio, coroou e deu a grande Medalha de Ouro à Lei Pelé. Em Beijing 2008, a ginástica eleva a idade da ginasta para as olimpíadas em 16 anos, porque abaixo de 14 anos não é prática esportiva, mas mutilação precoce da nossa criança. Felizmente, embora só em 2006 e 2007... Talvez o senhor não saiba, mas tive oportunidade de participar do ministério em São Paulo, levando o exemplo do Audax, que era um clube essencialmente formador de atleta, onde 95% das normas foram cumpridas e as 5% restantes foram acrescentadas por pedido, o que norteou, de certa forma, a cartilha apresentada pelo ministério. Houve um trabalho grande do Audax, um projeto do Abílio Diniz que, infelizmente, acabou porque o grupo Pão de Açúcar foi vendido. No Brasil, tem muito disso, os bons exemplos, às vezes, nessas mudanças.

O Ministério Público veio ao encontro da proteção da nossa criança. O Conselho Regional de Educação fez o que o Conselho Federal de Educação Física não fez, porque vimos aqui a solicitação do Ministério Público. Hoje o profissional de educação física, na faculdade, tem duas formas de se formar: três anos ou quatro anos. Para se formar em três anos, não pode dar prática desportiva, ou seja, é impedido pelo seu diploma. Aí, pergunto: como farei desporto educacional se o professor de educação física não está legitimado para prestar atenção a essa criança? Precisamos pensar de forma diferente.

Fiquei feliz, doutor. Desculpem-me, mas foi a grande notícia boa do dia, porque foi o primeiro que aqui passou e leu a Lei Pelé na íntegra. Ela tem 16 anos. Para discutir uma legislação, é preciso conhecê-la toda, além de conhecer o desporto. O que passou o Ruy, a Margarida e o João, não importa a modalidade... Outro dia, dentro de formação, tivemos... Vou mostrar o efeito nefasto do art. 94. O senhor já está autorizado a fazer uma ação civil pública contra o governo federal para revogar esse artigo por meio de qualquer medida. O art. 94 diz exatamente o que ouvimos aqui, do meu amigo dos árbitros. Ele disse que o árbitro não tem o seguro para entrar em campo que o torcedor tem. Vou desfazer uma afirmação. O art. 94, editado em 2011, excluiu o seguro de acidentes e a

obrigatoriedade de dar escolarização ao atleta maior de 14 anos praticante de todas as demais modalidades, exceto o futebol. Nada mais odioso. Está aí, senhores. Procurem a Lei Pelé e vejam o que diz o seu art. 94.

De 1997 para cá - aliás, a lei foi aprovada em 1998 -, viemos criando mecanismos e melhorando. Em 2003, o art. 29, por meio do ministro Agnelo, teve uma grande melhoria. Sentíamos já, nos cinco primeiros anos, que precisava melhorar. Tivemos agora, em 2011, a grande perda. O Ministério Público e o Ministério do Trabalho precisam agir.

Não podemos permitir que tenhamos um artigo tão violador de direito quando a Constituição diz que todos são iguais perante a lei. Estamos vendo que a lei acabou se transformando só para o futebol. Ela não nasceu assim; ela foi, ao longo do tempo, nas suas quatro alterações, chegando ao ponto de tornar opcional na relação clube-atleta ter um seguro contra acidente, um plano de assistência médica. Se o senhor não leu, eu posso ler aqui para o senhor. Essa situação tivemos há um ano e meio. Laís Souza, atleta da ginástica, que acabou indo para os desportos no gelo, sofreu uma lesão muito grande em um treinamento. Como ela estava albergada pelo art. 94, porque ela não praticava futebol, não tinha nenhuma garantia de seguridade social apesar de ter mais de 15 anos de atividade desportiva e vinte e poucos anos de idade. A presidente Dilma, cantada em prosa e verso pelo Ruy, que vai fazer as grandes mudanças, edita uma medida provisória, dando a ela 10 salários de referência como aposentadoria por invalidez. Não teria sido mais fácil ela ter revogado o art. 94, porque aí seria para todos? Ou vamos precisar, todos os dias que houver um atleta lesionado, ligar para o Palácio e pedir uma medida provisória? É tão simples: basta a revogação de um artigo.

Deputado, não sei quantos daqui da Assembleia Legislativa foram para a Câmara Federal. Reúna os seus colegas e peça que reivindicuem a revogação do art. 94. Assim já melhora muito e ainda talvez ainda dê tempo de salvar uma medalha na Olimpíada de 2016. O que tenho absoluta certeza é que o nosso fracasso será tal qual os 10 a 1.

Por falar em 10 a 1, vou pegar o gancho do nosso Ministério Público. Ouvimos aqui futebol, futebol, futebol, dentro de uma lei de norma geral do desporto. E a lei divide, pela própria Constituição, em duas situações. É obrigação do Estado. Passamos cento e tantos anos sem o desporto ser citado na Constituição Federal. No Brasil, o desporto sempre foi, como disse o representante dos árbitros, uma imposição estatal, e nós a obedecíamos. Vinham RDIs dos CNDs e tudo o mais, e éramos obrigados a assumir. Um dia, a Constituição veio e nos deu o direito: a prática desportiva é um direito de todos, e uma obrigação do Estado o seu fomento. Criou-se uma relação: o Estado é obrigado a nos dar o fomento. Depois veio a lei ordinária - a Lei Pelé é a explosão do que está na Constituição -, seguiu tudo isso e veio trazendo os nossos direitos, que ela dividiu em dois, porque a própria Constituição já assim obrigava: tratamento diferenciado ao atleta profissional e ao atleta não profissional. Ela trata do desporto profissional, porque não existe modalidade amadora, não existe modalidade. Então não tem futebol profissional, não tem futebol amador, não tem basquetebol ou voleibol amador. A modalidade é única, ela traz a sua internacionalidade pela regra. Nós, agentes do Estado, ou o nosso Congresso ou a nossa presidente, com medida provisória, não podemos alterar a regra de prática. Sabemos disso. Mas é a única imposição internacional que nos é colocada. Quanto ao resto, toda regência é feita pela Constituição, que diz que é obrigação do Estado e um direito meu. Então devo pleiteá-lo.

Temos R\$400.000.000,00 por ano de lei de incentivo dentro dessa renúncia. Já foi feita.

Se o governo tem a obrigação de fomentar e é incapaz de chegar a todos, porque a prática desportiva não é atividade governamental, ele chamou a sociedade e delegou: "Vocês estão autorizados a levar o meu fomento àquele atleta, àquele entidade, porque, sozinho, não consigo". Chamou a sociedade civil, que, no momento maior, mostrou que tinha 6 bilhões de dívidas de impostos federais. Então, tínhamos um governo incompetente, pela falta de capilaridade, e um usuário incompetente pela irresponsabilidade da possibilidade de receber o recurso. Mas, ainda assim, a Constituição reservou a esse grupo o direito à liberdade. Não preciso de dinheiro estatal para tocar a minha. Então, é onde há a separação.

Recentemente, saiu o art. 18, "a", de infeliz ideia, segundo o qual quem quiser dinheiro do governo tem de se submeter a uma série de situações, e quem não quiser está livre. Estamos discutindo futebol, que não quer o governo com ele. Ele tem capacitação própria, é independente, tem prerrogativa constitucional e não depende de ninguém. Estamos tentando incutir no dirigente do futebol algo que nunca vamos conseguir, porque o futebol é livre. A constituição dele lhe dá autonomia quanto à sua organização e ao seu funcionamento. Isso quer dizer que não há dependência, e o governo não pode intervir porque é uma norma constitucional.

No outro caso, tomemos como exemplo os clubes ou entidades que dependem do Estado. Aí, há normas bem rígidas, porque não há a unicidade do entendimento. Com isso, quero concluir que temos o INSS, órgão que arrecada a contribuição previdenciária tanto do empregador quanto do empregado. Ao citar o INSS, estou citando o desporto de rendimento à atividade profissional. O futebol tem uma regra clara de INSS, que arrecada 5% de toda a receita bruta do clube, e o seu empregado, atleta do futebol, de 8% a 11%, de acordo com a tabelinha na sua escala, limitado a um teto de 10 salários diferentes.

Num determinado momento, a lei também trouxe, nessa liberdade, no art. 87, que o atleta pode explorar sua imagem através de uma atividade comercial ou de uma relação civil. Novamente, a decisão do Estado contrariou essa lei que ele mesmo sancionou. Ao sancionar a lei, ele disse que todos os artigos eram válidos, porque o presidente da República tem o direito de vetar aquilo ou, por mecanismos próprios, buscar a inconstitucionalidade dela. Se ela não for declarada inconstitucional, o presidente sancionará que a norma é válida.

Então, o INSS tributa o atleta em 8% a 11%, e o clube em 5% sobre suas receitas. Consequentemente, está desatrelado da folha de pagamento. Quando faço R\$20.000,00 de salários e R\$1.800.000,00 de imagem, a Previdência, a Receita Federal ou o Poder Judiciário do trabalho diz que é fraude ao contrato de trabalho. Não posso admitir que seja fraude quando fiz rigorosamente o que está na lei, sem a presença da vítima. Não fraudei ninguém.

Eu, clube, contribuí com 5% de todas as minhas receitas para o INSS na forma da lei, e o atleta contribuiu sobre R\$4.700,00 hipotéticos hoje. Atingiu o seu teto. Por que é fraude se eu alcancei o teto daquilo que a lei me impõe? Onde está o elemento fraudado, onde está a vítima da fraude, qual foi o segmento que violei?

Mas temos hoje aqueles 2 ou 3 bilhões, sendo que 45% são infrações fiscais dessa fórmula, que também bastava uma linha. Hoje estamos no Senado discutindo se a presidente Dilma vai dar um jeito de minimizar, dividir, perdoar isso. Não precisa, basta tirar a



dívida que não é líquida e certa. É só cumprir a lei e reduziríamos isso violentamente. Porque fiz com o amparo da lei, e ao fazer com o amparo da lei, alguém presumiu ser fraude sem mostrar o dano causado. O único terceiro nessa relação é o INSS, porque todos os outros valores envolvidos na relação, segundo o art. 26 da Lei Pelé, ou o art. 444 da CLT, é uma relação de vontade manifestada pelas duas partes. Portanto, se livremente pactuei com o meu empregador ou com meu empregado, é absolutamente lícito e cristalino que aquele contrato é válido. Mas o Estado, que tem obrigação de fomentar, não consegue unificar a própria lei, e acaba gerando esse tipo de situação.

Hoje, o Poder Judiciário já discute isso. Já tivemos a primeira grande manifestação em 2006 e até um processo de Belo Horizonte, quando o ministro Levenhagen, que hoje preside o TST, separou salário, imagem e arena. Recentemente, no final de 2012, o ministro Caputo Bastos pelo menos no TST participou: “Não é fraude o contrato de trabalho, a bipartição, desde que respeitados os limites de contribuição”.

Só que hoje temos na Justiça Federal centenas de processos contra os clubes de futebol, e também outros tantos contra os clubes que praticam as demais modalidades, e que o art. 94 diz que não é uma atividade profissional, mas que estão sendo penalizados por fraude ou contrato de trabalho porque cumpriram o art. 94. A reformulação começa pura e simplesmente pelo cumprimento da lei que aí está. A lei é de 1997, sancionada em 1998. Bastam a leitura e a vontade política de fazer. Depois de colocada em prática, ver onde erramos e consertar. Muito obrigado.

Esclarecimentos sobre os Debates

O presidente - Neste instante, daremos início aos debates. Solicitamos àqueles que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensadas as saudações pessoais. Cada participante disporá de até 3 minutos para fazer sua intervenção. Lembramos que a leitura e a apresentação oral de perguntas serão feitas de acordo com o volume de sugestões recebidas.

Informamos ainda que a publicação das atas deste ciclo de debates estará disponível na versão eletrônica do *Diário do Legislativo* na edição do dia 6 de dezembro e poderá ser acessada pelo portal da Assembleia Legislativa: www.almg.gov.br. Portanto, a ata deste ciclo de debates estará, no dia 6 de dezembro, no *site* da Assembleia Legislativa.

Debates

O presidente - Temos um encaminhamento de Guillermo Izidoro, da Universidade Nacional de Córdoba. Ele solicita que lhe sejam enviadas por *e-mail* as falas do Prof. João Paulo Medina e do Sr. Ocimar Bolicenho. Novamente quero informar a todos que no dia 6 de dezembro, no *site* da Assembleia Legislativa, estarão disponíveis todas as palestras. Basta entrar no *site* [almg.gov.br](http://www.almg.gov.br) e clicar no evento, que as palestras estarão disponíveis no *hotsite*.

Pela TV Assembleia, o Breno Nunes manda uma mensagem para todos, dizendo que existem várias modalidades dentro do futebol, como o futsal e o futebol 7 soçaite. Apesar da menor repercussão na mídia, até do amadorismo de muitos clubes, essas modalidades hoje somam esforços pela melhoria do futebol profissional de campo, como um todo, ou acabam sendo refúgio para atletas, que deixam a carreira principal e se aventuram nessas oportunidades. Obrigado, Breno Nunes, pela participação.

Solicito agora aos que farão pergunta oral que se aproximem dos microfones. É importante dizer que vamos fazer as perguntas e depois, em bloco, nossos expositores as responderão. Rogério de Jesus, do Santa Cruz Futebol Clube, por favor, vá ao microfone. Depois, estarão com a palavra o Denarte D'Ávila; o Guilherme Isidoro, da Universidade Nacional de Córdoba; e o Antônio Augusto, da Escolinha Bom de Bola, Bom na Escola, de Augusto de Lima. O Robson Faria, do Vale do Rio Doce, fará uma pergunta ao Prof. Medina. O Alessandro Francisco Duarte, do Santa Cruz Futebol Clube; o Denarte D'Ávila, de Montes Claros; o Alessandro Francisco Duarte e o Franz Wendell Silva farão perguntas também. O primeiro a falar será o Rogério de Jesus, do Santa Cruz Futebol Clube, que está com tudo. Ele venceu o Campeonato Mineiro de Futebol Feminino. Não é mesmo, Rogério? Parabéns ao Santa Cruz.

O Sr. Rogério de Jesus - Boa tarde a todos. Neste ciclo de debates, falou-se muito em mudanças. O Ruy trouxe algo muito importante. Falou que, no momento em que se sentiu muito para baixo, o pai dele foi quem o sustentou.

Venho participando de alguns ciclos de debates. Trabalho com psicologia e percebi que os clubes, até mesmo os grandes, não mantêm psicólogos no seu quadro de efetivos, ou seja, chama-se um psicólogo apenas no momento de crise, quando, por exemplo, alguém diz: preciso apagar esse fogo. Aí o psicólogo é chamado. Na hora em que a crise passa, dizem: “Tchau, psicólogo, obrigado por seu trabalho”. Até mesmo há relatos de um grande clube de Minas Gerais que chamou um cara do Bope, do Rio de Janeiro, para a palestra de motivação. Outras coisas desse tipo acontecem dentro do clube, sendo que o psicólogo é formado e tem a garantia de fazer um trabalho de motivação, concentração e atenção.

Fica esta pergunta, principalmente, para o Paulo, da Federação: Percebe-se que o psicólogo, o assistente social, o educador e as pessoas que fazem o acompanhamento na base são chamados nesses momentos. O que a Federação pretende fazer para manter ou fiscalizar o profissional dentro dessas instituições? Quando a federação se depara com o Ministério Público do Trabalho, apresentam-se alguns documentos que confirmam a existência deles e o acompanhamento feito, mas, na hora de verificar a resistência do profissional e de acompanhar, efetivamente, as crianças em processo de aprendizado e de qualificação na área do esporte, não se vê a presença deles. O que a federação pretende fazer para acompanhar esse profissional, acompanhar essas crianças dentro desse processo?

O presidente - Obrigado, Rogério. Com a palavra, o Denarte D'Ávila, da AABB de Montes Claros, ex-jogador de futebol do glorioso Ateneu, de Montes Claros.

O Sr. Denarte D'Ávila - A primeira pergunta é para o deputado João Leite: após o debate, qual é o segundo passo a ser tomado? Isso é muito importante.

Minha segunda pergunta é para o Dr. Genderson Silveira. A sua palestra e a do Heraldo Panhoca foram um *show*, e meu questionamento foi atropelado. Parece que uma carreta passou em cima de mim. Vocês foram muito oportunos. Já vim com essa pergunta formulada, e me fizeram muitas perguntas.

Só vou fazer um pequeno questionamento. Realidade e teoria andam muito distantes no Brasil, principalmente para crianças que têm talento apurado para o futebol e moram em área de risco; elas não têm chance na vida. Com certeza, na prática, é isso que ocorre.

Porém, há clubes que têm estrutura. Por que não dar oportunidade a essas crianças? Nessa área de risco elas não vão ter chance. Falo isso, porque convivo na área de risco. Temos uma comunidade apoiada pela Fundação Banco do Brasil em Montes Claros onde 400 crianças que moram em área de risco têm uma oportunidade. Mas, infelizmente, são apenas 400 crianças em uma cidade igual a Montes Claros, onde inúmeras não têm oportunidade. É evidente que esse trabalho interrompe um pouco esse ciclo de risco de algumas crianças, porém as políticas sociais do Brasil nunca chegam a essas áreas de risco. Falo de realidade e prática.

Sei que fui atropelado pelo que falou o doutor. Foi fantástico. Tudo é pura realidade, mas teoria e prática andam muito distantes.

O presidente - Obrigado, Denarte. Quero registrar a presença de Paulo Sérgio Oliveira, o Robusto, da Federação de Handebol, ex-atleta da seleção de handebol. Robusto, Canhão, Toco, Jamanta, olhem que medo. Prof. Medina, dá até medo de um time desse. Com a palavra, Guilherme Isidoro, da Universidade de Córdoba.

O Sr. Guilherme Isidoro - Boa tarde. Primeiramente um abraço ao presidente da Mesa, deputado João Leite, por meio de quem cumprimento os demais palestrantes. Dirijo a minha pergunta ao Prof. Paulo Medina: "Professor, qual é a solução, na sua opinião, para que a censura existente no Brasil seja extinta no cenário nacional?"

O presidente - Repita, por favor, Guilherme.

O Sr. Guilherme Isidoro - Professor, qual sua opinião para conseguirmos a extinção da censura aos atletas quando expressam sua opinião e por isso sofrem alguma punição?

O presidente - Obrigado, Guilherme. No tempo oportuno, o professor responderá à questão. Com a palavra, Antônio Augusto, da Escolinha Bom de Bola, Bom de Escola, de Augusto de Lima.

O vereador Antônio Augusto - Mário Marra, prazer em conhecê-lo. Sou seu ouvinte na CBN. O Ruy, o Tinga e os demais expositores foram excelentes. Quero mudar o foco para a minha cidade, onde cuido do projeto Bom de Bola, Bom de Escola. São mais de 300 crianças que tenho lá. A cidade é cortada pelo segundo maior entrocamento do Estado. Preocupe-me, porque as crianças ficavam jogando pedras nas carretas, havia muita bagunça, morreu gente lá há pouco tempo. Agora conseguimos colocar radares lá. As crianças brincam e se divertem. Cuido de mais de 300 crianças, com o apoio do Eli Mendes, ex-Cruzeiro, que está comigo lá. Vou lembrar do Ailton, que está em Três Marias. O Euler deve conhecer o meu trabalho em Augusto de Lima, pois está perto dele.

Segundo o que o deputado falou, são R\$50.000.000,00, na prática, para os municípios. Vou dar uma má notícia: nada é investido em nossos trabalhos. Lá "banco" tudo. Tive a sorte de ser eleito vereador no ano passado, mas não ganhamos nem uma bola de ninguém. A minha maior preocupação é cuidar das crianças. O Ministério falou que podemos ser monitorados e receber muito apoio da sociedade, mas a situação está muito difícil. Não basta olhar o profissional aqui. O que vamos ter para nós, amadores e crianças que estão lá, com sete ou oito anos? Lá não estamos tendo drogas, briga com polícia e conselho tutelar. Esse também é o objetivo de vocês.

Medina, você passou a preocupação da dívida dos clubes. É muito dinheiro. Estou fazendo uma crítica: acho que vocês têm de pedir aos clubes de futebol brasileiro que não paguem essas dívidas, pois o governo tem de ressarcir-los; eles não vão quebrar, e sim rachar. Está vergonhosa a dívida dos clubes. Isso tem de mudar para ontem. Vocês são inteligentes e fortes para isso. Pelo que vejo, há de se ter uma discussão muito séria sobre as leis legislativas e, quem sabe, se consiga perdoar a dívida dos clubes profissionais, para que possam começar do zero. A dívida não vai parar por aí, 18% de aumento ninguém paga. Obrigado.

O presidente - Muito bem. Obrigado. Com a palavra, Robson Faria, do Vale do Rio Doce.

O Sr. Robson Faria - É Valério Doce, lá de Itabira.

O presidente - Gente, escreveram aqui no papel Vale do Rio Doce. Nossa, vamos homenagear o nosso Valério Doce direito, não é mesmo?

O Sr. Robson Faria - Sábado o clube completou 72 anos.

O presidente - Completou 72 anos o nosso Valério Doce, glória do futebol mineiro. Robson, você tem a palavra. Obrigado pela sua presença.

O Sr. Robson Faria - Obrigado. Infelizmente o presidente não pode continuar conosco, porque hoje a delegação se reapresentou. Estamos disputando a segunda divisão do Campeonato Mineiro e temos ainda mais três jogos pela frente.

Meu boa noite ao Exmo. deputado e a todos da Mesa. Gostaria de agradecer a oportunidade de participar de um debate tão rico sobre todos os assuntos. Também agradeço ao Ricardo, que nos citou aí na categoria de base, lembrando até que hoje temos lá uma escolinha com 200 crianças. Trata-se de uma escolinha mesmo, sem procura de rendimento. Dela tiramos as equipes que disputaram a categoria de base. Em sequência, já quero agradecer à Federação Mineira, na pessoa do Castellar e do excelentíssimo que está na Mesa e nos presenteou este ano com a isenção do pagamento da taxa de federação e de arbitragem para os campeonatos de base das categorias juvenil e infantil.

Gostaria de fazer a pergunta ao Prof. Medina: devido à nossa realidade financeira, qual é a possibilidade que ele vê de trazermos todas essas modernidades tecnológicas, todos esses avanços dos profissionais para clubes, como para o Valério, que está na segunda divisão? Temos um faturamento um pouco reduzido em decorrência da história do clube e de tudo o que aconteceu. Quais possibilidades você vê de fazermos esse trabalho e de que essa Universidade do Futebol consiga nos beneficiar para que possamos fazer o clube evoluir não só financeiramente - resalto que graças a Deus estamos com todas as contas em dia, jogador recebendo em dia, tudo beleza -, mas também para que ele seja novamente - como o Exmo. Deputado ressaltou - um grande clube mineiro, que possa estar aí como o Tombense, o Tupi, o Boa, o América, o Atlético e o Cruzeiro, disputando grandes campeonatos brasileiros? Muito obrigado.

O presidente - Muito obrigado. O único problema do Valério é que onde a torcida passa a mão tem pedra, tem minério.

Com a palavra, Alessandro Francisco Duarte, do Santa Cruz Futebol Clube, por favor.

O Sr. Alessandro Francisco Duarte - Bem, tenho duas perguntas a fazer. Uma direcionada ao Prof. Ocimar: professor, na prática, quais são as ações que estão sendo desenvolvidas pela Abex em relação à regulamentação da profissão de treinador de futebol no



Brasil? A segunda pergunta é para o Prof. João Paulo Medina: na sua opinião, professor, o que é preciso para que a visão sistêmica do futebol brasileiro seja democratizada na sua estrutura?

O presidente - Muito bem. Obrigado, Alessandro. Com a palavra, Franz Wendell Silva, da Futgol Agenciamento Esportivo.

O Sr. Franz Wendell Silva - Boa noite a todos. É uma satisfação imensa participar com vocês deste debate. Minha pergunta é diretamente ao Dr. Genderson, do Ministério Público: qual é a visão do ministério em relação à capacitação de atletas menores de 14 anos, uma vez que é notório que a capacitação de menores de 12, 13, 14 anos está sendo uma prática da seguinte forma: esses atletas estão ficando nos clubes que não têm alto rendimento, sendo monitorados e, automaticamente, na primeira oportunidade, quando fazem 13, 14 anos, eles são incluídos nos times de alto rendimento? Como saber lidar com essa dificuldade, já que hoje isso está acontecendo cada dia mais precocemente? Na Europa, a referência é 8, 9 anos. Acho até que é uma falta de respeito às crianças, porque hoje em dia elas viram arrimo de família. Os pais de um menino com 10, 12, 9 anos apoiam isso, pensando no futuro que pode ser dado a eles. No entanto, atropelam-se várias coisas: família, escola, a criança perde aquele tempo de brincar, de correr. Queria saber do ministério qual o entendimento sobre isso.

O presidente - Obrigado, Franz. Temos ainda uma pergunta por escrito, que vou ler e que está direcionada ao Paulo Medina, ao Ocimar e ao Fernando: “Vocês creem que o único caminho seria uma alteração profunda na legislação desportiva? Creem que ela é possível? Como?” A pergunta vem do Prof. Francisco Ferreira.

Passo inicialmente a palavra ao Prof. João Paulo Medina, para que ele responda às perguntas que foram direcionadas a ele. São muitas, não é mesmo?

O Sr. João Paulo Medina - São muitas, mesmo; vou tentar sintetizar um pouquinho tudo o que foi dito. Fico feliz pelo teor de todas as perguntas, coroando, vamos dizer assim, esse dia extenso que tivemos. Infelizmente, a dinâmica não permite um debate maior entre nós, mas as perguntas são bastante interessantes.

O Rogério falou sobre a psicologia do esporte. Acompanhei bem de perto o trabalho dessa área. Tenho um relacionamento muito grande com a Dra. Regina Brandão, que prestou assessoria ao Felipão, e não à seleção, não à CBF. Aos que não sabem, é bom esclarecer que ela, em momento algum, foi contratada pela CBF para prestar os serviços ao grupo de jogadores.

Vejo o grau da discussão e de paixão que a envolveu, que, por razões óbvias, suscita aqui a oportunidade de falar. Vejo que esse trabalho de psicologia do esporte deveria ser estimulado pela própria CBF, principalmente para que ela fosse realizada com os jovens, nas categorias de base, no trabalho até com escolinhas. Se o estatuto da CBF diz que é obrigação da confederação fomentar o futebol brasileiro e não apenas trabalhar com a seleção brasileira ou com as seleções, vejo que seria muito pertinente um trabalho permanente de assessoria, de consultoria a clubes, a escolinhas de futebol, para que se tivesse essa importante disciplina, importante área do conhecimento humano não só para o futebol e para o esporte, mas para o ser humano. Acho que seria um grande serviço que se prestaria. Não vejo dificuldade alguma, de nada, nem de investimento, nem em relação a profissionais que pudessem exercer essa função permanentemente junto à CBF, por exemplo; e poderia ser também junto às federações.

Paulo, acho que isso é uma iniciativa, já que vejo aqui em Minas um movimento renovador. Vejo também essa preocupação em outras federações - acho que foi uma coisa muito bem lembrada pelo Rogério, se não me engano.

Em relação à extinção da censura, existem coisas que infelizmente não resolvemos apenas com a lei. Há aspectos que são da nossa cultura, da nossa sociedade, num processo de democratização em que infelizmente ainda estamos engatinhando, de respeito aos direitos humanos. São conquistas que não são, muitas vezes, garantidas pela lei. A lei, como o Dr. Panhoca e outros especialistas não se cansam de nos ensinar, às vezes já existe, mas muitas vezes ela é desconhecida e não é cumprida. Há esses problemas.

A extinção da censura é uma conquista muito mais da sociedade como um todo, da cultura e do investimento em educação. Eu que curto, nasci, vivi e vou morrer com o futebol na minha vida, sonho com um plano nacional de desenvolvimento do futebol, que abarque todas as questões que foram discutidas aqui e muitas outras. Isso tudo, evidentemente, dentro de um guarda-chuva, de um plano nacional de desenvolvimento do esporte, que teria por cima outro guarda-chuva, o plano nacional de desenvolvimento da educação. Assim, poderíamos ter esses elementos que foram debatidos aqui contemplados e devidamente orientados.

Em relação ao que o Antônio Augusto falou, do não pagamento da dívida dos clubes, eu discordo. Acho que os clubes têm de pagar, mesmo que seja pela irresponsabilidade dos seus dirigentes. Muitas vezes, é bem verdade, eles pagam a dívida que os antecedentes fizeram. Eles são obrigados a pagar o preço, mas não vemos movimento no sentido de estancar essa sangria. Acho que os clubes devem sim, pagar, embora ache que o clube é a célula *mater* do futebol. Vejo que essa dívida tem de ser equacionada, parcelada, mas, ao mesmo tempo, o bom senso defende que os clubes arquem com as devidas responsabilidades, para que essas coisas que têm acontecido ao longo dos anos não se repitam. Essa é, sinteticamente, a opinião que tenho a respeito.

Em relação à visão sistêmica, falada pelo Alessandro, é uma constante. Temos de entender que precisamos nos atualizar, estudar, tentar entender o fenômeno, a complexidade que é não somente o futebol, mas a vida. Essa é uma tarefa constante. Todos nós temos de estudar, buscar entender a complexidade do ser humano. Precisamos entender que trabalhar no futebol não é apenas estudar os fundamentos, o gesto técnico, a preparação física e o esquema tático. Quem lida com o futebol lida, sobretudo, com atletas, com seres humanos. Entender o ser humano é realmente complexo e exige uma abordagem cada vez melhor, calcada em valores.

Finalizando minha intervenção, acrescento que sou daqueles que não defendem o pensamento de que o esporte é sempre saúde, educação e cultura. Acho que pode ser tudo ao contrário, dependendo de como a gente agir. Muitas vezes, a gente ouve dos professores de educação física que basta praticar esporte que tudo de bom virá: a saúde, a cultura, a educação. Isso não é verdade; o esporte está cheio de drogas e de violência. Essa visão simplista é um dos problemas que nos levam a não investir na capacitação, na formação dos profissionais e nos agentes que estão trabalhando com crianças e adolescentes.

Vejo a visão sistêmica como uma conquista, a quebra do paradigma de uma visão fragmentada, em que a gente pensa resolver as coisas a partir do conhecimento específico que temos. Todos nós temos a obrigação de ter essa visão sistêmica, do conjunto, para que, juntos, possamos encontrar novos rumos para o futebol, para o esporte e para a sociedade como um todo.



O presidente - Agradecemos muito ao Prof. João Paulo Medina pela sua participação. Com a palavra o Dr. Paulo Bracks, diretor executivo da Federação Mineira de Futebol, advogado, especialista em direito desportivo.

O Sr. Paulo Bracks - Obrigado, deputado. Em relação à pergunta que me foi dirigida sobre a psicologia, deixo meu contato para quem quiser conversar posteriormente.

Não há uma exigência legal desse profissional no futebol. Na federação mineira, um dos pilares da arbitragem é a psicologia; mas, nos clubes a prerrogativa é deles. Vamos conversar sim; se houver algum projeto, alguma perspectiva, passem para a gente. Deixo o meu contato, poderemos conversar a respeito.

Especificamente sobre fiscalização, base, passo a bola ao Dr. Genderson, porque o Ministério Público faz isso muito bem, trabalhando a questão do menor, da pressão que ele sofre, do dia a dia, do resultado. O menor não tem a capacidade para isso, em função da idade, apesar da profissão que vai acabar exercendo. Prefiro que conversemos depois. Pode me apresentar alguma coisa concreta que você pensa que deveria acontecer e podemos tratar disso na federação. Obrigado, João Leite.

O presidente - Obrigado, Dr. Paulo Bracks. Com a palavra, o Sr. Ocimar Bolicenho, Presidente da Associação Brasileira de Executivos de Futebol - Abex.

O Sr. Ocimar Bolicenho - Respondendo ao Alessandro, que, se não me engano, perguntou sobre a regulamentação do treinador de futebol, muito embora a Abex não trate do treinador, estamos trabalhando com a Federação Brasileira de Treinadores de Futebol. Já foram feitas duas reuniões, em que foram concatenadas as principais ambições das categorias; e aí se encontra o treinador de futebol. Todas as gestões estão sendo feitas por meio do Ministério do Esporte, por intermédio do secretário de Futebol, que é o Toninho. Isso já tem sido feito. Já está encaminhado um protocolo inicial dessa situação. Esperamos que, para o ano de 2015, ambas as profissões já estejam regulamentadas, tanto a do treinador de futebol quanto a do executivo, a do gerente de futebol do profissional, a do gerente de futebol de base e a do antigo supervisor, que chamamos de coordenador operacional.

Respondendo ao Francisco Ferreira, acho que infelizmente só a legislação não é suficiente para mudar esse quadro. Para mudar isso, acredito que seja necessária uma operação conjunta de toda a sociedade, envolvendo a mídia, os agentes do esporte, por meio de suas entidades de classe, os torcedores e os dirigentes que estejam atualizados e dispostos a acatar a modernidade. Apenas com esse conjunto de coisas é que vamos chegar ao nosso objetivo final.

O presidente - Muito obrigado. Com a palavra, o Sr. Ruy Bueno, jogador de futebol profissional e membro do Bom Senso Futebol Clube, para as suas considerações finais.

O Sr. Ruy Bueno - Mais uma vez, agradeço ao deputado João Leite.

Ao final das minhas manifestações, agradeço ao meu pai. Poucos sabem, mas ali sentado está o meu advogado, Dr. Antônio Sérgio Figueiredo. É um dos meus conselheiros e está, todos os dias, abençoando-me e guiando-me nesses processos contra as más administrações e os maus pagadores dos clubes.

Espero que não só a Assembleia Legislativa, mas também a federação mineira, com o novo comando, realmente consiga colocar o nosso Estado em mais evidência do que se encontra no momento. Hoje temos os grandes clubes, Atlético e Cruzeiro na primeira divisão; na segunda, o América e o Boa Esporte, que vêm fazendo um bom trabalho há muito tempo; na Série C, tivemos o Tupi, de Juiz de Fora, que esteve em vias de fato para alcançar a Série B; e, finalmente, a Tombense, ao lado da qual lutei diretamente no Brasileiro da Série D. Esperamos servir de exemplo para todas as regiões do futebol e, quem sabe, para a nossa entidade máxima, fazendo um futebol transparente e, dessa forma, reerguer o nosso patrimônio nacional. Obrigado a todos e boa noite.

O presidente - Obrigado, Ruy. Com a palavra, o Sr. Mário Marra, jornalista e comentarista de futebol da Rádio CBN de São Paulo.

O Sr. Mário Marra - Tenho uma pergunta do Lucas Barbosa: “Você, como mineiro e jornalista que trabalha em São Paulo, não vê certa resistência dos jornalistas paulistas ao domínio do futebol mineiro no Brasil?”

Vejo e acho ótimo. A pior coisa que existe é quando dizem que o seu time é simpático. Se ele é simpático, não faz mal a ninguém. Acho muito legal.

Fico orgulhoso quando percebo que as pessoas da redação da rádio conversam comigo, questionando um dos nossos jogadores: “Quem é esse cara? Como pode um menino fazer aquele gol?”. Calma; vai lá, estuda, entra no *site*, dá uma pesquisada. Abro um parêntese para dizer que é um prazer ver ali atrás o meu grande professor, Marcos Barreto.

Então, acho bem normal. Mas há um detalhe: é realidade que quem está na capital não olha para o interior, e quem está no interior quase sempre olha para sua microrregião. A rádio, especialmente, é local. Em uma rádio qualquer de Andradas, não posso falar por meia hora do Flamengo ou do Corinthians; tenho de falar do Rio Branco - que não está mais em atividade - e da Caldense, porque o meu público é aquele. Ou seja, é questão também de se situar onde você está.

Passando às considerações finais, agradeço muito ao deputado João Leite e aos demais presentes, deixando o recado de que o exercício da nossa função deve ser questionado todos os dias. Onde a gente está e qual o caminho estamos pegando são questionamentos que temos de nos fazer todos os dias. Obrigado.

O presidente - Obrigado, Mário. Com a palavra, o Dr. Genderson Lisboa Silveira, procurador do Trabalho em Minas Gerais.

O procurador Genderson Lisboa Silveira - Sobre a questão do psicólogo, levantada pelo Rogério, a Lei Pelé é clara: as entidades formadoras são obrigadas a prestar assistência médica, psicológica e odontológica aos atletas em formação. Então, há, sim, necessidade de se ter um psicólogo cuidando deles diretamente. Mas é bom abrir uma brecha nessa pergunta para dizer que trabalhar com categoria de base formadora de atleta de rendimento não é barato. É preciso ter estrutura de treinamento; profissionais especializados, como médico, fisiologista, psicólogo e pedagogo; prestar atendimento odontológico, etc. Ou seja, é preciso dar uma atenção muito grande a esses jovens que estão em formação, diferentemente do que acontece com o atleta profissional, que já é maior de idade e já consegue se defender sozinho. Por estar em formação, o jovem ou, em especial, o adolescente às vezes não consegue se defender de uma agressão que venha a sofrer. Daí a necessidade de uma atenção especial. Mas quem fiscaliza isso? A Lei Pelé sofreu uma alteração recentemente, e a CBF é a entidade certificadora dos clubes formadores. Então, ainda que delegando para as federações estaduais, cabe à CBF e ao Ministério Público do Trabalho - não eu, mas outro procurador que trabalhe diretamente com a CBF -



traçar esses parâmetros de fiscalização. Assim, quando a federação mineira, paulista ou paraense for fiscalizar, ela vai saber o que pode aceitar em termos de estrutura física e de pessoal para que determinada entidade seja certificada, ou seja, possa formar atletas, possa ter atletas aprendizes em formação. Sem certificação, ela não vai poder funcionar, e isso não é barato. Realmente, pela questão do custo, como vimos, são poucos os clubes em Minas Gerais, principalmente no interior, que mantêm categoria de base. Se não tiver recurso financeiro, realmente não dá para fazer. E se fizer meia-boca, lesando direitos de crianças e adolescentes, vai encontrar resistência dos órgãos de fiscalização, entre eles o Ministério Público.

Em relação ao talento de risco, que o Denarte apontou, conversei com vários dirigentes de categoria de base e sei que a seleção que os clubes fazem é extremamente profissional. Aquela ideia de peneira já acabou - deve ser do tempo do deputado. Hoje, não há mais esse negócio de peneira; fazem-se testes. Vejam, se pego um menino de Rondônia, com 14 anos, e trago para cá, para uma realidade social diferente, quando ele chegar em um clube com a estrutura que têm os clubes da capital, ficará assutado só de olhar. Então, temos de dar um tempo para ele se aclimatar, acabar com o nervosismo inicial. Temos de deixá-lo ali por alguns dias, por cinco dias pelo menos, para ver se tem ou não condição de se tornar atleta profissional. E o critério social não é critério de seleção. Quem trabalha com categoria de base com seriedade, como fazem vários clubes, sabe que o critério é se ele tem ou não condição de ser um atleta de sucesso. Se não, ele está fora, independentemente da origem social; se sim, ele pode ser um garoto de zona sul que vai ser selecionado. E é isso mesmo: temos de selecionar os melhores. Então, se está ou não em risco social, não é critério de seleção. Agora, se há alguém em risco social, precisando de atendimento, lembro que estamos no Brasil do século XXI; não estamos mais no passado. Hoje, temos o Cras, o sistema de atendimento do Bolsa Família, os conselhos tutelares da criança e da adolescência, o Ministério Público, a Promotoria da Infância e Juventude em cada comarca deste Estado, etc.

Tem que denunciar essas situações de risco - e elas existem - aos órgãos de fiscalização, para as providências devidas, porque recurso para atender a infância e a adolescência existe, mas realmente não concordamos com usar o risco social como justificativa para colocá-lo numa situação de violação de direitos. A criança e o adolescente que estão em risco social precisam de atendimento, e não é por estar nessa situação que as regras de atendimento para ele serão flexibilizadas.

O Antônio Augusto me falou algo que me deixou preocupado, que é a questão da dívida que os clubes têm, que foi aqui exposta. Não sou eu quem está falando, parece que há uma má gestão. Foi o que ouvimos aqui. Não sou eu quem está dizendo, escutei esta expressão de manhã: os clubes são deficitários, mas os dirigentes são milionários. No entorno, as pessoas estão ficando ricas no mundo do futebol. Então parece que há uma má gestão, mas, ao se perdoar dívida fiscal, está-se tirando do meu bolso, do seu bolso, do bolso dele, que somos contribuintes. Então devagar com isso aí. Se perdoamos, estamos começando um novo ciclo de descumprimento da ordem jurídica, um novo ciclo de irresponsabilidade, está-se estimulando a irresponsabilidade. Então tem que penalizar, e não perdoar. Se há má gestão, que ela seja penalizada na forma da lei, e que os agentes sejam responsabilizados, e não perdoados. Fiquei com essa preocupação em relação à sua fala.

Indo ao Franz, que me parece que faz parte de uma empresa de agenciamento esportivo, gostaria de esclarecer, primeiro: a Lei Pelé sofreu uma alteração em 2011, e ficou expresso na lei, textualmente, que atleta menor em formação não pode ter agente. Graças a Deus veio essa norma na Lei Pelé, porque o que vimos antes dessa alteração foi que esses pseudoagentes de futebol são talvez os grandes lesionadores de direito da infância e da juventude. E mais: examinei contratos que esses pseudoagentes faziam com os pais desses jovens e com a Promotoria da Infância, com gente especializada em direito civil e em direito do trabalho, e não conseguimos ver legalidade em nenhum desses contratos. Não se pode chegar para um pai de uma criança e vender o futuro da carreira do menor. Isso não tem validade jurídica nenhuma. Não é à toa que a Lei Pelé acabou com isso. Hoje, se um clube quiser ter um atleta em formação na sua categoria de base, tem que negociar com seu pai, sua mãe ou seu representante legal. Aquela figura do agente, do procurador, que já está de olho porque o menino se tornará um grande atleta, e se enriquecerá com isso, felizmente está banida.

E mais: a seleção é no clube. Quem faz a seleção é o clube, que tem liberdade para isso. Então, se há algum atleta em algum lugar, em alguma escola, em algum projeto social, que venha a despontar, que seja encaminhado para fazer o teste na época oportuna. Já vi muitos projetos sociais sérios, com proposta pedagógica de acolhimento, de dar cidadania, de dar formação. Já vi também projetos sociais de olho no futuro atleta, que venderá e ganhará dinheiro com ele. Então, quando ouvimos falar em projetos sociais, temos que ir lá e ver o que é. E temos feito isso. Se a filosofia é o desporto educacional inclusivo, terá todo o apoio; mas se a filosofia é o desporto de rendimento seletivo e não estiver assegurando os direitos tutelados na Constituição à criança e ao adolescente, terá problema com os órgãos de fiscalização.

Encerrando a minha participação, agradeço mais uma vez o convite ao deputado João Leite.

O presidente - Muito obrigado, procurador. Dr. Heraldo Panhoca, advogado especialista em direito desportivo.

O Sr. Heraldo Panhoca - Meus caros, acho que as respostas foram todas esgotadas. Agradeço mais uma vez estar presente em Minas, pela primeira vez na Assembleia; agradeço o convite. Espero que a reflexão dessa jornada longa do dia surta efeito, para que possamos pegar o que já temos e torná-lo ainda melhor, levando exatamente aquilo. Primeiro vamos cumprir o que está aí; depois, com o cumprimento, tentar melhorar. Porque, se não cumprirmos a lei, não adianta modificá-la todos os dias, porque ela continuará engavetada. Muito obrigado. Boa noite. Um abraço.

O presidente - Obrigado, Dr. Heraldo. Há uma pergunta a mim encaminhada, que responderei rapidamente, depois o deputado Antônio Carlos Arantes falará: "E agora, depois de debatermos e conversarmos sobre tudo isso, o que faremos?"

Temos uma comissão que construiu este ciclo de debates. A minha proposta é que essa comissão que o preparou continue trabalhando. Profs. Antônio Sérgio, Vagner e Francisco, que, aliás, puxou toda essa discussão, teremos, daqui a dois dias, toda a documentação deste ciclo de debates. Podemos nos debruçar sobre ele. Até o dia 4 de dezembro, temos a possibilidade de apresentar emendas ao PPAG em Minas Gerais e depois encaminhar o orçamento. Acho que a pergunta foi do Denarte D'Ávila. Quem sabe o Denarte quer participar também. Seria interessante levar para o interior essa discussão. Na preparação do ciclo de debates do próximo ano, quem sabe vamos interiorizar, fazer algumas etapas no interior de Minas Gerais. Discutimos no interior e depois faremos um grande debate no Plenário da Assembleia. Agora continua trabalhando aquela comissão preparatória. O Denarte conhece... Para

aqueles que desejarem participar, o Prof. Francisco está lá atrás. Então todos conhecem. O Dr. Antônio Sérgio e o Prof. Wagner, que estão aqui, participaram da comissão que preparou este ciclo de debates. Retiramos, então, uma comissão para continuar trabalhando para o próximo ano e também agora. Quem sabe se, de tudo que foi dito aqui, poderemos mudar legislações no Estado de Minas Gerais mesmo e tratar dessas questões no PPAG do Estado e em outros documentos com os quais nos depararmos.

Quero passar a palavra agora ao deputado Antônio Carlos Arantes, presidente da Comissão de Política Agropecuária da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, e ex-secretário executivo do Ministério do Esporte, com o ministro Carlos Melles.

O deputado Antônio Carlos Arantes - Serei bastante rápido. Participei muito tempo deste evento, mas dentro do gabinete. Com a televisão ligada deu para assistir a ele. Deputado João Leite, V. Exa. me apresentou para o pessoal como ex-secretário executivo do Ministério do Esporte e Turismo. Na verdade, eu era um simples assessor, gente. Nunca fui secretário.

O presidente - Não era não?

O deputado Antônio Carlos Arantes - Ajudava o ministro.

O presidente - Dizem que você mandava prender e soltar.

O deputado Antônio Carlos Arantes - Não tinha essa força, pelo contrário. Tive a felicidade de ajudar bastante. Aliás, na época montamos um programa com o Estado e pusemos 500 quadras cobertas nas escolas estaduais. Foi só acabar o programa que não se ouviu falar mais nisso. Fernando Henrique deu todo o apoio ao deputado Carlos Melles, como ministro na época.

Quero manifestar a minha satisfação como cruzeirense fanático, autêntico e tetracampeão, e mandar um abraço para o Gilvan, o Marcelo e todos os atletas. O Caixa esteve aqui mais cedo, João Leite. Então, 2 a 1, mas não importa. Bacana. João, sabe o que me deixou muito feliz? Não é só por ter sido campeão, mas porque puseram muito Deus no meio. A responsabilidade e a fé fizeram a diferença. O time estava cansado, mas, jogando com bola e campo pesados, parecia que não. O que é a fé, a técnica, o trabalho e a seriedade de um diretor como o Gilvan e toda a sua equipe. Agora é uma satisfação chegar ao meu gabinete onde a maioria é atlética e fazer gozação.

Rapidamente também falando, João, o modelo está falido no Brasil. O exemplo foi o 7 a 1 que levamos no Mineirão. Não foi à toa. Os alemães se prepararam durante muito tempo, vieram para fazer o que fizeram. Quando digo que o modelo está falido, João... A evolução do mundo e do Brasil é muito grande, e estamos usufruindo dela, mas regredimos em dois pontos. Um é a música. Que tristeza as músicas que hoje fazem sucesso. Há pouco tempo, havia uma tal de *Eguinha Pocoló* e a da *Boquinha na Garrafa*, que faziam sucesso, desvalorizando a criança e as famílias. No nosso tempo, não tinha nada disso. A música era rica, assim como o esporte.

Quando falo da regressão, João, lembro que, quando era menino, fui à Associação Atlética de Guaxupé, à Sociedade Esportiva Guaxupé e vi você jogar no gol do Galo, lá dentro de Guaxupé. O Cruzeiro tinha o Raul, aquele timaço lá em Paraíso. Hoje, a Esportiva não tem mais chance de voltar. A Paraisense também não. Até Uberlândia não tem mais time de futebol, uma cidade de 600, 700, 800 mil habitantes. Acabou. O modelo está falido. Tem de mudar.

Tive a satisfação, João Leite, de ir ao Mineirão e ver 113 mil pessoas lá dentro. É uma loucura. Você via gente rica com gente pobre, todo mundo junto, naquela felicidade, pais de família, pessoas da favela com pessoas do centro. Acabou. Fui ver o jogo do Cruzeiro X Corinthians - até perdemos -, um jogo ruim demais, e, quando olhamos a torcida, não vemos mais pessoas humildes. Isso é muito ruim para nós. Acabou. Hoje o futebol virou o contrário do que era a inclusão, a união das pessoas. Hoje ele virou um instrumento de exclusão, ou seja, vai quem tem dinheiro. Sem falar num ingresso de R\$50,00, R\$1.000,00. Pelo amor de Deus. Aonde chegamos. Então, temos de repensar tudo isso.

Queria cumprimentar o vereador de Augusto de Lima. Parabéns, pois seu mandato é um instrumento para melhorar a vida das pessoas. Só tem valor se for desse jeito. Parabéns! Isso muda e melhora. Digo isso porque estou sentado aqui, nesta cadeira, e comecei com 12 anos organizando um timinho de futebol lá na roça. Depois, tinha meu artigo de futebol da zona rural. É uma história que vai longe se eu for contá-la.

Eu estava em meu gabinete, ouvindo o Dr. Genderson Lisboa falar - aliás, fez uma bela fala. Gastam R\$1.000.000.000,00 para fazer um estádio, e o vereador precisa de bola, mas não tem. Com R\$1.000.000.000,00 dá para fazer tantos programas Bom de Bola, Bom de Escola; não iríamos formar tantos atletas como gostaríamos, mas iríamos formar tantos cidadãos de bem... Porque, se há um câncer na sociedade hoje, esse câncer se chama drogas. Infelizmente, estamos enxugando gelo. Pensar em fazer presídio, e para a criança e o adolescente nos falam que há o centro de ressocialização. Cada criança dessa custa mais de R\$3.000,00 ali dentro, e saem pior. Mas aqueles R\$3.000,00 por mês poderiam cuidar de tantos programas Bom de Bola, Bom de Escola... O fato é que participo de vários programas, ajudo e tem dado certo. Os programas da Polícia Militar, como o Proerd, que tira as crianças das drogas, melhora a cabeça deles, poderiam ter tanto mais dinheiro...

Outro problema que está batendo à casa de cada um de nós é a tal da obesidade infantil. É um problema muito sério. O custo disso para a sociedade é alto demais, e o caminho está no esporte: tirar a criança da frente da televisão, do *videogame*, do sofá e levá-la para o campinho, para correr, elevar sua autoestima e se manifestar. É uma forma.

Estou encerrando minhas palavras, mas, quando disse que a Paraisense já não tem mais chance com esse modelo, a nossa Esportiva de Guaxupé, a Passense, onde íamos assistir a jogos bacanas, e o Uberlândia... Se bobear, daqui a uns dias, vamos falar do Rio de Janeiro. Em que situação está o Botafogo! Eu, moleque, ouvia pelo rádio - porque, naquele tempo, não tínhamos nem televisão - o Garrincha, o Milton Santos, aquele timaço jogar. Hoje vemos o Botafogo nessa situação. Vemos o Vasco, que subiu para a segunda divisão debaixo de vaias e quase deixando a vaga para um tal de Confiança. Nem sei se é um time de Sergipe. A que ponto chegou o futebol. O Fluminense não é mais aquela máquina de jogar futebol de Rivelino, que víamos nos anos setenta e poucos. O próprio Flamengo, que era o melhor time da história... Até hoje, sei a escalação do Flamengo daquela época, e eu não era flamenguista, mas, hoje, ninguém sabe. O Flamengo hoje não é mais o mesmo.

Então, o modelo está falido, e é uma coisa de que o brasileiro gosta. A incompetência maior está falando mais alto e todo mundo está perdendo. Obrigado.



O presidente - Quero animar o pessoal da comissão para depois dar uma palavra, buscar o relatório e nos ajudar a fazer uma proposta ao PPAG até o dia 4 de dezembro. O Paulo Sérgio de Oliveira, o Robusto, pode nos ajudar também nessa questão e na preparação do segundo ciclo de debates no próximo ano.

Encerramento

O presidente - A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 3/12/2014

Presidência do Deputado Hely Tarquínio

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata; discursos da deputada Liza Prado e dos deputados Arlen Santiago e Elismar Prado; aprovação - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Questões de Ordem; discurso do deputado Rogério Correia; Questão de Ordem; discurso do deputado João Leite - 2ª Fase: Discursos dos deputados Paulo Guedes e Doutor Wilson Batista - Chamada para recomposição de quórum; inexistência de número regimental para votação - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os deputados e as deputadas:

Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Adelmo Carneiro Leão - Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr. - Adalclever Lopes - Almir Paraca - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Arlen Santiago - Bráulio Braz - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cássio Soares - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Durval Ângelo - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Fred Costa - Gil Pereira - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - João Leite - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Liza Prado - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Marques Abreu - Paulo Guedes - Paulo Lamac - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Tony Carlos - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda - Wander Borges.

Abertura

O presidente (deputado Hely Tarquínio) - Às 9h13min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior.

O presidente - Em discussão, a ata. Com a palavra, para discutir, a deputada Liza Prado.

A deputada Liza Prado - Sr. Presidente, conforme citado na ata, um projeto que muito tem preocupado a nós, do Triângulo Mineiro, é o de incentivo às usinas do álcool. As nossas usinas estão com muitos problemas, fechando postos de trabalho. Creio que hoje as lideranças vão conseguir chegar a um acordo. Estou esperando por isso. Conversei com o deputado Durval Ângelo. Ele e outros líderes, com certeza também o Pimentel, conversarão com o governador Alberto Pinto Coelho e chegarão a um acordo. Espero realmente que possamos votar esse incentivo ao pessoal do álcool, porque beneficiará não só a região do Triângulo Mineiro, mas todo o Estado de Minas Gerais. Discutíamos a importância de os postos permanecerem. É importante também que todos os setores sejam beneficiados, e nossas empresas não migrem para outros Estados. Estou acreditando nesse acordo. O deputado Durval Ângelo tem feito enorme esforço para um acordo das lideranças. Pela sua competência e capacidade de articulação, tenho certeza de que conversas não faltarão, de que conseguiremos resultados e votaremos esse projeto.

Estamos acompanhando todas as usinas de álcool na nossa região de Uberlândia. É muito triste ver um pai de família, um trabalhador que já ganha tão pouco ficar desempregado. É triste também ver empresas quebrando. A maioria das indústrias de Minas ficam no Triângulo Mineiro e no Alto Paranaíba, portanto acredito ser possível fazermos um acordo e evitar esses desempregos. E mais, tenho certeza de que a Assembleia votará um projeto, melhorando-o com suas emendas, de forma a atender todos os setores.

O setor produtivo do Estado de Minas Gerais vive, como no restante do Brasil, um momento de ansiedade e muita incerteza. Acredito nas equipes econômicas. Esta semana, a presidenta Dilma indicou seu ministro da Fazenda, e eles estão tentando apresentar ao País no mínimo uma proposta para o Brasil voltar a crescer, mas com qualidade. Crescimento não é só produção. Se o trabalhador não tiver condições de consumir, não adianta esse crescimento.

Então, espero que consigamos votar os projetos que estão na pauta desta Casa. O deputado Elismar conhece perfeitamente a situação do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Recebemos inúmeras reivindicações para que a Assembleia dê sua contribuição a esse projeto, para que os empregos permaneçam, criando condições de competitividade. Não adianta ter um projeto que incentive o álcool, se não se consegue sua viabilização. É preciso que haja incentivos.

O presidente - Com a palavra, para discutir, o deputado Arlen Santiago.

O deputado Arlen Santiago - Sr. Presidente, ouvimos atentamente a leitura da ata. A questão de apoiar o incentivo ao álcool e gerar emprego na região onde temos a indústria canavieira, no Jaíba, no Triângulo mineiro e lá perto da sua terra, Patos de Minas, é extremamente importante, e não haverá impacto na questão da arrecadação do Estado.

Então, queremos pedir a esta Casa para nos concentrarmos, a fim de que esse e outros projetos possam vir. A obstrução, como tem sido dito aqui, é algo legítimo. Gostaria até de parabenizar a Mesa Diretora desta Casa, pois jamais agiu com truculência contra as pessoas, principalmente contra os idosos. Queremos parabenizar a Mesa e os seguranças desta Casa, que sempre agem com



cordialidade, diferentemente de quando o presidente do Congresso, como um rolo compressor, manda agredir velhinhas, dando-lhes gravatas e as jogando no chão, praticando esses absurdos para tentar uma obstrução. Fiquei chocado ao assistir o *Bom Dia Brasil* e ver um segurança dar uma gravata em uma senhora de 78 anos a mando da presidência do Congresso, como um rolo compressor, incitado pela senadora Jandira Feghali, que nem ouve direito. Disseram qualquer coisa, e ela disse que estavam chamando alguém de vagabundo. Isso é um absurdo. Quem chamou o Congresso de picareta, há muito tempo, como disse o deputado Durval Ângelo, foi o Luiz Inácio Lula da Silva, quando disse que lá havia 300 picaretas. Agora, não chamaram ninguém de vagabundo, e a velhinha, que não disse nada, tomou um safanão, deputado Sargento Rodrigues. Pessoas tomaram pancadas. Coitados.

Precisamos ter direito à obstrução, mas temos de agir como a Assembleia Legislativa de Minas Gerais tem agido. Nós, deputados, estaremos aqui hoje o dia inteiro e amanhã, se for necessário, para atender ao clamor das ruas e para que alguns projetos sejam votados. Não acredito que a nossa insensibilidade fará com que não votemos uma reposição salarial de 4,62% para os professores, que é menor do que a inflação que supera todas as metas. Isso foi prometido pela oposição nesta Casa quando foram apresentadas emendas para um aumento de 50%. Queriam tapear as pessoas, que, muitas vezes, podem ter sido tapeadas.

Agora estamos aqui para que essa reposição de 4,62% possa ser votada. Pedimos ao presidente para que, logo que se desobstrua essa parte da pauta, insira a Proposta de Emenda à Constituição nº 69, pois não queremos ver mais de 70 mil pessoas serem mandadas embora do seu trabalho, alguns com 20 e 25 anos de serviço. Há pessoas que serão demitidas no início de abril, apesar de ter sido feito um acordo aqui e praticamente todos votarmos a favor do projeto da Lei nº 100. Agora muitos estão contrários à questão de inserir novamente esses funcionários na Proposta de Emenda à Constituição nº 69, que fará jus a essas pessoas que têm dedicado vinte e tantos anos da sua vida à educação de Minas Gerais, que, pelo que diz o MEC e o Ideb, é a melhor do Brasil. Quando é criticada, pensamos como pode estar a educação no resto do País.

Agradecemos à Mesa por não agir com truculência, como acontece com o rolo compressor. Depois de perpetrado o crime, querem criar uma lei para retirar o crime de quem gastou muito mais do que podia, levando o país à bancarrota.

O presidente - Com a palavra, para discutir, o deputado Elismar Prado.

O deputado Elismar Prado - Sr. presidente, entre tantas questões discutidas em relação ao andamento do trabalho e ao processo legislativo nesta Casa, foi citada aqui a questão do Projeto de Lei nº 5.494/2014. Entre outras questões, temos na pauta o Projeto nº 5.494/2014, do governador do Estado, que altera a Lei 6.763, de 26/12/1975. É justamente a lei que trata da legislação tributária do Estado de Minas Gerais e a proposta de se reduzir a alíquota do ICMS que incide sobre o álcool combustível de 19% para 14%. Já discutimos muito sobre isso nesta Casa. O deputado federal Weliton Prado, que foi deputado nesta Casa por duas vezes consecutivas, apresentou projeto de lei nesse sentido. Eu também desarquivei e apresentei projeto nesse sentido. Acho fundamental a redução da alíquota do ICMS sobre o álcool, porque somos o terceiro maior produtor de álcool do Brasil, mas é totalmente inviável abastecer carro com álcool no Estado de Minas Gerais. Esse setor, que gera muito emprego, renda e energia limpa, está agonizando. Acho fundamental que votemos essa matéria, mas defendemos a votação do projeto original, sem as emendas, que, no nosso entendimento, são nocivas ao Estado de Minas Gerais. Defendemos a votação do projeto na forma original, que propõe a redução de 19% para 14%, porque isso vai dar uma sobrevida ao setor. Como todos sabem, em São Paulo a alíquota é 12%. Também podemos chegar aos 12%. Isso vai tornar viável o abastecimento com álcool e será importante para o desenvolvimento da economia do Estado. Espero que essa seja a defesa de todos nesta Casa. Não temos dúvida disso.

Sr. Presidente, ontem estive ausente desta Casa, representando a Assembleia de Minas em um evento em Uberlândia. Lá apresentamos a viabilidade técnica da implantação do veículo leve sobre trilhos - VLT -, uma emenda do deputado federal Weliton Prado para a Universidade Federal de Uberlândia, sob a coordenação da Marlene e do reitor Elmiro. Quero parabenizar todos os grupos. Ontem, em parceria com estudantes e professores, fizemos a discussão para que realmente possamos consolidar esse projeto de implantação do VLT no Município de Uberlândia. Sabemos das dificuldades do transporte, da mobilidade urbana, e essa discussão é fundamental.

Da mesma forma, todos sabem o caos que é sem metrô em Belo Horizonte, temos apenas 28km. Em cidades médias como Uberlândia, que cresce muito, o VLT é fundamental. Por isso, colocamos essa emenda para fazer um estudo de viabilidade técnica, para que possamos planejar a cidade para o futuro. Isso é acesso ao direito. Ter um transporte de qualidade garante o direito do cidadão à educação, à saúde, ao mercado de trabalho, a fim de que diminuamos essa exclusão socioespacial que temos nas grandes cidades e nas cidades médias. Para isso é fundamental fazermos esse tipo de investimento. Sabemos que é um investimento muito grande. Temos recursos do Ministério das Cidades para essa modalidade de transporte, mas, neste momento, a nossa intenção é simplesmente consolidar esse projeto no Município de Uberlândia, que vai determinar os traçados onde o VLT vai passar e pensar nas desapropriações para tornar o projeto realmente viável. Sabemos que a execução dele no futuro é outra história, vai depender de uma grande mobilização de todas as forças políticas, sociais, de todos os segmentos da cidade, da população, mas é uma grande necessidade melhorar a mobilidade urbana, melhorar o trânsito, melhorar as condições de trafegabilidade daquela população. Por isso, parabenizamos todos os grupos, a Profª. Marlene, que coordenou todo aquele projeto, e o reitor Elmiro. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O presidente - Esgotado o prazo destinado a esta parte e não havendo retificação a ser feita na ata, dou-a por aprovada.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O presidente - Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres e requerimentos.

Questões de Ordem

O deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, na minha primeira questão de ordem faço um questionamento. Solicito que V. Exa. fique um pouco mais atento às questões de ordem relacionadas à discussão da ata. O deputado Elismar Prado não discutiu a ata: tratou de outros temas que não dizem respeito à discussão da ata. Portanto é a primeira questão de ordem que levanto. Se V. Exa. precisa



conduzir os trabalhos com isenção, deve ficar atento quando um deputado se desviar do artigo ou da questão que levantou para fazer uso da palavra. Fica registrada a primeira questão de ordem. A segunda questão de ordem diz respeito ao que tratamos ontem e está registrado na ata, que, a pedido de V. Exa., foi lida pelo deputado Dalmo Ribeiro Silva. Vou reforçar ao nosso presidente Dinis Pinheiro e ao 1º-secretário o mesmo questionamento que fiz ontem à noite, para que haja da parte deles uma postura firme, isenta e, acima de tudo, responsável, para cobrar responsabilidades de todos os deputados. Aqui não existe separação entre deputados da base de governo e da oposição. Alguns deputados não estão comparecendo ao Plenário. Há deputados que ficaram mais de 30 dias sem colocar os pés aqui. Se não querem comparecer para votar, não tem problema, basta descontar a falta nos salários deles. Nós que estamos vindo todos os dias - eu e mais de três dezenas de deputados - estamos percebendo que muitos deputados não estão comparecendo aqui. Faço esse questionamento e essa cobrança ao presidente com base nos arts. 65 e 86 do Regimento Interno. O art. 65 diz o seguinte: “A remuneração e a ajuda de custo do deputado serão estabelecidas, no final de cada legislatura, para a subsequente. Parágrafo único - O pagamento da remuneração corresponderá ao comparecimento efetivo do deputado às reuniões e à sua participação nas votações”. Se um deputado registrar presença aqui, mas ausentar-se do Plenário - a não ser que esteja em comissão, porque seu voto é computado -, cabe ao 1º-secretário conferir e cortar no seu salário. Onde está a determinação? O art. 86 do Regimento Interno diz: “Compete ao 1º-secretário: IX - providenciar a entrega de cópia das proposições em pauta aos deputados; inciso XI - autenticar, junto com o presidente, a lista de presença dos deputados”. Portanto, faço novamente um apelo ao presidente Dinis Pinheiro: vamos cortar o salário do deputado que não comparecer ao Plenário. Se eleger prioridades para fazer no campo particular, está careca de saber qual é a sua obrigação. O presidente e os líderes estão cansados de pegar o telefone e ligar para deputado, a fim de que compareça ao Plenário. Se ele assumiu o mandato, presume-se que tem absoluta certeza do compromisso que tem com o povo de Minas Gerais. O fato de termos passado por uma eleição não dá ao deputado o direito de faltar. Se entende que assume o risco da sua falta, também assume o risco de que haja desconto em seu salário. Deputado Wander Borges, estamos aqui todos os dias. As matérias não estão sendo votadas porque a oposição está fazendo obstrução, a oposição está fazendo o papel dela. Não posso admitir que um deputado não venha ao Plenário, porque assim não temos condições de votar as matérias. Se houver quórum, a oposição vai votar, vai encaminhar, discutir, mas vai votar, vai votar “sim”, “não”, em branco ou vai abster-se. Não podemos, presidente, continuar assim. Desta tribuna, fiz outro apelo a V. Exa. e o faço novamente. O deputado que não vem ao Plenário e que não permanece para votação deve ter o corte no salário determinado por V. Exa. Vamos aproveitar que o deputado ficará aqui apenas o mês de dezembro votando. Se ele não quer votar, se não quer fazer o esforço, se não tem responsabilidade com o mandato, não sou eu nem os demais deputados que pagarão por isso. Estou aqui todos os dias, assim como vários deputados, e não podemos aceitar essa situação. Presidente, apelo para que se cumpra o Regimento Interno, até porque é dever da presidência ser guardião dele. Muito obrigado, presidente.

O deputado Rogério Correia - Presidente, minha questão de ordem vai no sentido da fala do deputado Sargento Rodrigues, mas peço à Mesa da Assembleia que não use de instrumentos como corte de salários para inibir a obstrução. Aqui na Assembleia Legislativa é impressionante! Se V. Exa. fizer o balanço de um ano para cá, verá que muitos deputados foram faltosos. Acho até que deveria fazê-lo mesmo, para ver que a oposição está sempre presente e também outros deputados. Alguns de fato não vieram. Esse balanço deveria ser feito de forma séria a fim de identificar os que realmente não trabalharam. Mas é muito estranho que, agora, a Mesa da Assembleia use isso como instrumento para tentar aprovar projetos no momento em que a oposição está em processo de obstrução. Isso não. Por que as medidas não foram tomadas anteriormente e agora querem que a votação se dê a qualquer custo? Não concordo com essa posição da Mesa. Faça-se, então, um balanço permanente a fim de ver os deputados que viajaram para o exterior, para lá e para cá. Vamos começar a ver o que aconteceu, quem não estava no Plenário. A obstrução é um direito da oposição. Ontem falei claramente isso. No Congresso Nacional, ontem, estavam fazendo obstrução deputados federais e senadores do PSDB e do DEM, inclusive de maneira indevida, pois hoje o senador Aécio Neves saiu aplaudindo aqueles que, na galeria, chamaram uma senadora de vagabunda. E foi o senador dizer que é o povo brasileiro atento ao Congresso Nacional. Aliás, o senador até hoje não se acostumou com a derrota. A sua ressaca eleitoral se deve ao fato de ele ter perdido as eleições em Minas. Ele não admite essa derrota, deputado Sávio Souza Cruz. É impressionante como pode uma pessoa derrotada demorar tanto tempo para assumir essa condição e ainda achar até hoje que ganhou as eleições. Eles estavam no papel de obstrução. Pelo menos parece que, nesse dia, o senador estava trabalhando, coisa rara! Aliás, já pensaram se cortassem os salários no Congresso Nacional, no Senado? Coitado do senador, não teria como viver. É muito estranho que agora isso seja feito aqui porque estamos fazendo obstrução. Estamos fazendo a obstrução porque há uma transição no mínimo esquisita sendo feita em Minas Gerais; uma transição de faz de conta, ao mesmo tempo em que se pretende deixar para o futuro governo heranças malditas cada vez maiores. Ontem, comecei a falar a esse respeito. O primeiro projeto da pauta merece severa obstrução, pois acaba com a previdência dos servidores públicos da ex-MinasCaixa com uma emenda frankenstein, que não tem nada a ver com o assunto, que era sobre redução da alíquota de ICMS do álcool e aumento da alíquota da gasolina. O que tem a ver terminar com a previdência e com a aposentadoria dos ex-servidores da MinasCaixa? O que isso tem com aquele projeto? Nossa obstrução é justa. Essa emenda tem que ser retirada. Esse projeto tem tanta emenda esquisita, vocês verão. Vocês sabiam que há uma isenção de ICMS na veiculação de publicidade em rádio e televisão retroativa a 2003? Eles estão isentando os que devem ICMS por terem feito veiculação de publicidade em rádio e televisão. Quem são esses? Contribuíram na campanha? Qual é o valor disso? Por que a dívida está sendo perdoada? Isso está no projeto de lei. Vou deixar isso passar sem fazer obstrução? Se não fizermos obstrução, a maioria governista vem aqui e o aprova, para atrapalhar o futuro governo. É o que querem fazer: aumentar a herança maldita. Querem mais coisa esquisita do que está aí? Posso citar mais uma, pois há várias. Apenas mais uma, um aperitivo para o povo mineiro saber o que está acontecendo. Eles estão suspendendo a incidência de impostos na forma de regulamento. O que podia ser suspensão de impostos na forma de legislação federal é agora, como dizem, na forma de regulamento. Deputados Adelmo Carneiro Leão e Sávio Souza Cruz, depois eles vão fazer um regulamento para suspender a incidência de impostos, com regulamento. Imaginem que regulamento será esse, quem vai se beneficiar com esses impostos. Isso são coisas que estão nesse projeto. Portanto, essa obstrução tem sentido. Estamos fazendo essa obstrução para evitar heranças malditas que virão depois. Essa obstrução é legítima.



Por isso a estamos fazendo. O deputado está nervoso como o senador Aécio Neves. Tudo é a derrota; a derrota subiu à cabeça dos tucanos. A derrota não lhes permite nem escutar mais. O ódio está presente no PSDB. Presidente, termino aqui, pois estou com medo. Um abraço.

O deputado João Leite - Presidente, deputados, estamos aqui em mais uma manhã para reunião extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, na qual não votaremos nada. Não votaremos nada. O que as pessoas têm falado comigo nas ruas é algo impressionante. Quero reconhecer o trabalho dos meus companheiros, especialmente nas comissões que viajam pelo Estado. Lembro-me de um dito da roça, dos meus parentes da roça. A Assembleia Legislativa tirou 30 litros de leite e picou o pé no balde. É lamentável ver como jogamos fora um trabalho de quatro anos; é lamentável o que está sendo feito pela Assembleia. Acredito em tudo. Fui oposição nesta Casa durante quatro anos, fiz obstrução e farei a partir de agora. Estou em obstrução, mas estou presente. Isso é que é não saber ganhar, um governo que ainda não existe cria totalmente fora da ordem uma chamada comissão de transição. E vai às comissões da Assembleia aprovar requerimento para encaminhar à comissão de transição, para saber o que essa comissão acha de determinado encaminhamento de um deputado. E querem que o presidente, a Mesa da Assembleia assista a um descalabro como esse. O vice-governador eleito disse várias vezes à imprensa de Minas Gerais que a Assembleia Legislativa não votaria nada. Isso é um descalabro, é inaceitável. Não é possível que mulheres e homens de Minas Gerais, eleitos pelo povo de Minas Gerais, aceitem que uma figura estranha ao Parlamento chamada de comissão de transição, chamada vice-governador eleito e que ainda não tomou posse diga à Assembleia Legislativa que não vai votar. Queriam que o presidente Dinis Pinheiro ou que a Mesa da Assembleia Legislativa de Minas Gerais aceitasse isso? Que ficássemos calados? Temos a implantação da ditadura em Minas Gerais. É a face do PT e do PMDB: ditadores. Querem tomar a Assembleia Legislativa. Isso é inaceitável. Não nos dobraremos. O mesmo está acontecendo em Brasília. É a primeira vez na história que vimos uma idosa receber um gogó, um mata-leão, como determinado pelo presidente do Congresso, capacho do PT. Ele é do PMDB, mas é capacho do PT; o PT determina. Agora há um acerto para liberar o dinheiro àqueles mencionados pelo presidente Lula, que disse que o nosso Congresso é constituído de picaretas. Vão pagar agora, vão alugar uma base. É base alugada, é o mensalão. Agora estamos vendo eles rolando pelas ruas, porque querem quatro diretorias da Cemig. Eles já dominaram a Petrobras, e veio o petróleo; agora, vamos ter o “cemigão”. Depois do “cemigão” vem o “copasão”, porque eles vão dominar a Copasa também. Depois do “copasão”, virá o “codemigão”, porque vão dominar a Codemig também. Mas a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, não, aqui não. Fez bem o presidente Dinis Pinheiro chamando os gazeteiros, chamando aqueles que não vêm aqui. Às vezes, a polícia da Assembleia até barra o deputado, pois não o conhece, o homem não vem aqui, gente. O homem não vem à Assembleia. Ele é parado pela polícia legislativa, que não sabe por que aquele homem quer entrar aqui. Ele é deputado, mas não vem aqui. Querem que o presidente Dinis Pinheiro fique calado? Isso não é obstrução, isso é ausência no Parlamento, com uma pauta recheada de projetos a serem votados. Sr. presidente, estou com o vice-governador eleito, Toninho Andrade: a Assembleia Legislativa não vota nada. É isso mesmo. Toninho Andrade, é isso mesmo. Não conhecemos quem faz parte ou onde se reúne a comissão de transição. A Assembleia Legislativa não vota nada mesmo. É isso. Ditadura não. Não adianta. Não aceitamos isso. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O deputado Adelmo Carneiro Leão - Meus caros colegas deputados, deputadas, Sr. Presidente, venho aqui tratar de algumas questões muito relevantes para a Assembleia Legislativa e para as nossas ações, de maneira mais sistêmica. Estou vendo que, muitas vezes, as questões são apresentadas utilizando-se o Regimento, mas de maneira tópica. Um deputado vem aqui levantar com tanta ênfase a necessidade de cumprirmos o Regimento e cita um, dois ou três artigos. Talvez o deputado não tenha lido o inteiro teor do Regimento. Então, a primeira consideração que faço é que devemos cumprir o Regimento - elaborado por nós, inclusive -, mas esse Regimento tem de ser cumprido por inteiro. Lembro ao deputado Sargento Rodrigues que, além da ênfase ao que ele colocou aqui, de cumprirmos o Regimento - e devemos cumpri-lo rigorosamente -, existem artigos que também cabe a ele cumprir com fidelidade. Vou dar como exemplo o art. 90. Depois, sugiro que ele leia o art. 90, que precisa ser cumprido com rigor por ele e por qualquer outro deputado. Estou falando aqui de andar armado dentro da Assembleia Legislativa. Isso é inaceitável, é proibido. Proponho à Mesa Diretora - e eu, como componente dela, encaminho nesse sentido - que faça cumprir o inteiro teor do Regimento Interno desta Casa. Uma outra questão. Meu colega, por quem tenho simpatia, inclusive pelo nosso tempo de convivência nesta Casa, João Leite, inteligente, preparado, um grande goleiro atleticano, faz exigências e acusações genéricas que não cabem a uma pessoa de bom padrão intelectual e ético. Ficar acusando instituições não leva a avanços na construção do Estado Democrático de Direito e de justiça, que ele defende. Nós queremos esse estado. Enquanto ele trata do próximo governo, fazendo acusações desde agora, falando de “cemigão”, de “copasão” etc., eu proponho ao governo eleito que faça auditoria em cada instituição. É preciso auditar a Cemig. Há muito tempo, tenho discutido os negócios dessa companhia, os pagamentos que lhe foram feitos e os recursos a ela destinados pelo governo que aí está. Precisamos passar a limpo este Estado. Olhando para o futuro, tratando o presente e o passado, temos de verificar o que está acontecendo. Quando um sujeito, no Congresso Nacional, diz que há irregularidade, corrupção em toda parte, generalizando a situação, isso não cria um avanço se não fizermos auditoria em todos os órgãos e em todas as ações governamentais. Não cabe ao presidente da Assembleia utilizar instrumentos para se contrapor à obstrução que implementamos nesta Casa. O que desejamos é não votar mesmo. E não se trata da questão de não votar nada, mas deve-se ao fato de que, até agora, não conseguimos constituir uma pauta mínima. Não há uma ação consensual para votarmos alguma coisa relevante. São muitas as questões relevantes, mas, misturadas a elas, há também interesses, benesses, benevolências da base do governo atual a fim de gerar benefícios para o futuro sem nenhuma responsabilidade. Queremos discutir isso, sim. O próximo governo tem o direito de iniciar seu mandato com o resultado de suas próprias atitudes. Não podemos ficar submetidos, nesse final de governo, a votos e decisões da Assembleia Legislativa, que nunca foram tomadas do ponto de vista das suas próprias ações. Querem conceder benefício com o chapéu alheio - isso não admitiremos. Vamos utilizar de todos os instrumentos e de todos os recursos de obstrução para implementar avanços e dar os passos necessários na construção de um projeto de futuro. Não daremos um salto nem construiremos um projeto de futuro por meio de decisões da Assembleia, sob o comando de quem perdeu a eleição.



O deputado Wander Borges - Obrigado, Presidente. Estamos na 2ª Parte de nossa reunião. Gostaria que V. Exa. me fizesse uma gentileza: pegue o Regimento Interno e peça para que seja feita a leitura do que significa “pela ordem” e que tipo de assunto nela deve ser tratado. Por favor, faça-o dentro do tempo que me foi concedido. Pode descontar o tempo, mas gostaria que o senhor fizesse a leitura do dispositivo, para que as coisas não se invertam. Estou falando pela ordem, o deputado do “aperitivo” disse que estou nervoso, mas eu não bebo. Não estou nervoso, quero simplesmente que o Regimento Interno seja cumprido. A ata do dia anterior está em discussão, discute-se tudo, menos a ata. Pedem a palavra pela ordem, supostamente para discutir questões do Regimento, mas falam de tudo. E não querem que a gente fale que isso aqui virou uma bagunça, literalmente, com todo respeito. Quem está pedindo para votar não é a Mesa, que está cumprindo seu papel regimental, constitucional. Quem está pedindo para votar são aqueles que constantemente lotam essas galerias, solicitando a nós, deputados, que simplesmente cumpramos a nossa obrigação. É lamentável o que está acontecendo. Venham aqui e votem “sim”, “não”, em branco ou se abstenham. Do jeito que está, não é possível. Sr. Presidente, ainda me restam 3min17s. Leia o artigo, por favor, para mostrar aos nossos companheiros que não se pode usar a palavra pela ordem para tratar de assunto não previsto no Regimento Interno. O art. 165 do Regimento Interno tem de ser cumprido, sim. Se não está justificado, que tome providências. Estamos caminhando para o final do ano. Depois todo mundo some, não aparece ninguém, as coisas não acontecem. É o momento de tomarmos a decisão correta. Estou aguardando a leitura do parágrafo, para que todos escutem em alto e bom som o que é o Regimento Interno desta Casa. Por favor, Sr. Presidente, conceda a palavra ao secretário.

O presidente - Lamento muito. Depois de praticamente quatro anos, acho que todos os deputados já conhecem o Regimento Interno. Ou conhecem, ou estão acostumados a conviver com ele. Muitas vezes, os presidentes que aqui se assentam têm condescendência, buscando a conciliação e o bom andamento dos trabalhos. Mas, se V. Exa. insiste.

O deputado Wander Borges - Insisto, Sr. Presidente, porque conhecer é uma coisa, cumprir é outra. E o meu presidente tem de fazer cumprir.

O presidente - A questão de ordem é relativa a quatro artigos. (- Lê:) “Art. 165 - São consideradas questões de ordem as dúvidas sobre interpretação deste Regimento, na sua prática, ou as relacionadas com o texto constitucional.” De um modo geral, é exatamente para haver ordem aqui dentro. “Art. 166 - A questão de ordem será formulada, no prazo de 5 minutos, com clareza e indicação do preceito que se pretender elucidar.” Mas é frequente a pessoa usar 3 minutos e depois fazer comentário sobre outro assunto. Muitas vezes, há tolerância, para o bom andamento dos trabalhos, e quando há paz. “§ 1º - Se o deputado não indicar inicialmente o preceito, o presidente da Assembleia retirar-lhe-á a palavra e determinará sejam excluídas da ata as alegações feitas.” O nosso povo brasileiro não está acostumado com lei. “§ 2º - Não se poderá interromper orador na tribuna para arguição de questão de ordem, salvo com o seu consentimento. § 3º - Durante a Ordem do Dia, só poderá ser arguida questão de ordem atinente à matéria que nela figurar. § 4º - Sobre a mesma questão de ordem, o deputado poderá falar uma vez.” É permitida réplica, tréplica, tudo por tolerância. “Art. 167 - A questão de ordem formulada no Plenário será resolvida em definitivo e tempestivamente pelo presidente da Assembleia Legislativa.” Isso é que tem de ficar claro na cabeça de cada deputado, porque quem comanda os trabalhos pode decidir, pois foi eleito pelos próprios colegas. “§ 1º - Quando a decisão for relacionada com o texto constitucional, poderá o deputado suscitante dela recorrer para o Plenário, ouvida a Comissão de Constituição e Justiça.”

O deputado Wander Borges - Muito obrigado, Sr. Presidente. Meu tempo já expirou.

O presidente - Com a palavra, pela ordem, o deputado Lafayette de Andrada.

O deputado Lafayette de Andrada - Sr. Presidente, estamos vendo aqui uma coisa surreal. Está na pauta da Assembleia Legislativa aumento para o servidor público. Ontem estavam as galerias repletas de servidores pedindo a votação. Antes, o PT, que está na oposição há 12 anos, vinha aqui gritando, agitando e dizendo que o aumento era pequeno, que o governo de Minas não valorizava o servidor. Agora que chega um aumento modesto, que é apenas a recomposição da inflação, passem os senhores, o PT está obstruindo a votação do projeto. O PT e o PMDB estão esvaziando o Plenário, fazendo obstrução para não deixar a Assembleia Legislativa votar o aumento do servidor. O PT, durante 12 anos, dizia que o aumento era pequeno, que o PSDB não valorizava o servidor. E agora que chegou apenas a recomposição da inflação, o PT não deixa votar. Esse é o futuro que espera Minas Gerais. Esse é o governo que vamos ter pela frente. Srs. Deputados, cada vez que o deputado João Leite sobe à tribuna para falar essas verdades, vemos que o PT treme. Ele tenta confundir a opinião pública, tenta confundir as pessoas que estão nos vendo pela televisão. O que está acontecendo, de maneira firme e clara, é que o PT não quer deixar a Assembleia Legislativa votar aumento para o servidor. Ao longo dos últimos 12 anos, o PT fazia cartazes com carinhas de deputados, porque o governo mandava um aumento real de 3%, 4%, e eles apresentavam emenda dizendo que teria de ser 12%. E aí, nós, de maneira correta, votávamos contra aquela emenda, e eles faziam a maior algazarra, dizendo que o PSDB não gostava de servidor. Agora que chega a recomposição da inflação, o PT não nos deixa votar a favor dos professores, a favor dos servidores da saúde. São os mesmos servidores que o PT dizia não serem valorizados. Olha onde chegamos. Presidente, era esse o esclarecimento que queria fazer. Tudo que as pessoas estão falando é balela. A verdade é que o PT não quer deixar votar o aumento com o argumento de que vai impactar o caixa do governo no ano que vem. Não interessa qual é o governo, o servidor público é servidor do Estado, não é do PT nem do PSDB. Ele merece ter, pelo menos, a recomposição da inflação. E quando Aécio Neves sobe na tribuna do Senado, o PT treme. Quando sobe João Leite na tribuna da Assembleia Legislativa, o PT treme. Quando o PSDB vem e fala, o PT treme, treme de medo das verdades que estão sendo ditas aqui. Muito obrigado, presidente. Esse esclarecimento era importante para a opinião pública de Minas Gerais.

O deputado Durval Ângelo - Presidente, quero fazer uma questão de ordem em relação ao primeiro projeto que vamos votar, que é um projeto de natureza tributária. A minha questão é dirigida à Mesa Diretora, que deveria remeter o projeto às Comissões de Constituição e Justiça e de Fiscalização Financeira desta Casa, que não deram a ele a devida atenção e o devido parecer. O Código Penal e a Lei de Responsabilidade Fiscal são claros no sentido de que, no final de uma gestão, nos seus dois últimos quadrimestres, não podemos autorizar despesa sem haver o recurso previsto em caixa para o futuro governo. A mesma coisa é que não podemos dar isenção fiscal sem a devida compensação. Se o projeto não trouxe esse dado para que seja apreciado pelo Plenário, não temos condições de votá-lo. Há uma impossibilidade regimental para que seja votado. O que estamos assistindo é que o governo, depois,



acrescentou, sem parecer das devidas comissões desta Casa, seis emendas que envolvem 33 artigos, sem que tenha havido esse cuidado. Se no projeto original, que trata da redução do etanol, o que é correto, há o estudo e o parâmetro financeiro estabelecidos, porque estamos fazendo a compensação no aumento da gasolina, nos outros seis itens não há. Assim, vejo que a discussão feita aqui tem pertinência sim, mas há a questão de entrarmos na pauta seguinte, que a Mesa Diretora tem que responder. Queremos um esclarecimento a respeito das seis emendas apresentadas, que envolvem 33 bondades do atual governo, passando a conta para o futuro governo votar. Gostaria de dizer ao deputado João Leite que a comissão de transição é prevista em lei federal e tem sua similar no Estado. A comissão de transição - tenho aqui o decreto - foi nomeada pelo governador Alberto Pinto Coelho. O dispositivo legal que nomeou a comissão de transição, deputado João Leite, foi o Decreto nº 46.631, do governador, publicado no *Minas Gerais* de 25 de outubro, que se referencia à Lei nº 19.434, de 11/1/2011. Essa comissão de transição, deputado João Leite, tem fundamentação legal e sua competência está estabelecida em lei. A comissão de transição tem também membros do atual governo, secretários indicados. Quando V. Exa. fala em comissão de transição, entendo que é uma crítica indireta ao governador do Estado, que estabeleceu, nas competências, acesso pleno a todas as informações que pedirem ao seu governo. Está prevista aqui, inclusive, matéria legislativa de autoria do governador que tramite nesta Casa. Acho que essa é uma crítica injusta, é uma crítica que não é pertinente. Quando falamos em comissão de transição, estamos falando de qual setor? É do setor que representa o atual governo, que são três ou quatro secretários, ou o próximo governo, que é representado por seis pessoas? Essa é uma questão pertinente que temos que analisar aqui. São críticas injustas. Como já dizia Martin Luther King, a injustiça, em qualquer lugar, ameaça a justiça em todos os lugares. Acho que a comissão de transição tem um papel, sim, e tem direito a informações. O vice-governador Toninho Andrade manifesta posição como político que é, ele não é membro da comissão de transição, não foi designado para a comissão de transição. Seria essa a questão de ordem. Antes de entrarmos na pauta, seria necessária a resposta da presidência a essa questão de ordem, porque as emendas não têm parecer e previsão orçamentária conforme determina o código e a própria Lei de Responsabilidade Fiscal.

O presidente - Vamos proceder à resposta da questão de ordem posteriormente. Com a palavra, pela ordem, o deputado Paulo Guedes.

O deputado Paulo Guedes - Sr. Presidente, primeiro eu queria dizer ao deputado Lafayette que o PT não precisa tremer, não treme e nunca vai tremer, porque ele tem uma sustentação muito forte, que é a sustentação do povo de Minas e do povo brasileiro. Nós somos o sentimento das ruas, o que ficou muito bem provado nessas eleições com o resultado que tivemos em Minas e no Brasil. Se alguém está tremendo deve ser a turma do PSDB. Está tremendo de medo de perder as mamatas que tem na Copasa, na Cemig, na Codemig, em inúmeras secretarias e órgãos do governo do Estado. Deve ter muito bezerrão tremendo de medo de auditoria e de CPI. Eu acho, Lafayette, que V. Exa., ao falar que o PT treme, na verdade está se autoqualificando. A tremelica está começando, deputado Rogério Correia. A ficha começou a cair. O Lafayette ainda não entendeu que esta Casa e a oposição estão fazendo seu papel ao defender Minas Gerais e os interesses do Estado. O PSDB, nesses 12 anos em que governou Minas Gerais, nunca fez nenhum agrado aos servidores públicos mas, depois que perdeu a eleição, ficou bonzinho, e o Aécio, de ressaca. Ele está esbravejando e até agora não admitiu a derrota. Foi derrotado em Minas, onde são publicados os jornais que a Andréa domina, nos quais a Andréa manda escrever o editorial, que a Andréa liga mandando mudar a matéria porque não é assim que ela quer. Ela e ele devem estar tremendo muito porque, Rogério, os dias estão contados. Começou a contagem regressiva, e faltam menos de 30 dias para que as mamatas acabem. Aí teremos a chance de descobriremos muita coisa oculta que acontece aqui em Minas Gerais. Aqui deve ter muita coisa oculta que até os trensões do metrô de São Paulo vão ficar pequenos, porque aqui se encobre tudo. Aqui é proibido denunciar, é proibido fazer CPI, tudo é proibido porque o imperador manda e desmanda. Mas o povo soube muito bem dar sua resposta nessas eleições. Derrotamos esse governo em Minas e derrotamos o partido deles mais uma vez no Brasil. É por isso, Lafayette, que o PT não treme nem balança. Estamos mais firmes do que prego na aroeira. Pode ter certeza disso. Por isso, gostaria de dizer para se prepararem porque a tremelica e o medo devem estar alcançando as pessoas que querem desvirtuar a força deste Parlamento e do nosso bloco de oposição. Fazemos obstrução em prol dos interesses de Minas Gerais porque sabemos como Aécio deixou Minas Gerais, com mais de R\$102.000.000.000,00 de dívidas. Esse é o resultado de 12 anos da maldita herança do PSDB em Minas, coordenado pelo Sr. Aécio Neves, pela Sra. Andrea Neves e companhia limitada.

O deputado Gustavo Valadares - Presidente, o PT treme e vai tremer durante quatro anos porque não vai suportar ver a população cobrar as incoerências de um discurso que durou 12 anos e que não vai mais poder ser dito e colocado em prática pelos seus militantes, ao longo dos próximos 4 anos. As pernas do deputado Rogério Correia e dos demais deputados do PT não param de tremer. Ontem, no Congresso Nacional, foi uma deputada do PCdoB que pediu que as galerias fossem esvaziadas. Por outro lado, aqui em Minas, são os integrantes do PT que estão com as pernas tremendo e que não nos deixam votar um reajuste de 4,6% para os servidores dos quatro cantos da nossa máquina do Estado. Deputado Wander Borges, o reajuste é de apenas 4,6%. As pernas têm mesmo de tremer por receio do que vai acontecer com eles nas próximas eleições municipais. Com certeza, daqui a dois anos, serão cobrados pela incoerência dos discursos. V. Exa., deputado Gustavo Corrêa, tem razão: as pernas do PT vão tremer. Na verdade, são eles que são contra os 90 mil servidores do Estado da Lei nº 100, que estão ansiosamente esperando a aprovação da PEC nº 69, deputado Pinduca Ferreira. O PT treme porque não aceita votarmos um projeto que beneficia ou incentiva o setor sucroalcooleiro, que privilegia e gera inúmeros empregos no nosso Estado de Minas Gerais. Como explicarão isso quando visitarem suas bases e aqueles que ficarão desempregados pelo fato de o PT não ter votado ou aceitado votar esse tipo de auxílio do Estado às empresas e aos setores importantes da nossa economia? Presidente, o PT treme e vai continuar tremendo por quatro anos, já que haverá nesta Casa uma oposição firme, responsável e vigilante. As pernas do futuro governador também já tremem, presidente, porque ele sabe que, a partir do dia 1º de janeiro próximo, terá 100 dias para encaminhar a esta Casa o projeto de redução de ICMS da energia, dita por ele para os quatro cantos de Minas a mais cara do Brasil. Está nas mãos do próximo governador, com suas pernas tremulantes, a oportunidade de diminuir o ICMS que, segundo eles, é um dos maiores do Brasil. Terá 100 dias para fazer isso. As pernas do próximo governador já tremem porque ele terá 100 dias para encaminhar a esta Casa não um reajuste de 4,6% aos servidores da educação, mas algo substancial, como assim bradaram ao longo dos últimos 12 anos, como se este governo que aí está não quisesse beneficiar os nossos

servidores, em especial, da educação. Tremem as pernas do futuro governador porque sabe ele que o seu discurso demagogo e o discurso de seu grupo, praticado ao longo dos últimos 12 anos, não poderá ser colocado em prática nesta Casa a partir do dia 1º de janeiro. Daremos a ele 100 dias para que parem de tremer suas pernas, suas mãos e as de seus companheiros e encaminhem esses dois projetos apenas. O meu colega Puri é um grande companheiro e está ali nas galerias desta Casa. Ele é vigilante, um homem que está sempre pronto e ansioso para ver as mudanças que o PT quer colocar em prática - e disse que vai colocar -, logo no início de governo. Daremos 100 dias para que ele o faça. Deputado João Leite, vamos procurar algum médico ou alguém que ajude o PT e o futuro governador, dando-lhes um remedinho, deputado Doutor Wilson Batista, para que parem de tremer as pernas. Por enquanto, o PT treme. Muito obrigado.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, solicito a palavra pelo art. 164 do Regimento Interno.

O presidente - Com a palavra, pelo art. 164 do Regimento Interno, o deputado Rogério Correia.

O deputado Rogério Correia - Muito obrigado, Sr. Presidente, pelo art. 164. As ofensas vêm daqueles que sofrem derrotas. É impressionante: as eleições terminaram, mas os derrotados não se conformam. Portanto o “mimimi”, as ofensas, tudo isso faz parte hoje da política tucana em Minas Gerais e no Brasil. Sei que a derrota foi grande, não foi uma derrota pequena, afinal de contas Aécio Neves foi derrotado em Minas Gerais. Minas derrotou Aécio, e a ressaca faz com que o PSDB parta para ataques, peça a volta do regime militar e da ditadura e fale em ditadura e *impeachment*.

O senador Aécio Neves colocou pessoas na galeria do Congresso para chamar a senadora de vagabunda, e ainda há pessoas que vêm aqui para defender isso. Ontem no Congresso Nacional pessoas ligadas ao senador e ao PSDB xingaram a senadora de vagabunda. O “mimimi” e a ausência de processo democrático do PSDB estão estranhando-nos. Agora vem uma nova característica do PSDB: ele gosta de apanhar. Ele apanhou do PT por quatro vezes seguidas e fala agora que o PT está tremendo. O PSDB está tremendo de tanto apanhar. Isso deve ser fruto da ressaca eleitoral do Aécio Neves. Então Aécio Neves treme pela ressaca eleitoral e por outras coisas e, ao tremer, ataca os outros dessa forma indevida e não aceita o resultado eleitoral. Ele arma para o próximo governo armadilhas, herança maldita. Eles querem fugir do debate com “mimimi” e ataques pessoais ao PT, ataques injustificados de quem perdeu quatro eleições seguidas e devia tremer.

Lembram-se do senador dizendo que gosta de derrotar o PT? O falastrão? O fanfarrão? Assim é o PSDB. São falastrões; gostam de ofender. Agora dizem que o PT treme. São eles que tremem de tanto perder eleição. Foram quatro derrotas seguidas, e eles não aprendem que o povo não quer o projeto tucano para o Brasil, o projeto que destruiu o País. Lula e Dilma tiveram de reconstruir o Brasil. O povo brasileiro, o povo mineiro e, especialmente, o mais pobre não aguentam mais um governo tucano; por isso, foram quatro derrotas seguidas. As pernas tucanas, que tremem de tanto apanhar, deviam firmar-se em pontos mais sólidos e populares, em vez de ficar repetindo o “mimimi” das elites brasileiras e mineiras. Não aprendem com a derrota eleitoral e continuam falastrões.

Deputado Durval Ângelo, agora querem fazer política com recurso dos outros. É impressionante. Estão deixando heranças malditas e mais heranças malditas para o governo. Há uma dívida, deputado Paulo Guedes, de R\$100.000.000.000,00. Minas Gerais é o Estado *per capita* mais endividado do Brasil. Saiu ontem na imprensa um dado negativo fornecido por eles: são mais de R\$2.000.000.000,00 de dívida no orçamento deste ano. É assim que deixarão o Estado de Minas Gerais com a herança maldita. Sabem por que o PSDB treme? O PSDB treme em Minas porque tem medo de CPI. O partido tem medo da CPI da Codemig porque saberemos o que fizeram na Cidade Administrativa; tem medo da CPI da Cemig porque saberemos o que fizeram com a Andrade Gutierrez; da CPI da Saúde porque saberemos onde colocaram R\$8.000.000.000,00 que foram garfados. O PSDB treme de medo da CPI da Educação, porque tiraram R\$8.000.000.000,00 dela e não pagaram o piso aos professores. Eles tremem de medo do governo que virá. Essa é a perna que treme no PSDB. Eles tremem de medo do que fizeram de errado por 12 anos em Minas Gerais. Tremem de medo do dinheiro que tiraram dos servidores públicos, inclusive da Assembleia Legislativa. Eles roubaram do Funpemp e agora querem tirar esse dinheiro da MinasCaixa. Essa é a tremedeira do PSDB. Treme porque perdeu a eleição em Minas. E 12 anos não são 12 dias. Foram 12 longos anos, e o povo mineiro quer fazer o acerto de contas. Aécio Neves perdeu a eleição. Não adianta ele tentar ficar no Senado achando que ganhou a eleição como um *playboy* mimado, um menino do Rio mimadinho, que fica às custas de uma imprensa que o protege, que o cerca como fez em Minas. Acabou. E o “mimimi” tucano tem de subordinar-se à democracia. A democracia derrotou os tucanos. Minas está livre. Minas é liberdade. Vamos fazer as CPIs e as auditorias necessárias. Treme, PSDB.

O presidente - Com a palavra, pela ordem, o deputado Gustavo Corrêa.

O deputado Gustavo Corrêa - Presidente, vou ser breve nas minhas palavras e não vou entrar no mérito se tremem as pernas do partido A ou B. O que me deixa extremamente preocupado é que, até na vitória, temos de saber ganhar como também temos de saber perder. A obsessão que determinados parlamentares têm em relação ao ex-governador Aécio Neves beira o impressionismo, deputado João Leite. Nunca vi nada igual. Uma pequena maioria brasileira quis que permanecesse determinado partido à frente do governo federal, mas eles não conseguem esquecer o ex-governador Aécio Neves. Não sei os motivos por que fazem isso. Começo a ficar extremamente preocupado, deputado Gustavo Valadares, porque vejo que a falta de coerência e princípios começa exatamente a prevalecer nesta Casa. No início dessas discussões, presidente Hely Tarquínio, determinados parlamentares fizeram uma crítica à oposição na Câmara dos Deputados ontem e disseram que ela tinha levado gente às galerias para xingar. Esses parlamentares se esqueceram de quantas e quantas vezes inflamaram o público nas galerias desta Casa, para que os parlamentares, hoje da situação, fossem ofendidos, chamados de ladrões e até de cornos. Deputado Wander Borges, até de cornos alguns parlamentares já foram chamados. Cadê a coerência? Só existe um lado da moeda? Vamos olhar os dois lados. Por outro lado, começamos a ver que será uma grande farsa. Pregaram a vida inteira que o Estado deveria pagar melhor os servidores públicos. Então vamos votar o reajuste que o governador está propondo, Mas não. Eles pregaram na campanha que o Brasil era um mar de rosas e que a inflação brasileira não existia; no entanto, a inflação está aí. Deputado Carlos Henrique, o pior é que me incomoda profundamente a grande vergonha. Deputado João Leite, na última segunda-feira, o atual partido da presidente da República instituiu no País a compra de voto quando publicou, no *Diário Oficial da União*, um decreto vinculando a aprovação da LDO, exatamente para pagar as emendas partidárias. Onde está a democracia? Onde está a democracia? Deixem os parlamentares expressarem a sua vontade, dizendo se concordam ou

não. Eles não sabem cumprir as leis e querem se impor exatamente aqui. Fico preocupado, pois não sei como serão os próximos quatro anos aqui. Parece-me que passaram uma borracha e esqueceram tudo que defendiam no passado. Vamos votar, como disse o deputado Wander Borges. Não é o atual e o futuro governo que pregam as votações. É o povo que clama. Sr. presidente, para encerrar, dando uma demonstração de que o futuro governo não gosta de cumprir as leis, o Decreto nº 46.631, que instituiu a comissão de transição, em seu artigo 6º, diz o seguinte: “Os membros da comissão de transição, no desempenho das suas atividades, deverão manter sigilo dos dados e informações...”

O presidente - Com a palavra, pelo art. 164 do Regimento Interno, o deputado João Leite.

O deputado João Leite - Sr. Presidente, lamento pelo nível a que chegou esta discussão, mas gostaria de reafirmar que o PT treme. O PT treme pois deu o maior calote da história no povo brasileiro. Os brasileiros acreditavam no PT, mas esse partido produziu o maior calote da história do Brasil. O PT prometeu aos brasileiros que seria transparente. Ele seria um partido que faria tudo bem feito. Porém, depois de 12 anos de partido, vemos escândalos após escândalos.

Imaginem o que estamos vendo em relação à maior empresa deste país. O que o PT fez com a Petrobras? Escândalos. Estamos vendo, por delação premiada, um diretor da Petrobras dizer que o tesoureiro do PT ia àquela empresa buscar dinheiro. Agora veio a denúncia de que Paulo Roberto Costa foi entregar à cunhada do Sr. Vaccari, tesoureiro do PT, a parte do dinheiro da Petrobras. Eles tiravam dinheiro da Petrobras.

O PT treme porque, como disse um dos ministros do Supremo Tribunal Federal, o mensalão foi um crime de menor monta diante do petrolão, ou seja, diante do assalto à Petrobras. Fico impressionado ao ver que algumas pessoas ainda aceitam e acreditam no PT depois desse vexame e decepção. Gostaria de dizer a você que, em algum momento da minha vida, acreditei muito no PT. Que decepção. Por isso, o PT treme. O PT treme porque decepcionou o povo brasileiro. O PT treme porque, depois de ganhar as eleições, conseguiu dividir o Brasil entre aqueles que não acreditam mais nesse partido e os que acreditam. Por isso, o PT treme. O PT treme porque as suas contas não são transparentes. O PT treme porque até a campanha de Minas Gerais está *sub judice*. O candidato Pimentel disse que gastaria R\$40.000.000,00 em sua campanha, mas gastou R\$51.000.000,00. Por isso, o PT treme. Ele nem está certo de que será diplomado. O PT treme por isso. A campanha do PT no Norte de Minas é uma vergonha. É uma vergonha a campanha do PT no Norte de Minas; os coronéis do PT no Norte de Minas Gerais. É lamentável. Por isso o PT treme. E tem que tremer mesmo, porque as coisas virão à tona; as coisas serão esclarecidas. Não temos medo de CPI. Quero que procurem e achem qualquer mamata minha neste governo. Como disse o deputado Gustavo Corrêa - e estamos atentos a isso -, é crime de responsabilidade tornar público qualquer documento em uma comissão de transição. Que venham as CPIs, queremos saber a verdade.

Vamos acompanhar, Sr. Presidente, esse PT que já está nas ruas se digladiando, querendo diretorias da Cemig. Procurem qualquer coisa minha na Cemig. Vão brigar por causa da Copasa. Procurem qualquer coisa minha na Copasa. Quero ver mesmo. Procurem qualquer coisa minha na Codemig. Quem sabe agora vão derrubar a Cidade Administrativa que tanto criticaram? Quem sabe acontecerá isso? Quem sabe o PT, que treme, vai explicar a campanha eleitoral no Norte de Minas, que está *sub judice*? Quem sabe vai explicar R\$11.000.000,00 a mais na campanha para o governador do Estado? Quero lembrar algo que falávamos quando éramos jogador de futebol: o PT treme porque fez gol de mão, e gol de mão não vale. Ganharam com gol de mão. Expliquem essa campanha em Minas Gerais, expliquem a campanha no Norte de Minas. Isso está na Polícia Federal.

2ª Fase

O presidente - Esgotada a hora destinada a esta fase, a presidência vai passar à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

O deputado Paulo Guedes - Art. 164, Sr. Presidente.

O deputado João Leite - Não citei nome de deputado, citei o Norte de Minas.

O deputado Paulo Guedes - Mas o meu nome foi citado anteriormente, deputado João Leite. Art. 164, Sr. Presidente.

O presidente - Vou conceder a palavra apenas aos deputados Paulo Guedes e Doutor Wilson Batista, que solicitaram a palavra pelo art. 164.

O deputado João Leite - Sr. Presidente, o Regimento é claro: se for citado, o deputado pode solicitar a palavra pelo art. 164.

O presidente - Com a palavra, pelo art. 164 do Regimento Interno, o deputado Paulo Guedes.

O deputado Paulo Guedes - Inicialmente, Sr. Presidente, quero perguntar ao deputado que acaba de usar a palavra: qual é a acusação que V. Exa. faz sobre o processo eleitoral em Minas Gerais, especialmente no Norte de Minas, onde vocês foram derrotados em várias cidades? Em algumas delas, administradas pelo próprio PSDB, a presidenta Dilma teve mais de 88% dos votos.

Gostaria de dizer, deputado João Leite, em primeiro lugar, que o Norte de Minas deu ao PSDB e ao grupo do Aécio uma resposta muito clara. Isso não aconteceu somente agora. Se vocês pesquisarem o resultado de quatro anos atrás, o Anastasia, quando foi candidato a governador e venceu as eleições, foi derrotado em quase todas as cidades do Norte de Minas, região que foi simplesmente retirada do mapa pela administração de vocês em 12 anos no Estado. Foram 12 anos de exclusão, 12 anos sem obras, 12 anos sem nenhuma esperança. Para o Norte de Minas, o governo do PSDB só mandou sacos de maldade. Para lá mandou os fiscais do DER perseguir os taxistas. Para lá mandou toda a tropa de choque do IEF perseguir e aplicar multas abusivas aos produtores da nossa região. Para lá vocês mandaram só as migalhas, porque lá não chegou nada. Montes Claros, capital do Norte de Minas, deputado João Leite, em 12 anos de governo de vocês, não ganhou nenhuma obra de relevância. Aqui há vários deputados da região que podem testemunhar isso. Posso perguntar aos deputados Carlos Pimenta, Gil Pereira, Arlen Santiago e Tadeu Martins Leite qual foi a obra de relevância que Aécio Neves e Anastasia fizeram em Montes Claros nesses 12 anos. Nenhuma. Prometeram construir o hospital do trauma, mas deixaram todos traumatizados, porque o hospital não saiu. Enfim, foi um governo píffio, um verdadeiro desgoverno para a nossa região. Por isso eles estão sentindo o golpe da derrota.

Deputado Sávio Souza Cruz, como todos sabemos, a Andréa determina, manda que editoriais de jornais achincalhem as pessoas que foram consagradas nas urnas democraticamente pelo povo do Norte de Minas e de outras regiões do Estado. Não tenho, deputado João Leite, medo de nenhuma denúncia, de nenhuma investigação, porque sou um homem honrado. V. Exa. e os demais deputados



desta Casa conhecem a minha origem, sabem de onde vim, sabem de quem sou filho. Tenho muita honra em dizer que nasci em São João das Missões, no Norte de Minas, ao lado da aldeia dos índios xacriabás, filho de família humilde, pobre. Trabalhei na roça, trabalhei em tudo o que você possa pensar. Tudo o que consegui na minha carreira política foi com luta, determinação e honradez. Portanto, não é um jornal, não é o *Hoje em Dia*, não é nenhum jornaleco que vai apagar a estrela de uma pessoa que vive no dia a dia a luta do povo da minha região. O Norte de Minas conhece Paulo Guedes, o Norte de Minas me conhece. Que não me venha a Sra. Andrea Neves determinar que esse ou aquele jornaleco denigra a imagem de uma pessoa que sempre lutou pelos interesses de sua região. Vou continuar lutando, doa em quem doer. Podem esperar, podem tremer, podem fazer o que quiserem mas, da tribuna desta Casa, não vão retirar este homem simples, este pé rachado, este homem que não foge à luta, este homem que cresceu vendo a mãe carregar água na cabeça, este homem que nem o tacho de sabão lhe tirou a vida e o direito de continuar lutando. Por isso, deputado João Leite, ninguém vai calar-me, muito menos a imprensa de Minas Gerais. Não temo nada, não temo nenhuma investigação. Estão abertas as minhas contas, o meu sigilo bancário, telefônico e fiscal para a Polícia Federal e para quem quiser. Quem não deve não teme. Não devo nada a ninguém. Corre sangue nessas veias, sangue de trabalhador, de homem que não foge à luta. Por isso, está dado o recado a V. Exa. e a quem interessar.

O presidente - Doutor Wilson Batista, farei uma pergunta: do art. 164 solicitado, o parágrafo único diz que a palavra deve ser concedida a um deputado por representação partidária. O deputado João Leite também está requerendo. Agora, há dois pedidos. O parágrafo único do art. 164 diz que a palavra será concedida somente a um deputado por representação partidária. Pergunto aos dois deputados quem pode falar em nome dos dois.

O deputado Doutor Wilson Batista - Sr. presidente, fui citado pessoalmente no pronunciamento do Gustavo, logo o João Leite não tem como responder por mim.

O presidente - V. Exa. foi citado como uma corporação; é muito abstrato.

O deputado Doutor Wilson Batista - Há mais agravante ainda: respeito a minha profissão como médico e como deputado. Portanto, são dois agravos.

O presidente - Com a palavra, pelo art. 164 do Regimento Interno, o deputado Doutor Wilson Batista.

O deputado Doutor Wilson Batista - Ao final do meu pronunciamento, Dr. Hely, V. Exa. entenderá o meu questionamento. Início com um poema escrito em *A nova Heloísa*: “Tudo é absurdo, mas nada é chocante, porque todos se acostumam a tudo”. O que vivenciamos nesta manhã é um tremendo absurdo. Um tremendo absurdo!

Os discursos são eloquentes, os discursos são muito bonitos, mas, para esta Casa, para o nosso papel de deputado de pouco servem. Estamos aqui para defender o povo e estamos hoje ouvindo dizer que os políticos estão tremendo, que o PT está tremendo. Ninguém está tremendo, Dr. Hely. Hoje, quem treme neste país é o povo que precisa de nosso trabalho como deputado, é o povo nas filas dos hospitais, é o paciente no corredor do hospital, que está aguardando por meses uma cirurgia. Esse está tremendo. Não é nenhum político do PT que está tremendo nem o próprio PT, porque todos eles, após tantos absurdos, já estão aí perdoados. Quem não está sendo perdoado neste país é o povo.

Quando trabalhei num hospital em Barbalha, há 15 anos, atendíamos a todos os pacientes com câncer. Hoje os pacientes do mesmo hospital estão aguardando por meses, por anos um atendimento oncológico. Esse paciente que está com diagnóstico de câncer está tremendo na fila e não está sendo atendido. Sua cirurgia não foi marcada e os seus exames não foram realizados. Então, é ele que está tremendo. Não tem ninguém mais tremendo neste país, muito menos político, muito menos petista, muito menos o PT. Não estão tremendo. Eles estão sim sabendo que podem fazer tudo e que o País está a beira de um colapso. Quem está tremendo é o povo, é o brasileiro, é a brasileira, são os mineiros.

Deputado João Leite, esses estão tremendo com esse desgoverno insensível ao sofrimento das pessoas. Esse governo não sabe o quanto as pessoas estão tremendo, não vê a família que tem um filho na mira de traficante. A família toda está tremendo. Tenham certeza de que nenhum político treme neste país. É o País da impunidade, onde hoje se valoriza o malfeito, João Leite. O exemplo que temos hoje no País é esse. E o povo brasileiro, o mineiro, a mineira e toda a família estão tremendo com as dificuldades que enfrentam. O trabalhador que acorda de manhã e entra no transporte público, lotado, sem espaço, está tremendo, com medo de chegar atrasado ao serviço, ameaçado de desemprego. Essas pessoas estão tremendo, como o estudante que passou sua vida estudando, preparando-se para fazer um concurso e, hoje, aprovado, não foi admitido e tem suas responsabilidades a cumprir. Essas pessoas estão tremendo.

Ouvimos aqui, durante toda a manhã de hoje, que o partido A está tremendo, bem como o partido B. Quem está tremendo? Eles andam de avião pelo Brasil a fora, tiram férias durante todo o ano, fazem o que querem no País, não têm dificuldade. Você acha que alguém está tremendo? Ninguém está tremendo. Quem está tremendo é o povo, o trabalhador que vive com salário mínimo, que trabalha durante todo o dia e, no final do mês, convive com inflação, aluguel para pagar, despesa com medicamento e hospital. Os exames não são feitos. Quantas pessoas estão na fila, aguardando para realizar um exame? Exerço medicina todos os dias, não sou médico de político que treme, mas do povo que, no dia a dia, enfrenta dificuldade e treme na minha frente.

É isso que temos de fazer aqui: parar com esse absurdo de defender partido A ou B e dar continuidade a uma eleição que já terminou. Quando vai terminar esse palanque? Até quando vamos resolver processos do Ministério Público? Temos de resolver a nossa pauta, que está parada há meses. Precisamos mostrar à nossa sociedade que acreditamos no nosso trabalho, que somos capazes de votar, de decidir o que propusemos nesta Casa. Vamos enfrentar o nosso papel de deputado aqui. Isso é absurdo, chocante. Não podemos nos acostumar com isso, muito menos nós, deputados, que trabalhamos a favor do povo. Muito obrigado.

O presidente - Tendo em vista a importância das matérias constantes na pauta, a presidência solicita ao secretário que proceda à chamada dos deputados para a recomposição de quórum.

O secretário (deputado Dilzon Melo) - (- Faz a chamada.)

O presidente - Responderam à chamada 26 deputados. Portanto, não há quórum para votação.

**Encerramento**

O presidente - Tendo em vista o projeto que se encontra na faixa constitucional e em fase de votação, sobrestando as demais matérias constantes na pauta, a presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 77ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA,
EM 9/12/2014****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações da presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase**(das 16h15min às 18 horas)**

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.494/2014, do governador do Estado, que altera a Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, que consolida a legislação tributária do Estado (Reduz a carga tributária incidente sobre as operações com álcool para fins carburantes de 19% para 14% e aumenta a das operações com gasolina de 27% para 29%). (Faixa constitucional.) A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Foram recebidas em Plenário as Emendas nºs 1 a 10.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 142, que altera a Lei Complementar nº 59, de 18 de janeiro de 2001, que trata da Organização e da Divisão Judiciárias do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer. Designado relator em Plenário, o deputado Rômulo Viegas opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 143, que altera a Lei Complementar nº 34, de 12 de setembro de 1994, que dispõe sobre a organização do Ministério Público do Estado e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer. Designado relator em Plenário, o deputado Zé Maia opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 22.287, que altera os limites da Estação Ecológica Estadual de Arêdes, no Município de Itabirito. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 22.289, que fixa o percentual da revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Tribunal de Contas do Estado referente ao ano de 2013. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 22.295, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Carlos Chagas o imóvel que especifica. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 22.306, que assegura ao aluno matriculado em estabelecimento de ensino de educação básica vinculado ao Sistema Estadual de Educação o direito de observar o período de guarda religiosa. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 22.336, que acrescenta dispositivo à Lei nº 13.408, de 21 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a denominação de estabelecimento, instituição e próprio público do Estado. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 22.337, que acrescenta dispositivos à Lei nº 18.031, de 12 de janeiro de 2009, que dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos, com o objetivo de proibir a utilização da tecnologia de incineração nos casos que especifica. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 22.352, que concede prazo ao donatário do imóvel de que trata a Lei nº 19.451, de 11 de janeiro de 2011, que autoriza o Instituto Estadual de Florestas - IEF - a doar ao Município de Pará de Minas o imóvel que especifica. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 47/2013, dos deputados Jayro Lessa, Sargento Rodrigues e outros, que altera o inciso II do § 3º do art. 53 da Constituição do Estado (Veda, na eleição da Mesa da Assembleia, a recondução para o mesmo cargo na mesma legislatura.). A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do vencido em 1º turno.



Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57/2013, do deputado Anselmo José Domingos e outros, que acrescenta inciso ao art. 64 da Constituição do Estado (Prevê a possibilidade de proposta de emenda à Constituição Estadual de iniciativa popular). A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 63/2013, do deputado Fábio Cherem e outros, que dá nova redação aos arts. 159 e 160 da Constituição do Estado e acrescenta incisos ao art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (Propõe a autorização do orçamento impositivo em relação às emendas parlamentares). A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 67/2014, do deputado Antônio Carlos Arantes e outros, que altera o art. 212 da Constituição do Estado (Fixa percentual de recursos para o financiamento de programas e projetos de pesquisa agropecuária). A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 69/2014, do deputado Lafayette de Andrada e outros, que acrescenta artigo à Constituição do Estado para adequação ao disposto na Constituição da República (Considera efetivo o servidor público do Estado que não tenha sido admitido até 5 de novembro de 2007 na forma prevista no art. 37 da Constituição Federal, estável ou não, por efeito do art. 19 do ADCT da Constituição Federal). A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.327/2014, do governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Justiça do Estado e do Fundo Especial do Poder Judiciário. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.348/2014, do governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 5.604/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o convênio ICMS nº 73, de 15 de agosto de 2014, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 5.605/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o convênio ICMS nº 62, de 9 de julho de 2014, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 5.606/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 78/2014, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz - em 15 de agosto de 2014.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 5.607/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 84/2014, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz - em 15 de agosto de 2014.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 5.608/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 88/2014, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz - em 15 de agosto de 2014.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 5.609/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio ICMS nº 89, de 15 de agosto de 2014, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 45/2013, do deputado Gustavo Perrella, que altera a Lei Complementar nº 89, de 12 de janeiro de 2006, que dispõe sobre a Região Metropolitana de Belo Horizonte (Inclusão do Município de Jequitibá no Colar Metropolitano). A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Assuntos Municipais opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 755/2011, do deputado Wander Borges, que institui o Dia Estadual de Combate aos Maus-Tratos contra Idosos. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 427/2011, do deputado Sargento Rodrigues, que dispõe sobre a fiscalização da venda de ingressos de eventos artísticos, culturais e desportivos por cambista no âmbito do Estado. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 873/2011, do deputado Inácio Franco, que dispõe sobre a integração de considerações ambientais nas licitações e nos contratos públicos do Estado a serem observadas pelos órgãos da administração direta, autarquias, inclusive as de regime especial, fundações públicas, fundos especiais não personificados, pelo seu gestor, sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades de direito privado, controladas direta ou indiretamente pelo Estado, prestadoras de serviço público e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.710/2011, do deputado Doutor Wilson Batista, que institui, no âmbito dos hospitais da rede pública de saúde do Estado, o Programa de Cirurgia Plástica Reconstructiva da Mama. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 5.165/2014, do procurador-geral de justiça, que fixa o percentual, relativo ao ano de 2014, para a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Ministério Público do Estado. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 575/2011, do deputado Alencar da Silveira Jr., que dispõe sobre o controle da reprodução de cães e gatos e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 797/2011, do deputado Carlos Pimenta, que torna obrigatória a manutenção de profissional treinado em primeiros socorros nos eventos do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto



na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela rejeição do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.204/2012, do deputado Célio Moreira, que cria o Livro de Reclamações dos Consumidores. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.507/2012, do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a criação e a transformação de cargos nos Quadros de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça Militar e nas Secretarias de Juízo Militar e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, e pela rejeição do Substitutivo nº 2, da Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.775/2013, do deputado Gustavo Corrêa, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Capelinha o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.170/2013, do deputado Sargento Rodrigues, que altera a Lei nº 18.185, de 4 de junho de 2009, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição da República. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.743/2013, do deputado Carlos Pimenta, que dispõe sobre a alteração dos limites da área do Parque Estadual Alto Cariri, criado pelo Decreto nº 44.726, de 18 de fevereiro de 2008. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.834/2014, do deputado Bonifácio Mourão, que dispõe sobre o plantio obrigatório de árvores em empreendimentos imobiliários subsidiados ou financiados por recursos do governo do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.961/2014, do deputado Luiz Humberto Carneiro, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Monte Alegre de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, e com as Emendas nºs 2 e 3, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.131/2014, do deputado Luiz Humberto Carneiro, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tupaciguara o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.196/2014, do deputado Célio Moreira, que altera a Lei nº 20.304, de 26 de julho de 2012, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Presidente Juscelino o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.205/2014, do deputado Sávio Souza Cruz, que dá nova redação à Lei nº 18.707, de 7 de janeiro de 2010, que autoriza o Poder Executivo a doar à Uemg o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.245/2014, do deputado Lafayette de Andrada, que altera a Lei nº 15.082, de 27 de abril de 2004, que dispõe sobre rios de preservação permanente e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 2, que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.294/2014, do deputado Dinis Pinheiro, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Itaúna os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.591/2014, do governador do Estado, que altera a Lei nº 15.293, de 5 de agosto de 2004, que institui as carreiras dos Profissionais de Educação Básica do Estado, e a Lei nº 15.301, de 10 de agosto de 2004, que institui as carreiras do Grupo de Atividades de Defesa Social do Poder Executivo, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 9/12/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 9.031 a 9.036, 9.046 a 9.051, 9.060, 9.090 a 9.093, 9.095 a 9.099 e 9.105/2014, do deputado Cabo Júlio; 9.052 e 9.053/2014, do deputado Sargento Rodrigues.



Discussão e votação de pareceres de redação final.
Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 9/12/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:
No 1º turno: Projeto de Lei nº 5.219/2014, do Tribunal de Justiça.
Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 9/12/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:
No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.891/2011, do deputado André Quintão.
Discussão e votação de pareceres de redação final.
Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 9/12/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:
No 1º turno: Projetos de Lei nºs 5.115/2014, do deputado Inácio Franco; 5.210/2014, do deputado Luiz Henrique.
Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:
Em turno único: Projetos de Lei nºs 4.677/2013, do deputado Duilio de Castro; 5.276/2014, do deputado Deiró Marra.
Discussão e votação de pareceres de redação final.
Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 9/12/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:
No 1º turno: Projetos de Lei nºs 5.495, 5.498 e 5.611/2014, do governador do Estado.
Discussão e votação de pareceres de redação final.
Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 9/12/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:
Em turno único: Projetos de Lei nºs 5.347/2014, do deputado Hely Tarquínio; 5.455/2014, do deputado Gil Pereira; 5.463/2014, da deputada Rosângela Reis; 5.503/2014, do deputado Ulysses Gomes; 5.531/2014, do deputado Jayro Lessa; 5.557/2014, do deputado Anselmo José Domingos; e 5.580/2014, do deputado Braulio Braz.
Discussão e votação de pareceres de redação final.
Discussão e votação de proposições da comissão.



ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 9/12/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 5.087/2014, do deputado João Leite; 5.411/2014, do deputado Cássio Soares; 5.465/2014, do deputado Tiago Ulisses; 5.554/2014, do deputado Rômulo Viegas.

Requerimentos nºs 8.903/2014, da deputada Liza Prado; 8.913/2014, do deputado Celinho do Sinttrocel; 8.997/2014, do deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16H30MIN DO DIA 9/12/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 9.028/2014, da Cipe São Francisco.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 9 de dezembro de 2014, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e na 2ª Fase, à apreciação dos Vetos à Proposição de Lei Complementar nº 142, que altera a Lei Complementar nº 59, de 18 de janeiro de 2001, que trata da organização e da divisão judiciárias do Estado, e dá outras providências; à Proposição de Lei Complementar nº 143, que altera a Lei Complementar nº 34, de 12 de setembro de 1994, que dispõe sobre a organização do Ministério Público do Estado e dá outras providências; à Proposição de Lei nº 22.287, que altera os limites da Estação Ecológica Estadual de Arêdes, no Município de Itabirito; à Proposição de Lei nº 22.289, que fixa o percentual da revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Tribunal de Contas do Estado referente ao ano de 2013; à Proposição de Lei nº 22.295, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Carlos Chagas o imóvel que especifica; à Proposição de Lei nº 22.306, que assegura ao aluno matriculado em estabelecimento de ensino de educação básica vinculado ao Sistema Estadual de Educação o direito de observar o período de guarda religiosa; à Proposição de Lei nº 22.336, que acrescenta dispositivo à Lei nº 13.408, de 21 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a denominação de estabelecimento, instituição e próprio público do Estado; à Proposição de Lei nº 22.337, que acrescenta dispositivos à Lei nº 18.031, de 12 de janeiro de 2009, que dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos, com o objetivo de proibir a utilização da tecnologia de incineração nos casos que especifica; e à Proposição de Lei nº 22.352, que concede prazo ao donatário do imóvel de que trata a Lei nº 19.451, de 11 de janeiro de 2011, que autoriza o Instituto Estadual de Florestas a doar ao Município de Pará de Minas o imóvel que especifica; das Propostas de Emenda à Constituição nºs 47/2013, dos deputados Jayro Lessa, Sargento Rodrigues e outros, que altera o inciso II do § 3º do art. 53 da Constituição do Estado; 57/2013, do deputado Anselmo José Domingos e outros, que acrescenta inciso ao art. 64 da Constituição do Estado; 63/2013, do deputado Fábio Cherem e outros, que dá nova redação aos arts. 159 e 160 da Constituição do Estado e acrescenta incisos ao art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; 67/2014, do deputado Antônio Carlos Arantes e outros, que altera o art. 212 da Constituição do Estado; e 69/2014, do deputado Lafayette de Andrada e outros, que acrescenta artigo à Constituição do Estado para adequação ao disposto na Constituição da República; dos Projetos de Resolução nºs 5.604/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o convênio ICMS nº 73, de 15 de agosto de 2014, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz; 5.605/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o convênio ICMS nº 62, de 9 de julho de 2014, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz; 5.606/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 78/2014, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz - em 15 de agosto de 2014; 5.607/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 84/2014, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz - em 15 de agosto de 2014; 5.608/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 88/2014, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz - em 15 de agosto de 2014; e 5.609/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o



Convênio ICMS nº 89, de 15 de agosto de 2014, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz; do Projeto de Lei Complementar nº 45/2013, do deputado Gustavo Perrella, que altera a Lei Complementar nº 89, de 12 de janeiro de 2006, que dispõe sobre a Região Metropolitana de Belo Horizonte; e dos Projetos de Lei nºs 427/2011, do deputado Sargento Rodrigues, que dispõe sobre a fiscalização da venda de ingressos de eventos artísticos, culturais e desportivos por cambista no âmbito do Estado; 575/2011, do deputado Alencar da Silveira Jr., que dispõe sobre o controle da reprodução de cães e gatos e dá outras providências; 755/2011, do deputado Wander Borges, que institui o Dia Estadual de Combate aos Maus-Tratos contra Idosos; 797/2011, do deputado Carlos Pimenta, que torna obrigatória a manutenção de profissional treinado em primeiros socorros nos eventos do Estado; 873/2011, do deputado Inácio Franco, que dispõe sobre a integração de considerações ambientais nas licitações e nos contratos públicos do Estado de Minas Gerais a serem observadas pelos órgãos da administração direta, autarquias, inclusive as de regime especial, fundações públicas, fundos especiais não personificados, pelo seu gestor, sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades de direito privado, controladas direta ou indiretamente pelo Estado de Minas Gerais, prestadoras de serviço público e dá outras providências; 2.710/2011, do deputado Doutor Wilson Batista, que institui, no âmbito dos hospitais da rede pública de saúde do Estado, o Programa de Cirurgia Plástica Reconstructiva da Mama; 3.204/2012, do deputado Célio Moreira, que cria o Livro de Reclamações dos Consumidores; 3.507/2012, do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a criação e a transformação de cargos nos Quadros de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça Militar e nas Secretarias de Juízo Militar e dá outras providências; 3.775/2013, do deputado Gustavo Corrêa, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Capelinha o imóvel que especifica; 4.170/2013, do deputado Sargento Rodrigues, que altera a Lei nº 18.185, de 4 de junho de 2009, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição da República; 4.743/2013, do deputado Carlos Pimenta, que dispõe sobre a alteração dos limites da área do Parque Estadual Alto Cariri, criado pelo Decreto nº 44.726, de 18 de fevereiro de 2008; 4.834/2014, do deputado Bonifácio Mourão, que dispõe sobre o plantio obrigatório de árvores em empreendimentos imobiliários subsidiados ou financiados por recursos do governo do Estado; 4.961/2014, do deputado Luiz Humberto Carneiro, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Monte Alegre de Minas o imóvel que especifica; 5.131/2014, do deputado Luiz Humberto Carneiro, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tupaciguara o imóvel que especifica; 5.165/2014, do Procurador-Geral de Justiça, que fixa o percentual, relativo ao ano de 2014, para a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Ministério Público do Estado; 5.196/2014, do deputado Célio Moreira, que altera a Lei nº 20.304, de 26 de julho de 2012, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Presidente Juscelino o imóvel que especifica; 5.205/2014, do deputado Sávio Souza Cruz, que dá nova redação à Lei nº 18.707, de 7 de janeiro de 2010, que autoriza o Poder Executivo a doar à Uemg o imóvel que especifica; 5.245/2014, do deputado Lafayette de Andrada, que altera a Lei nº 15.082, de 27 de abril de 2004, que dispõe sobre rios de preservação permanente e dá outras providências; 5.294/2014, do deputado Dinis Pinheiro, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Itaúna os imóveis que especifica; 5.327/2014, do governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Justiça do Estado e do Fundo Especial do Poder Judiciário; 5.348/2014, do governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor da Assembleia Legislativa do Estado; 5.494/2014, do governador do Estado, que altera a Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, que consolida a legislação tributária do Estado; e 5.591/2014, do governador do Estado, que altera a Lei nº 15.293, de 5 de agosto de 2004, que institui as carreiras dos Profissionais de Educação Básica do Estado, e a Lei nº 15.301, de 10 de agosto de 2004, que institui as carreiras do Grupo de Atividades de Defesa Social do Poder Executivo, e dá outras providências; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 5 de dezembro de 2014.

Dinis Pinheiro, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os deputados Jayro Lessa, Adalever Lopes, João Vítor Xavier, Lafayette de Andrada, Romel Anízio e Ulysses Gomes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 9/12/2014, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres sobre a Mensagem nº 715/2014, do governador do Estado, os Pareceres para Turno Único dos Projetos de Resolução nºs 5.600, 5.601 e 5.602/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 5.541/2014, do governador do Estado, 4.797/2013, do Tribunal de Justiça, 4.993/2014, do deputado Gustavo Valadares, 5.065/2014, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, 5.499/2014, do Tribunal de Contas, e 5.592, 5.611 e 5.626/2014, do governador do Estado, de discutir e votar, em turno único, os Projetos de Resolução nºs 5.598, 5.599 e 5.603/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 9.039, 9.107 a 9.110, 9.113, 9.114, 9.116 a 9.148, 9.150 a 9.183, 9.185, 9.187 a 9.191, 9.193 a 9.213, 9.215 a 9.235 e 9.237 a 9.247/2014, da Comissão de Participação Popular, de discutir e votar pareceres de redação final e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 5 de dezembro de 2014.

Zé Maia, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Nos termos regimentais, convoco os deputados Celinho do Sinttrocel, Anselmo José Domingos, Gustavo Valadares e Paulo Guedes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 9/12/2014, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade



de debater o Projeto de Lei nº 4.506/2013, que "autoriza o Poder Executivo a criar a Empresa Mineira de Comunicação", de discutir e votar pareceres de redação final e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 5 de dezembro de 2014.

Adalclever Lopes, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Cultura

Nos termos regimentais, convoco a deputada Luzia Ferreira e os deputados Carlos Mosconi, Luiz Henrique e Tiago Ulisses, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 9/12/2014, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar, em turno único, os Projetos de Lei nºs 5.544/2014, do deputado João Vítor Xavier; 5.552/2014, do deputado Zé Maia; 5.555/2014, do deputado Fábio Cherem; 5.563/2014, do deputado Célio Moreira; de discutir e votar pareceres de redação final e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 5 de dezembro de 2014.

Elismar Prado, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco os deputados Leonídio Bouças, André Quintão, Dalmo Ribeiro Silva, Duílio de Castro, Gustavo Perrella e Luiz Henrique, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 9/12/2014, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º turno dos Projetos de Lei nºs 5.241 e 5.326/2014, do governador do Estado, 5.354 e 5.355/2014, do deputado Bosco, 5.365, 5.495, 5.498, 5.610, 5.612, 5.625 e 5.626/2014, do governador do Estado, 5.636/2014, do deputado Gustavo Corrêa, e 5.640/2014, do governador do Estado; de discutir e votar, em turno único, os pareceres dos Projetos de Lei nºs 3.847/2013, do deputado Sebastião Costa, 5.627/2014, do deputado Wander Borges, 5.632 e 5.633/2014, do deputado Celinho do Sinttrocel, 5.634/2014, do deputado Gil Pereira, 5.639/2014, do deputado Ulysses Gomes, e 5.641/2014, do governador do Estado; de discutir e votar pareceres de redação final; e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 5 de dezembro de 2014.

Sebastião Costa, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Membros das Comissões Permanentes - § 1º do Art. 204 do Regimento Interno

Nos termos regimentais, convoco os deputados Jayro Lessa, Adalclever Lopes, João Vítor Xavier, Lafayette de Andrada, Romel Anízio e Ulysses Gomes, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, e as deputadas Liza Prado, Luzia Ferreira, Maria Tereza Lara e Rosângela Reis e os deputados, Almir Paraca, André Quintão, Antônio Carlos Arantes, Bosco, Carlos Mosconi, Carlos Pimenta, Celinho do Sinttrocel, Célio Moreira, Dalmo Ribeiro Silva, Doutor Wilson Batista, Duarte Bechir, Durval Ângelo, Elismar Prado, Fabiano Tolentino, Fred Costa, Gustavo Corrêa, Gustavo Perrella, Hely Tarquínio, João Leite, Marques Abreu, Paulo Lamac, Pompílio Canavez, Romel Anízio, Sávio Souza Cruz, Sebastião Costa, Tadeu Martins Leite, Tenente Lúcio e Tiago Ulisses, membros da Comissão de Membros das Comissões Permanentes - § 1º do art. 204 do Regimento Interno, para a reunião a ser realizada em 9/12/2014, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os pareceres para o turno único dos Projetos de Lei nºs 5.468, 5.469 e 5.587/2014, do governador do Estado, e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 5 de dezembro de 2014.

Zé Maia, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 2.036/2014

Comissão de Participação Popular Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 2.036/2014, de autoria dos participantes da 11ª edição do Parlamento Jovem Minas 2014 - Envelhecimento e Qualidade de Vida -, contém propostas aprovadas para o Documento Final do evento, no âmbito do subtema 1, "Direito ao envelhecimento com qualidade de vida".

Publicada no *Diário do Legislativo* de 12/11/2014, a matéria foi distribuída a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Parlamento Jovem de Minas tem como objetivo estimular a formação política e cidadã de estudantes dos ensinos médio e superior dos municípios mineiros. Para tanto, promove atividades que levam esses jovens a compreender melhor a organização dos Poderes, em especial o Legislativo, e a importância da participação popular no Parlamento.



Lançado em 2004, o projeto é uma iniciativa da Assembleia em parceria com a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas. As primeiras edições do evento foram restritas à Capital e, a partir de 2010, o projeto foi ampliado, passando a contar com a participação das câmaras municipais.

Até 2013, o projeto era desenvolvido em duas etapas: a municipal, com atividades de formação, debates e proposições apresentadas pelos jovens nos parlamentos municipais; e a estadual, na ALMG, com o debate e a votação das propostas aprovadas em cada município. Em 2014, o projeto ganhou a etapa regional, intermediária entre a municipal e a estadual. Nessa etapa, os municípios do polo discutem as propostas da etapa municipal, que são consolidadas em um documento que representa o interesse da região.

Ao fim da etapa estadual, o documento final do Parlamento Jovem Minas é aprovado e entregue à Comissão de Participação Popular para emissão de parecer e encaminhamento das matérias aprovadas.

Em 2014, o tema central do projeto foi Envelhecimento e Qualidade de Vida. Para debate, esse tema foi dividido em três subtemas: “Direito ao envelhecimento com qualidade de vida”, “Promoção da convivência intergeracional” e “Protagonismo social e político”.

A seguir são apresentadas as análises das propostas aprovadas para o subtema 1, “Direito ao envelhecimento com qualidade de vida”.

A Proposta nº 1 sugere a implantação gradativa, pelo governo estadual, de alas geriátricas nos hospitais públicos e conveniados com a administração pública e a garantia de atendimento por profissionais especializados nas áreas de geriatria.

Percebe-se que essa sugestão indica a preocupação dos jovens em garantir o acesso dos idosos aos serviços hospitalares quando necessário, bem como em assegurar a qualidade dos cuidados prestados.

As principais normas relativas à garantia e defesa dos direitos dos idosos - Política Nacional do Idoso, aprovada por meio da Lei nº 8.442, de 4 de janeiro de 1994; e Estatuto do Idoso, instituído pela Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - apresentam disposições que buscam assegurar a assistência integral à saúde dessa faixa da população, incluindo seu atendimento por profissionais especializados em geriatria e gerontologia. O Estatuto garante também o direito a acompanhante nas internações hospitalares e a atendimento domiciliar, incluindo internação, quando necessário.

Em consonância com essas normas, a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa inclui entre os itens prioritários para a pactuação com estados e municípios o provimento de recursos para qualificação dos profissionais na atenção ao idoso e a determinação de critérios mínimos para o funcionamento das unidades de saúde do SUS, além de ressaltar a necessidade de implementação das Redes Estaduais de Atenção à Saúde da Pessoa Idosa.

Em Minas Gerais, a Rede Estadual de Atenção à Saúde do Idoso inclui como um de seus componentes os hospitais de referência micro e macrorregional, que devem servir de suporte ao idoso em situação de urgência e emergência.

A admissão e a permanência em leitos hospitalares deve ocorrer de forma regulada e baseada em critérios objetivos, a fim de garantir a equidade, a eficiência e a qualidade da assistência. A idade é um dos fatores a serem considerados na avaliação do quadro clínico, porém em conjunto com os demais elementos. Nesse sentido, a implantação de ala para um segmento específico poderia dificultar a alocação dos leitos de acordo com as variações de demanda pelo serviço.

A criação de alas específicas também pode acarretar a segregação dos idosos no espaço hospitalar sem necessariamente aprimorar sua assistência. Observamos que a melhoria da qualidade no atendimento ofertado depende especialmente da capacitação dos profissionais de saúde e da humanização do ambiente hospitalar, diretrizes já instituídas pela legislação.

Dessa forma, julgamos conveniente encaminhar a Proposta nº 1 por meio de requerimento à Secretaria de Estado de Saúde - SES -, solicitando que esse órgão promova a qualificação continuada dos profissionais que atendem à população idosa nos serviços de saúde sobre temas relacionados com o envelhecimento.

A Proposta nº 2 sugere a criação do Centro de Apoio e Valorização do Idoso - Cavi - e a adaptação dos centros já existentes, com a finalidade de promover a socialização por meio de atividades culturais, educacionais e de lazer, bem como o atendimento especializado à saúde.

Observamos que o Estado já conta com equipamentos criados para atender às finalidades propostas. O Programa Mais Vida, implementado para estruturar e qualificar a assistência à saúde do idoso, conta com os Centros Mais Vida, os centros de especialidades e os hospitais-dia, componentes da Rede Estadual de Atenção à Saúde do Idoso.

Os Centros Mais Vida constituem-se como centros de referência de atenção secundária que têm entre os seus objetivos atender ao idoso frágil encaminhado pela atenção primária, por meio de equipe multiprofissional, disponibilizar atendimento aos idosos com doença de Alzheimer e de Parkinson e promover ações educativas. Esses centros também disponibilizam as Casas de Apoio, que funcionam como serviço de hotelaria para acolhimento do idoso frágil encaminhado de outro município e seu acompanhante.

O idoso também pode ser atendido no âmbito da atenção secundária pelos centros de especialidades. Apesar de não serem voltados especificamente para a população idosa, tais centros devem prestar o atendimento ao idoso na perspectiva da atenção integral, atuando de forma articulada com os demais dispositivos da rede de saúde.

A integralidade do cuidado também pressupõe a articulação intersetorial. Nesse sentido, os centros-dia proporcionam atendimento a necessidades pessoais básicas do idoso, atividades terapêuticas e socioculturais. A assistência social também oferece serviços de proteção social voltados ao idoso, com o objetivo de promover a socialização e o fortalecimento de vínculos com a família e a comunidade. Cabe esclarecer que os serviços nessa área também são objeto de análise de proposta apresentada no âmbito do subtema 2 - Promoção da Convivência Intergeracional.

Tendo em vista que os serviços solicitados já são oferecidos nos equipamentos na área da saúde e da assistência social, opinamos pelo não acolhimento da Proposta nº 2.

A Proposta nº 3 trata da criação da Secretaria Estadual do Idoso, com o objetivo de formular, executar, avaliar e aprimorar a política estadual de atendimento à pessoa idosa.



Salientamos que cabe exclusivamente ao Poder Executivo criar e dispor sobre o funcionamento de órgãos e entidades em sua estrutura administrativa. Ademais, é importante ressaltar que as políticas para o idoso compreendem ações em múltiplas áreas, como saúde, assistência social, transporte, segurança, educação, cultura, entre outros.

A variedade de temáticas que interessam aos idosos - assim como acontece com os demais grupos - exige da administração pública uma atuação transversal, possibilitando a articulação entre os diferentes setores de governo e destes com a sociedade. Essa abordagem propicia uma compreensão mais completa dos problemas apresentados, a partir do aproveitamento e da integração dos conhecimentos técnicos de cada área.

O órgão responsável pela coordenação e acompanhamento das ações de promoção e defesa do idoso no Estado é a Coordenadoria Especial de Políticas para o Idoso, subordinada à Subsecretaria de Direitos Humanos, órgão da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social - Sedese. Entre as competências da Coordenadoria, está a promoção da intersectorialidade, da transversalidade e da integração das políticas para as pessoas idosas no Estado, conforme disposto no inciso XXII do art. 27 do Decreto nº 46.576, de 6 de agosto de 2014, que dispõe sobre a organização da Sedese.

Sendo assim, opinamos pelo não acolhimento da Proposta nº 3.

A Proposta nº 4 trata da instituição do Prêmio Sabedoria, destinado a agraciar financeiramente os municípios que desenvolverem políticas especializadas e inovadoras para o idoso.

A Constituição Estadual prevê como um dos objetivos prioritários do Estado a oferta de assistência aos municípios, em especial àqueles que apresentem baixa condição de desenvolvimento socioeconômico. Nesse sentido, o Estado prevê apoio aos municípios por meio de estímulos técnicos e financeiros para a implementação de ações em diferentes áreas, como saúde, assistência social e educação, entre outras, que podem incluir o público idoso.

A ideia de estabelecer uma classificação dos municípios para premiar os melhores colocados apresenta dificuldades. Primeiramente, porque, apesar de ser positivo reforçar boas iniciativas de gestão, a premiação financeira dos municípios que desenvolvam as melhores ações pode fazer com que aqueles com menos recursos não recebam o apoio necessário.

Em segundo lugar, porque a definição dos parâmetros para a instituição do prêmio requer uma avaliação criteriosa de quais indicadores realmente apontariam os municípios mais qualificados. Também seria necessário que os dados a serem estudados estivessem disponíveis e atualizados para todos os municípios.

Vale lembrar que a Organização Mundial da Saúde - OMS - elaborou o Guia Global das Cidades Amigas do Idoso, idealizado como um instrumento para avaliação e melhoria permanente das condições que as cidades oferecem para os idosos, porém sem a finalidade de comparar desempenhos. O guia é composto por uma lista de checagem com características identificadas pelos próprios idosos como amigáveis entre as diferentes dimensões da vida urbana.

A ferramenta pode ser utilizada por pessoas ou grupos interessados em melhorar as condições de vida para o idoso em seu município, como governo, organizações de voluntários ou o setor privado. Os idosos devem ser incluídos como parceiros em todas as etapas de sua utilização, participando da avaliação, da sugestão de mudanças e da implementação de projetos.

A III Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa, realizada em 2011, aprovou a proposta de aplicação, nos municípios mineiros, das diretrizes da OMS constantes no guia.

Considerando, portanto, os benefícios da utilização do guia Cidades Amigas do Idoso como um instrumento de autoavaliação e melhoria das condições ofertadas para a pessoa idosa, sugerimos o encaminhamento da Proposta nº 4 na forma de requerimento à Sedese, com vistas a estimular e orientar os municípios na sua aplicação.

A Proposta nº 5 solicita a criação de um programa estadual com a finalidade de contratar pessoas capacitadas para auxiliar famílias de baixa renda no cuidado a idosos debilitados.

A Política Nacional do Idoso e a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, já mencionadas, enfatizam a importância da assistência ao idoso no contexto domiciliar. O cuidado no domicílio, além de propiciar o convívio familiar, diminui o tempo de internação hospitalar e contribui para a promoção da saúde física e mental do idoso.

Apesar de incluída na Classificação Brasileira de Ocupações, a profissão de cuidador de idosos não é regulamentada e não há um currículo mínimo exigido para a formação desse profissional. O Projeto de Lei nº 4702/2012, em tramitação na Câmara dos Deputados, dispõe sobre a regulamentação da profissão, respeitando as competências de outras profissões.

Em 2008, o Ministério da Saúde lançou o Programa Nacional de Formação de Cuidadores de Idosos - PNFCI -, com a finalidade de oferecer cursos em 36 escolas técnicas do SUS para qualificar 66 mil cuidadores em quatro anos. Contudo, o PNFCI foi interrompido pouco mais de um ano após o seu início devido a resistências dentro do Ministério e por parte de entidades de classe, preocupadas com a superposição de competências e o futuro impacto orçamentário com trabalhadores que não estavam formalmente inseridos no SUS.

Atualmente, o Ministério da Saúde disponibiliza em seu portal na internet a versão preliminar de um edital de chamamento para as secretarias de saúde dos estados, municípios e Distrito Federal, com o objetivo de apoiar projetos locais e intersectoriais de intervenção, formação e qualificação do cuidado a pessoas idosas e seus familiares, com foco na ampliação da oferta de cuidadores nos territórios. Não há previsão sobre a data de publicação do edital, ainda em elaboração.

No Estado, a Lei nº 21.155, de 17 de janeiro de 2014, institui a Política Estadual para o Estímulo da Atividade de Cuidador de Idosos, visando incentivar e qualificar a formação desses profissionais em Minas Gerais, colaborar para o fortalecimento da profissão e contribuir para a melhoria da atenção prestada ao idoso.

No final de 2013, a SES firmou uma parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Senac - a fim de ofertar, gratuitamente, mil vagas para a realização de curso para cuidadores de idosos, com duração de 180 horas.

Apesar da demanda pelo serviço, a contratação de cuidadores de idosos pelo Estado encontra algumas dificuldades. Inicialmente, entendemos que a atuação desses profissionais deve ocorrer no âmbito de uma política integral de assistência à pessoa idosa que leve



em conta a articulação intersetorial. Além disso, a falta de regulamentação da profissão dificulta sua inserção formal nas redes de saúde e assistência social.

Lembramos ainda que a criação de um programa como o solicitado deveria avaliar criteriosamente os custos envolvidos e a utilização de modelos de cuidado alternativos. Observamos também que a contratação de profissionais exclusivamente para pessoas de baixa renda contraria o princípio da universalidade das ações e serviços do SUS.

Portanto, outros modelos de assistência deveriam ser considerados, de forma a se aproveitar e desenvolver melhor os recursos mais adequados a cada caso. Uma das modalidades disponíveis é o centro-dia, citado na discussão da Proposta nº 2. Esse equipamento conta com a vantagem de propiciar a socialização do idoso que necessita de auxílio em suas atividades de vida diária sem retirá-lo do ambiente familiar.

Por fim, a oferta de capacitação é fundamental, uma vez que muitos cuidadores atuam sem o devido preparo.

Assim, sugerimos acolher a Proposta nº 5 na forma de requerimento à SES no sentido de manter a parceria com o Senac para a promoção de cursos gratuitos de cuidadores e de ampliar o número de vagas para esses cursos, em alinhamento com a Política Estadual para o Estímulo da Atividade de Cuidador de Idosos.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 2.036/2014 por meio dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 4 de dezembro de 2014.

André Quintão, presidente e relator - Maria Tereza Lara - Duarte Bechir.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 2.036/2014, do Parlamento Jovem de Minas 2014, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências no sentido de promover continuamente a qualificação dos profissionais que atendem a população idosa nos serviços de saúde acerca de temas relacionados com o envelhecimento.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

André Quintão, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 2.036/2014, do Parlamento Jovem de Minas 2014, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social pedido de providências no sentido de estimular e orientar os municípios na utilização do Guia Global das Cidades Amigas do Idoso, da Organização Mundial de Saúde.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

André Quintão, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 2.036/2014, do Parlamento Jovem de Minas 2014, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências no sentido de manter a parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Senac -, com a finalidade de oferecer cursos gratuitos de cuidadores e ampliar o número de vagas para esses cursos.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

André Quintão, presidente.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 2.037/2014

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 2.037/2014, de autoria dos participantes da 11ª edição do Parlamento Jovem Minas 2014 - Envelhecimento e Qualidade de Vida -, contém propostas aprovadas para o Documento Final do evento, no âmbito do subtema 2, "Promoção da Convivência Intergeracional".

Publicada no *Diário do Legislativo* de 12/11/2014, a matéria foi distribuída a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Parlamento Jovem de Minas tem como objetivo estimular a formação política e cidadã de estudantes dos ensinos médio e superior dos municípios mineiros. Para tanto, promove atividades que levam esses jovens a compreender melhor a organização dos Poderes, em especial o Legislativo, e a importância da participação popular no Parlamento.

Lançado em 2004, o projeto é uma iniciativa da Assembleia em parceria com a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas. As primeiras edições do evento foram restritas à Capital e, a partir de 2010, o projeto foi ampliado, passando a contar com a participação das câmaras municipais.

Até 2013, o projeto era desenvolvido em duas etapas: a municipal, com atividades de formação, debates e proposições apresentadas pelos jovens nos parlamentos municipais; e a estadual, na ALMG, com o debate e a votação das propostas aprovadas em cada município. Em 2014, o projeto ganhou a etapa regional, intermediária entre a municipal e a estadual. Nessa etapa, os municípios do polo discutem as propostas da etapa municipal, que são consolidadas em um documento que representa o interesse da região.

Ao fim da etapa regional, o documento final do Parlamento Jovem Minas é aprovado e entregue à Comissão de Participação Popular para emissão de parecer e encaminhamento das matérias aprovadas.

Em 2014, o tema central do projeto foi Envelhecimento e Qualidade de Vida. Para fins de debate, esse tema foi dividido em três subtemas: “Direito ao envelhecimento com qualidade de vida”, “Promoção da convivência intergeracional” e “Protagonismo social e político”.

A seguir, são apresentadas as análises das propostas aprovadas para o subtema 2, “Promoção da convivência intergeracional” (Propostas nºs 6 a 11).

A Proposta nº 6 sugere a capacitação dos professores dos ensinos infantil, fundamental e médio para que trabalhem transversalmente o tema envelhecimento e elaborem projetos voltados aos direitos dos idosos e ao incentivo à interação entre eles e a comunidade, promovendo a convivência intergeracional.

No mesmo sentido da segunda parte da Proposta nº 6, a Proposta nº 8 sugere a criação, nas escolas da rede municipal e estadual, do Projeto Conviver, com objetivo de criar espaços de encontro e diálogo entre jovens e idosos, promovendo uma mudança na imagem negativa que se tem do envelhecimento, por meio de atividades recreativas e socioculturais.

O relacionamento intergeracional tem sido reconhecido como a forma mais eficiente para formar percepções positivas sobre a velhice. A convivência pode ser um meio para amenizar os preconceitos, diminuir conflitos entre as gerações, proporcionar consciência histórica de passado, presente e futuro e, principalmente, compartilhar a diversidade cultural de valores e estilos de vida.

Além de favorecer a qualidade de vida dos idosos, a convivência intergeracional contribui para a superação da segregação etária, colaborando, também, para a melhoria da qualidade de vida de crianças e adolescentes, numa relação mútua de benefícios, contribuindo, inclusive, para o alcance de outras finalidades relacionadas com a minimização de problemas sociais, como, por exemplo, o uso de drogas e a violência juvenil.

Nesse contexto, as escolas se destacam por constituírem um possível espaço privilegiado para os programas intergeracionais.

Dada a importância do tema, entendemos que as Propostas nºs 6 e 8 devam ser acolhidas na forma de requerimento à Secretaria de Estado de Educação solicitando a avaliação da possibilidade de se criar incentivo às escolas da rede pública para o desenvolvimento de programas de convivência intergeracional, envolvendo crianças, adolescentes, comunidade escolar e idoso, bem como a inclusão da temática do envelhecimento no programa de capacitação dos professores da rede pública.

A Proposta nº 7 sugere a criação de centro de convivência que funcione como espaço de encontro entre jovens e idosos e a oferta de cursos e palestras que envolvam lazer, arte, música e oficinas.

No âmbito da política de assistência social, a proteção social básica ao idoso é assegurada pelo serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, que tem como foco o desenvolvimento de atividades que contribuem para o envelhecimento saudável, para a autonomia e a sociabilidade, além do fortalecimento dos vínculos familiares, do convívio comunitário e da prevenção de riscos sociais. Nesse serviço, as experimentações artísticas e culturais, esportivas e de lazer e a valorização das experiências de vida se constituem em formas privilegiadas de expressão. É um serviço oferecido pelo Centro de Referência de Assistência Social - Cras -, ou pelos centros de convivência de idosos referenciados nos Cras. São serviços ofertados sob a gestão do município.

O Cras está presente em todos os municípios mineiros. De acordo com dados do MDS, 678 municípios do Estado oferecem o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos. Esses dados sugerem que há no Estado uma cobertura relativamente grande dos serviços de convivência, não havendo necessidade de criação de novos centros.

Entendemos, contudo, que há espaço para ampliar e qualificar o atendimento dispensado ao idoso, especificamente no que se refere à convivência intergeracional. As relações intergeracionais permitem a transformação e a reconstrução da tradição no espaço dos grupos sociais. A troca de saberes entre gerações possibilita a vivência de diversos modos de pensar, de agir e de sentir e, assim, a renovação das opiniões e das visões acerca do mundo e das pessoas.

Diante disso, sugerimos o acolhimento da Proposta nº 7 na forma de requerimento à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social solicitando providências no sentido de ampliar e aprimorar o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para idosos e de orientar os municípios para que incluam atividades intergeracionais nesse serviço.

A Proposta nº 9 sugere a criação, pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais, da Caravana da Terceira Idade, em parceria com escolas dos Legislativos municipais e escolas da rede pública, com o objetivo de oferecer informações de utilidade pública para os idosos, tais como conhecimento da previdência social e do estatuto do idoso; além de desenvolver atividades culturais e prestar auxílio à saúde.

No mesmo sentido, a Proposta nº 11 sugere que as câmaras municipais realizem encontros entre gerações, com o objetivo de dinamizar diálogos, e atividades musicais, com o fim de recreação sociocultural, em parceria com escolas da rede pública, dando autonomia às escolas.

Há que se esclarecer que o Legislativo tem importante papel em relação às políticas públicas, porém esse papel não se confunde com a oferta direta de serviços. A produção de legislação que estabelece diretrizes para as políticas e que institui direitos; a aprovação do planejamento e do orçamento e o acompanhamento da execução das políticas públicas estão entre as principais atribuições do Parlamento. Ou seja, a oferta de atividades como as sugeridas pela proposta em análise não se insere entre as atribuições do Legislativo.

As Propostas nºs 9 e 11 têm a finalidade de ampliar as informações para os idosos e disponibilizar serviços culturais ou sociais que podem ser ofertados por outros órgãos, como escolas (Propostas nºs 6 e 8), equipamentos da assistência social (Proposta nº 8), ou



centros de cultura. Entendemos, assim, que o objetivo dessas propostas pode ser alcançado sem que seja necessária a criação de programas específicos pelos Legislativos municipais ou estadual. Opinamos, portanto, pelo não acolhimento dessas propostas.

A Proposta nº 10 sugere a ampliação dos programas de extensão universitária já existentes, de forma que os alunos se dirijam a residências e instituições de longa permanência para prestar atendimento aos idosos, acompanhados por um profissional formado, priorizando as áreas de geriatria, psicologia, odontologia, nutrição e fisioterapia, visando promover a qualidade de vida e a convivência entre gerações.

A extensão universitária ou acadêmica é uma ação da universidade, desenvolvida com a comunidade, que disponibiliza ao público externo o conhecimento adquirido com o ensino e as pesquisas desenvolvidos. Essa ação produz um novo conhecimento a ser trabalhado e articulado.

Conforme as normas vigentes, cada universidade tem autonomia para organizar os programas de extensão que serão oferecidos a seus alunos, contando os alunos, em todas elas, com a supervisão de um professor para orientá-los. As universidades com cursos na área da saúde oferecem, de forma geral, programas de extensão para que os futuros profissionais de saúde possam ter uma experiência prática que consolide sua formação. Entretanto, muitas vezes não há foco específico na atenção ao idoso.

Considerando a importância do tema trazido pela Proposta nº 10, opinamos por seu acolhimento na forma de requerimento à Universidade do Estado de Minas Gerais - Uemg - e à Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes - solicitando que seja dada ênfase às especificidades do atendimento ao idoso nos programas de extensão universitária dos cursos da área de saúde.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 2.037/2014 na forma dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 4 de dezembro de 2014.

André Quintão, presidente e relator - Bosco - Maria Tereza Lara.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 2.037/2014, do Parlamento Jovem de Minas 2014, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providência no sentido de avaliar a possibilidade de criação de incentivo às escolas da rede pública para o desenvolvimento de programas de convivência intergeracional, envolvendo crianças, adolescentes, comunidade escolar e idosos, bem como a inclusão, no programa de capacitação dos professores da rede pública, da temática do envelhecimento.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

André Quintão, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 2.037/2014, do Parlamento Jovem de Minas 2014, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social pedido de providência no sentido de ampliar e aprimorar o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para idosos e de orientar os municípios para que incluam atividades intergeracionais nesse serviço.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

André Quintão, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 2.037/2014, do Parlamento Jovem de Minas 2014, requer a V. Exa., nos termos regimentais, sejam encaminhados à Universidade do Estado de Minas Gerais - Uemg - e à Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes - pedidos de providências no sentido de enfatizar as especificidades do atendimento ao idoso nos programas de extensão universitária dos cursos da área de saúde.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

André Quintão, presidente.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 2.038/2014

Comissão de Participação Popular

Relatório

A proposta de ação legislativa em epígrafe, proveniente do Parlamento Jovem Minas 2014, contém as propostas relativas ao subtema 3 - Protagonismo Social e Político -, recebidas na Reunião Plenária Final do Parlamento Jovem Edição 2014, do dia 31/10/2014, cujo tema geral foi "Envelhecimento e qualidade de vida".

Publicada no *Diário do Legislativo* de 12/11/2014, a matéria foi distribuída a esta comissão para receber parecer, em cumprimento ao disposto no art. 102, XVI, "a", combinado com o art. 289 do Regimento Interno.

Fundamentação

O Parlamento Jovem Minas é um projeto desenvolvido e coordenado pela ALMG, por meio da Escola do Legislativo, e pela PUC Minas, por meio do Instituto de Ciências Sociais e Pró-Reitoria de Extensão, em parceria com câmaras municipais de diferentes



regiões do Estado. O projeto tem como objetivo estimular a formação política e cidadã de estudantes dos ensinos médio e superior dos municípios mineiros. Para tanto, promove atividades que levam esses jovens a compreender melhor a organização dos Poderes, em especial o Legislativo, e a importância da participação popular no Parlamento. A cada ano, um tema de relevância social e de interesse dos jovens é abordado por meio de diversas atividades de estudo, debates e deliberação.

As primeiras edições do evento foram restritas à capital, com exceção de 2006, quando o projeto chegou também aos Municípios de Arcos e Pains, e, a partir de 2010, foi estadualizado, passando a contar com a participação das câmaras municipais. Nesse período, até 2013, o projeto se desenvolveu em duas etapas: a etapa municipal, com atividades de formação, debates e proposições apresentadas pelos jovens nos parlamentos municipais, e a etapa estadual, na ALMG, com o debate e a votação das propostas aprovadas em cada município por representantes dessas localidades. Em 2014, o projeto ganhou a etapa regional, intermediária entre a municipal e a estadual, na qual os municípios do polo discutem as propostas da etapa municipal, consolidadas num documento que representa o interesse do polo e não de municípios isolados.

Na etapa municipal, as câmaras são responsáveis pela mobilização dos estudantes do município, pela capacitação dos alunos do ensino médio, com assessoria à distância de técnicos da ALMG e da PUC Minas e elaboração do documento com propostas sobre o tema central, as quais são discutidas e votadas em reuniões no plenário da câmara municipal. A etapa regional consolida as contribuições dos municípios e posteriormente, os documentos aprovados em cada polo regional são consolidados pela ALMG em um só texto, o qual será o documento-base para a etapa estadual, que acontece na capital com a presença de representantes de todos os municípios participantes. Nessa etapa, os estudantes são divididos em grupos de trabalho para uma discussão preliminar sobre o documento-base. Na sequência, todos os participantes são reunidos no Plenário da ALMG para apreciação, discussão e votação das propostas de ação do poder público e de aperfeiçoamento da legislação existente, de acordo com o documento-base. Por fim, o documento final do Parlamento Jovem Minas é aprovado e entregue à Comissão de Participação Popular para emissão de parecer e devido encaminhamento.

Em 2014, em sua 11ª edição, o tema central do Parlamento Jovem Minas foi “Envelhecimento e qualidade de vida”, com três subtemas: “Direito ao envelhecimento com qualidade de vida”; “Promoção da convivência intergeracional”; e “Protagonismo social e político”. O objetivo era levar o jovem a compreender o envelhecimento com qualidade como um fenômeno complexo que envolve aspectos culturais, ambientais e naturais.

A Proposta de Ação Legislativa nº 2.038/2014, trata das propostas relativas ao subtema 3: “Protagonismo social e político”.

Subtema 3 - “Protagonismo social e político”

A Plenária Final do Parlamento Jovem 2014 deu origem a 15 propostas, distribuídas entre os 3 subtemas. A Proposta de Ação Legislativa nº 2.038/2014, trata das propostas de número 12 a 15, relativas ao subtema 3: “Protagonismo social e político”.

A Proposta nº 12, sugere a criação de projetos em parceria com as câmaras municipais que visem a participação dos idosos como protagonistas, com espaço para que eles analisem, debatam e sugiram propostas de leis sobre programas governamentais voltados a eles.

A proposta em pauta está de acordo com a Lei Federal nº 8.842, de 1994, que dispõe sobre a política nacional do idoso, e tem como um dos seus princípios o dever da família, da sociedade e do Estado de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida, não devendo o idoso sofrer discriminação de nenhuma natureza. A política nacional dispõe também, em seu art. 3º, inciso IV, que “o idoso deve ser o principal agente e o destinatário das transformações a serem efetivadas através desta política”. O mesmo é corroborado na Lei Federal nº 10.741, de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Conforme disposto no art. 10 do Estatuto do Idoso, “É obrigação do Estado e da sociedade assegurar à pessoa idosa a liberdade, o respeito e a dignidade, como pessoa humana e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais, garantidos na Constituição e nas leis”. Atente-se ainda que o § 1º, incisos V e VI desse dispositivo, estabelece que o direito à liberdade compreende, entre outros aspectos, a participação na vida familiar e comunitária e a participação na vida política, na forma da lei.

O direito à participação na vida comunitária e política é, portanto, um direito facultado ao idoso e um dever do Estado e da sociedade, a quem cabe assegurar, em primeiro lugar, que não haja óbices a esta participação e, em segundo lugar, que haja oportunidades para tal.

Devemos considerar, ainda, que é uma tendência atual nas diversas políticas públicas viabilizar a participação dos cidadãos nas diversas etapas que compõem o ciclo de políticas públicas, de forma que o cidadão é chamado a definir os problemas a serem incorporados na agenda pública, a formular propostas em espaços de deliberação, como conselhos e conferências, a indicar alternativas e até contribuir na implementação dessas políticas, além, também, de participar de seu monitoramento e de sua avaliação. Nada mais justo e em harmonia com a legislação atual que a participação dos idosos no ciclo das políticas públicas que o afetam.

Devemos ainda assinalar que está previsto na legislação e já implantados em diversos municípios os Conselhos do Idoso para realizar o controle social das políticas para idosos. Mas diversos artigos sobre o tema apontam as dificuldades em se viabilizar a participação dos idosos nesses conselhos, o que ocorre mediante representação e nem todos os municípios os implantaram. Outro espaço específico para idosos são os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Idosos, previstos na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Entretanto, nem sempre esses serviços incluem discussões das políticas públicas que os afetam, assumindo antes um caráter recreativo.

A sugestão popular apresentada é dirigida ao Legislativo Estadual. Consideramos que a proposta deve ser acolhida na forma de requerimento para envio de ofício à Escola do Legislativo da ALMG, solicitando que seja promovida ou incentivada a criação de projetos, junto às escolas das Câmaras Municipais, que visem a participação dos idosos como protagonistas políticos.

A Proposta nº 13 requer a ampliação do Programa Observatório Estadual do Idoso, para sua implantação em todos os municípios do Estado de Minas Gerais, para acompanhar, em conjunto os conselhos municipais que tratam de assuntos comuns aos idosos, de maneira a garantir oportunidades, políticas públicas e cumprimento da legislação.



Em primeiro lugar, cumpre-nos entender qual a natureza de um observatório de políticas públicas. Embora sem uma definição única, diversos observatórios de políticas públicas têm sido implantados nos últimos anos, seja por instituições de pesquisa, pelo próprio setor público ou pela sociedade civil organizada. Vamos adotar, aqui, a definição proposta pelo Observatório do Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Sesi/Senai/IEL), segundo o qual, "um Observatório é um dispositivo de observação criado por organismos, para acompanhar a evolução de um fenômeno, de um domínio ou de um tema estratégico, no tempo e no espaço. Na origem de um observatório deve existir uma problemática que possa ser traduzida sob a forma de objetivos, que permitam definir indicadores, cujo cálculo necessita a integração de dados e permita a realização de sínteses". Em um apanhado geral de diversos observatórios, os objetivos compreendem: acompanhamento, análise e debate sobre um conjunto de políticas públicas e programas governamentais; realização de estudos específicos e publicação; promoção de eventos (debates, *workshops* e seminários especializados) e sistematização de notícias da grande imprensa sobre os temas abordados; geração, manutenção, organização e disseminação de informações e indicadores sobre determinadas políticas públicas; monitoramento, avaliação e assessoramento de políticas públicas para gestores públicos e organizações da sociedade civil; documentação e resgate das melhorias conquistadas na administração pública; formação continuada e assessoramento de lideranças nos Conselhos de Gestão de Políticas Públicas e Conselhos de Políticas Setoriais, nas organizações da sociedade civil e nos fóruns de políticas públicas; conhecimento da realidade e das demandas locais e construção de indicadores que sejam capazes de qualificar a gestão local.

Algumas cidades, principalmente de grande porte ou capitais, já criaram seus próprios observatórios, como ocorre em Belo Horizonte, com o Observatório dos Objetivos do Milênio. Outros observatórios são temáticos, como é o caso do Observatório Social do Brasil, mantido por várias instituições parceiras, o Observatório de Favelas, que se tornou uma ONG, e o Observatório da Educação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Não se pode deixar de citar também o Observatório Nacional da Pessoa Idosa, iniciativa da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, em parceria com o Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli, da Escola Nacional de Saúde Pública - Fundação Oswaldo Cruz, que desenvolve diversas atividades de atenção aos idosos em situação de violência. Por fim, cabe citar também a implantação do Observatório Mineiro da Pessoa Idosa, uma iniciativa da Assembleia de Minas em parceria com a PUC Minas, com o objetivo de construir e disseminar conhecimento sobre a população idosa de Minas Gerais e que tem, entre suas principais realizações, a criação de um índice capaz de avaliar as condições de vida dos idosos em Minas Gerais.

Considerando a natureza de um observatório de políticas públicas, concluímos ser louvável a atuação de observatórios de políticas públicas, o que pode em muito contribuir para avanços na gestão das políticas públicas, particularmente na temática da população idosa, uma vez que os indicadores demográficos apontam um aumento na proporção de idosos em relação à população brasileira, nos próximos anos.

Contudo, o que se sugere na proposta é a ampliação do Programa Observatório Estadual do Idoso, para sua implantação em todos os municípios do Estado. Ocorre que no projeto de lei de revisão do PPAG 2012-2015 para o exercício 2015, não há previsão desse programa por parte do Poder Executivo Estadual. O órgão estadual que cumpre funções similares às descritas para um observatório é a Coordenadoria Especial de Políticas para o Idoso - Cepid -, que tem atribuições, entre outras, de: acompanhar e subsidiar a edição e implementação de leis; contribuir na formulação da política; apoiar tecnicamente os municípios; contribuir para a avaliação de execução dos programas, projetos e ações; manter permanente intercâmbio com entidades governamentais e não governamentais nacionais e internacionais, visando o aperfeiçoamento e a atualização do conhecimento nessa área; auxiliar na formulação, na implementação e na articulação de políticas públicas; promover a divulgação de informações; avaliar os resultados das ações executadas e seu impacto nas condições de vida das pessoas idosas.

Uma forma de acolher a sugestão é, portanto, fortalecer a Cepid, para que potencialize a execução de suas funções. Uma estratégia para isso é o estabelecimento de parcerias com instituições de ensino e pesquisa para a realização de estudos sobre o tema, realização de diagnósticos municipais e avaliações de impactos das políticas para idosos nos municípios mineiros.

Outra forma de acolhimento seria mediante a atuação do Observatório Mineiro da Pessoa Idosa, que poderia incluir, entre seus objetivos, o apoio técnico para subsidiar estudos sobre a temática nos municípios.

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta nº 13 na forma de requerimento para envio de ofício à Cepid, para que estabeleça parcerias e fomenta, junto a instituições de ensino e pesquisa de Minas Gerais, a realização de estudos sobre a temática do envelhecimento populacional, a realização de diagnósticos municipais quanto a condições de vida dos idosos, a oferta de apoio técnico aos municípios para o estudo sobre as condições de vida da população idosa em âmbito local e realização de avaliações de impactos das políticas para idosos nos municípios mineiros. Sugerimos também o envio de requerimento à presidência da Casa, solicitando que, na renovação do contrato entre a Assembleia e a PUC Minas, para manutenção do Observatório Mineiro da Pessoa Idosa, seja incluído entre seus objetivos o apoio técnico aos municípios para subsidiar estudos sobre a temática do envelhecimento populacional e avaliação das políticas públicas voltadas para esse segmento.

A Proposta nº 14 solicita a isenção ou a dedução de impostos a empresas com determinada porcentagem de empregados idosos, com o intuito de incentivar sua contratação e desencorajar sua demissão além de torná-los indivíduos mais ativos e produtivos para a sociedade.

No que diz respeito ao mérito da proposta, cabe dizer que ela vem ao encontro do que está estabelecido no Estatuto do Idoso, notadamente em seu capítulo VI, que busca assegurar o direito à profissionalização e ao trabalho. O art. 28, inciso III, do Estatuto dispõe que:

“Art. 28 - O Poder Público criará e estimulará programas de:

(...)

III - estímulo às empresas privadas para admissão de idosos ao trabalho”.



A matéria referente a isenções ou deduções fiscais exige atenção às normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Conforme estabelecido na Lei Complementar Federal nº 101, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, em seu art. 14, incisos I e II e § 1º:

“Art. 14 - A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no *caput*, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º - A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado”.

A proposta em pauta exige, portanto, avaliações de impactos econômicos e estabelecimento de medidas compensatórias que imponham análise prévia do Poder Executivo Estadual para que seja feita de forma responsável e exequível.

Isso posto, sugerimos o acolhimento da Proposta nº 14 por meio de requerimento para envio de ofício à Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais, solicitando a realização dos estudos e avaliações de impacto exigidos pela Lei Complementar Federal nº 101 - Lei de Responsabilidade Fiscal -, para a isenção ou dedução de impostos a empresas que contratem empregados idosos.

A Proposta nº 15 demanda a criação, pelo governo estadual, do Programa Idoso Mais Digital, para oferecimento de cursos de informática aos idosos nas instituições que dispõem dos referidos cursos. A sugestão, portanto, é de que a ação seja realizada por meio de parceria com as instituições do terceiro setor.

Estudos do Instituto de Geriatria e Gerontologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul apontam os benefícios da inclusão digital para os idosos, afirmando que “a tecnologia dá aos idosos a oportunidade de educação continuada e a distância, estimulação mental e bem-estar, colocando-os em contato com parentes e amigos, reduzindo o isolamento e auxiliando na reconstrução de sua identidade como cidadão do mundo”. Concluímos, assim, ser importante a inclusão digital dos idosos, conforme solicitado na proposta, e entendemos que ela pode ser atendida no âmbito do Projeto de Lei nº 5.496/2014, que trata da revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2012-2015 - para o exercício de 2015. Conforme estabelecido no PPAG, a Rede de Ciência, Tecnologia e Inovação tem como um de seus objetivos estratégicos “Fortalecer a Cidadania Digital” e, nessa rede, a Ação 1391 - Operacionalização de CVTS e Telecentros, tem por finalidade “garantir a funcionalidade da rede de centros vocacionais tecnológicos, telecentros, CIS, Apaes, CFCS e Uaitecs, com foco na disseminação do conhecimento, buscando a construção de parcerias com vistas à atualização tecnológica, e assegurando a continuidade dos objetivos do programa e sua ampliação por meio da oferta de vagas de educação a distância no ensino superior, inclusive o tecnólogo”.

Portanto, sugerimos o acolhimento da Proposta nº 15, mediante requerimento para envio de ofício à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, solicitando a garantia da inclusão do público de idosos nos cursos de capacitação voltados para a inclusão digital realizados nas redes de centros vocacionais tecnológicos e telecentros.

Em síntese, opinamos pelos seguintes encaminhamentos para as propostas provenientes do Parlamento Jovem Minas 2014: Proposta nº 12 - acolhimento na forma de requerimento para envio de ofício à Escola do Legislativo solicitando que seja promovida ou incentivada a criação de projetos, junto às Escolas das Câmaras Municipais, que visem a participação dos idosos como protagonistas políticos; Proposta nº 13 - acolhimento na forma de dois requerimentos: 1) solicitando envio de ofício à Coordenadoria Especial de Políticas para o Idoso - Cepid - para que estabeleça parcerias e fomento, junto a instituições de ensino e pesquisa de Minas Gerais, a realização de estudos sobre a temática do envelhecimento populacional, a realização de diagnósticos municipais quanto a condições de vida dos idosos, a oferta de apoio técnico aos municípios para o estudo sobre as condições de vida da população idosa em âmbito local e realização de avaliações de impactos das políticas para idosos nos municípios mineiros; e 2) solicitando que, na renovação do contrato entre a Assembleia e a PUC Minas para manutenção do Observatório Mineiro da Pessoa Idosa, seja incluído entre seus objetivos o apoio técnico aos municípios para subsidiar estudos sobre a temática do envelhecimento populacional e avaliação das políticas públicas voltadas para esse segmento; Proposta nº 14 - acolhimento na forma de requerimento para envio de ofício à Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais, solicitando a realização dos estudos e avaliações de impacto exigidos pela Lei Complementar Federal nº 101, - Lei de Responsabilidade Fiscal -, para a isenção ou dedução de impostos a empresas que contratem empregados idosos; Proposta nº 15 - acolhimento na forma de requerimento para envio de ofício à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, solicitando a garantia da inclusão do público de idosos nos cursos de capacitação voltados para a inclusão digital.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 2.038/2014 na forma dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 4 de dezembro de 2014.

André Quintão, presidente - Duarte Bechir, relator - Maria Tereza Lara.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 2.038/2014, requer a V. Exa., nos termos regimentais, o envio de ofício à Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa de Minas Gerais para que fomenta , junto às Escolas



das Câmaras Municipais, o desenvolvimento de projetos que visem incentivar a participação dos idosos como protagonistas políticos, conforme Proposta nº 12, do Subtema 3 - "Protagonismo social e político", recebidas na Reunião Plenária Final do Parlamento Jovem Edição 2014, do dia 31/10/2014, cujo tema geral foi "Envelhecimento e Qualidade de Vida".

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

André Quintão, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 2.038/2014, requer a V. Exa., nos termos regimentais, o envio de ofício à Coordenadoria Especial de Políticas para o Idoso - Cepid -, para que estabeleça parcerias e fomento, junto a instituições de ensino e pesquisa de Minas Gerais, a realização de estudos sobre a temática do envelhecimento populacional, a realização de diagnósticos municipais quanto a condições de vida dos idosos, a oferta de apoio técnico aos municípios para o estudo sobre as condições de vida da população idosa em âmbito local e a realização de avaliações de impactos das políticas para idosos nos municípios mineiros, conforme Proposta nº 13, do Subtema 3 - "Protagonismo social e político", recebidas na Reunião Plenária Final do Parlamento Jovem Edição 2014, do dia 31/10/2014, cujo tema geral foi "Envelhecimento e Qualidade de Vida".

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

André Quintão, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 2.038/2014, requer a V. Exa., nos termos regimentais, que, na renovação do contrato entre a Assembleia e a PUC Minas para manutenção do Observatório Mineiro da Pessoa Idosa, seja incluído entre seus objetivos o apoio técnico aos municípios para subsidiar estudos sobre a temática do envelhecimento populacional e a avaliação das políticas públicas municipais voltadas para esse segmento, conforme Proposta nº 13, do Subtema 3 - "Protagonismo social e político", recebidas na Reunião Plenária Final do Parlamento Jovem Edição 2014, do dia 31/10/2014, cujo tema geral foi "Envelhecimento e Qualidade de Vida".

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

André Quintão, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 2.038/2014, requer a V. Exa., nos termos regimentais, o envio de ofício à Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais, pedindo providências para a realização dos estudos e avaliações de impacto exigidos pela Lei Complementar Federal nº 101, - Lei de Responsabilidade Fiscal -, visando a isenção ou dedução de impostos a empresas que contratem empregados idosos, conforme Proposta nº 14, do Subtema 3 - "Protagonismo social e político", recebidas na Reunião Plenária Final do Parlamento Jovem Edição 2014, do dia 31/10/2014, cujo tema geral foi "Envelhecimento e Qualidade de Vida".

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

André Quintão, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 2.038/2014, requer a V. Exa., nos termos regimentais, o envio de ofício à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, solicitando a garantia da inclusão do público de idosos nos cursos de capacitação voltados para a inclusão digital, conforme proposta nº 15, do Subtema 3 - "Protagonismo social e político", recebidas na Reunião Plenária Final do Parlamento Jovem Edição 2014, do dia 31/10/2014, cujo tema geral foi "Envelhecimento e Qualidade de Vida".

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

André Quintão, presidente.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 2.054/2014

Comissão de Participação Popular Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 2.054/2014, de Cleonice Maria da Silva Braz, da Associação da Escola Família Agroecológica de Araçuaí - Aefaaaraçuaí -, e outros, sugere alteração da Ação 4514 - Apoio à Cultura Popular e Imaterial -, da proposta de revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2012-2015 para o exercício 2015, para incluir as regiões Jequitinhonha/Mucuri, Rio Doce, Central, Sul de Minas e Norte de Minas.

A proposta é resultante da aglutinação de sugestões apresentadas em audiências públicas realizadas de 4 a 7/11/2014, em Belo Horizonte, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 5.496/2014, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2012-2015 para o exercício de 2015.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 27/11/2014, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposta em epígrafe incorpora sugestão de apoio à realização de festas tradicionais indígenas das comunidades ou aldeamentos existentes no Estado.

Embora a devastação ocasionada pela colonização tenha conferido às populações indígenas um destino trágico comum, e isso se reflita no quantitativo de indivíduos e etnias atualmente identificados no Estado, os grupos indígenas têm origens as mais diversas. Em respeito aos processos culturais particulares a cada etnia e para preservar tal diversidade e promover a valorização das culturas indígenas em Minas Gerais, é importante que as políticas públicas incorporem esses grupos nas ações e programas voltados para a promoção do patrimônio cultural mineiro.

Por conseguinte, apresentamos emenda que acrescenta R\$ 195.000,00 na Ação 4514 - Apoio à Cultura Popular e Imaterial -, criando regionalização estadual, para a realização das festas tradicionais dos principais agrupamentos populacionais de cada uma das etnias identificadas no Estado.

Dessa forma, opinamos pelo acolhimento da proposta em análise na forma de emendas ao Projeto de Lei nº 5.496/2014, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2012-2015 para o exercício de 2015, e ao Projeto de Lei nº 5.497/2014, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2015

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 2.054/2014 na forma das emendas aos Projetos de Lei nºs 5.496/2014 e 5.497/2014 anexas.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2014.

Maria Tereza Lara, presidente e relatora - Fred Costa - Fabiano Tolentino.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 5.496/2014

Programa: 131 - PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Ação: 4514 - APOIO À CULTURA POPULAR E IMATERIAL

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2015	Financeiras 2015
Central	103	608.000,00
Estadual	13	195.000,00

Cancelamento Compensatório:

Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 195.000,00

Justificativa: Aporte de R\$15.000,00 para apoio a cada uma das festas tradicionais indígenas (três realizadas em aldeias pataxós, quatro em aldeias maxacalis, uma em aldeia krenak, uma em aldeia caxixó, uma em aldeia pancararu, uma em aldeia xucuru, uma em aldeia mucurin e uma em aldeia xacriabá).

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 5.497/2014

Emenda nº

Acréscimo:

UO beneficiada: 1271 - Secretaria de Estado de Cultura

Ação: Apoio à Cultura Popular e Imaterial - Aporte de R\$ 15.000,00 para apoio a cada uma das festas tradicionais indígenas (três realizadas em aldeias pataxós, quatro em aldeias maxacalis, uma em aldeia krenak, uma em aldeia caxixó, uma em aldeia pancararu, uma em aldeia xucuru, uma em aldeia mucurin e uma em aldeia xacriabá).

Objeto do gasto: Específico

Categoria Econômica: DESPESAS CORRENTES Valor: R\$195.000,00

Dedução:

UO deduzida: 1991 - Reserva de Contingência

Ação: Reserva de Contingência

Categoria Econômica: A CLASSIFICAR Valor: R\$195.000,00

**PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 2.059/2014****Comissão de Participação Popular
Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 2.059/2014, de autoria de Thiago Alves da Silva Costa, do Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual - Cellos -, e outros, sugere alteração no âmbito da Rede de Desenvolvimento Social e Proteção na proposta de revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2012-2015 para o exercício de 2015, para incluir ações que assegurem e promovam os direitos do segmento LGBT, nas áreas de direitos humanos, assistência social, inclusão produtiva, enfrentamento à violência homofóbica e acesso à justiça.

A proposta é resultante da aglutinação de sugestões apresentadas em audiências públicas realizadas de 4 a 7/11/2014, em Belo Horizonte, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 5.496/2014, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2012-2015 para o exercício de 2015.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 27/11/2014, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposta em análise decorre da aglutinação de várias sugestões coletadas no processo de revisão do PPAG 2012-2015 para o exercício de 2015, as quais buscam, conforme já mencionado, assegurar e promover os direitos do segmento LGBT no Estado. Dentre as sugestões apresentadas, podem ser citadas demandas como: promover a inclusão social e produtiva da população travesti e transgênero; realizar campanhas publicitárias contra a violência praticada em face da população LGBT; apoiar financeira e materialmente eventos e atividades de afirmação LGBT, com o fomento às políticas de assistência social, direitos humanos e trabalho e emprego; elaborar plano de combate à discriminação contra LGBT - Minas sem Homofobia; implementar plano de segurança voltado para a população LGBT a fim de diminuir a criminalidade e a violência que atingem esse grupo específico; e garantir o uso do nome social e o respeito à identidade de gênero para adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio fechado.

O combate à discriminação contra o segmento LGBT e a defesa de seus direitos devem ser compreendidos não sob o equivocado prisma da criação de novos direitos, mas sim sob a correta ótica da aplicação dos direitos humanos a todos, indiscriminadamente. Trata-se da aceitação dos princípios fundamentais sobre os quais todos os direitos humanos estão assentados: a igualdade de valores e a igualdade de dignidade de todos os seres humanos.

No Brasil, avanços quanto ao reconhecimento e à defesa dos direitos LGBT concretizaram-se em particular após a promulgação da Constituição da República de 1988. Alguns marcos merecem ser lembrados, como a criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais; o Programa Brasil sem Homofobia; e o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais; além da realização e fortalecimento das conferências nacionais e estaduais.

Em Minas Gerais, no âmbito da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social - Sedese -, foi criada a Coordenadoria Especial de Políticas de Diversidade Sexual - Cods -, com a finalidade de realizar atendimentos e prestar orientação a esse público. Também são atribuições da coordenadoria promover a proteção do segmento LGBT, e trabalhar pelo enfrentamento da violência física e da discriminação. As atividades da Cods envolvem, entre outras ações, capacitação profissional de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros; fomento da elaboração de políticas públicas de promoção de direitos e proteção social a essa parcela da população; sensibilização da sociedade em geral para a causa da diversidade sexual, bem como capacitação de profissionais da segurança pública.

Diante dessas considerações, a proposição em comento apresenta relevância e oportunidade, tendo em vista que direciona-se ao encontro das diretrizes da política e ecoa as reivindicações diuturnamente apresentadas pelo segmento LGBT, historicamente vulnerável e gravemente cerceado no exercício de direitos fundamentais.

Opinamos, dessa forma, pelo acolhimento da proposta em análise na forma de emenda ao Projeto de Lei nº 5.496/2014, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2012-2015 para o exercício de 2015, incluindo nova ação no âmbito do Programa 162 - Desenvolvimento das Políticas de Direitos Humanos -, intitulada "Promoção dos Direitos da População LGBT", e de requerimentos para envio de ofícios à Sedese, solicitando providências para priorizar a execução de projetos direcionados ao público LGBT; bem como à Secretaria de Estado de Defesa Social, à Polícia Civil e Polícia Militar, solicitando providências visando a implementação de medidas de prevenção à violência praticada em face do público LGBT.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 2.059/2014 na forma da emenda ao Projeto de Lei nº 5.496/2014 e dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2014.

Maria Tereza Lara, presidente e relatora - Fred Costa - Fabiano Tolentino.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 5.496/2014

Programa: 162 - DESENVOLVIMENTO DAS POLITICAS DE DIREITOS HUMANOS

Ação: - Promoção dos Direitos da População LGBT

Unidade Orçamentária: 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Finalidade: Elaborar plano de afirmação do segmento LGBT, visando a garantia e a promoção dos seus direitos, incluindo planejamento direcionado ao enfrentamento da violência e da discriminação contra essa população no Estado.

Produto: PLANO ELABORADO



Unidade de medida: PLANO
Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2015	Financeiras 2015
Estadual	1	200.000,00

Cancelamento Compensatório:
Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA
Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA
Valor (R\$): 200.000,00

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 2.059/2014, apresentada por Thiago Alves da Silva Costa, do Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual - Cellos -, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências à Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social para priorizar a implementação e o fortalecimento de ações específicas voltadas para o público LGBT no Estado, incluindo: realizar campanhas publicitárias contra a discriminação e a violência praticada em face da população LGBT; promover e apoiar eventos e atividades de afirmação cultural LGBT; fomentar o trabalho de entidades não governamentais atuantes na área; e capacitar profissionais da saúde e da assistência social, gestores e demais agentes sociais interessados no tema, de modo a aprimorar a atenção e aperfeiçoar os serviços prestados ao público LGBT na execução das políticas.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

André Quintão, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 2.059/2014, apresentada por Thiago Alves da Silva Costa, do Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual - Cellos -, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências à Secretaria de Defesa Social para implementar medidas capazes de garantir o uso do nome social e o respeito à identidade de gênero para os adolescentes em conflito com a lei em cumprimento de medidas socioeducativas em meio fechado e semiaberto e os acautelados do sistema prisional, que se reconhecem como travestis, homens e mulheres transexuais.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

André Quintão, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 2.059/2014, apresentada por Thiago Alves da Silva Costa, do Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual - Cellos -, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências à Secretaria de Defesa Social para implementar ações específicas de prevenção à violência voltadas para a população LGBT, especialmente para travestis, homens e mulheres transexuais, com o intuito de diminuir a criminalidade e violência praticada contra esse segmento.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

André Quintão, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 2.059/2014, apresentada por Thiago Alves da Silva Costa, do Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual - Cellos -, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências à Polícia Civil para implementar ações específicas de prevenção à violência voltadas para a população LGBT, especialmente para travestis, homens e mulheres transexuais, com o intuito de diminuir a criminalidade e violência praticada contra esse segmento.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

André Quintão, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 2.059/2014, apresentada por Thiago Alves da Silva Costa, do Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual - Cellos -, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências à Polícia Militar para implementar ações específicas de prevenção à violência voltadas para a



população LGBT, especialmente para travestis, homens e mulheres transexuais, com o intuito de diminuir a criminalidade e violência praticada contra esse segmento.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

André Quintão, presidente.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 2.063/2014

Comissão de Participação Popular Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 2.063/2014, de autoria de Maria Céres Pimenta Spínola Castro, da Comissão da Verdade em Minas Gerais - Covemg -, e outros, sugere alteração do Programa 162 - Desenvolvimento das Políticas de Direitos Humanos - na proposta de revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2012-2015 para o exercício de 2015, para incluir um conjunto de ações com vistas a garantir o direito à memória, à verdade e à justiça em relação aos fatos ocorridos no período da ditadura militar no Brasil.

A proposta é resultante da aglutinação de sugestões apresentadas em audiências públicas realizadas de 4 a 7/11/2014, em Belo Horizonte, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 5.496/2014, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2012-2015 para o exercício de 2015.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 27/11/2014, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposta em análise decorre da aglutinação de várias sugestões apresentadas no processo de revisão do PPAG 2012-2015 para o exercício de 2015, as quais buscam, conforme já mencionado, garantir o direito à memória, à verdade e à justiça em relação aos fatos ocorridos durante o período da ditadura militar no Brasil. São elas: estruturação da Covemg -; recuperação e revitalização do prédio do antigo Dops, transformando-o em Centro de Memória relativa à Resistência Democrática; revitalização do monumento aos mortos e desaparecidos mineiros no processo de redemocratização do País; identificação dos locais simbólicos de resistência à ditadura, transformando-os em locais de preservação da memória e acervo histórico; implementação de projeto para levar às escolas a história dos oprimidos no golpe de 1964; implementação de projeto para denominação das ruas de Belo Horizonte com nomes de mineiros que dedicaram sua vida à luta pelas liberdades democráticas e justiça social; e implantação das Clínicas do Testemunho, destinadas a atender pessoas afetadas pela violência durante a ditadura militar.

No que toca ao mérito da proposta, cumpre anotar que a história brasileira foi marcada, entre 1964 e 1985, especialmente após a edição do AI-5, por prisões arbitrárias, sequestros, torturas, assassinatos e ocultação de corpos de membros da resistência democrática, entre outros abusos e crimes. A transição "lenta, gradual e segura", por cima e com exclusão do protagonismo popular, deixou um rastro de irregularidades e entulhos autoritários que até hoje persiste.

Resultado, em grande parte, do empenho dos familiares de pessoas desaparecidas durante o período militar e de militantes de direitos humanos, o desenvolvimento de ações concretas e a elaboração de uma política direcionada ao resgate da memória do País surgem especialmente a partir da década de 1990. Merecem destaque a promulgação da Lei Federal 9.140, de 1995, que dispôs sobre a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, bem como a criação da Comissão Nacional da Verdade, por meio da Lei Federal 12.528, de 2011, cuja finalidade é examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas entre 1946 e 1988, de modo a efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional.

Nesse mesmo sentido foi instituída a Covemg, por meio da Lei nº 20.765, de 17/7/2013, com os objetivos de esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações aos direitos fundamentais; identificar e tornar públicos os locais, as instituições, as estruturas e as circunstâncias relacionados à prática de violações aos direitos fundamentais; encaminhar à Comissão Nacional da Verdade quaisquer informações obtidas; colaborar com todas as instâncias do poder público para a apuração de violação aos direitos fundamentais; recomendar a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir ofensas aos direitos fundamentais; e promover a reconstrução da história dos casos cabíveis em suas atribuições, colaborando para que seja prestada assistência às vítimas ou a seus familiares.

Esse cenário nos leva à compreensão da relevância das sugestões apresentadas e que agora compõem a proposta em análise. Em que pese sua criação no ano de 2013, a Covemg ainda não dispõe de recursos humanos, estrutura física e equipamentos suficientes para o exercício das atribuições a ela legalmente estabelecidas. Certo é que o apoio à estruturação da Covemg propiciará, além de melhores condições para a execução de suas atividades, o desenvolvimento de vários outros projetos de interesse da sociedade mineira. Por sua vez, a implantação do Centro de Memória, a partir da recuperação do prédio do antigo Dops, incluindo a revitalização do monumento aos mortos e desaparecidos mineiros no processo de redemocratização do País, refletem antiga e forte demanda dos movimentos populares atuantes na vertente dos direitos humanos no Estado.

Outras duas sugestões que integram a proposta sob estudo versam sobre a implementação de projetos visando, primeiro: identificar locais simbólicos de resistência à ditadura, transformando-os em espaços de preservação da memória, e segundo: denominar ruas de Belo Horizonte com nomes de mineiros que lutaram pela liberdade e justiça social. Infere-se dessas demandas a clara intenção não somente de rememorar essas personalidades, mas homenageá-las, para a permanente identificação de cada uma de suas histórias de luta após a implantação da ditadura militar. Também é sugerida a promoção de atividades nas escolas a fim de levar aos alunos a história sob uma nova ótica da luta dos oprimidos pela ditadura militar, o que contribui para a apropriação intelectual da história de Minas Gerais e do País pelas novas gerações. Por fim, mas não menos importante, a busca pela implantação das chamadas Clínicas do Testemunho no Estado também merece apoio. Esses serviços, executados pelo Ministério da Justiça em parceria com governos de estados e entidades civis, objetivam prestar atenção e apoio às vítimas (e familiares) da ditadura militar, incluindo o atendimento



psicológico gratuito, valendo citar que já existem projetos para instalação desses equipamentos em Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro e Recife.

Diante dessas considerações, a proposta em comento apresenta relevância e oportunidade, tendo em vista que visa contribuir para a efetivação dos direitos à verdade histórica e à consecução da justiça, em consolidação das liberdades democráticas.

Opinamos, dessa forma, pelo acolhimento da proposta em análise na forma de emenda ao Projeto de Lei nº 5.496/2014, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2012-2015 para o exercício de 2015, incluindo nova ação no âmbito do Programa 162 - Desenvolvimento das Políticas de Direitos Humanos -, intitulada "Promoção do Direito à Memória, à Verdade e à Justiça", de modo a apoiar a Covemg, garantindo-se sua estruturação e a execução das atividades próprias de suas atribuições; bem como a implementar o centro de memória relativa à resistência democrática, com a revitalização do monumento aos mortos e desaparecidos mineiros. Entendemos pertinente, também, a formalização de requerimentos para envio de ofícios a órgãos diversos visando à implementação dos projetos indicados nas demais sugestões objeto da proposta.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 2.063/2014 na forma da emenda ao Projeto de Lei nº 5.496/2014 e dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2014.

Maria Tereza Lara, presidente e relatora - Fred Costa - Fabiano Tolentino.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 5.496/2014

Programa: 162 - DESENVOLVIMENTO DAS POLITICAS DE DIREITOS HUMANOS

Ação: - Promoção do Direito à Memória, à Verdade e à Justiça

Unidade Orçamentária: 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Finalidade: Apoiar a Comissão da Verdade em Minas Gerais, garantindo a estruturação necessária ao desenvolvimento de suas atribuições legais, e implementar o centro de memória à resistência democrática, a partir da recuperação do prédio do antigo Dops, em Belo Horizonte, com a revitalização do monumento aos mortos e desaparecidos mineiros.

Produto: PROJETO APOIADO

Unidade de medida: PROJETO

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2015	Financeiras 2015
Estadual	3	1.200.000,00

Cancelamento Compensatório:

Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 1.200.000,00

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 2.063/2014, apresentada por Maria Céres Pimenta Spínola Castro, da Comissão da Verdade em Minas Gerais - Covemg -, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências ao Ministério da Justiça para revitalização do monumento aos mortos e desaparecidos mineiros no processo de redemocratização do País, localizado em Belo Horizonte, especialmente no que se refere à execução de projeto de iluminação que propicie melhor visibilidade e segurança da edificação.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

André Quintão, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 2.063/2014, apresentada por Maria Céres Pimenta Spínola Castro, da Comissão da Verdade em Minas Gerais - Covemg -, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências à Prefeitura de Belo Horizonte para revitalização do monumento aos mortos e desaparecidos mineiros no processo de redemocratização do País, localizado nesta capital, especialmente no que se refere à execução de projeto de iluminação que propicie melhor visibilidade e segurança da edificação.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

André Quintão, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 2.063/2014, apresentada por Maria Céres Pimenta Spínola Castro, da Comissão da Verdade em Minas Gerais - Covemg -, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado ofício à Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social informando sobre a inclusão de nova ação no PPAG 2012-



2015, intitulada “Promoção do Direito à Memória, à Verdade e à Justiça”, e solicitando, na mesma oportunidade, seja priorizada a implementação de medidas de apoio e fomento à Covemg, inclusive no que toca à disponibilização de recursos humanos, estrutura física e equipamentos suficientes para o efetivo exercício de suas atribuições.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

André Quintão, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 2.063/2014, apresentada por Maria Cêres Pimenta Spínola Castro, da Comissão da Verdade em Minas Gerais - Covemg -, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências à Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social para realizar os estudos necessários (incluindo conceito, levantamento dos locais e custos, por exemplo) à implementação do projeto de identificação dos locais simbólicos de resistência à ditadura, implantada pelo regime militar a partir do Golpe de 1964, transformando-os em espaços de preservação da memória e acervo histórico da luta democrática.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

André Quintão, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 2.063/2014, apresentada por Maria Cêres Pimenta Spínola Castro, da Comissão da Verdade em Minas Gerais - Covemg -, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências à Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social para realizar os estudos necessários (incluindo conceito, completo levantamento dos nomes a serem homenageados e dos custos, por exemplo) à implementação do Projeto "Rua Viva", com o objetivo de denominar ruas de Belo Horizonte com nomes de mineiros que dedicaram sua vida à luta pelas liberdades democráticas e justiça social.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

André Quintão, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 2.063/2014, apresentada por Maria Cêres Pimenta Spínola Castro, da Comissão da Verdade em Minas Gerais - Covemg -, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências à Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social para realizar os estudos necessários (incluindo conceito, levantamento do quantitativo de pessoas a serem atendidas, contratação de equipes, localização e infraestrutura dos núcleos e custos, por exemplo) à implementação, no Estado, do projeto Clínicas do Testemunho, com o objetivo de atender pessoas afetadas pela violência durante a ditadura militar instalada no País de 1964 e 1985.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

André Quintão, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 2.063/2014, apresentada por Maria Cêres Pimenta Spínola Castro, da Comissão da Verdade em Minas Gerais - Covemg -, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências à Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social para implementar - em articulação com a Secretaria de Educação, a Secretaria de Governo, a Covemg, a Associação dos Amigos do Memorial da Anistia Política do Brasil, o Centro de Formação e Experimentação Digital - PlugMinas -, o Centro de Referência da Juventude de Belo Horizonte e outras entidades interessadas - projeto para levar aos alunos das escolas do Estado a história dos oprimidos no golpe de 1964, por meio de atividades como depoimentos, exposições, debates, apresentações teatrais e filmes, de modo a contribuir para a apropriação intelectual da história de Minas Gerais e do País pelas novas gerações.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

André Quintão, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 2.063/2014, apresentada por Maria Cêres Pimenta Spínola Castro, da Comissão da Verdade em Minas Gerais - Covemg -, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado ofício à Secretaria de Educação informando sobre a inclusão de nova ação no PPAG 2012-2015, intitulada “Promoção do Direito à Memória, à Verdade e à Justiça”, e solicitando, na mesma oportunidade, seja implementado - em articulação com a Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social, a Secretaria de Governo, a Covemg, a Associação dos Amigos do Memorial da



Anistia Política do Brasil, o Centro de Formação e Experimentação Digital - PlugMinas -, o Centro de Referência da Juventude de Belo Horizonte e outras entidades interessadas - projeto para levar aos alunos das escolas do Estado a história dos oprimidos no golpe de 1964, por meio de atividades como depoimentos, exposições, debates, apresentações teatrais e filmes, de modo a contribuir para a apropriação intelectual da história de Minas Gerais e do País pelas novas gerações.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

André Quintão, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 2.063/2014, apresentada por Maria Ceres Pimenta Spínola Castro, da Comissão da Verdade em Minas Gerais - Covemg -, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado ofício à Secretaria de Governo informando sobre a inclusão de nova ação no PPAG 2012-2015, intitulada “Promoção do Direito à Memória, à Verdade e à Justiça”, e solicitando, na mesma oportunidade, seja implementado - em articulação com a Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social, a Secretaria de Educação, a Covemg, a Associação dos Amigos do Memorial da Anistia Política do Brasil, o Centro de Formação e Experimentação Digital - PlugMinas -, o Centro de Referência da Juventude de Belo Horizonte e outras entidades interessadas - projeto para levar aos alunos das escolas do Estado a história dos oprimidos no golpe de 1964, por meio de atividades como depoimentos, exposições, debates, apresentações teatrais e filmes, de modo a contribuir para a apropriação intelectual da história de Minas Gerais e do País pelas novas gerações.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

André Quintão, presidente.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 2.067/2014

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 2.067/2014, de autoria de Elenir de Fátima Braga, do Instituto DH: Promoção, Pesquisa e Intervenção em Direitos Humanos e Cidadania, e outros, sugere alteração da Ação 4645 - Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos - PPDDH - na proposta de revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2012-2015 para o exercício de 2015, com vistas a destinar recursos para: promover a formação e a capacitação dos defensores de direitos humanos e dos agentes da rede de proteção; ampliar a equipe de atuação no programa; produzir diagnóstico dos defensores de direitos humanos no Estado; e implementar um plano de comunicação específico para o PPDDH.

A proposta foi apresentada em audiências públicas realizadas de 4 a 7/11/2014, em Belo Horizonte, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 5.496/2014, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2012-2015 para o exercício de 2015.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 27/11/2014, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposta em epígrafe pretende ampliar os recursos destinados à execução do PPDDH, especialmente para promover a capacitação dos defensores de direitos humanos e dos integrantes da rede de proteção, ampliar as equipes de atuação no programa, produzir um diagnóstico dos defensores de direitos humanos no Estado e implementar um plano de comunicação do programa.

Implementado a partir da edição da Política Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos, o PPDDH tornou-se um importante instrumento para a garantia da segurança, tanto física quanto psicológica, de vários atores e representantes de movimentos sociais.

Em Minas Gerais, o PPDDH teve como marco legal a Lei nº 21.164, de 2014, em que pese o programa já se encontrar estruturado no Estado há vários anos, em conformidade com o programa federal respectivo e a Política Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos, criados anteriormente. A Lei nº 21.164 definiu como órgão responsável pela gestão do PPDDH a Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social - Sedese - e fixou como objetivo do programa a adoção de medidas para a proteção de pessoas naturais ou jurídicas, grupos, instituições, organizações e movimentos sociais que tenham seus direitos violados ou ameaçados em decorrência de sua atuação pelo reconhecimento, respeito, proteção, promoção ou exercício de direitos humanos.

Cumprir registrar que as medidas protetivas do PPDDH “compreendem articulações com os órgãos e entidades, públicas e privadas, visando à resolução de conflitos e à superação das causas que geram as ameaças; com os órgãos do sistema de justiça dos estados e da União para a defesa judicial e apoio no acompanhamento das violações; com os órgãos de segurança pública dos estados visando à garantia da segurança do defensor de direitos humanos e a apuração das violações, de medidas psicossociais, de ações que possibilitem o reconhecimento da atuação do defensor de direitos humanos na sociedade; e, excepcionalmente, a retirada provisória do defensor do seu local de atuação em casos de grave ameaça ou risco iminente”. (*Dez faces da luta pelos direitos humanos no Brasil*. Brasília: ONU, Embaixada do Reino dos Países Baixos, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e Delegação da União Europeia no Brasil, 2012. p.20.)

Nessa perspectiva, fundamental notar que a consecução da proteção almejada pelo PPDDH depende, por um lado, da eficiente articulação dos vários agentes, órgãos e instituições, inclusive com a disponibilidade de equipes técnicas suficientes para o atendimento, e de outro, da formação e capacitação tanto dos próprios defensores, quanto dos profissionais envolvidos.

Dessa forma, entendemos relevante e oportuna a sugestão apresentada, e opinamos pelo acolhimento da proposta em análise na forma de emenda ao Projeto de Lei nº 5.497/2014, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas



Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2015, com vistas a acrescentar R\$50.000,00 na meta financeira da Ação 4203 - Educação em Direitos Humanos - especificando-se o objeto do gasto para formação e capacitação dos defensores de direitos humanos, das equipes que atuam no PPDDH e dos agentes da rede de proteção; bem como de requerimento para envio de ofício à Sedese solicitando a produção de diagnóstico acerca dos defensores de direitos humanos em todo o Estado, a realização de estudo sobre a viabilidade de ampliarem-se as equipes que atuam no PPDDH e a implementação de um plano de divulgação do PPDDH.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 2.067/2014 na forma da emenda ao Projeto de Lei nº 5.497/2014 e do requerimento anexos.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2014.

Maria Tereza Lara, presidente e relatora - Fred Costa - Fabiano Tolentino.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 5.497/2014

Acréscimo:

UO beneficiada: 1481 - Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social

Ação: Educação em Direitos Humanos - Formação e capacitação dos defensores de direitos humanos, das equipes que atuam no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos - PPDDH -, e dos agentes da rede de proteção.

Objeto do gasto: Específico

Categoria Econômica: DESPESAS CORRENTES Valor: R\$50.000,00

Dedução:

UO deduzida: 1991 - Reserva de Contingência

Ação: Reserva de Contingência

Categoria Econômica: A CLASSIFICAR Valor: R\$50.000,00

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 2.067/2014, apresentada por Elenir de Fátima Braga, do Instituto DH: Promoção, Pesquisa e Intervenção em Direitos Humanos e Cidadania, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social para que sejam priorizadas: a produção de um diagnóstico quantitativo e qualitativo dos defensores de direitos humanos existentes em Minas Gerais; a realização de um estudo sobre a viabilidade de ampliarem-se as equipes que atuam no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos - PPDDH -; a implementação de um plano de divulgação do PPDDH, visando ampliar a mobilização social e fortalecer a rede de proteção em todas as regiões do Estado.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

André Quintão, presidente.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 2.068/2014

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 2.068/2014, de autoria de Dhiancesar Pinto Lopes, sugere alteração da Ação 4314 - Indenizações a Vítimas de Violação de Direitos Humanos - na proposta de revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2012-2015 para o exercício de 2015, ampliando-se as metas física e financeira.

A proposta foi apresentada em audiências públicas realizadas de 4 a 7/11/2014, em Belo Horizonte, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 5.496/2014, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2012-2015 para o exercício de 2015.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 27/11/2014, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposta em análise pretende aumentar as metas física e financeira da Ação 4314 - Indenizações a Vítimas de Violação de Direitos Humanos -, cuja finalidade é pagar indenizações às vítimas de violação de direitos humanos, como tortura praticada por agentes do Estado.

O abuso de poder praticado por agentes públicos, de qualquer um dos Poderes do Estado, que violam as regras protetoras dos direitos humanos e as garantias fundamentais da pessoa humana, sejam as definidas pelos documentos internacionais recepcionados pelo ordenamento jurídico nacional, sejam as normas internas, enseja tanto a responsabilização do Estado quanto a indenização às vítimas da prática desse abuso.

A prática da tortura, um dos tipos de abuso de poder e de violação de direitos humanos, definida pelo Tribunal Penal Internacional como crime contra a humanidade, é, de acordo com o inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia. No entanto, essa prática ainda se encontra muito presente na realidade brasileira, o que motivou a criação da Comissão Permanente de Combate à Tortura e à Violência Institucional, em 2005, e a elaboração de um Plano de Ações Integradas



para Prevenção e Controle da Tortura no Brasil, no âmbito da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República - SDH/PR.

No Estado, foi promulgada a Lei nº 19.488, de 2011, que determina o pagamento de indenização à vítima de tortura praticada por agente público. Essa lei reabriu o prazo, previsto na Lei nº 13.187, de 1999, para que vítimas de tortura durante o regime militar ingressem com requerimento de indenização, processo que poderá ser conduzido pela vítima, por seu sucessor legal ou por seu representante com poderes específicos para tal.

De acordo com a Lei nº 13.187, têm direito à indenização as vítimas de tortura decorrente de participação ou de acusação de participação em atividades políticas desde que não tenha resultado em morte, no período de 2/9/1961 a 15/8/1979. A decisão sobre o pagamento da indenização fica a cargo do Conselho Estadual de Direitos Humanos - Conedh - e possui caráter irrecorrível. Essa lei estipula, ainda, os limites dos valores pagos às vítimas, que variam de R\$5.000,00 a R\$30.000,00 de acordo com as circunstâncias de cada caso. Essa legislação mineira reflete o entendimento de que a tortura é inaceitável em qualquer circunstância e constitui ato de lesa-humanidade.

Segundo a justificativa do autor da proposta, atualmente o Conedh possui 200 processos votados e concluídos há mais de oito anos, sem possibilidade de pagamento, o que gera uma revitimização dos que aguardam o pagamento há anos. Tendo em vista que o valor previsto na Ação 4314 é insuficiente para arcar com os pagamentos pendentes, é necessário aumento da meta financeira, de forma a garantir recursos para conclusão desses pagamentos.

Essa ação já prevê, para 2015, o pagamento de 54 indenizações. De forma a garantir o valor de R\$30.000,00 por indenização, que vem sendo pago recorrentemente às vítimas de tortura, propomos um acréscimo na meta financeira de R\$950.000,00 e apresentação de requerimento para envio de ofício à Secretaria de Estado de Trabalho e de Desenvolvimento Social - Sedese - e ao Conedh, informando-lhes desse aumento de recursos e solicitando-lhes a garantia de pagamento dessas indenizações.

Dessa forma, opinamos pelo acolhimento da proposta em análise na forma de emenda ao Projeto de Lei nº 5.497/2014, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2015, e de requerimentos.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 2.068/2014 na forma da emenda ao Projeto de Lei nº 5.497/2014 e dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2014.

Maria Tereza Lara, presidente e relatora - Fred Costa - Fabiano Tolentino.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 5.497/2014

Acréscimo:

UO beneficiada: 1481 - Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social

Ação: Indenizações a Vítimas de Violação de Direitos Humanos

Objeto do gasto: Genérico

Categoria Econômica: DESPESAS CORRENTES Valor: R\$950.001,00

Dedução:

UO deduzida: 1991 - Reserva de Contingência

Ação: Reserva de Contingência

Categoria Econômica: A CLASSIFICAR Valor: R\$950.001,00

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 2.068/2014, de autoria de Dhiancesar Pinto Lopes, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Trabalho e de Desenvolvimento Social pedido de providências com vistas à garantia de pagamento, em 2015, de 54 indenizações às vítimas de violações de direitos humanos, no valor de R\$30.000,00 cada, tendo em vista a ampliação de recursos sugerida para a Ação 4314 - Indenizações a Vítimas de Violação de Direitos Humanos - na proposta de revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2012-2015 para o exercício de 2015.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

André Quintão, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 2.068/2014, de autoria de Dhiancesar Pinto Lopes, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências ao Conselho Estadual de Direitos Humanos - Conedh -, solicitando a garantia de pagamento, em 2015, de 54 indenizações às vítimas de violações de direitos humanos, no valor de R\$30.000,00 cada, tendo em vista a ampliação de recursos sugerida para a Ação 4314 - Indenizações a Vítimas de Violação de Direitos Humanos - na proposta de revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2012-2015 para o exercício de 2015.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...



André Quintão, presidente.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 2.069/2014

Comissão de Participação Popular Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 2.069/2014, de autoria de Elenir de Fátima Braga, do Instituto DH: Promoção, Pesquisa e Intervenção em Direitos Humanos e Cidadania, e outros, sugere alteração do Programa 162 - Desenvolvimento das Políticas de Direitos Humanos - na proposta de revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2012-2015 para o exercício de 2015, com vistas a realizar, no âmbito da Ação 4120 - Promoção de Direitos Humanos - um mapeamento georreferenciado das entidades da sociedade civil de defesa dos direitos humanos no Estado.

A proposta foi apresentada em audiências públicas realizadas de 4 a 7/11/2014, em Belo Horizonte, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 5.496/2014, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2012-2015 para o exercício de 2015.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 27/11/2014, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposta em análise busca disponibilizar recursos na Ação 4120 - Promoção de Direitos Humanos - para a realização de um mapeamento georreferenciado das entidades da sociedade civil de defesa dos direitos humanos no Estado. Conforme a justificativa apresentada na sugestão que originou a proposta em comento, "o mapeamento possui como objetivo fundamental promover a articulação das entidades, no intuito de potencializar as ações e uso dos recursos disponibilizados para a execução das atividades desenvolvidas".

A participação social, tanto na elaboração e implementação das políticas públicas, quanto no monitoramento das ações inerentes à defesa dos direitos humanos, é assegurada por meio da atuação das entidades representativas de variados segmentos e temáticas, a exemplo dos conselhos de direitos.

Incrementam a participação social em Minas Gerais o Programa Mineiro de Direitos Humanos e as Conferências Estaduais de Direitos Humanos. Além dessas ferramentas, há que se considerar as atividades desenvolvidas pelos órgãos e entidades integrantes do sistema institucional especificamente dedicado aos direitos humanos, como a Subsecretaria de Direitos Humanos, o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, o Fórum Mineiro de Direitos Humanos, o Comitê Estadual de Educação em Direitos Humanos, bem como o Ministério Público estadual, por meio do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça dos Direitos Humanos e dos centros de apoio operacional das promotorias voltadas para temas ou segmentos específicos, além da Comissão de Direitos Humanos da ALMG.

Nessa perspectiva, torna-se fundamental a identificação das entidades que trabalham com a temática dos direitos humanos em todo o Estado, nas mais diversas frentes de atuação, visando ao fortalecimento das políticas e ações públicas pertinentes. Consideramos, pois, relevante a demanda apresentada e oportuna a especificação de recursos para o mapeamento pretendido na Ação 4120 - Promoção de Direitos Humanos.

Dessa forma, opinamos pelo acolhimento da proposta em análise na forma de emenda ao Projeto de Lei nº 5.497/2014, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2015, acrescentando-se o valor de R\$200.000,00 na Ação 4120, com especificação do objeto do gasto para realizar mapeamento georreferenciado das entidades da sociedade civil de defesa dos direitos humanos no Estado, e de requerimento para envio de ofício à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social solicitando a efetivação de tal medida.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 2.069/2014 na forma da emenda ao Projeto de Lei nº 5.497/2014 e do requerimento anexos.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2014.

Maria Tereza Lara, presidente e relatora - Fred Costa - Fabiano Tolentino.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 5.497/2014

Acréscimo:

UO beneficiada: 1481 - Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social

Ação: Promoção de Direitos Humanos - Realizar o Mapeamento Georreferenciado das Entidades da Sociedade Civil de Defesa dos Direitos Humanos Existentes no Estado.

Objeto do gasto: Específico

Categoria Econômica: DESPESAS CORRENTES Valor: R\$200.000,00

Dedução:

UO deduzida: 1991 - Reserva de Contingência

Ação: Reserva de Contingência

Categoria Econômica: A CLASSIFICAR Valor: R\$200.000,00

**REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 2.069/2014, apresentada por Elenir de Fátima Braga, do Instituto DH: Promoção, Pesquisa e Intervenção em Direitos Humanos e Cidadania, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social, solicitando seja realizado um mapeamento georreferenciado das entidades da sociedade civil de defesa dos direitos humanos existentes em Minas Gerais, a fim de identificar e melhor articular as instituições com essa atuação no Estado.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

André Quintão, presidente.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 2.070/2014**Comissão de Participação Popular****Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 2.070/2014, de autoria de Maria de Lurdes Rodrigues Santa Gema, da 23ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude Cível, sugere alteração do Programa 162 - Desenvolvimento das Políticas de Direitos Humanos - na proposta de revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2012-2015 para o exercício de 2015, com vistas a incluir ação específica direcionada à implantação do Plano Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

A proposta foi apresentada em audiências públicas realizadas de 4 a 7/11/2014, em Belo Horizonte, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 5.496/2014, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2012-2015 para o exercício de 2015.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 27/11/2014, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposta em análise busca assegurar a efetiva implementação em Minas Gerais do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Território Brasileiro - Pair -, por meio da manutenção de ação específica para esse fim no âmbito do Programa 162 na proposta de revisão do PPAG 2012-2015 para o exercício de 2015. De acordo com a justificativa da sugestão que deu origem à proposição em comento, "pretende-se prosseguir o processo de revisão e implantação do plano estadual; expandir e acompanhar a implantação do Pair no Estado, por meio de processos de monitoramento e avaliação de suas ações; e desenvolver ações de protagonismo juvenil". Para a execução da ação foi sugerida a destinação de R\$250.000,00.

A violência sexual contra crianças e adolescentes é um fenômeno complexo e de difícil enfrentamento, inserido num contexto histórico-social de violência endêmica. As soluções para esse grave problema devem, portanto, ser privilegiadas na elaboração e implementação das políticas públicas. O Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes estabelece diretrizes para referenciar a atuação dos governos federal, estaduais e municipais, tendo como eixo estruturante os direitos humanos sexuais da criança e do adolescente. Sua implementação se dá por meio do conceito de redes de proteção e tem por princípio, entre outros, a descentralização, a partir de transferência de poderes, recursos e responsabilidades de forma pactuada entre a União, estados e municípios.

Com base nos eixos do plano nacional, foi implantado o Pair. Esse programa incorpora uma metodologia orientada pela doutrina da proteção integral da criança e do adolescente e baseada na articulação de ações e serviços, no fortalecimento dos conselhos de direitos e na capacitação dos profissionais que realizam o atendimento a esse público. O Pair conta com a participação social e visa, por meio de ações integradas de mobilização, realizar diagnóstico e capacitação, bem como fortalecer as redes locais, possibilitando a integração de seus serviços e programas.

De acordo com o 6º Mapeamento de Pontos Vulneráveis à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Federais Brasileiras, realizado pela Polícia Rodoviária Federal no biênio 2013-2014, foram identificados 1.969 pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes. Esse resultado aponta para o acréscimo de 11% dos pontos vulneráveis existentes no País, sendo 56% deles reconhecidos como críticos ou de alto risco. Ainda segundo o estudo, Minas Gerais continua concentrando a maior quantidade de pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes - 313 pontos -, o que reflete um aumento de 24,21% quando comparado ao período de 2011-2012, no qual foram mapeados 252 pontos no Estado. (Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B-y39f8RLuVsSmpoUkQxMXdDaTQ/view?pli=1>>. Acesso em: 26 nov. 2014).

Mas, para além da ampla malha rodoviária de Minas Gerais, outra condição agrava esse tipo de violência: o fato de que o Plano Estadual de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes, lançado em 2003, ainda não foi plenamente expandido para todo o Estado. Após mais de uma década de edição do plano mineiro, existem municípios e regiões que apresentam alta vulnerabilidade com relação à exploração sexual contra crianças e adolescentes e que ainda necessitam, de maneira efetiva, da articulação de todo o sistema de garantia de direitos para o enfrentamento do problema.

Postas essas considerações, reconhecemos a relevância da proposta sob estudo, que almeja, na verdade, a manutenção da Ação 4079 - Implantação do Plano de Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil - na proposta de revisão do PPAG 2012-2015 para o exercício de 2015. Aliás, note-se que a manutenção dessa ação foi pleiteada nesta Casa, também por meio de sugestões populares, durante as revisões do PPAG-2012-2015 para os exercícios de 2013 e 2014. Nessas duas ocasiões, a ação, antes excluída nos respectivos projetos de lei de revisão apresentados pelo Poder Executivo, foi preservada por força de emendas do Poder Legislativo.

No entanto, a ação foi novamente suprimida no Projeto de Lei nº 5.496/2014, a despeito da relevância de manterem-se em funcionamento as ações de enfrentamento da violência sexual praticada contra crianças e adolescentes no Estado.

Diante do exposto, opinamos pelo acolhimento da proposta em análise na forma de emenda ao Projeto de Lei nº 5.496/2014, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2012-2015 para o exercício de 2015, garantindo-se a manutenção da Ação 4079, com alteração do nome para “Implantação do Plano de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes”, adequando-o ao nome e ao conceito do Pair; e alteração da finalidade para “prosseguir a revisão e a implantação do plano estadual; acompanhar e expandir o Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes - Pair - no Estado; e desenvolver o protagonismo juvenil”, mantendo-se os demais atributos da Ação.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 2.070/2014 na forma da emenda ao Projeto de Lei nº 5.496/2014 anexa.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2014.

Maria Tereza Lara, presidente e relatora - Fred Costa - Fabiano Tolentino.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 5.496/2014

Programa: 162 - DESENVOLVIMENTO DAS POLITICAS DE DIREITOS HUMANOS

Ação: ... - Implantação do Plano de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes

Unidade Orçamentária: 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Finalidade: Prosseguir a revisão e a implantação do plano estadual; acompanhar e expandir o Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes - Pair - no Estado; e desenvolver o protagonismo juvenil.

Produto: PLANO IMPLANTADO

Unidade de medida: PLANO

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2015	Financeiras 2015
Estadual	1	100.000,00

Cancelamento Compensatório:

Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 100.000,00

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 2.073/2014

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 2.073/2014, de autoria de Maria de Lurdes Rodrigues Santa Gema, da 23ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude Cível, e outros, sugere alteração da Ação 4035 - Estruturação da Rede de Proteção de Direitos Humanos - na proposta de revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2012-2015 para o exercício de 2015, com vistas a direcionar suas atividades para o apoio aos conselhos tutelares e de direitos da criança e do adolescente.

A proposta é resultante da aglutinação de sugestões apresentadas em audiências públicas realizadas de 4 a 7/11/2014, em Belo Horizonte, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 5.496/2014, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2012-2015 para o exercício de 2015.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 27/11/2014, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposta em análise é resultante da aglutinação de sugestões coletadas durante as audiências públicas de revisão do PPAG 2012-2015 para o exercício de 2015, relativas ao apoio à estruturação dos conselhos tutelares e municipais de direitos da criança e do adolescente.

O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA - estabelece, em seu art. 4º, que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos da criança e do adolescente referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. A garantia de prioridade compreende, entre outras, a preferência na formulação e na execução das políticas públicas e a destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude. Ainda segundo o ECA, o conselho tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento desses direitos.

A proposta em análise sugere, mais especificamente, a manutenção dos atributos da Ação 4035 - Apoio à Estruturação dos Conselhos Tutelares e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente -, do Programa 162 - Desenvolvimento das Políticas de Direitos Humanos -, no exercício de 2014, ou seja, voltada especificamente ao apoio à estruturação dos conselhos relativos à política de crianças e adolescentes, além de aumento das metas física e financeira, ampliação da regionalização e destinação de recursos específicos para aquisição de veículo para o Conselho Tutelar do Município de Poté.



Na proposta de revisão do PPAG 2012-2015 para o exercício de 2015, o nome dessa ação foi alterado para “Estruturação da Rede de Proteção de Direitos Humanos”, e sua finalidade, para “apoiar a estruturação dos conselhos, possibilitando melhor desempenho de suas atribuições”. Da forma como está prevista na proposta de revisão, a ação teve seu escopo ampliado, objetivando-se apoiar os conselhos de forma geral, mas praticamente inviabilizou-se sua execução, ao reduzirem-se significativamente as metas física e financeira.

Em razão da importância das atividades desses conselhos para a promoção e a defesa dos direitos da infância e da juventude, e da prioridade absoluta de garantia desses direitos, entendemos que é fundamental a manutenção da Ação 4035, especificamente voltada para os conselhos tutelares e municipais dos direitos da criança e do adolescente, de forma a contribuir para o fortalecimento desses conselhos, com melhores condições de trabalho para os conselheiros.

Em relação à aquisição de veículo para o Conselho Tutelar do Município de Poté, a demanda se justifica, segundo uma das autoras da proposta, devido à existência de apenas um veículo para atender as demandas do conselho e de todos os outros setores da assistência social, inclusive para a zona rural, o que compromete o atendimento aos usuários dos serviços de assistência social. Entendemos, portanto, que a compra do veículo propiciará melhores condições para o efetivo desenvolvimento das atribuições do conselho.

Dessa forma, opinamos pelo acolhimento da proposta em análise na forma de emendas ao Projeto de Lei nº 5.496/2014, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2012-2015 para o exercício de 2015, e ao Projeto de Lei nº 5.497/2014, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2015.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 2.073/2014 na forma das emendas aos Projetos de Lei nºs 5.496 e 5.497/2014 anexas.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2014.

Maria Tereza Lara, presidente e relatora - Fred Costa - Fabiano Tolentino.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 5.496/2014

Programa: 162 - DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS DE DIREITOS HUMANOS -

Ação: 4035 - ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE PROTEÇÃO DE DIREITOS HUMANOS

Mudança de nome:

Para: Apoio à estruturação dos conselhos tutelares e municipais dos direitos da criança e do adolescente

Mudança de finalidade:

Para: APOIAR A ESTRUTURAÇÃO DOS CONSELHOS tutelares e municipais, POSSIBILITANDO MELHOR DESEMPENHO DE SUAS ATRIBUIÇÕES

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2015	Financeiras 2015
Estadual	214	700.000,00

Cancelamento compensatório:

Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 699.000,00

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 5.497/2014

Acréscimo:

UO beneficiada: 1481 - Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social

Ação: Estruturação da Rede de Proteção de Direitos Humanos

Objeto do gasto: Genérico

Categoria Econômica: DESPESAS CORRENTES Valor: R\$659.000,00

Dedução:

UO deduzida: 1991 - Reserva de Contingência

Ação: Reserva de Contingência

Categoria Econômica: A CLASSIFICAR Valor: R\$659.000,00

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 5.497/2014

Acréscimo:

UO beneficiada: 1481 - Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social

Ação: Estruturação da Rede de Proteção de Direitos Humanos - Aquisição de Veículo para o Conselho Tutelar no Município de Poté.

Objeto do gasto: Específico

Categoria Econômica: DESPESAS DE CAPITAL Valor: R\$40.000,00

Dedução:



UO deduzida: 1991 - Reserva de Contingência
Ação: Reserva de Contingência
Categoria Econômica: A CLASSIFICAR Valor: R\$40.000,00

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 2.075/2014

Comissão de Participação Popular Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 2.075/2014, de Maria Geralda de Souza Lopes e de Ramon da Silva Teixeira, do Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária, sugere alteração da Ação 4584 - Fomento e Apoio aos Empreendimentos da Economia Popular Solidária e Outros Empreendimentos Individuais e Coletivos -, da proposta de revisão do PPAG 2012-2015 para o exercício 2015, para modificar seu nome e ampliar sua meta financeira.

A proposta é resultante da aglutinação de sugestões apresentadas por meio eletrônico no Portal da Assembleia Legislativa e em audiências públicas realizadas no período de 4 a 7/11/2014, em Belo Horizonte, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 5.496/2014, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2012-2015 para o exercício de 2015.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 27/11/2014, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposta em análise é resultante da aglutinação de sugestões relativas à Ação 4584 - Fomento e Apoio aos Empreendimentos da Economia Popular Solidária e Outros Empreendimentos Individuais e Coletivos, do Programa 267 - Programa de Geração de Renda. Os proponentes sugerem alteração do nome e da finalidade da ação e a ampliação dos recursos a ela destinados.

A proposta solicita a alteração do nome da Ação 4584 - Fomento e Apoio aos Empreendimentos da Economia Popular Solidária e Outros Empreendimentos Individuais e Coletivos -, do Programa 267 - Programa de Geração de Renda -, para "Fomento, Formação, Capacitação Continuada e Apoio aos Empreendimentos, Gestores Públicos e Técnicos da Economia Solidária".

Segundo os proponentes, a inserção dos termos formação e capacitação continuada expressa o propósito de que essa ação seja desenvolvida de maneira constante, por meio da capacitação sequenciada de gestores públicos municipais, técnicos e empreendedores solidários. A exclusão da expressão "e outros empreendimentos individuais e coletivos" buscaria evitar que a ação beneficie grupos que não carreguem os princípios da economia popular e solidária.

A finalidade da Ação 4584 (promover o fortalecimento das atividades dos empreendimentos da Economia Popular Solidária e outros individuais e coletivos, por meio de ações de formação, assessoramento técnico, desenvolvimento de tecnologias sociais e apoio a investimentos em infraestrutura) já indica o desenvolvimento de ações de formação. Porém, considerando que a Economia Popular Solidária - EPS - caracteriza-se por princípios próprios como a autogestão, a solidariedade, a sustentabilidade ecológica e a democracia, concordamos com a sugestão de excluir a referência a outros empreendimentos individuais e coletivos no nome e na finalidade da ação.

Verificamos ainda que, com a inclusão dos termos pleiteados na proposta, a Ação 4584 abrangeria outros empreendimentos anteriormente atendidos pela Ação 4201 - Apoio à Inclusão Produtiva -, retirada da proposta de revisão do PPAG 2012-2015 para o exercício de 2015.

Para dar continuidade ao apoio a esses empreendimentos, propomos a restauração da Ação 4201 - Apoio à Inclusão Produtiva -, com a mesma finalidade do exercício de 2014, meta física de 50 pessoas beneficiadas e meta financeira de R\$50.000,00 para a região estadual.

A proposta em análise também solicita a ampliação dos recursos financeiros direcionados à Ação 4584. A justificativa é que parte do financiamento é realizada com recursos da União para a execução de projetos definidos em convênio. Ocorre que a totalidade dos recursos previstos para o financiamento da Ação 4584 provém da Fonte 24 - Convênios, Acordos e Ajustes -, voltados para a realização de ações de apoio à EPS. Não há previsão de aporte financeiro direto do Estado.

Dessa forma, opinamos pelo acolhimento da proposta em análise na forma de emendas ao Projeto de Lei nº 5.496/2014, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2012-2015 para o exercício de 2015, com o objetivo de alterar o nome da Ação 4584 e restaurar a antiga Ação 4201, mas com novas regionalização e metas.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 2.075/2014 na forma das emendas ao Projeto de Lei nº 5.496/2014 anexas.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2014.

Maria Tereza Lara, presidente e relatora - Fred Costa - Fabiano Tolentino.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 5.496/2014

Programa: 267 - PROGRAMA DE GERAÇÃO DE RENDA
Ação: 4584 - FOMENTO E APOIO AOS EMPREENDIMENTOS DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA E OUTROS EMPREENDIMENTOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Mudança de nome:

Para: Fomento e apoio aos empreendimentos da economia popular solidária

Mudança de finalidade:

Para: Promover o fortalecimento das atividades dos empreendimentos da economia popular solidária por meio de ações de formação, assessoramento técnico, desenvolvimento de tecnologias sociais e apoio a investimentos em infraestrutura.

**EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 5.496/2014**

Programa: 267 - PROGRAMA DE GERAÇÃO DE RENDA

Ação: - APOIO À INCLUSÃO PRODUTIVA

Unidade Orçamentária: 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Finalidade: PROMOVER A GERAÇÃO DE RENDA PARA PESSOAS DE FAMÍLIAS INSCRITAS NO CADÚNICO, POR MEIO DA POTENCIALIZAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS INDIVIDUAIS, FAMILIARES E COLETIVOS.

Produto: PESSOA BENEFICIADA

Unidade de medida: PESSOA

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2015	Financeiras 2015
Estadual	50	50.000,00

Justificativa: Restauração da antiga Ação 4201 - APOIO À INCLUSÃO PRODUTIVA -, do exercício de 2014, com o objetivo de manter o financiamento aos empreendimentos individuais e coletivos que não são caracterizados como empreendimentos da economia popular solidária (atendidos pela Ação 4584, que teve solicitação de alteração no nome e na finalidade, a fim de atender apenas aos empreendimentos da EPS).

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 2.076/2014**Comissão de Participação Popular
Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 2.076/2014, de Maria Geralda de Souza Lopes e de Ramon da Silva Teixeira, do Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária, sugere alteração da Ação 4173 - Apoio à Comercialização da Economia Popular Solidária e Outros Empreendimentos -, da proposta de revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2012-2015 para o exercício 2015, para modificar seu nome e suas metas física e financeira.

A proposta é resultante da aglutinação de sugestões apresentadas por meio eletrônico no Portal da Assembleia Legislativa e em audiências públicas realizadas no período de 4 a 7/11/2014, em Belo Horizonte, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 5.496/2014, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2012-2015 para o exercício de 2015.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 27/11/2014, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

As sugestões aglutinadas na proposta em tela incidem sobre diferentes atributos da Ação 4173 - Apoio à Comercialização da Economia Popular Solidária e Outros Empreendimentos, do Programa 267 - Programa de Geração de Renda -, que tem a finalidade de apoiar empreendimentos da economia popular solidária e outros individuais ou coletivos, na área de comercialização de produtos e serviços, por meio da realização de feiras regionais e da implantação de pontos fixos de venda, entre outras formas de apoio à comercialização.

A primeira sugestão propõe alteração do nome da mencionada ação para "Apoio à Comercialização dos Empreendimentos da Economia Popular Solidária", excluindo o trecho "e outros empreendimentos", bem como do seu objetivo, excluindo o trecho "e outros individuais e coletivos". Os proponentes argumentam que essas alterações são necessárias para que evitar que a ação beneficie grupos que não estejam de acordo com os princípios da economia popular e solidária.

O Decreto nº 7.358, de 17/11/2010, que institui o Sistema Nacional do Comércio Justo e Solidário, define empreendimentos econômicos solidários como organizações de caráter associativo que realizam atividades econômicas, cujos participantes sejam trabalhadores do meio urbano ou rural e exerçam democraticamente a gestão das atividades e a alocação dos resultados.

Na revisão do PPAG 2012-2015 para o exercício de 2014, a Ação 4173 é denominada "Apoio à Comercialização da Economia Popular Solidária", com a finalidade de "Apoiar empreendimentos da economia popular solidária na área de comercialização de produtos e serviços, por meio da realização de feiras regionais e da implantação de pontos fixos de venda".

Tendo em vista que a Economia Popular Solidária caracteriza-se por princípios como a autogestão, a solidariedade, a sustentabilidade ecológica e a democracia, com vistas à inclusão social, concordamos com a sugestão de adequação do nome e da finalidade da Ação 4173.

A segunda solicitação diz respeito à alteração das metas física e financeira da ação. A meta física passaria de um empreendimento apoiado para 11 feiras regionais e uma feira estadual realizadas. A meta financeira total seria ampliada de R\$20.000,00 para R\$1.500.000,00. A justificativa é que o foco da ação deve se manter na realização das feiras como um importante espaço de comercialização e articulação dos empreendimentos envolvidos.

A previsão de realização das feiras regionais e estadual, com suficiente previsão orçamentária, é fundamental para o fortalecimento da Economia Popular Solidária no Estado ao propiciar espaços de comercialização e articulação dos empreendimentos envolvidos. Portanto, julgamos pertinente aumentar a meta física para 12 empreendimentos apoiados e ampliar a meta financeira total para R\$1.000.000,00.

Dessa forma, opinamos pelo acolhimento da proposta em análise na forma de emendas ao Projeto de Lei nº 5.496/2014, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2012-2015 para o exercício de 2015, e ao Projeto de Lei nº 5.497/2014, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2015.

**Conclusão**

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 2.076/2014 na forma das emendas aos Projetos de Lei nº 5.496/2014 e nº 5.497/2014 anexas.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2014.

Maria Tereza Lara, presidente e relatora - Fred Costa - Fabiano Tolentino.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 5.496/2014

Programa: 267 - PROGRAMA DE GERAÇÃO DE RENDA

Ação: 4173 - APOIO À COMERCIALIZAÇÃO DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA E OUTROS EMPREENDIMENTOS

Mudança de nome:

Para: Apoio à comercialização da economia popular solidária

Mudança de finalidade:

Para: Apoiar empreendimentos da economia popular solidária na área de comercialização de produtos e serviços, por meio da realização de feiras regionais e da implantação de pontos fixos de venda.

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2015	Financeiras 2015
Alto Paranaíba	2	166.666,00
Central	1	83.333,00
Centro-Oeste	1	83.333,00
Estadual	1	83.337,00
Jequitinhonha / Mucuri	1	83.333,00
Mata	1	83.333,00
Noroeste de Minas	1	83.333,00
Norte de Minas	1	83.333,00
Rio Doce	1	83.333,00
Sul de Minas	1	83.333,00
Triângulo	1	83.333,00

Cancelamento Compensatório:

Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 980.000,00

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 5.497/2014

Acréscimo:

UO beneficiada: 1481 - Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social

Ação: Apoio à Comercialização da Economia Popular Solidária e Outros Empreendimentos

Objeto do gasto: Genérico

Categoria Econômica: DESPESAS CORRENTES Valor: R\$980.000,00

Dedução:

UO deduzida: 1991 - Reserva de Contingência

Ação: Reserva de Contingência

Categoria Econômica: A CLASSIFICAR Valor: R\$980.000,00

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 2.081/2014**Comissão de Participação Popular
Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 2.081/2014, de autoria de Bruno Rodrigo Silva Diogo, do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra - MST -, e outros, sugere alteração da Ação 1218 - Fortalecimento da Agricultura Familiar para o Abastecimento Alimentar - na proposta de revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2012/2015 para o exercício de 2015, para garantir recursos, em sua meta financeira, para incentivar a implantação de agroindústrias para o processamento de produtos da agricultura familiar.

A proposta foi apresentada em audiências públicas realizadas de 4 a 7/11/2014, em Belo Horizonte, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 5.496/2014, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2012-2015 para o exercício de 2015.



Publicada no *Diário do Legislativo* de 22/11/2014, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposta em análise é resultante da aglutinação de sugestões coletadas durante as audiências públicas de revisão do PPAG 2012-2015 para o exercício de 2015, relativas à implementação de melhorias e operacionalização de agroindústrias familiares, ou de pequeno porte, com foco no atendimento das demandas do Programa Nacional de Alimentação Escolar - Pnae -, além de pedido direto de recomposição de recursos orçamentários para a execução da Ação 1218 - Fortalecimento da Agricultura Familiar para o Abastecimento Alimentar.

O Programa Cultivar, Nutrir e Educar, estruturador, visa oportunizar a interação dos aspectos de gestão da educação, melhoria da qualidade da alimentação escolar e fomento à produção de alimentos de qualidade pela agricultura familiar, trazendo na sua estrutura uma ação orçamentária para cada um desses pilares. Por sua vez, a Ação 1218, que traz o viés do campo para o programa, é composta de três subprojetos: fomento à produção, habilitação de agroindústrias familiares e apoio à comercialização dos produtos da agricultura familiar para atendimento das escolas, uma vez que o Pnae exige que pelo menos 30% dos recursos da merenda escolar sejam destinados à aquisição de alimentos oriundos desse segmento da agricultura.

As propostas que demandam apoio do Estado para a instalação ou operacionalização de agroindústrias destacam a necessidade de financiamento dessas melhorias, ação que foge à capacidade de investimento do Estado e à sua linha de atuação junto à agricultura familiar. Normalmente o apoio é dado a associações, cooperativas ou mesmo a agricultores singulares para que esses acessem recursos já disponibilizados para financiamento da agricultura familiar, sendo o principal exemplo o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf.

Compõem o rol de demandas:

- a adequação de estruturas e aquisição de equipamentos para os assentamentos de reforma agrária nos Municípios de Montes Claros, Capitão Enéas, Engenheiro Navarro, São Francisco, Visconde do Rio Branco, Goiana, Campo do Meio e Guapé;
- a implantação e reforma de agroindústrias nos demais projetos de assentamento da reforma agrária e do Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB;
- a instalação de agroindústria para o beneficiamento de frutas produzidas pela agricultura familiar em Santo Antônio do Jacinto, no nordeste mineiro;
- a instalação de 10 mil novas agroindústrias no Estado, com prioridade para o vale do Jequitinhonha.

Reconhecendo a importância da atuação do Estado junto à agricultura familiar com foco no Pnae nas três linhas previstas pela ação, em especial a relacionada à agregação de valor aos produtos básicos por meio da agroindustrialização, opinamos pelo acolhimento da proposta em análise na forma de emendas ao Projeto de Lei nº 5.496/2014, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2012-2015 para o exercício de 2015, e ao Projeto de Lei nº 5.497/2014, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2015, além de requerimento com pedido de providências à Subsecretaria de Agricultura Familiar da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SAF/Seapa -, para dar especial atenção às associações de agricultores proponentes listados no âmbito das parcerias para o desenvolvimento do Pnae em Minas Gerais.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 2.081/2014 na forma das emendas aos Projetos de Lei nºs 5.496/2014 e 5.497/2014 e do requerimento anexo.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2014.

Maria Tereza Lara, presidente e relatora - Fred Costa - Fabiano Tolentino.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 2.081/2014, de Bruno Rodrigo Silva Diogo e outros, do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra - MST -, requer à V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Subsecretaria de Agricultura Familiar da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SAF-Seapa - pedido de providências para incremento do apoio à implantação e melhoria da agroindústria familiar no âmbito das parcerias para o desenvolvimento do Pnae em Minas Gerais, em especial às associações de agricultores dos locais abaixo listados:

- assentamentos de reforma agrária nos municípios de Montes Claros, Capitão Enéas, Engenheiro Navarro, São Francisco, Visconde do Rio Rio Branco, Goiana, Campo do Meio e Guapé;
- demais projetos de assentamento da reforma agrária e do Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB - no Estado;
- Vale do Rio Jequitinhonha;
- Município de Santo Antônio do Jacinto.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

André Quintão, presidente.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 5.496/2014

Programa: 025 - CULTIVAR, NUTRIR E EDUCAR -

Ação: 1218 - FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O ABASTECIMENTO ALIMENTAR

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)



Região	Físicas 2015	Financeiras 2015
Alto Paranaíba	144	157.147,00
Central	0	0,00
Centro Oeste	0	0,00
Estadual	112	122.226,00
Jequitinhonha / Mucuri	0	0,00
Mata	360	392.868,00
Noroeste de Minas	0	0,00
Norte de Minas	0	0,00
Rio Doce	0	0,00
Sul de Minas	240	261.912,00
Triângulo	144	157.147,00

Cancelamento Compensatório:

Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 730.000,00

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 5.497/2014

Acréscimo:

UO beneficiada: 1231 - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Ação: Fortalecimento da Agricultura Familiar para o Abastecimento Alimentar

Objeto do gasto: genérico

Categoria Econômica: despesas correntes Valor: R\$730.000,00

Dedução:

UO deduzida: 1991 - Reserva de Contingência

Ação: Reserva de Contingência

Categoria Econômica: a classificar Valor: R\$730.000,00

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 2.085/2014

Comissão de Participação Popular Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 2.085/2014, para revisão do PPAG 2012-2015 para o exercício 2015, de autoria de Ronildo Vaqueiro, encaminha sugestão de alteração da Ação 1110 - Caminhos de Minas -, para garantir recursos para a execução de obra de urbanização em Águas Formosas.

A proposta foi apresentada por meio eletrônico no Portal da Assembleia Legislativa, como sugestão para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 5.496/2014, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2012-2015 para o exercício de 2015.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 22/11/2014, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposta solicita a construção de escadaria no Bairro Roseira, no Município de Águas Formosas, orçada em R\$100.000,00.

O autor justifica que a obra, urgente, facilitaria o acesso a morro com aproximadamente 500 residências e pavimentação precária. Como o município não tem condições financeiras para realizar a obra, é necessária a ajuda do Estado.

O poder público estadual promove o crescimento dos municípios ao apoiar a realização de obras, com recursos técnicos, humanos ou financeiros. Assim consideramos pertinente o encaminhamento de pedido de providências à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional Política Urbana e Gestão Metropolitana, para que estude a viabilidade de construção da citada escadaria.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 2.085/2014, na forma do requerimento anexo.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2014.

Maria Tereza Lara, presidente e relatora - Fred Costa - Fabiano Tolentino.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 2.085/2014, apresentada por Ronildo Vaqueiro, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado pedido de providências à Secretaria de Estado de Desenvolvimento

Regional Política Urbana e Gestão Metropolitana para que estude a viabilidade de construir uma escadaria no Bairro Roseira, no Município de Águas Formosas.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

André Quintão, presidente.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 2.086/2014

Comissão de Participação Popular Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 2.086/2014, de Ronildo Vaqueiro, sugere alteração da Ação 4308 - Gestão da Política Hospitalar - Fortalecimento e Melhoria da Qualidade dos Hospitais do Sistema Único de Saúde - Pro-Hosp -, da proposta de revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2012-2015 para o exercício de 2015, para assegurar recursos para o Hospital São Vicente de Paulo, no Município de Águas Formosas.

A proposta foi apresentada por meio eletrônico no portal da Assembleia Legislativa, como sugestão para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 5.496/2014, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2012-2015 para o exercício de 2015.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 27/11/2014, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposta de ação legislativa em análise solicita recursos financeiros no valor de R\$400.000,00 para o Hospital São Vicente de Paulo, localizado no Município de Águas Formosas. Desse montante, R\$200.000,00 seriam empregados na compra de medicamentos e os outros R\$200.000,00 na manutenção do hospital e na aquisição de equipamentos.

O proponente alega que o Hospital São Vicente de Paulo, que atende mais de 70.000 habitantes de nove municípios, está passando por dificuldades financeiras, o que tem levado a população do município a doar materiais e alimentos.

De acordo com a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, o Hospital São Vicente de Paulo participa do Programa de Fortalecimento e Melhoria da Qualidade dos Hospitais, o Pro-Hosp, do SUS-MG. Esse programa é executado por meio da Ação 4308 - Gestão da Política Hospitalar - Fortalecimento e Melhoria da Qualidade dos Hospitais do Sistema Único de Saúde - Pro-hosp -, do Programa 002 - Saúde Integrada -, do PPAG 2012-2015.

O Pro-Hosp é um programa do Estado que visa a proporcionar à população atendimento hospitalar de qualidade e com resolubilidade o mais próximo possível da residência do paciente, segundo a lógica dos níveis de complexidade (média ou alta), otimizando a eficiência dos hospitais e, assim, consolidando a oferta da atenção hospitalar nos polos macrorregionais e microrregionais de Minas Gerais.

O recurso financeiro destinado a cada hospital atendido pelo Pro-hosp é calculado de acordo com o desempenho da instituição. Por esse motivo, é importante que a instituição beneficiada invista na melhoria da gestão hospitalar por meio da capacitação dos seus gestores.

O Hospital São Vicente de Paulo é uma entidade beneficente sem fins lucrativos que presta serviços médico-assistencial, hospitalar e ambulatorial em convênio com SUS. O hospital atende a população da microrregião de Águas Formosas, que abrange os Municípios de Águas Formosas (sede da microrregião), Bertópolis, Crisólita, Fronteira dos Vales, Machacalis, Novo Oriente de Minas, Santa Helena de Minas, Pavão e Umburatiba.

Como o hospital já recebe recursos do Pro-Hosp, sugerimos acrescentar R\$200.000,00 na Ação 4388 - Fortalecimento da Rede Municipal de Saúde -, do Programa 237 - Atenção à Saúde -, do PPAG 2012-2015, e especificar na lei orçamentária que R\$100.000,00 sejam destinados à aquisição de equipamentos e R\$100.000,00, ao custeio do Hospital São Vicente de Paulo.

Dessa forma, opinamos pelo acolhimento da proposta em análise na forma de emenda ao Projeto de Lei nº 5.497/2014, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2015 e de requerimentos para que se enviem ofícios à Secretaria de Estado de Saúde solicitando: 1) auxílio aos hospitais participantes do Pro-hosp para capacitação dos seus gestores; 2) informação sobre o contrato com o Hospital São Vicente de Paulo no âmbito do Pro-Hosp; 3) especial atenção aos problemas enfrentados pelo Hospital São Vicente de Paulo quando forem realizadas as reuniões de pactuação na Comissão Intergestores Bipartite, relacionadas à atenção hospitalar na microrregião de Águas Formosas. Sugerimos, ainda, o envio de ofício à Secretaria Municipal de Saúde de Águas Formosas, solicitando informações sobre o repasse de recursos financeiros pelo município ao Hospital São Vicente de Paulo.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 2.086/2014 na forma de emendas ao Projeto de Lei nº 5.497/2014 e dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2014.

Maria Tereza Lara, presidente e relatora - Fred Costa - Fabiano Tolentino.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 5.497/2014

Programa 237 - ATENÇÃO À SAÚDE

Acréscimo:

UO beneficiada: 4291 - Fundo Estadual de Saúde

Objeto do gasto: Específico: Recursos destinados ao custeio do Hospital São Vicente de Paulo, no Município de Águas Formosas

Categoria Econômica: DESPESAS CORRENTES Valor: R\$100.000,00

Dedução:



UO deduzida: 1991 - Reserva de Contingência
Ação 4388:Fortalecimento da Rede Municipal de Saúde
Categoria Econômica: A CLASSIFICAR Valor: R\$100.000,00

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 5.497/2014

Programa 237 - ATENÇÃO À SAÚDE

Acréscimo:

UO beneficiada: 4291 - Fundo Estadual de Saúde

Objeto do gasto: Específico: Aquisição de equipamentos para o Hospital São Vicente de Paulo, no Município de Águas Formosas

Categoria Econômica: DESPESAS DE CAPITAL Valor: R\$100.000,00

Dedução:

UO deduzida: 1991 - Reserva de Contingência

Ação 4388:Fortalecimento da Rede Municipal de Saúde

Categoria Econômica: A CLASSIFICAR Valor: R\$100.000,00

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 2.086/2014, de Ronildo Vaqueiro, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para dar especial atenção à capacitação dos gestores dos hospitais participantes do Pro-hosp, especialmente do Hospital São Vicente de Paulo, no Município de Águas Formosas.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

André Quintão, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 2.086/2014, de Ronildo Vaqueiro, requer à V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de informações sobre o contrato de gestão do Pro-hosp com o Hospital São Vicente de Paulo, sediado no Município de Águas Formosas, em especial sobre os compromissos e as metas pactuados e os recursos financeiros repassados.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

André Quintão, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 2.086/2014, de Ronildo Vaqueiro, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para dar especial atenção aos problemas enfrentados pelo Hospital São Vicente de Paulo quando forem realizadas as reuniões de pactuação na Comissão Intergestores Bipartite relacionadas à atenção hospitalar na microrregião de Águas Formosas.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

André Quintão, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 2.086/2014, de Ronildo Vaqueiro, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao secretário Municipal de Saúde de Águas Formosas pedido de informações sobre o repasse de recursos financeiros pelo município ao Hospital São Vicente de Paulo.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

André Quintão, presidente.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 2.087/2014

Comissão de Participação Popular Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 2.087/2014, para revisão do PPAG 2012/2015 para o exercício 2015, de autoria de Ronildo Vaqueiro, encaminha sugestão de alteração da Ação 1110 - Caminhos de Minas -, para incluir recursos financeiros para a construção de pontes no Município de Águas Formosas.

A proposta resulta da aglutinação de sugestões apresentadas por meio eletrônico no Portal da Assembleia Legislativa, como sugestão para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 5.496/2014, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2012-2015 para o exercício de 2015.



Publicada no *Diário do Legislativo* de 22/11/2014, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposta resulta da aglutinação de sugestões coletadas durante as audiências públicas de revisão do PPAG 2012-2015 para o exercício de 2015, relativas à construção de pontes na Rua Alcobaça, no Bairro Nossa Senhora das Graças e na Estrada Municipal de propriedade de Jovane Pinto, ambas no Município de Águas Formosas.

A construção das pontes contribuiria para o desenvolvimento do Município de Águas Formosas. Assim, opinamos pelo acolhimento da proposta na forma de encaminhamento à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas de pedido de providências para a construção das pontes solicitadas.

Conclusão

Somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 2.087/2014 na forma do requerimento anexo.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2014.

Maria Tereza Lara, presidente e relatora - Fred Costa - Fabiano Tolentino.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 2.087/2014, apresentada por Ronildo Vaqueiro, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado pedido de providências à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas - Setop - para que estude a viabilidade da construção de pontes na Rua Alcobaça, no Bairro Nossa Senhora das Graças, e na estrada municipal que de propriedade de Jovane Pinto, ambas no Município de Águas Formosas.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

André Quintão, presidente.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 2.095/2014

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 2.095/2014, de autoria de Samuel Gazolla Lima, para revisão do PPAG 2012-2015 para o exercício 2015, encaminha sugestão de alteração da Rede de Infraestrutura, para promover o asfaltamento das vias que ligam a sede do Município de Ubá aos Distritos de Ubari e Miragaia.

A proposta foi apresentada por meio eletrônico no Portal da Assembleia Legislativa, como sugestão para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 5.496/2014, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2012-2015 para o exercício de 2015.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 22/11/2014, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposta visa a promover o asfaltamento das vias que ligam a sede do Município de Ubá aos Distritos de Ubari e Miragaia, orçado em R\$10.000.000,00.

Argumenta o autor da proposta que uma das formas de integração dos distritos às sedes municipais, necessidade cada vez maior, consiste na melhoria do sistema viário, incluindo o asfaltamento das vias de ligação. No caso em questão, seria enorme a contribuição para o desenvolvimento de importantes comunidades de Ubá.

Como o Caminhos de Minas é um programa estruturador que promove ligação asfáltica de sedes de municípios a distritos, julgamos oportuno encaminhar ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG - e à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas - Setop - pedido de providências para a inclusão dos referidos trechos no programa.

Conclusão

Somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 2.095/2014, na forma do requerimento anexo.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2014.

Maria Tereza Lara, presidente e relatora - Fred Costa - Fabiano Tolentino.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 2.095/2014, apresentada por Samuel Gazolla Lima, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG - pedido de providências para inclusão no programa Caminhos de Minas dos trechos que ligam a sede do Município de Ubá aos Distritos de Ubari e Miragai.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

André Quintão, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 2.095/2014, apresentada por Samuel Gazolla Lima, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas - Setop -

pedido de providências para inclusão no programa Caminhos de Minas dos trechos que ligam a sede do Município de Ubá aos Distritos de Ubari e Miragai.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

André Quintão, presidente.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 2.098/2014

Comissão de Participação Popular Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 2.098/2014, de Diego Rossi, do Sind-UTE-MG, sugere alteração do Programa 15 - Educação para Crescer -, da proposta de revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2012-2015 para o exercício 2015, para exclusão da Ação 1008 - Reinventando o Ensino Médio.

A proposta foi apresentada por meio eletrônico no Portal da Assembleia Legislativa, como sugestão para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 5.496/2014, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2012-2015 para o exercício de 2015.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 27/11/2014, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Ação 1008 - Reinventando o Ensino Médio - REM - tem por objetivo reconstruir a identidade desse nível de ensino como última etapa da educação básica, de modo a habilitar os alunos ao exercício da cidadania no mundo contemporâneo e, ao mesmo tempo, prepará-los para prosseguir os estudos e ingressar no mundo do trabalho. Essa ação foi iniciada em 11 escolas vinculadas à Superintendência Regional de Ensino Metropolitana C e foi, posteriormente, ampliada para 172 estabelecimentos. Para 2014, a previsão era de que fosse universalizada, atendendo as 2.172 escolas.

De acordo com o proponente, a exclusão da ação se justificaria, entre outros argumentos, pelo fato de não ter sido concebida com a participação da comunidade escolar e pelo fato de não ter havido a "devida qualificação dos professores para o ensino dos conteúdos relacionados ao programa".

De fato, o programa vem recebendo críticas quanto à participação da comunidade escolar na sua formulação e também no que se refere à efetividade de proporcionar noções de empregabilidade como meio de tornar esse nível de ensino mais atraente ao jovem e diminuir a evasão. A ampliação da jornada diária no ensino noturno (cuja limitação nas matrículas também tem gerado conflitos) em locais onde o transporte escolar não está garantido prejudica a universalização do chamado "sexto horário". Os docentes recebem formação para os temas escolhido em ambiente virtual pelo Magistra para professores de outras disciplinas.

Em virtude de 2014 ter sido o primeiro ano em que todas as escolas adotaram o REM, entendemos por bem sejam encaminhados ofícios à Secretaria de Estado de Educação, solicitando providências para incorporar outras sugestões de implementação oriundas da comunidade escolar e informação sobre a avaliação de impacto da Ação 1008 desde sua implementação, com ênfase nos dados de 2014, ano da universalização.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 2.098/2014 na forma dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2014.

Maria Tereza Lara, presidente e relatora - Fred Costa - Fabiano Tolentino.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 2.098/2014, de Diego Rossi, do Sind-UTE - MG, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado ofício à Secretaria de Estado de Educação solicitando providências para que, na implementação do programa Reinventando o Ensino Médio, sejam ouvidas e incorporadas sugestões oriundas da comunidade escolar.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

André Quintão, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 2.098/2014, de Diego Rossi, do Sind-UTE - MG, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado pedido de informações à Secretaria de Estado de Educação acerca do programa Reinventando o Ensino Médio, em particular os resultados dos estudos realizados por esse órgão gestor ao final do primeiro ano da universalização do programa.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

André Quintão, presidente.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 2.109/2014

Comissão de Participação Popular Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 2.109/2014, de autoria de Maria de Lurdes Rodrigues Santa Gema, da 23ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude Cível, sugere alteração da finalidade da Ação 4362 - Investigação Modelo - e o aumento de sua meta



financeira em R\$150.000,00, na proposta de revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2012-2015 para o exercício de 2015.

A proposta foi apresentada em audiências públicas realizadas de 4 a 7/11/2014, em Belo Horizonte, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 5.496/2014, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2012-2015 para o exercício de 2015.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 27/11/2014, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposta em epígrafe objetiva desenvolver o Protocolo de Humanização no Atendimento às Vítimas de Violência Sexual, por meio de ações de capacitação dos agentes de segurança pública e dos atores do sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente. Para tal, solicita alteração da finalidade da Ação 4362 - Investigação Modelo - na proposta de revisão do PPAG 2012-2015 para o exercício de 2015, de modo a substituí-la por esse objetivo, e também sugere o aumento da meta financeira dessa ação em R\$150.000,00.

A proponente argumenta a favor de sua solicitação com consistente fundamentação, apontando que o referido protocolo vem sendo desenvolvido desde 2006, em consonância com as normativas federal e estadual, e suas ações têm colaborado para diminuir o processo de revitimização ao qual a grande maioria das vítimas de violência sexual é submetida ao dar entrada no sistema de segurança pública para denunciar a agressão sofrida. Aponta, ainda, que a implantação do protocolo tem contribuído para a melhora na qualidade da prova material. Realça também que, em Minas Gerais, o protocolo está implantado apenas nos hospitais de referência de Belo Horizonte e que a próxima etapa seria sua ampliação para os demais municípios ou regiões que possuem unidade ou hospital de referência.

A legislação citada pela proponente de fato embasa seu pedido: o Decreto Presidencial nº 7.958, de 2013, estabelece diretrizes para o atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais de segurança pública e da rede do SUS; a Lei Federal nº 12.845, de 2013, dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual; e o Decreto nº 46.242, de 2013, dispõe sobre o atendimento humanizado às vítimas de violência sexual e cria o Comitê Estadual de Gestão do Atendimento Humanizado às Vítimas de Violência Sexual - Ceahvis. Esse arcabouço jurídico sinaliza a relevância da questão e a necessidade do desenvolvimento de políticas públicas que visem não só a lidar de forma adequada com as vítimas de violência sexual, em particular no caso de crianças e adolescentes, bem como a reduzir o número de crimes dessa natureza mediante, entre outras ações, do tratamento tempestivo e apropriado na coleta de provas materiais.

Em face dessas considerações, opina-se que a proposição em comento deva ser acolhida na proposta de revisão PPAG 2012-2015 para o exercício de 2015. No entanto, como a sugestão de alteração da finalidade da Ação 4362 - Investigação Modelo - não se adequa ao produto dessa ação, sugere-se que ela deve ser acatada no que toca ao aumento da meta financeira dessa ação, com especificação do objeto do gasto para a capacitação dos agentes de segurança pública e dos atores do sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente, no escopo do Protocolo de Humanização no Atendimento às Vítimas de Violência Sexual.

Dessa forma, opinamos pelo acolhimento da proposta em análise na forma de emenda ao Projeto de Lei nº 5.497/2014, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2015.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 2.109/2014 na forma da emenda ao Projeto de Lei nº 5.497/2014 anexa.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2014.

Maria Tereza Lara, presidente e relatora - Fred Costa - Fabiano Tolentino.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 5.497/2014

Acréscimo:

UO beneficiada: 1511 - Polícia Civil do Estado de Minas Gerais

Ação: Investigação Modelo - Capacitação dos Agentes de Segurança Pública e dos Atores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, no Escopo do Protocolo de Humanização no Atendimento às Vítimas de Violência Sexual.

Objeto do gasto: específico

Categoria Econômica: despesas correntes Valor: R\$150.000,00

Dedução:

UO deduzida: 1991 - Reserva de Contingência

Ação: Reserva de Contingência

Categoria Econômica: a classificar Valor: R\$150.000,00

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 2.110/2014

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 2.110/2014, de autoria de Maria de Lurdes Rodrigues Santa Gema, da 23ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude Cível, sugere alteração da finalidade da Ação 4489 - Realização de Perícias Médico-Legais - e o aumento de sua meta financeira em R\$200.000,00, na proposta de revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2012-2015 para o exercício de 2015.



A proposta foi apresentada em audiências públicas realizadas de 4 a 7/11/2014, em Belo Horizonte, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 5.496/2014, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2012-2015 para o exercício de 2015.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 27/11/2014, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposta em epígrafe objetiva desenvolver o trabalho de sexologia forense junto ao Instituto Médico Legal - IML -, por meio da aquisição de equipamentos e materiais específicos para essa finalidade. Para tal, solicita alteração da finalidade da Ação 4489 - Realização de Perícias Médico-Legais - na proposta de revisão PPAG 2012-2015 para o exercício de 2015, de modo a substituí-la por esse objetivo, e também sugere o aumento da meta financeira dessa ação em R\$200.000,00.

A proponente argumenta a favor de sua solicitação com consistente fundamentação, apontando que o IML vem, desde 2006, desenvolvendo ações humanizadas de atendimento às vítimas de violência sexual, por meio da integração de suas ações com as dos hospitais de referência no atendimento às vítimas de violência sexual em Belo Horizonte. Informa também que, no âmbito do IML, vem sendo implementado o Programa de Humanização do Atendimento às Vítimas de Violência Sexual, cujo objetivo primordial é a coleta precoce de evidências, com a preservação e rastreabilidade, uma vez que o exame médico da vítima é realizado em ambiente hospitalar, evitando seu comparecimento para novo exame nos postos médico-legais e permitindo a confecção do laudo de maneira indireta. Ressalta ainda que, para a efetiva aplicação do referido programa no âmbito do IML, são necessários equipamentos e materiais específicos para a Seção de Sexologia Forense, o que justifica a apresentação da proposta em questão.

Em sua justificativa, a proponente destaca: a Lei Federal nº 12.845, de 2013, que dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual; o Decreto Presidencial nº 7.958, de 2013, que estabelece diretrizes para o atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais de segurança pública e da rede do Sistema Único de Saúde; e o Decreto nº 46.242, de 2013, que dispõe sobre o atendimento humanizado às vítimas de violência sexual e cria o Comitê Estadual de Gestão do Atendimento Humanizado às Vítimas de Violência Sexual - Ceahvis. Por fim, conclui afirmando que a aplicação do Programa de Humanização do Atendimento às Vítimas de Violência Sexual e a Seção de Sexologia Forense, no âmbito do IML, são atividades permanentes que contribuem e integram efetivamente a ação investigativa a fim de se estabelecerem as causas, circunstâncias e autoria das infrações penais que envolvem crimes contra a dignidade sexual, por meio da captação e preservação de elementos indicativos da autoria e materialidade dessas infrações.

A argumentação pela proponente de fato embasa seu pedido e aponta para a relevância da questão e a necessidade do desenvolvimento de políticas públicas que visem não só a lidar de forma adequada com as vítimas de violência sexual, bem como a reduzir o número de crimes dessa natureza mediante, entre outras ações, o tratamento tempestivo e apropriado na coleta de provas materiais. Em face dessas considerações, opina-se que a proposição em comento deva ser acolhida na proposta de revisão PPAG 2012-2015 para o exercício de 2015. No entanto, como a sugestão de alteração da finalidade da Ação 4489 - Realização de Perícias Médico-Legais - não se adéqua ao produto dessa ação, sugere-se que ela deve ser acatada no que toca ao aumento da meta financeira da ação, com especificação do objeto do gasto para a aquisição de equipamentos e materiais específicos, com vistas a propiciar o trabalho de sexologia forense junto ao IML.

Dessa forma, opinamos pelo acolhimento da proposta em análise na forma de emenda ao Projeto de Lei nº 5.497/2014, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2015.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 2.110/2014 na forma da emenda ao Projeto de Lei nº 5.497/2014 anexa.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2014.

Maria Tereza Lara, presidente e relatora - Fred Costa - Fabiano Tolentino.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 5.497/2014

Acréscimo:

UO beneficiada: 1511 - Polícia Civil do Estado de Minas Gerais

Ação: Realização de Perícias Médico-Legais - Aquisição de Equipamentos e Materiais Específicos, Com Vistas a Propiciar o Trabalho de Sexologia Forense Junto ao Instituto Médico Legal - IML.

Objeto do gasto: Específico

Categoria Econômica: DESPESAS DE CAPITAL Valor: R\$200.000,00

Dedução:

UO deduzida: 1991 - Reserva de Contingência

Ação: Reserva de Contingência

Categoria Econômica: A CLASSIFICAR Valor: R\$200.000,00

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 2.112/2014

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 2.112/2014, de autoria de Marcos Vinicius Dias Nunes, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais - Fetaemg -, e outros, sugere alteração do Programa 161 - Desenvolvimento Sustentável da



Agricultura Familiar - na proposta de revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2012-2015 para o exercício de 2015, com vistas à implantação de projetos voltados à apicultura, plantas medicinais, multiplicação e distribuição de sementes crioulas para semiárido e fomento ao Programa Agroecológico Integrado e Sustentável - País.

À proposta em tela foi anexada a Proposta de Ação Legislativa nº 2.108/2014, de Agmar Pereira Lima, do Conselho Municipal de Assistência Social, que sugere alteração da Ação 4008 - Apoio às Parcerias Fundiárias e Ações de Cidadania - na proposta de revisão do PPAG 2012-2015 para o exercício de 2015, para apoiar atividades produtivas em territórios tradicionais, com ampliação de meta financeira.

As propostas foram apresentadas por meio eletrônico no Portal da Assembleia Legislativa, ou em audiência pública realizada no período de 4/11 a 7/11/2014, em Belo Horizonte, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 5.496/2014, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2012-2015 para o exercício de 2015.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 22/11/2014, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O fomento à produção da agricultura familiar, objeto da Ação 4114 - Fomento à Atividade Produtiva e à Organização da Agricultura Familiar -, fundamenta-se, antes de tudo na articulação da produção com a comercialização e busca "incentivar e fomentar projetos produtivos da agricultura familiar e suas organizações, priorizando a adoção da agroecologia, ampliando a produção alimentar e agregação de valor de seus produtos", como é citado na finalidade da ação.

Nas sugestões feitas nas audiências e nas contribuições recebidas por meio virtual, diversas entidades e pessoas da sociedade civil sugeriram ações com focos específicos, uns na agroecologia, outros na produção de ervas medicinais, outros ainda na distribuição de sementes crioulas. Chamou-se ainda atenção para a necessidade de linha de trabalho mais focada nos assentamentos rurais e para o estímulo à operação de agroindústrias, eventualmente já beneficiárias de recursos públicos para sua instalação.

Entendemos, no entanto, que todas essas ações especificadas pelos proponentes estão previstas ou encontram encaixe na finalidade da ação. Observe-se que a linha de ação do Programa 161 - Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar - é a orientação e preparação dos agricultores e suas entidades para que se organizem e busquem financiamento nos programas direcionados para a agricultura familiar, o que dificulta a aplicação direta de recursos públicos para beneficiar um determinado projeto ou agroindústria.

Sob esses conceitos e direcionamentos estratégicos, optamos por apoiar as demandas apresentadas, com alocação de maior volume de recursos na ação, com base no orçamento do ano corrente.

Dessa forma, opinamos pelo acolhimento da proposta em análise na forma de emendas ao Projeto de Lei nº 5.496/2014, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2012-2015, para o exercício de 2015, e ao Projeto de Lei nº 5.497/2014, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2015 e de requerimentos com pedido de providências à Subsecretaria de Agricultura Familiar e Regularização Fundiária, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 2.112/2014 na forma das emendas aos Projetos de Lei nºs 5.496/2014 e 5.497/2014 e dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2014.

Maria Tereza Lara, presidente e relatora - Fred Costa - Fabiano Tolentino.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nºs 2.108/2014, de autoria de Agmar Pereira Lima, do Conselho Municipal de Assistência Social, e outros, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Subsecretaria de Agricultura Familiar e Regularização Fundiária, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, pedido de providências com vistas à aquisição de equipamentos e insumos para apoiar, no Município Ouro Verde de Minas, o funcionamento de agroindústria para beneficiamento de cana-de-açúcar, adquirida por meio do PCPR.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

André Quintão, presidente.

Justificação: A fábrica tem como finalidade fortalecer a associação Irmandade dos Quilombolas Afrodescendentes do Quilombo Santa Cruz - Aquiloafros -, localizada no Quilombo Santa Cruz, Município de Ouro Verde de Minas, e promover o desenvolvimento sustentável agregando valor à matéria-prima local, de forma a diminuir o êxodo rural.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 2.112/2014, de autoria de Marcos Vinicius Dias Nunes, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Subsecretaria de Agricultura Familiar e Regularização Fundiária, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, pedido de providências com vistas ao fomento à apicultura e ao cultivo de ervas medicinais, ao desenvolvimento de projetos agroecológicos integrados sustentáveis - País - e à distribuição de sementes crioulas.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

André Quintão, presidente.

Justificação: A solicitação está em consonância com a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (Lei nº 21.146, de 2014).

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 5.496/2014

Programa: 161 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA FAMILIAR -
Ação: 4114 - FOMENTO À ATIVIDADE PRODUTIVA E À ORGANIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR
Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2015	Financeiras 2015
Estadual	7	700.000,00

Cancelamento Compensatório:

Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 600.000,00

Justificativa: As demandas apresentadas pelos proponentes estão previstas ou encontram encaixe na finalidade da ação. Assim apresenta-se a emenda para ampliar a ação.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 5.497/2014

Acréscimo:

UO beneficiada: 1231 - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Ação: Fomento à Atividade Produtiva e à Organização da Agricultura Familiar

Objeto do gasto: Genérico

Categoria Econômica: DESPESAS CORRENTES Valor: R\$600.000,00

Dedução:

UO deduzida: 1991 - Reserva de Contingência

Ação: Reserva de Contingência

Categoria Econômica: A CLASSIFICAR Valor: R\$600.000,00

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 2.114/2014**Comissão de Participação Popular
Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 2.114/2014, de autoria de Marcos Vinicius Dias Nunes, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais - Fetaemg -, sugere alteração da Ação 4184 - Conservação e Revitalização de Bacias Hidrográficas - na proposta de revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2012-2015 para o exercício de 2015, para contemplar toda a bacia hidrográfica do Rio Jequitinhonha.

A proposta foi apresentada por meio eletrônico no Portal da Assembleia Legislativa, ou em audiência pública realizada no período de 4/11 a 7/11/2014, em Belo Horizonte, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 5.496/2014, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2012-2015, para o exercício de 2015.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 27/11/2014, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposta em análise busca destinar recursos para a revitalização de rios da bacia do Rio Jequitinhonha, em especial do Rio Araçuaí. A Ação 4184 - Conservação e Revitalização de Bacias Hidrográficas -, da proposta de revisão do PPAG 2012-2015 para o exercício de 2015, objetiva recuperar, prevenir, preservar e conservar bacias hidrográficas por meio de ações integradas e permanentes, que promovam a melhoria da disponibilidade hídrica, em quantidade e qualidade, e ainda das condições socioambientais da bacia.

A ação, tal qual prevista, não contempla a região do Vale do Jequitinhonha, mas somente as regiões Central, Alto Paranaíba, Centro-Oeste, Noroeste e Norte do Estado. De acordo com os dados do Sistema Estadual de Informações sobre Saneamento - Seis -, pouco mais de 40% da população da região do Vale do Jequitinhonha/Mucuri é atendida por rede de esgotamento sanitário. Há de ressaltar que ter ou não um sistema de esgotamento sanitário pode ser considerado um primeiro indicador de qualidade socioambiental de um município.

No que se refere ao abastecimento de água, a região do Vale do Jequitinhonha/Mucuri atende pouco mais de 60% de sua população. Trata-se da região de planejamento do Estado que apresenta o menor percentual de pessoas atendidas por esse serviço.

Esses dados alertam para o fato de que a região do Vale do Jequitinhonha/Mucuri não pode ser ignorada em ação que busca a conservação e a revitalização de bacias no Estado, motivo pelo qual opinamos que também ela seja contemplada pela ação. Portanto, entendemos que deve ser incluída a região do Jequitinhonha/Mucuri na Ação 4184, com meta física de 3 bacias conservadas e revitalizadas e meta financeira de R\$210.000,00.

Dessa forma, opinamos pelo acolhimento da proposta em análise na forma de emendas ao Projeto de Lei nº 5.496/2014, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2012-2015, para o exercício de 2015, e ao Projeto de Lei nº 5.497/2014, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado

para o exercício de 2015, e ainda na forma de requerimento solicitando o encaminhamento de pedido de providências à Fundação Rural Mineira - Ruralminas -, para que inclua a região do Jequitinhonha/Mucuri com meta física de 3 bacias conservadas e revitalizadas e meta financeira de R\$210.000,00 na Ação 4184 - Conservação e Revitalização de Bacias Hidrográficas -, da proposta de revisão do PPAG 2012-2015, para o exercício de 2015.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 2.114/2014 na forma das emendas aos Projetos de Lei nºs 5.496/2014 e 5.497/2014 e do requerimento anexos.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2014.

Maria Tereza Lara, presidente e relatora - Fred Costa - Fabiano Tolentino.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 2114/2014, de Marcos Vinícius Dias Nunes, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais - Fetaemg -, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Fundação Rural Mineira - Ruralminas - pedido de providências para que viabilize a revitalização da Bacia do Rio Jequitinhonha, em especial do Rio Araçuai, incluída na Ação 4184 - Conservação e Revitalização de Bacias Hidrográficas -, da proposta de revisão do PPAG 2012-2015, para o exercício de 2015.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

André Quintão, presidente.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 5.496/2014

Programa: 130 - INFRAESTRUTURA RURAL

Ação: 4184 - CONSERVAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2015	Financeiras 2015
Alto Paranaíba	1	90.000,00
Central	2	670.000,00
Centro Oeste	5	2.141.590,00
Jequitinhonha / Mucuri	3	210.000,00
Noroeste de Minas	2	800.000,00
Norte de Minas	10	2.400.000,00

Cancelamento Compensatório:

Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 210.000,00

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 5.497/2014

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundação Rural Mineira

Objeto do Gasto: 4184 - Conservação e Revitalização de Bacias Hidrográficas - Recurso para Mobilização e Estudos Iniciais para a Revitalização de Três Bacias no Jequitinhonha/Mucuri. (despesas correntes)

Região beneficiada: Jequitinhonha / Mucuri

Unidade(s) Orçamentária(s) Deduzida(s): Reserva de Contingência

Proj.(s) / Ativ.(s) Deduzida(s): de Contingência - Valor: R\$ 210.000,00

Valor total das emendas: Valor: R\$ 210.000,00

Valor total das deduções da Reserva de Contingência: Valor: R\$ 210.000,00

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 2.116/2014

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 2.116/2014, de autoria de Guilherme Gonçalves Rabelo, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais - Fetaemg -, e outros, sugere alteração da Ação 4115 - Apoio à Comercialização da Agricultura Familiar - na proposta de revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2012-2015 para o exercício de 2015, para ampliação de metas física e financeira e de regionalização.

As propostas foram apresentadas por meio eletrônico no Portal da Assembleia Legislativa, ou em audiência pública realizada no período de 4/11 a 7/11/2014, em Belo Horizonte, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 5.496/2014, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2012-2015 para o exercício de 2015.



Publicada no *Diário do Legislativo* de 27/11/2014, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposta em análise é resultante da aglutinação de sugestões coletadas para revisão do PPAG 2012-2015 para o exercício de 2015, sobre atividades relacionadas com a comercialização de produtos da agricultura familiar, em especial capacitação em gestão para associações e cooperativas, criação de feira livre no Distrito de Ravena, campanha pelo estímulo ao consumo de alimentos da agricultura familiar de base agroecológica e questões relativas a escoamento da produção e canais de comércio.

A Ação 4115 - Apoio à comercialização da agricultura familiar - tem como finalidade "apoiar o processo de comercialização de produtos da agricultura familiar, de modo a proporcionar ocupação e geração de renda no campo e colaborar com a promoção da segurança alimentar e nutricional da população, proporcionando novos meios de escoamento e fortalecendo os circuitos curtos de comercialização". Como se vê, as demandas se encaixam plenamente com os objetivos da ação, não justificando a criação de ações ou mesmo ajustes de finalidade. Assim, optamos pelo incremento das metas físicas e financeiras da ação, restaurando e ampliando condições orçamentárias disponíveis em 2014.

Vale citar que a política pública praticada pelo Estado para a agricultura familiar apoia-se na promoção da organização de canais de comercialização e de entidades de produtores, assim como a articulação do setor de forma a facilitar o acesso a programas financiadores como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf - e o Programa Nacional de Alimentação Escolar - Pnae.

Dessa forma, opinamos pelo acolhimento da proposta em análise na forma de emendas ao Projeto de Lei nº 5.496/2014, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2012-2015, para o exercício de 2015, e ao Projeto de Lei nº 5.497/2014, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2015 e de requerimento com pedido de providências à Subsecretaria de Agricultura Familiar e Regularização Fundiária, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SAF-Seapa.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 2.116/2014 na forma das emendas aos Projetos de Lei nºs 5.496/2014 e 5.497/2014 e do requerimento anexos.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2014.

Maria Tereza Lara, presidente e relatora - Fred Costa - Fabiano Tolentino.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 2.116/2014, de autoria de Guilherme Gonçalves Rabelo, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais - Fetaemg -, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado ofício à Subsecretaria de Agricultura Familiar e Regularização Fundiária, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SAF-Seapa -, solicitando especial atenção para as demandas listadas a seguir:

- capacitação em gestão para associações e cooperativas da agricultura familiar;
- criação de feira livre no Distrito de Ravena, Município de Sabará;
- promoção de campanha pelo estímulo ao consumo de alimentos da agricultura familiar de base agroecológica;
- questões relativas a escoamento da produção e canais de comércio.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

André Quintão, presidente.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 5.496/2014

Programa: 161 - Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar

Ação: 4115 - Apoio à Comercialização da Agricultura Familiar

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2015	Financeiras 2015
Estadual	19	700.000,00

Cancelamento Compensatório:

Programa: 999 - Reserva de Contingência

Ação: 9999 - Reserva de Contingência

Valor (R\$): 500.000,00

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 5.497/2014

Acréscimo:

UO beneficiada: 1231 - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Ação: Apoio à Comercialização da Agricultura Familiar

Objeto do gasto: Genérico

Categoria Econômica: Despesas Correntes Valor: R\$ 500.000,00

Dedução:



UO deduzida: 1991 - Reserva de Contingência
Ação: Reserva de Contingência
Categoria Econômica: a classificar Valor: R\$ 500.000,00

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 2.124/2014

Comissão de Participação Popular Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 2.124/2014, de autoria de Aline de Freitas Veloso, da Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais - Faemg -, sugere alteração da Ação 4533 - Vigilância Sanitária Animal - e da Ação 4448 - Vigilância Sanitária Animal e Vegetal no Projeto Jaíba - na proposta de revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2012-2015 para o exercício de 2015, para ampliação de suas metas financeiras.

À proposta em tela foram anexadas duas outras: a Proposta de Ação Legislativa nº 2.125/2014, de autoria de Sarah Alves Melo Teixeira, do Núcleo Gestor da Cadeia Produtiva do Pequi e Outros Frutos do Cerrado, e outros, que sugere alteração do Programa 185 - Defesa Sanitária -, para contemplar o controle de qualidade do pequi e outros frutos do cerrado para a safra de 2015; e a Proposta de Ação Legislativa nº 2.127/2014, de autoria de Aline de Freitas Veloso, da Faemg, que sugere alteração da Ação 4102 - Fiscalização Móvel do Trânsito de Animais, Vegetais e Produtos de Origem Animal -, ampliando sua meta financeira.

As propostas foram apresentadas por meio eletrônico no Portal da Assembleia Legislativa, ou em audiência pública realizada no período de 4/11 a 7/11/2014, em Belo Horizonte, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 5.496/2014, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2012-2015 para o exercício de 2015.

Publicadas no *Diário do Legislativo* de 27/11/2014, vêm as propostas a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

As propostas em análise são resultantes da aglutinação de sugestões coletadas para revisão do PPAG 2012-2015 para o exercício de 2015, relativas às Ações 4533 - Vigilância Sanitária Animal -, 4448 - Vigilância Sanitária Animal e Vegetal no Projeto Jaíba -, 4102 - Fiscalização Móvel do Trânsito de Animais, Vegetais e Produtos de Origem Animal -, e à inclusão de novas ações no Programa 185 - Defesa Sanitária.

A Ação 4533 objetiva preservar a saúde dos animais, diminuir a taxa de morbidade e de mortalidade e aumentar a produção e a produtividade da pecuária; já a Ação 4448 se destina a preservar a sanidade animal e vegetal no Projeto Jaíba, garantindo a origem e qualidade dos produtos agropecuários. Por sua vez, a Ação 4102 aborda a fiscalização de trânsito de produtos, tanto animais como vegetais, necessária à qualidade sanitária dos produtos e da produção agropecuária.

Dois ações novas são propostas e têm como objeto o controle sanitário de produtos obtidos a partir do processamento do pequi, fruto do extrativismo no cerrado mineiro. Os autores justificam seu pleito alegando a ausência de mecanismos de controle da qualidade desses produtos para a comercialização em mercados comuns e para uso na merenda escolar.

O sistema de defesa sanitária no Brasil segue o modelo federalista, no qual as atividades de defesa sanitária são descentralizadas e há distribuição de competências. No âmbito federal, o controle sanitário de produtos de origem animal (carne, leite, ovos e derivados) é exercido pelo Serviço de Inspeção Federal, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa. No Estado, a defesa sanitária é exercida pelo Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA. No âmbito municipal, podem ser criados os Serviços de Inspeção Municipal - SIM. Esses órgãos possuem estruturas separadas para as áreas de produção animal e vegetal.

A Defesa Agropecuária atua em toda a cadeia produtiva, com foco nos processos de produção da agropecuária e na certificação, além de se ocupar da proteção do patrimônio sanitário e fitossanitário da agropecuária nacional, ou seja, da manutenção e do aprimoramento do conceito dos produtos nacionais aos olhos de todo o mundo.

Para tanto, são responsabilidades da Defesa Agropecuária: efetuar a prevenção, o controle e a erradicação de doenças e pragas de animais e vegetais, assegurar a sanidade e conformidade de produtos deles derivados, bem como a sanidade e a conformidade de insumos agrícolas e pecuários.

O trabalho da Defesa Agropecuária difere do da Vigilância Sanitária por ser esta exercida pelos órgãos de saúde na fiscalização da indústria alimentícia, de medicamentos e de outros bens e serviços que possam acarretar risco à saúde pública, abrangendo também a fiscalização na venda no varejo ao consumidor.

Além da fiscalização, também é importante destacar as ações públicas de educação sanitária, de forma a trazer aos produtores a consciência da necessidade de adoção de boas práticas de produção e aos consumidores a preocupação de exigir produtos de qualidade.

No que se refere aos produtos de origem animal e aos alimentos em geral, o atendimento à legislação e à fiscalização municipal possibilita o comércio dentro do município. Analogamente, o atendimento à legislação e à fiscalização de defesa sanitária estadual possibilita o comércio no Estado, ao passo que o atendimento à legislação e à fiscalização federal permite o comércio interestadual e internacional.

Ante as obrigações e atribuições do Estado acima relacionadas e tendo em vista a escala da produção agropecuária mineira, as propostas em análise apresentam justa preocupação com a capacidade de atuação dos órgãos de controle sanitário e demandam aumento de metas física e financeira. Vale observar que o valor previsto para 2015 é inferior ao que foi proposto para 2014, no entanto a apresentação de emendas seria temerária por intervir aleatoriamente em ações que com certeza passaram por planejamento detalhado. Resta-nos, a partir desse entendimento, apresentar requerimento solicitando o envio de ofício às autoridades competentes estaduais para que deem atenção às eventuais necessidades de suplementação orçamentária no decorrer do exercício de 2015, evitando que funções de tal importância deixem de ser executadas.



Quanto às sugestões de controle sanitário do pequi e seus produtos agroindustrializados, entendemos que esses procedimentos devem ser motivo de normatização, pelo Executivo, antes de se inserirem como ações específicas no PPAG.

Vale ressaltar que a segurança, a vigilância e a educação sanitária são base para a produção no Estado de Minas Gerais e sua manutenção no mercado nacional e internacional, garantindo produtos de melhor qualidade para atender à demanda mineira, nacional e internacional e propiciando o melhor uso dos recursos naturais.

Dessa forma, opinamos pelo acolhimento da proposta em análise na forma de requerimentos solicitando: o encaminhamento de ofício à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Seapa -, ao Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA - e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - Seplag -, para que esses órgãos deem especial atenção à necessidade de suplementação orçamentária durante o exercício de 2015 para as Ações 4533 - Vigilância Sanitária Animal -, 4534 - Vigilância Sanitária Vegetal - e 4102 - Fiscalização Móvel do Trânsito de Animais, Vegetais e Produtos de Origem Animal, do Programa 185 - Defesa Sanitária -, e para a Ação 4448 - Vigilância Sanitária Animal e Vegetal no Projeto Jaíba; o encaminhamento de ofício ao IMA, com pedido de providências para estudo e, se necessário, normatização do controle sanitário do pequi e dos produtos agroindustriais que utilizam essa fruta como insumo.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 2.124/2014 na forma dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2014.

Maria Tereza Lara, presidente e relatora - Fred Costa - Fabiano Tolentino.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo às Propostas de Ação Legislativa nºs 2.124 e 2.127/2014, de autoria de Aline de Freitas Veloso, da Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais - Faemg -, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado ofício à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Seapa -, solicitando especial atenção às necessidades de suplementação orçamentária durante o exercício de 2015 para as Ações 4533 - Vigilância Sanitária Animal, 4534 - Vigilância Sanitária Vegetal e 4102 - Fiscalização Móvel do Trânsito de Animais, Vegetais e Produtos de Origem Animal, do Programa 185 - Defesa Sanitária -, e para a Ação 4448 - Vigilância Sanitária Animal e Vegetal no Projeto Jaíba.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

André Quintão, presidente.

Justificação: Considerando as obrigações e atribuições do Estado relativas ao controle sanitário de produtos de origem animal e vegetal, além da própria vigilância sanitária sobre o trânsito de animais e vegetais, e tendo em vista a capacidade de atuação dos órgãos de controle sanitário ante a escala da produção agropecuária mineira, pode ser essencial à segurança alimentar do Estado a suplementação orçamentária para as ações supracitadas no decorrer do exercício de 2015, para que funções de tal importância não deixem de ser executadas.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo às Propostas de Ação Legislativa nºs 2.124 e 2.127/2014, de autoria de Aline de Freitas Veloso, da Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais - Faemg -, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado ofício ao Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA -, solicitando especial atenção às necessidades de suplementação orçamentária durante o exercício de 2015 para as Ações 4533 - Vigilância Sanitária Animal, 4534 - Vigilância Sanitária Vegetal e 4102 - Fiscalização Móvel do Trânsito de Animais, Vegetais e Produtos de Origem Animal, do Programa 185 - Defesa Sanitária -, e para a Ação 4448 - Vigilância Sanitária Animal e Vegetal no Projeto Jaíba.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

André Quintão, presidente.

Justificação: Considerando as obrigações e atribuições do Estado relativas ao controle sanitário de produtos de origem animal e vegetal, além da própria vigilância sanitária sobre o trânsito de animais e vegetais, e tendo em vista a capacidade de atuação dos órgãos de controle sanitário ante a escala da produção agropecuária mineira, pode ser essencial à segurança alimentar do Estado a suplementação orçamentária para as ações supracitadas no decorrer do exercício de 2015, para que funções de tal importância não deixem de ser executadas.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo às Propostas de Ação Legislativa nºs 2.124 e 2.127/2014, de autoria de Aline de Freitas Veloso, da Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais - Faemg -, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado ofício à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - Seplag -, solicitando especial atenção às necessidades de suplementação orçamentária durante o exercício de 2015 para as Ações 4533 - Vigilância Sanitária Animal, 4534 - Vigilância Sanitária Vegetal e 4102 - Fiscalização Móvel do Trânsito de Animais, Vegetais e Produtos de Origem Animal, do Programa 185 - Defesa Sanitária -, e para a Ação 4448 - Vigilância Sanitária Animal e Vegetal no Projeto Jaíba.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

André Quintão, presidente.

Justificação: Considerando as obrigações e atribuições do Estado relativas ao controle sanitário de produtos de origem animal e vegetal, além da própria vigilância sanitária sobre o trânsito de animais e vegetais, e tendo em vista a capacidade de atuação dos órgãos de controle sanitário ante a escala da produção agropecuária mineira, pode ser essencial à segurança alimentar do Estado a suplementação orçamentária para as ações supracitadas no decorrer do exercício de 2015, para que funções de tal importância não deixem de ser executadas.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 2.125/2014, de autoria de Sarah Alves Melo Teixeira, da entidade Núcleo Gestor da Cadeia Produtiva do Pequi e Outros Frutos do Cerrado, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA - pedido de providências para estudo e, se necessário, normatização do controle sanitário do pequi e dos produtos agroindustriais que utilizam essa fruta como insumo.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

André Quintão, presidente.

Justificação: O crescimento do extrativismo vegetal do pequi no cerrado mineiro para processamento e venda aos mercados comuns e institucionais, em especial às escolas para uso na merenda escolar, suscita questionamentos quanto à qualidade desses produtos, o que justifica a solicitação de estudo e de eventual normatização de controle sanitário específico pelo Estado.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 2.128/2014

Comissão de Participação Popular Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 2.128/2014, de autoria de Ângela Fonseca Pego, da Prefeitura Municipal de Poté, sugere alteração da Ação 2005 - Infraestruturas do Setor Agropecuário - na proposta de revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2012-2015 para o exercício de 2015, com vistas à destinação de recursos para a aquisição de equipamento agrícola para o Município de Poté.

A proposta foi apresentada por meio eletrônico no Portal da Assembleia Legislativa ou em audiência pública realizada no período de 4 a 7/11/2014, em Belo Horizonte, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 5.496/2014, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2012-2015 para o exercício de 2015.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 27/11/2014, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Ação 2005 - Infraestruturas do Setor Agropecuário - tem por finalidade promover a implantação de infraestruturas rurais para potencializar a logística e contribuir com o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do meio rural, principalmente em estradas rurais, energia, telecomunicações, abastecimento de água tratada, saneamento e esgoto, coleta de resíduos sólidos, barragens e grandes obras do canal de irrigação e drenagem, armazéns, parques de exposições agropecuárias e leilões e acesso a serviços públicos em geral.

A proposta pede o aumento da meta financeira da ação para incluir na meta física a aquisição de uma patrulha mecanizada para o Município de Poté, pertencente à macrorregião Jequitinhonha/ Mucuri, que permita à Secretaria Municipal de Agricultura de Poté auxiliar na produção de alimentos nas pequenas propriedades rurais, gerando mais renda para as famílias locais.

Os municípios beneficiados pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2 - com até 50 mil habitantes deverão receber equipamentos para auxiliar em obras de infraestrutura nas áreas rurais e no escoamento da produção da agricultura familiar. Em Minas Gerais já foram atendidos 115 municípios pelo PAC 2. Porém, o Município de Poté ainda não foi incluído no PAC 2.

Assim, recomendamos o envio de ofício ao Ministério do Desenvolvimento Agrário solicitando a inclusão do Município de Poté no PAC 2, a partir de 2015, e à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais, solicitando apoio ao Município de Poté, com vistas a auxiliá-lo nas ações necessárias para acesso aos recursos do PAC 2.

Dessa forma, opinamos pelo acolhimento da proposta em análise na forma de requerimentos.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 2.128/2014 na forma dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2014.

Maria Tereza Lara, presidente e relatora - Fred Costa - Fabiano Tolentino.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 2.128/2014, de Ângela Fonseca Pego, da Prefeitura Municipal de Poté, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário pedido de providências para a inclusão do Município de Poté no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2 -, a partir de 2015.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

André Quintão, presidente.

**REQUERIMENTO Nº .../...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 2.128/2014, de Ângela Fonseca Pego, da Prefeitura Municipal de Poté, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais pedido de providências para apoio ao Município de Poté, com vistas à sua inclusão no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2 - do governo federal, a partir de 2015.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

André Quintão, presidente.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 2.129/2014**Comissão de Participação Popular
Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 2.129/2014, de autoria de Aline de Freitas Veloso, da Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais - Faemg -, sugere alteração da Ação 4020 - Difusão de Tecnologias Através de Ações de Transferência Tecnológica - na proposta de revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2012-2015 para o exercício de 2015, para elevação das metas física e financeira.

A proposta foi apresentada por meio eletrônico no Portal da Assembleia Legislativa ou em audiência pública realizada no período de 4/11 a 7/11/2014, em Belo Horizonte, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 5.496/2014, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2012-2015 para o exercício de 2015.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 27/11/2014, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Ação 4020 - Difusão de Tecnologias Através de Eventos Técnicos e de Cursos de Treinamento - tem por finalidade facilitar a adoção de tecnologias geradas e adaptadas para o agronegócio.

Uma das formas de se promover o fortalecimento e o crescimento da produção agropecuária é a difusão de tecnologias apresentadas em eventos e cursos de treinamento, ocasião com grande potencial para a abertura de novos mercados e trocas de experiências.

Essa ação também tem por objetivo contribuir para o aumento da produtividade e da competitividade na área rural, bem como promover o aumento do valor agregado da produção agropecuária mineira. Contudo, avalia-se que o formato adotado para a liberação dos recursos para atender os objetivos da ação não é o mais adequado para os fins a que se destina.

Assim, a proposta, que pede a elevação das metas física e financeira da Ação 4020, será acolhida neste parecer por meio de requerimento para envio ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Seapa - de ofício solicitando que sejam viabilizados recursos orçamentários de livre utilização para custeio das atividades de manutenção da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - Epamig.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 2.129/2014 na forma dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2014.

Maria Tereza Lara, presidente e relatora - Fred Costa - Fabiano Tolentino.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 2.129/2014, de Aline de Freitas Veloso, da Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais - Faemg -, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado ofício ao governador do Estado solicitando a viabilização de recursos orçamentários de livre utilização para custeio das atividades de manutenção da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - Epamig -, no rol de diretrizes do governo Executivo, para a discussão e revisão do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI - e elaboração do Plano Plurianual de Ação Governamental, a partir de 2015.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

André Quintão, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 2.129/2014, de Aline de Freitas Veloso, da Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais - Faemg -, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado ofício à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais - Seapa - solicitando a viabilização de recursos orçamentários de livre utilização para custeio das atividades de manutenção da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - Epamig -, no rol de diretrizes do governo Executivo, para a discussão e revisão do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI - e elaboração do Plano Plurianual de Ação Governamental, a partir de 2015.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

André Quintão, presidente.

**PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 2.130/2014****Comissão de Participação Popular****Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 2.130/2014, de autoria de Bruno Rodrigo Silva Diogo, do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra - MST -, e outros, sugere alteração da Ação 4255 - Legitimação de Posse em Áreas Rurais - na proposta de revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2012-2015 para o exercício de 2015, para a) aumentar sua meta física e financeira; b) direcionar investimentos que viabilizem a regularização fundiária no Distrito de Ravena, em Sabará; c) destinar recursos para retomada de estudos das terras devolutas e regulação fundiária de posseiros.

A proposta foi apresentada por meio eletrônico no Portal da Assembleia Legislativa ou em audiência pública realizada no período de 4 a 7/11/2014, em Belo Horizonte, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 5.496/2014, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2012-2015 para o exercício de 2015.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 22/11/2014, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposta em análise é resultante da aglutinação de sugestões coletadas no processo de revisão do PPAG 2012-2015 para o exercício de 2015, relativas à atividade de regularização fundiária rural, que constituem o objeto da Ação 4255 - Legitimação de Posse em Áreas Rurais.

No ano de 2013, o Estado extinguiu, por meio da Lei nº 21.082, de 27 de dezembro, o Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais - Iter -, transferindo suas atribuições para outros órgãos e entidades do Executivo. Coube à então Subsecretaria de Agricultura Familiar, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Seapa -, a atribuição de gerir a regularização fundiária rural, razão pela qual passou a se denominar Subsecretaria de Agricultura Familiar e Regularização Fundiária.

Com a perspectiva de extinção do Iter, e mesmo posteriormente à acomodação de suas atribuições em outras estruturas funcionais, a execução orçamentária da Ação 4255 vem sendo ínfima. Vale citar que a referida ação presta-se a receber recursos federais transferidos por meio de convênios e consta que, em 2014, foram devolvidos R\$ 5.972.958,00 para a União.

Considerando a dinâmica de financiamento dessa atribuição, entendemos que não se justifica a ampliação da alocação de recursos primários do Estado na ação. É necessário antes uma melhor estruturação institucional para otimizar a utilização dos recursos disponibilizados pela União.

Dessa forma, opinamos pelo acolhimento da proposta em análise na forma de requerimento com pedido de providências à Seapa, solicitando urgência na estruturação institucional para dar operacionalidade às atividades de regularização fundiária no âmbito da secretaria, com vistas a assegurar-lhe condições de executar recursos arrecadados via convênio com a União.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 2.130/2014 na forma do requerimento anexo.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2014.

Maria Tereza Lara, presidente e relatora - Fred Costa - Fabiano Tolentino.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 2.130/2014, de autoria de Bruno Rodrigo Silva Diogo, do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra - MST -, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado ofício à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Seapa -, solicitando urgência na estruturação institucional para dar operacionalidade às atividades de regularização fundiária no âmbito da secretaria, com vistas a assegurar-lhe condições de executar recursos arrecadados via convênio com a União, dando especial atenção aos processos no Distrito de Ravena, Município de Sabará.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

André Quintão, presidente.

Justificação: Ante a expectativa de extinção do Iter e posteriormente à acomodação de suas atribuições em outras estruturas funcionais, observa-se que a execução orçamentária da Ação 4255 vem sendo muito baixa, em especial pelo fato de que essa ação se presta a receber recursos federais transferidos por meio de convênios com a União, os quais vêm sendo devolvidos por causa da não execução das despesas.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 2.134/2014**Comissão de Participação Popular****Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 2.134/2014, de autoria de Aline de Freitas Veloso, da Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais - Faemg -, sugere alteração da Ação 4126 - Subvenção do Seguro Rural - na proposta de revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2012-2015 para o exercício de 2015, para ampliação das metas física e financeira.

A proposta foi apresentada por meio eletrônico no Portal da Assembleia Legislativa, ou em audiência pública realizada no período de 4 a 7/11/2014, em Belo Horizonte, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 5.496/2014, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2012-2015 para o exercício de 2015.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 27/11/2014, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Ação 4126 - Subvenção do Seguro Rural -, que se pretende alterar, objetiva garantir ao produtor rural cobertura quanto às perdas decorrentes de fenômenos naturais adversos, proporcionando estabilidade de renda, geração de empregos e desenvolvimento tecnológico.

O governo federal é responsável pelo Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural - PSR -, que fornece ao produtor auxílio financeiro para reduzir os custos de contratação - o governo paga ao produtor de 30% a 70% do valor da contratação do seguro. O governo do Estado, por meio do Programa Minas + Seguro (Subvenção ao Seguro Rural), fornece uma complementação extra a essa subvenção, no valor de 20% a 25% da contratação.

A partir do final de dezembro de 2013, foi observada em Minas Gerais uma estiagem atípica, que se prolongou até o final de 2014, comprometendo a produção agropecuária no Estado. Em decorrência, vêm sendo observadas safras reduzidas e aumento do custo de produção, com prejuízos para os produtores e para a população em geral, dada a elevação dos preços no varejo.

A Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial da ALMG realizou, em 26/4/2014, uma audiência pública visando ao acompanhamento das políticas públicas relacionadas às cadeias produtivas da agropecuária, em especial para debater os problemas e dificuldades ocasionados pela estiagem na agropecuária mineira e as ações governamentais para enfrentá-los.

As entidades presentes à audiência salientaram que a repercussão da estiagem na agropecuária apresenta, além dos impactos imediatos de perda da produção, consequências que se prolongam a médio e longo prazo, resultando principalmente em descapitalização e endividamento para os produtores. Diante desse cenário, fica clara a insuficiência de instrumentos estruturais de enfrentamento da crise, como crédito rural, seguro agrícola e renegociação das dívidas, em especial dos recursos alocados para a subvenção do seguro rural. No entanto, dada a amplitude do problema e a impossibilidade de dispormos de cálculo técnico de necessidades, o que só poderia ser feito pelos órgãos públicos ou por entidades representativas do segmento agrícola que acompanham as expectativas de safra e problemas a elas relacionados, sugerimos encaminhamento de ofício pedindo especial atenção à necessidade de suplementação orçamentária da Ação 4126 durante o exercício de 2015.

Dessa forma, opinamos pelo acolhimento da proposta em análise na forma de requerimento para envio de ofício ao secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, solicitando especial atenção para a necessidade de suplementação das metas física e financeira da Ação 4126, em razão de estiagem prologada e da expectativa de aumento da demanda.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 2.134/2014 na forma do requerimento anexo.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2014.

Maria Tereza Lara, presidente e relatora - Fred Costa - Fabiano Tolentino.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 2.134/2014, de Aline de Freitas Veloso, da Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais - Faemg -, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado ofício ao secretário de Estado de Agricultura, Pecuária, Abastecimento, solicitando especial atenção para demanda por suplementação das metas física e financeira da Ação 4126 - Subvenção do Seguro Rural -, em razão de estiagem prologada observada a partir de dezembro de 2013 e da expectativa de aumento da demanda.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

André Quintão, presidente.

Justificação: A partir do final de dezembro de 2013, foi observada uma estiagem atípica em Minas Gerais, que se prolongou até o final de 2014, comprometendo a produção agropecuária no Estado. Em decorrência, vêm sendo observadas safras reduzidas e aumento do custo de produção, com prejuízos para os produtores e para a população em geral, dada a elevação dos preços no varejo. Diante desse cenário, fica clara a insuficiência de instrumentos estruturais de enfrentamento da crise, como crédito rural, seguro agrícola e renegociação das dívidas, em especial dos recursos alocados para a subvenção do seguro rural.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 2.137/2014

Comissão de Participação Popular Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 2.137/2014, de autoria da Sra. Aline de Freitas Veloso, da Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais - Faemg -, sugere a elevação da meta financeira da Ação 4132 - Feira Agropecuária Superagro -, da proposta de revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2012-2015, para o exercício de 2015.

A proposta foi apresentada por meio eletrônico no Portal da Assembleia Legislativa ou em audiência pública realizada no período de 4 a 7/11/2014, em Belo Horizonte, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 5.496/2014, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2012-2015, para o exercício de 2015.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 27/11/2014, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Ação 4132 - Feira Agropecuária Superagro - objetiva contribuir para a ampliação de mercado do agronegócio mineiro, a partir de um evento de grandes proporções que divulgue os seus produtos e possibilite a realização de negócios para o incremento da atividade.



Em 2013, no período de 29 de maio a 9 de junho, foi realizada em Belo Horizonte a 9ª Edição da Superagro, que recebeu cerca de 70 mil visitantes, numa extensa programação, tendo movimentado cerca de R\$ 6,2 milhões, com sete leilões realizados e vários negócios prospectados pelos expositores.

Este ano, devido aos eventos ligados à Copa do Mundo, as entidades organizadoras optaram por não realizar a Superagro.

As feiras setoriais da agropecuária, tanto a Agriminas, focada na agricultura familiar, quanto a Superagro, de âmbito geral, são instrumentos de política pública que visam promover a produção mineira, gerar oportunidades de comercialização, difundir tecnologia e valorizar a atividade rural por meio da informação à sociedade.

A meta financeira prevista para execução da ação em 2015 é de apenas R\$ 2.000,00, insuficiente para uma efetiva realização da feira.

Dessa forma, opinamos pelo acolhimento da proposta em análise na forma de emenda ao Projeto de Lei nº 5.497/2014, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2015 e de requerimento ao secretário de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, informando que a emenda apresentada para a realização da Superagro equivale ao valor da emenda destinada à realização da Agriminas.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 2.137/2014 na forma da emenda ao Projeto de Lei nº 5.497/2014 e do requerimento anexo.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2014.

Maria Tereza Lara, presidente e relatora - Fred Costa - Fabiano Tolentino.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 2.137/2014, de Aline de Freitas Veloso, da Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais - Faemg -, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado ofício ao secretário de Estado de Agricultura, Pecuária, Abastecimento, informando que a emenda apresentada para a realização da Superagro equivale ao valor da emenda destinada à realização da Agriminas.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

André Quintão, presidente.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 5.497/2014

PROGRAMA 169 - DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO MINEIRO

Valor: R\$ 408.000,00

Unidade Orçamentária Beneficiária: Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Seapa

Objeto do Gasto: 4132 - Feira Agropecuária Superagro (despesas correntes)

Região beneficiada: Central

Unidade(s) Orçamentária(s) Deduzida(s): Reserva de Contingência

Proj.(s) / Ativ.(s) Deduzida(s): de Contingência - Valor: R\$408.000,00

Valor total das emendas: Valor: R\$408.000,00

Valor total das deduções da Reserva de Contingência: Valor: R\$408.000,00

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 2.147/2014

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 2.147/2014, de autoria de Marlon Moreira Barbosa, da entidade Território da Cidadania do Médio Jequitinhonha, sugere alteração do Programa 177 - Minas Sem Fome - na proposta de revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental -PPAG - 2012-2015 para o exercício de 2015, para incluir ação com vistas a garantir recursos destinados à aquisição de balanças para pesar bovinos nas comunidades Barbosa, Funil e Tuntum, em Virgem da Lapa.

A proposta foi apresentada por meio eletrônico no Portal da Assembleia Legislativa, ou em audiência pública realizada no período de 4/11 a 7/11/2014, em Belo Horizonte, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 5.496/2014, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2012-2015, para o exercício de 2015.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 27/11/2014, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposta em análise objetiva a aquisição de três balanças para pesar bovinos, no âmbito do Programa Minas sem Fome, para as comunidades Barbosa, Funil e Tuntum, em Virgem da Lapa.

A pesagem dos animais é de fundamental importância para a venda de bovinos. O proponente justifica a demanda ressaltando que as três comunidades são referência na produção bovina, mas, como não possuem balança para pesar os animais, os produtores utilizam balanças de terceiros, o que onera o custo.

Além de necessárias para o manejo tecnificado do rebanho (peso ao nascer, peso à desmama, peso ao sobreano e peso final), as pesagens são importantes para verificar o ganho de peso dos animais, avaliar peso de novilhas para acasalamento e peso para venda ou abate. Este último é de suma importância para os pecuaristas familiares, que, em sua maioria, não dispõem de balança, vendem

animais por unidade (cabeça) sem pesá-los, recebendo um valor normalmente inferior ao que seria obtido na venda por quilograma de peso vivo.

Dessa forma, opinamos pelo acolhimento da proposta em análise na forma de requerimento solicitando o encaminhamento de ofício ao secretário de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas Gerais - Sedinor - e ao diretor-geral do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas - Idene.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 2.147/2014 na forma dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2014.

Maria Tereza Lara, presidente e relatora - Fred Costa - Fabiano Tolentino.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 2.147/2014, de Marlon Moreira Barbosa, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado ofício ao secretário de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas Gerais - Sedinor - solicitando sejam oferecidas aos agricultores familiares e a suas associações ou cooperativas nas comunidades de Barbosa, Funil e Tuntum, no Município de Virgem da Lapa, orientações e apoio nos encaminhamentos para aquisição de balança para bovinos ou para acesso subsidiado ao serviço de pesagem de bovinos.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

André Quintão, presidente.

Justificação: A pesagem dos animais é de fundamental importância para a venda de bovinos. Além de necessárias para manejo técnico do rebanho (peso ao nascer, peso à desmama, peso ao sobreano e peso final), as pesagens são importantes para verificar o ganho de peso dos animais, avaliar peso de novilhas para acasalamento e peso para venda ou abate. Este último é de suma importância para os pecuaristas familiares, que, em sua maioria, não dispõem de balança, vendem animais por unidade (cabeça) sem pesá-los, recebendo um valor normalmente inferior ao que seria obtido na venda por quilograma de peso vivo.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 2.147/2014, de Marlon Moreira Barbosa, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado ofício ao diretor-geral do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas - Idene - solicitando sejam oferecidas aos agricultores familiares e a suas associações ou cooperativas nas comunidades de Barbosa, Funil e Tuntum, no Município de Virgem da Lapa, orientações e apoio nos encaminhamentos para aquisição de balança para bovinos ou para acesso subsidiado ao serviço de pesagem de bovinos.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

André Quintão, presidente.

Justificação: A pesagem dos animais é de fundamental importância para a venda de bovinos. Além de necessárias para manejo técnico do rebanho (peso ao nascer, peso à desmama, peso ao sobreano e peso final), as pesagens são importantes para verificar o ganho de peso dos animais, avaliar peso de novilhas para acasalamento e peso para venda ou abate. Este último é de suma importância para os pecuaristas familiares, que, em sua maioria, não dispõem de balança, vendem animais por unidade (cabeça) sem pesá-los, recebendo um valor normalmente inferior ao que seria obtido na venda por quilograma de peso vivo.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 2.151/2014

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 2.151/2014, de autoria de Paola Domingues Botelho Reis de Nazareth, sugere alteração da Ação 4055 - Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei - Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Semiliberdade - na proposta de revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2012-2015 para o exercício de 2015, para ampliação das metas físicas e financeiras para atendimento de adolescentes em cumprimento de semiliberdade.

A proposta foi apresentada em audiências públicas realizadas de 4 a 7/11/2014, em Belo Horizonte, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 5.496/2014, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2012-2015 para o exercício de 2015.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 27/11/2014, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em apreço objetiva alterar a legislação orçamentária do Estado de modo a possibilitar a ampliação das metas físicas e financeiras para atendimento de adolescentes em cumprimento de semiliberdade, buscando-se implementar essa política pública em várias regiões do Estado.

A medida socioeducativa da semiliberdade está prevista no art. 120 do Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, que estabelece que ela pode ser determinada desde o início ou constituir uma forma de transição para as medidas socioeducativas em regime aberto. Infelizmente, é crônica a falta de vagas de semiliberdade no Estado, razão pela qual é providencial a proposição em exame.

Saliente-se que o Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo, que está sob consulta pública, prevê, se aprovado nos termos previstos atualmente, a inauguração de 11 novas unidades de atendimento socioeducativo em regime de semiliberdade, nos próximos anos, nos Municípios de Sete Lagoas, Ribeirão das Neves, Divinópolis, Pirapora, Montes Claros, Teófilo Ottoni, Patrocínio, Uberlândia, Uberaba, Unai e Ipatinga.

Dessa forma, opinamos pelo acolhimento da proposta em análise na forma de emendas ao Projeto de Lei nº 5.496/2014, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2012-2015, para o exercício de 2015, e ao Projeto de Lei nº 5.497/2014, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2015. Também opinamos pela apresentação de requerimentos para envio de ofícios à Secretaria de Defesa Social - Seds - e à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. No primeiro, é informada a significativa presença de sugestões direcionadas à ampliação do sistema socioeducativo. No mesmo pedido, requer-se ainda seja solicitada especial atenção para a estruturação da rede de atendimento de medidas de semiliberdade. No segundo requerimento, solicitam-se parcerias para a ampliação do sistema socioeducativo de medidas de semiliberdade do Estado e de medidas em meio aberto nos municípios mineiros.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 2.151/2014 na forma das emendas aos Projetos de Lei nºs 5.496 e 5.497/2014 e dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2014.

Maria Tereza Lara, presidente e relatora - Fred Costa - Fabiano Tolentino.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 5.496/2014

Programa: 020 - INFRAESTRUTURA DE DEFESA SOCIAL -

Ação: 4055 - ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI - CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE SEMILIBERDADE

Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2015	Financeiras 2015
Central	150	11.706.945,00
Centro Oeste	16	2.000.000,00
Jequitinhonha / Mucuri	0	0,00
Mata	35	2.798.565,00
Norte de Minas	0	0,00
Rio Doce	15	1.199.385,00
Triângulo	0	0,00

Cancelamento Compensatório:

Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 2.000.000,00

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 5.497/2014

Acréscimo:

UO beneficiada: 1451 - Secretaria de Estado de Defesa Social

Ação: Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei - Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Semiliberdade

Objeto do gasto: Genérico

Categoria Econômica: DESPESAS CORRENTES Valor: R\$ 2.000.000,00

Dedução:

UO deduzida: 1991 - Reserva de Contingência

Ação: Reserva de Contingência

Categoria Econômica: A CLASSIFICAR Valor: R\$ 2.000.000,00

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 2.151/2014, apresentada por Paola Domingues Botelho Reis de Nazareth, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências à Secretaria de Estado de Defesa Social informando sobre a significativa presença de sugestões direcionadas à ampliação do sistema socioeducativo em diversos municípios do Estado, colhidas pela Assembleia Legislativa por meio eletrônico e em audiências públicas realizadas com a finalidade de receber sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 5.496/2014, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2012-2015 para o exercício de 2015.

Requer ainda seja solicitada especial atenção para a estruturação da rede de atendimento de medidas de semiliberdade.



Sala das Reuniões, ... de ... de ...
André Quintão, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 2.151/2014, apresentada por Paola Domingues Botelho Reis de Nazareth, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, solicitando a realização de parcerias para a ampliação, no sistema socioeducativo do Estado, das vagas de semiliberdade e das medidas em meio aberto nos municípios mineiros.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...
André Quintão, presidente.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 2.158/2014

Comissão de Participação Popular Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 2.158/2014, de autoria de Paola Domingues Botelho Reis de Nazareth e outros, sugere alterações na Ação 1206 - Modernização do Sistema Socioeducativo - da proposta de revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2012-2015 para o exercício de 2015, com vistas a ampliar sua meta física, alterar seu produto e finalidade e desmembrá-la para a criação de ação destinada exclusivamente à construção de novos centros de internação.

A proposta é resultante da aglutinação de sugestões apresentadas por meio eletrônico no Portal da Assembleia Legislativa e em audiências públicas realizadas no período de 4 a 7/11/2014, em Belo Horizonte, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 5.496/2014, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2012-2015 para o exercício de 2015.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 27/11/2014, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposta em análise é resultante da aglutinação de sugestões coletadas por meio eletrônico e durante as audiências públicas de revisão do PPAG 2012-2015 para o exercício de 2015, com vistas a ampliar sua meta física, alterar seu produto e finalidade e desmembrá-la para a criação de ação destinada exclusivamente à construção de novos centros de internação.

Basicamente são três os objetivos reunidos na proposição. O primeiro e mais significativo é garantir mais recursos para promover o atendimento aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em regime fechado, em várias cidades do Estado. O segundo é a criação de ação específica no orçamento para a construção de novos centros socioeducativos e a alteração do produto da Ação 1206, medidas que visam tornar mais transparente a evolução da construção e a reforma de centros de internação. O terceiro objetivo é garantir a realização de cursos profissionalizantes para os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação.

Conforme o art. 227 da Constituição Federal, é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los à salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

A Lei Federal nº 8.069, de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA -, define crianças e adolescentes como pessoas em condição peculiar de desenvolvimento, que demandam proteção integral e prioritária por parte da família, da sociedade e do Estado. O ECA os define, ainda, como sujeitos de direitos e estabelece uma política de atendimento composta de medidas protetivas, socioeducativas e pertinentes aos pais e responsáveis. A efetivação dos direitos da criança e do adolescente é dever da família, da comunidade, da sociedade e do poder público.

Ainda conforme o ECA, verificada a prática de ato infracional por parte dos adolescentes, a autoridade competente poderá aplicar o cumprimento de medidas socioeducativas. A medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração e possuem cunho pedagógico.

Assim, verifica-se a necessidade de o Estado organizar e criar meios que permitam à criança e ao adolescente terem garantidos os seus direitos, assegurados pela Constituição Federal e pelo ECA. Faz-se necessário criar estrutura de atendimento qualificado aos adolescentes em conflito com a lei, bem como implantar centros socioeducativos em regiões carentes dessas unidades.

A Lei Federal nº 12.594, de 2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - Sinase -, define no art. 4º, III, como competência estadual "criar, desenvolver e manter programas para a execução das medidas socioeducativas de semiliberdade e internação".

A propositura de 12 sugestões populares tendo como foco o sistema socioeducativo em regime fechado, aglutinadas na proposição em exame, denota a grande carência de vagas do sistema em Minas Gerais, de modo que essa demanda atinge praticamente todas as regiões do Estado. O assunto também foi o mais debatido na audiência pública realizada no dia 6 de novembro de 2014, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do PPAG, no que se refere à Rede de Defesa e Segurança Pública.

Atualmente, Minas Gerais conta 19 estabelecimentos situados nos Municípios de Uberaba, Uberlândia, Patrocínio, Pirapora, Montes Claros, Sete Lagoas, Teófilo Otôni, Governador Valadares, Divinópolis, Juiz de Fora, Ribeirão das Neves e Belo Horizonte. Segundo informações repassadas pela Secretaria de Planejamento e Gestão e pela Secretaria de Defesa Social, há a previsão de construção de novos centros socioeducativos em Lavras, Betim, Bom Despacho e Araxá e previsão de ampliação de 20 vagas em

Divinópolis. Ainda segundo o Poder Executivo, as obras referentes a Passos, Vespasiano e Tupaciguara têm previsão de término em dezembro de 2014, e a implantação desses centros se dará em janeiro de 2015.

No entanto, mesmo com esses investimentos, ainda são insuficientes as vagas para atender o Estado, que tem 853 municípios. Além da construção de novas unidades, existe a demanda pela reforma de centros socioeducativos que estão funcionando em condições precárias.

Diante da grande relevância da demanda, opinamos pelo acolhimento da proposta em análise na forma de emendas ao Projeto de Lei nº 5.496/2014, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2012-2015 para o exercício de 2015, e ao Projeto de Lei nº 5.497/2014, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2015 e de requerimentos para envio de pedidos de providências à Secretaria de Defesa Social e ao Poder Executivo federal, por meio da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

O governo federal também será acionado, pois, diante da grande necessidade de investimentos no Sistema Socioeducativo do Estado, assim como considerando o elevado custo desses aportes, fazem-se necessárias parcerias com a União, à qual, segundo o art. 3º, III, da Lei nº 12.594, de 2012, compete “prestar assistência técnica e suplementação financeira aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios para o desenvolvimento de seus sistemas”.

Por fim, quanto às sugestões de alteração do produto e finalidade e de desmembramento da Ação 1206 para a criação de ação destinada exclusivamente à construção de novos centros de internação, opinamos por acolher sugestão da Secretaria de Planejamento e Gestão, segundo a qual é preferível manter a configuração atual da ação, em benefício da avaliação posterior do ciclo de planejamento governamental que se encerra em 2015. Tal desmembramento, outrossim, pode ser estabelecido no próximo PPAG, de 2016 a 2019, o que trará mais transparência para o orçamento estadual em relação ao Sistema Socioeducativo. Assim, apoiamos requerimento com essa finalidade.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 2.158/2014 na forma das emendas aos Projetos de Lei nºs 5.496 e 5.497/2014 e dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2014.

Maria Tereza Lara, presidente e relatora - Fred Costa - Fabiano Tolentino.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 5.496/2014

Programa: 020 - INFRAESTRUTURA DE DEFESA SOCIAL -
Ação: 1206 - MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO
Mudança de regionalização para: Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2015	Financeiras 2015
Alto Paranaíba	4	1.625.000,00
Central	4	1.425.000,00
Centro Oeste	2	2.275.000,00
Jequitinhonha / Mucuri	1	0,00
Mata	3	290.000,00
Noroeste de Minas	1	0,00
Norte de Minas	3	4.003.359,00
Rio Doce	4	360.000,00
Sul de Minas	1	1.200.000,00
Triângulo	3	400.000,00

Cancelamento Compensatório:

Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 2.200.000,00

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 5.497/2014

Acréscimo:

UO beneficiada: 1451 - Secretaria de Estado de Defesa Social

Ação: Modernização do Sistema Socioeducativo - R\$300.000, para Ribeirão das Neves (Justinópolis) (Central); R\$400.000, para Uberlândia (Triângulo); R\$350.000, para Governador Valadares (Rio Doce); R\$290.000, para Juiz de Fora (Mata); R\$350.000, para Montes Claros (Norte de Minas); R\$500.000, para Patos de Minas (Alto Paranaíba); e R\$10.000,00, para a Construção de um Centro Socioeducativo em Caratinga (Rio Doce).

Objeto do gasto: Específico

Categoria Econômica: DESPESAS DE CAPITAL Valor: R\$2.200.000,00



Dedução:

UO deduzida: 1991 - Reserva de Contingência

Ação: Reserva de Contingência

Categoria Econômica: A CLASSIFICAR Valor: R\$2.200.000,00

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 2.158/2014, apresentada por Paola Domingues Botelho Reis de Nazareth e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências à Secretaria de Estado de Defesa Social solicitando a oferta de cursos profissionalizantes para os adolescentes do sistema socioeducativo.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

André Quintão, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 2.158/2014, apresentada por Paola Domingues Botelho Reis de Nazareth e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências à Secretaria de Estado de Defesa Social solicitando que na elaboração do PPAG 2016-2019 sejam previstas ações diferentes para a implantação de novos centros socioeducativos e para a reforma de centros já existentes, com definição do produto “vaga criada”, na ação destinada à implantação de centros socioeducativos de internação, e com a alteração do nome e do produto da Ação 1206 para, respectivamente, “Reforma de Centros Socioeducativos” e “centro reformado”.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

André Quintão, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 2.158/2014, apresentada por Paola Domingues Botelho Reis de Nazareth e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências à Secretaria de Estado de Defesa Social solicitando planejamento para a reforma dos centros socioeducativos de Ribeirão das Neves, Uberaba, Governador Valadares, Juiz de Fora, Montes Claros e Patos de Minas.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

André Quintão, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 2.158/2014, apresentada por Paola Domingues Botelho Reis de Nazareth e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências à Secretaria de Estado de Defesa Social informando sobre a significativa presença de propostas direcionadas à ampliação do sistema socioeducativo em diversos municípios do Estado, colhidas pela Assembleia Legislativa por meio eletrônico e em audiências públicas realizadas com a finalidade de receber sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 5.496/2014, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2012-2015 para o exercício de 2015.

Requer ainda seja solicitada especial atenção para a estruturação da rede de atendimento socioeducativo, em todos os níveis: internação, semiliberdade e apoio aos municípios para as medidas em meio aberto.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

André Quintão, presidente.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 2.158/2014, apresentada por Paola Domingues Botelho Reis de Nazareth e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, solicitando a realização de parcerias para a ampliação do sistema socioeducativo em diversos municípios do Estado, com especial atenção para a ampliação de vagas de internação para adolescentes que pratiquem atos infracionais.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

André Quintão, presidente.

**PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 2.159/2014****Comissão de Participação Popular
Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 2.159/2014, de autoria de Eduardo Antônio Arantes do Nascimento, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais - Fetaemg -, sugere alteração do Programa 161 - Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar - na proposta de revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2012-2015 para o exercício de 2015, para restauração da Ação 4087 - Cadastro de Agroindústria de Pequeno Porte -, a fim de promover a regularização sanitária, tributária e fiscal.

A proposta foi apresentada por meio eletrônico no Portal da Assembleia Legislativa, ou em audiência pública realizada no período de 4/11 a 7/11/2014, em Belo Horizonte, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 5.496/2014, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2012-2015, para o exercício de 2015.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 22/11/2014, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposta em análise é resultante da aglutinação de sugestões coletadas para revisão do PPAG 2012-2015 para o exercício de 2015, relativas à restauração da Ação 4087 - Cadastro de Agroindústria de Pequeno Porte - e de sua regularização.

A Ação 4087 foi criada a partir de emenda de iniciativa popular apresentada ao Projeto de Lei nº 2.520/2011, que dispõe sobre o PPAG 2012-2015, aprovado por esta Casa em dezembro de 2011. Na ocasião, argumentou-se que o Estado deveria atuar para incentivar a inclusão, no mercado formal, dos milhares de estabelecimentos agroindustriais rurais de pequeno porte - Earpps - que estavam na clandestinidade, entendendo-se que o cadastramento seria o passo inicial para a regularização sanitária e ambiental desses empreendimentos.

Tal condição de inclusão formal foi alcançada a partir da sanção da Lei nº 19.476, de 2011, que dispõe sobre a habilitação sanitária dos Earpps no Estado. A preparação institucional, em especial a reestruturação da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Seapa -, que passou a contar com a Subsecretaria de Agricultura Familiar e Regularização Fundiária, bem como a publicação do decreto regulamentador da lei reforçaram a ideia de que deveria haver, no PPAG 2012-2015, uma ação específica para apoiar o cadastramento dos Earpps, o que foi concretizado pela aprovação da mencionada emenda de origem popular ao projeto de lei que dispunha sobre o PPAG, em fins de 2011.

Tendo em vista o fortalecimento da capacidade de atuação do poder público na extensa tarefa de inspecionar uma base de mais de 25 mil estabelecimentos agroindustriais rurais de pequeno porte (segundo levantamento da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - Emater-MG - em 2010), o governo, ao regulamentar a Lei nº 19.476, de 2011, previu a estruturação e a coordenação de um "sistema operacional de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal" (art. 2º do Decreto nº 45.821, de 2011), com base na articulação do Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA - com os órgãos municipais de agricultura. Em resumo, o Estado reconhece a dimensão extraordinária da tarefa da habilitação sanitária dos Earpps, que só se viabilizará operacionalmente com a participação de sistemas de inspeção municipais - SIMs. A ação incluída pela emenda popular no PPAG prevê o apoio à formação de consórcios municipais com esse objetivo.

Nas propostas de revisão do PPAG para os exercícios de 2013 e 2014, o governo excluiu a Ação 4087 de seu planejamento, mas devido à sua alta relevância, ela foi restaurada por meio de emenda popular. Na revisão do PPAG para o exercício de 2015, encaminhado para apreciação desta Casa, a Ação 4087 foi novamente excluída. Por entenderem ser inadequada essa exclusão, os autores, por meio da proposta de ação legislativa em comento, solicitam a sua restauração.

A exclusão de ações oriundas da aprovação de emendas populares ao projeto de lei do PPAG contraria o ideal de participação popular incentivado pela ALMG e distorce a lógica do planejamento público. Isso porque o PPAG é aprovado para o prazo de quatro anos, e as ações, ainda que inseridas por emendas populares apresentadas na ALMG, trazem previsão para todo o período. Assim, a consideração trazida por diversos gestores de programas do Executivo de que, uma vez executada a "emenda", referindo-se à execução orçamentária, a ação perde sua razão e é excluída na revisão, afronta o caráter plurianual do plano e revela o desentendimento do próprio Poder Executivo quanto ao aspecto do planejamento programático. A exclusão de ações fere também o princípio da economia processual, pois a necessidade de restaurá-las exige retrabalho de todos os órgãos envolvidos e das entidades da sociedade civil participantes para recriar o que já está pronto e funcionando.

Pelo exposto, somos favoráveis à proposição em tela, pois, como visto, ainda há grande número de empreendimentos a serem regularizados por meio da habilitação sanitária. Além desse cadastramento, a ação tem ainda a finalidade de apoiar técnica e financeiramente a formação de consórcios intermunicipais de inspeção sanitária com vistas à regularização de agroindústrias rurais de pequeno porte.

A Ação 4087 foi excluída no projeto de revisão do PPAG para 2015 com a justificativa de que seu escopo seria executado no âmbito da Ação 4549 - Inspeção de Produtos Agroindustriais - Programa 217 - Segurança de Alimentos -, que tem o Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA - como executor.

Assim sendo, sugerimos alterar a finalidade da Ação 4549, a fim de deixar claro que essa ação contemplará também o cadastramento das agroindústrias de pequeno porte, de modo a contribuir para a inclusão no mercado formal dos milhares de Earpps que estão na clandestinidade.

Sugerimos também que seja encaminhado ao IMA um requerimento informando a necessidade de que o cadastramento das agroindústrias de pequeno porte seja efetivamente executado, no âmbito da Ação 4549.

Dessa forma, opinamos pelo acolhimento da proposta em análise na forma de emenda ao Projeto de Lei nº 5.496/2014, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2012-2015, para o exercício de 2015, e do requerimento já mencionado.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 2.159/2014 na forma da emenda ao Projeto de Lei nº 5.496/2014 e do requerimento anexos.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2014.

Maria Tereza Lara, presidente e relatora - Fred Costa - Fabiano Tolentino.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 2.159/2014, de Eduardo Antônio Arantes do Nascimento, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais - Fetaemg -, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado ofício ao Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA - informando a necessidade de que o cadastramento das agroindústrias de pequeno porte seja efetivamente executado, no âmbito da Ação 4549 - Inspeção de Produtos Agroindustriais - Programa 217 - Segurança de Alimentos, tendo em vista a exclusão da Ação 4087 - Cadastro de Agroindústria de Pequeno Porte - na revisão do PPAG 2012-2015 para o exercício de 2015

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

André Quintão, presidente.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI 5.496/2014

Programa: 217 - SEGURANÇA DE ALIMENTOS -

Ação: 4549 - INSPEÇÃO DE PRODUTOS AGROINDUSTRIAIS

Mudança de finalidade:

Para: VERIFICAR A GARANTIA, POR PARTE DA INDÚSTRIA, PARA O CONSUMIDOR QUANTO À OFERTA DE ALIMENTOS SEGUROS EM CONFORMIDADE COM OS PADRÕES DE IDENTIDADE E QUALIDADE VIGENTES e realizar cadastro de agroindústrias de pequeno porte, para sua habilitação sanitária.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 2.168/2014

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 2.168/2014, para revisão do PPAG 2012-2015 para o exercício 2015, de autoria de Junior José da Silva e outros, encaminha sugestão de alteração do nome do Programa 293 - Planejamento e Gerenciamento de Serviços e Infraestrutura de Transportes e Obras Públicas -, para assegurar que a fiscalização das concessões de serviços de infraestrutura de transporte público metropolitano seja realizada pelos usuários.

A proposta foi apresentada em audiências públicas realizadas de 4 a 7/11/2014, em Belo Horizonte, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 5.496/2014, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2012-2015, para o exercício de 2015.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 22/11/2014, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposta visa a aumentar a participação dos usuários no processo de fiscalização do transporte coletivo metropolitano.

De acordo com a Lei Delegada nº 128, de 25 de janeiro de 2007, o Conselho de Transporte Coletivo Intermunicipal e Metropolitano é um órgão colegiado de natureza deliberativa, normativa e consultiva da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas - Setop -, composto por três representantes da Setop, dois representantes do Departamento de Estradas de Rodagem do estado de Minas Gerais - DER-MG -, um representante da Polícia Militar, um representante da Polícia Civil, um representante da Associação Mineira de Municípios - AMM -, um representante das prestadoras de serviço de transporte intermunicipal metropolitano de passageiros e um representante das prestadoras de serviço de transporte intermunicipal de passageiros.

Tramita na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais o Projeto de Lei nº 4.449/2013, de autoria do governador do Estado, que promove a reformulação da composição e do funcionamento do Conselho de Transporte Coletivo Intermunicipal e Metropolitano e altera sua denominação para Conselho de Transporte Intermunicipal e Metropolitano. Segundo justifica o autor, a medida visa a reformular o conselho, em sua composição e seu funcionamento, conferindo-lhe composição tripartite e paritária, com a participação do Poder Público, dos concessionários do serviço de transporte de passageiros e ainda dos usuários e da sociedade civil. O projeto prevê a ampliação da competência do Conselho e sua atuação por meio de câmaras temáticas, para favorecer deliberações e decisões sobre o funcionamento do serviço de transporte de passageiros, cuja essencialidade é inequívoca.

Entendemos que a aprovação do Projeto de Lei nº 4.449/2013 tornará mais efetiva a participação dos usuários e da sociedade civil nas questões relativas ao transporte coletivo intermunicipal e metropolitano de passageiros, atendendo a essa proposta de ação legislativa. No momento, aguarda parecer da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas.

Dessa forma, opinamos pelo acolhimento da proposta na forma de encaminhamento à Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas de pedido de providências para que emita seu parecer sobre o Projeto de Lei nº 4.449/2013.

Conclusão

Somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 2.168/2014, na forma do requerimento anexo.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2014.

Maria Tereza Lara, presidente e relatora - Fred Costa - Fabiano Tolentino.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 2.168/2014, de autoria de Junior José da Silva, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado pedido de providências à Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas para que emita seu parecer sobre o Projeto de Lei nº 4.449/2013.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

André Quintão, presidente.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 2.169/2014

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 2.169/2014, para revisão do PPAG 2012-2015 para o exercício 2015, de autoria de André Tenuta, da Ong Trem, e outros, encaminha sugestão de alteração do Programa 35 - Minas Logística - para: a) investir no transporte ferroviário de cargas, de passageiros e de turismo; b) criar o Departamento Estadual de Ferrovias - DEF; c) e redirecionar 10% do orçamento destinado a rodovias para ferrovias.

A proposta é resultante da aglutinação de sugestões apresentadas em audiências públicas realizadas de 4 a 7/11/2014, em Belo Horizonte, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 5.496/2014, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2012-2015, para o exercício de 2015.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 22/11/2014, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposta resulta da aglutinação de sugestões coletadas durante as audiências públicas de revisão do PPAG 2012-2015 para o exercício de 2015, relativas a investimento na implantação de linhas e operações ferroviárias para atender cargas de varejo e passageiros; criação do Departamento Estadual de Ferrovias - DEF - na Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas - Setop -, com alocação de recursos operacionais para mão de obra e despesas correntes; redução de 10% na dotação orçamentária para rodovias, com direcionamento deste recurso para ferrovias; e reforma e implantação de vias ferroviárias permanentes para transporte de cargas e de passageiros regulares e de turismo.

Justificam os autores que o transporte ferroviário desafoga rodovias, diminui a poluição atmosférica e o número de acidentes, barateia custos e aumenta a competitividade do Estado.

Assim, opinamos pelo acolhimento da proposta na forma de encaminhamento à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de pedido de informações sobre o Plano de Infraestrutura Ferroviária do Estado de Minas Gerais, que se encontra em fase de elaboração, e sobre os estudos de viabilidade para sua implantação nas regiões de planejamento Noroeste de Minas, Norte de Minas, Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce, conforme apresentado pelo Poder Executivo na reunião de audiência pública para a revisão do PPAG 2012-2015, para o exercício de 2015, na Rede de Desenvolvimento Sustentável.

Conclusão

Somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 2.169/2014 na forma do requerimento anexo.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2014.

Maria Tereza Lara, presidente e relatora - Fred Costa - Fabiano Tolentino.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 2.169/2014, de autoria de André Tenuta, da Ong Trem, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, pedido de informações sobre o Plano de Infraestrutura Ferroviária do Estado de Minas Gerais e sobre os estudos de viabilidade para sua implantação nas regiões de planejamento Noroeste de Minas, Norte de Minas, Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce, conforme apresentado pelo Poder Executivo na reunião de audiência pública para a revisão do PPAG 2012-2015, para o exercício de 2015, na Rede de Desenvolvimento Sustentável.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

André Quintão, presidente.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 2.170/2014

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 2.170/2014, de autoria de Roberta de Mesquita Ribeiro, sugere alteração do Programa 726 - Acesso à Justiça - na proposta de revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2012-2015 para o exercício de 2015, para criar, em seu escopo, a ação Capacitação de Defensores e Servidores, com a finalidade de "capacitar defensores e servidores em



métodos de soluções pacíficas de conflitos, como mediação, conciliação, justiça restaurativa e arbitragem, bem como em gestão pública e qualidade do atendimento, buscando prestar um serviço mais eficiente e qualificado".

A proposta foi apresentada por meio eletrônico no Portal da Assembleia Legislativa, como sugestão para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 5.496/2014, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2012-2015 para o exercício de 2015.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 27/11/2014, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposta em epígrafe objetiva promover a capacitação de defensores e servidores da Defensoria Pública de Minas Gerais nos métodos de solução extrajudicial de conflitos, como mediação, conciliação, justiça restaurativa e arbitragem, buscando uma gestão mais eficaz e de qualidade da prestação jurisdicional por meio da desjudicialização das controvérsias sobre direitos e da prestação de uma assistência jurídica mais qualificada e eficiente à população hipossuficiente do Estado. Para tal, solicita a criação da ação Capacitação de Defensores e Servidores, no âmbito do Programa 726 - Acesso à Justiça -, na proposta de revisão do PPAG 2012-2015 para o exercício de 2015, tendo como finalidade "capacitar defensores e servidores em métodos de soluções pacíficas de conflitos, como mediação, conciliação, justiça restaurativa e arbitragem, bem como em gestão pública e qualidade do atendimento, buscando prestar um serviço mais eficiente e qualificado" em todo o Estado.

Ressalte-se que a Defensoria Pública foi criada para tentar romper a barreira censitária efetivamente existente na sociedade brasileira para o exercício dos direitos, conforme indica o art. 134 da Constituição Federal que a define como "instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados". Para cumprir essa função, conforme preceitua o art. 129 da Constituição Mineira, a Defensoria Pública atua em todas as causas nas quais figurem pessoas ou grupos de pessoas em estado de necessidade por insuficiência de recursos. Em interpretação ampla, compete-lhe prestar assistência jurídica integral e gratuita aos chamados hipossuficientes, tais como idosos, crianças, adolescentes e vítimas de violência. O âmbito de atuação da instituição é amplo, perpassando as áreas cível, criminal, de execução penal, de família e sucessões, bem como a tutela coletiva.

Se, por um lado, a existência da Defensoria Pública é uma iniciativa louvável no sentido de viabilizar o acesso à justiça aos hipossuficientes e a assistência judiciária gratuita - garantia fundamental prevista constitucionalmente -, por outro é sabido que a crítica recorrente à chamada "prestação jurisdicional" (ou seja, em termos simples, como o Estado diz o direito quando há algum tipo de conflito ou controvérsia) refere-se à longa espera para que uma decisão sobre um processo judicial, em caráter definitivo, seja proferida. Essa morosidade, atestada por indicadores relativos ao funcionamento do Poder Judiciário, é muitas vezes associada à percepção de ineficiência e costuma ser atribuída a um quadro deficiente de juizes e a um número excessivo de ações e de recursos judiciais, o que vem gerando acúmulo de processos ao longo dos anos. Resta, de modo geral, a sensação de que o acesso à justiça, no sentido da prestação jurisdicional, tem sido, cada vez mais, um caminho tortuoso e com poucas perspectivas de um resultado de qualidade.

Nesse cenário, as práticas focadas na solução extrajudicial e pacífica de conflitos - como a mediação, a conciliação, a justiça restaurativa e a arbitragem - têm assumido papel de grande relevância. Guardadas as particularidades de cada um desses instrumentos, são todos caracterizados sobretudo pela rapidez e informalidade, constituindo não apenas meios legítimos para o acesso à justiça, mas também caminhos para uma prestação jurisdicional tempestiva e efetiva, os quais visam a um mesmo fim: a composição e a solução de conflitos de forma mais célere, pacífica e também justa, posto que eficaz e a tempo.

O exposto evidencia o embasamento da solicitação em tela e aponta para sua relevância, inclusive porque a Defensoria Pública, por meio de seus defensores e servidores, guarda plena legitimidade para atuar nesse campo. Além disso, tal iniciativa contribuiria tanto para fortalecer a instituição quanto para que ela possa, cada vez mais, atingir sua finalidade de propiciar o acesso à justiça aos chamados hipossuficientes, além, é claro, de viabilizar uma gestão de qualidade e mais eficaz da prestação jurisdicional, na medida em que evita a irracionalidade de gastos que oneram os cofres públicos com processos judiciais que poderiam ser resolvidos extrajudicialmente, por meio de composição ou acordo entre as partes.

Dessa forma, opinamos pelo acolhimento da proposta em análise na forma de emenda ao Projeto de Lei nº 5.496/2014, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2012-2015 para o exercício de 2015.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 2.170/2014 na forma da emenda ao Projeto de Lei nº 5.496/2014 anexa.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2014.

Maria Tereza Lara, presidente e relatora - Fred Costa - Fabiano Tolentino.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 5.496/2014

Programa: 726 - ACESSO À JUSTIÇA

Ação: ... - Capacitação de membros e servidores da Defensoria Pública

Unidade Orçamentária: 1441 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Finalidade: Promover a capacitação de defensores e servidores, com foco nos métodos de solução extrajudicial de conflitos, visando à prestação de assistência jurídica mais eficiente e qualificada à população hipossuficiente, à diminuição da judicialização de conflitos e à melhoria da gestão das atividades da Defensoria Pública.

Produto: Defensor/servidor capacitado

Unidade de medida: Defensor/servidor

Metas por região (R\$1,00)

Região	Físicas 2015	Financeiras 2015
Estadual	150	500.000,00

Cancelamento Compensatório:

Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 500.000,00

Justificativa: Subsidiar a capacitação dos defensores públicos e servidores técnicos em programas próprios e externos de capacitação com ênfase em áreas que auxiliam na gestão do crescimento evidente da Defensoria Pública de Minas Gerais e na qualidade do serviço prestado à comunidade, visando mais eficiência e qualificação. O programa de capacitação será direcionado para métodos de soluções pacíficas de conflitos (mediação, conciliação, justiça restaurativa e arbitragem), bem como em gestão pública e qualidade do atendimento.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 2.175/2014

Comissão de Participação Popular Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 2.175/2014, de autoria de Luiz Antonio Borges, sugere alteração da Rede de Desenvolvimento Rural na proposta de revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2012-2015 para o exercício de 2015, para criar o Programa Estadual de Apoio aos Territórios Rurais.

A proposta foi apresentada por meio eletrônico no Portal da Assembleia Legislativa ou em audiência pública realizada no período de 4 a 7/11/2014, em Belo Horizonte, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 5.496/2014, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2012-2015 para o exercício de 2015.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 22/11/2014, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

Tomando como exemplo o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o proponente sugere a criação de estratégia similar no Estado.

O enfoque territorial é uma estratégia essencialmente integradora de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas de intervenção, e tem na equidade, no respeito à diversidade, na solidariedade, na justiça social, no sentimento de pertencimento, na valorização da cultura local e na inclusão social as bases fundamentais para conquista da cidadania.

O objetivo dessa construção, que só se concretiza mediante amplo processo democrático, é identificar e conceber os territórios a partir da composição de identidades regionais como elemento aglutinador e promotor do desenvolvimento rural sustentável.

Destacam-se como desafios dessa estratégia a promoção e o apoio ao processo de desenvolvimento de competências humanas e institucionais nos espaços concebidos como territórios, articulando a construção e implementação de políticas públicas através da elaboração participativa de planos de desenvolvimento territorial sustentável, tendo como enfoque o fortalecimento das comunidades rurais, com ênfase na agricultura familiar.

A adoção da abordagem territorial como referência conceitual nos processos de desenvolvimento rural sustentável constitui premissa fundamental para a concepção desse espaço como unidade de planejamento, bem como do seu reconhecimento como instrumento de descentralização e de autogestão de políticas públicas.

Ocorre, porém, que a amplitude do tema e a busca pela criação de programa de governo no último ano de vigência de um PPAG, já que em 2015 o novo governo estadual terá que se debruçar na elaboração de um novo plano de longo prazo e do novo PPAG, tornam a tarefa não recomendável no presente momento. Entendemos, no entanto, que a proposta é consistente e deve ser incluída no rol de possibilidades de ação governamental no debate que antecederá a aprovação do PPAG 2016-2019, em 2015.

Dessa forma, opinamos pelo acolhimento da proposta em análise na forma de requerimento para envio de ofício à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, sugerindo a inclusão da temática "gestão por território" e "orçamento participativo" no rol de diretrizes do Executivo para a discussão e atualização do PMDI e elaboração do PPAG 2016-2019.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 2.175/2014 na forma dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2014.

Maria Tereza Lara, presidente e relatora - Fred Costa - Fabiano Tolentino.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 2.175/2014, de autoria de Luiz Antonio Borges, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de providências com vistas à inclusão da temática "gestão por território" e "orçamento participativo" no rol das diretrizes da política de desenvolvimento rural sustentável a serem consideradas pelo Executivo na discussão e na atualização do PMDI e elaboração do PPAG 2016-2019, em 2015.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

André Quintão, presidente.



Justificação: O enfoque territorial é uma estratégia essencialmente integradora de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas de intervenção, e tem na equidade, no respeito à diversidade, na solidariedade, na justiça social, no sentimento de pertencimento, na valorização da cultura local e na inclusão social as bases fundamentais para conquista da cidadania. Justifica-se, portanto, a discussão dessa temática como base para as estratégias de desenvolvimento rural sustentável no planejamento público do Estado.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 2.175/2014, de autoria de Luiz Antonio Borges, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências com vistas à inclusão da temática “gestão por território” e “orçamento participativo” no rol das diretrizes da política de desenvolvimento rural sustentável a serem consideradas pelo Executivo na discussão e na atualização do PMDI e elaboração do PPAG 2016-2019, em 2015.

Sala das Reuniões, ... de ... de ...

André Quintão, presidente.

Justificação: O enfoque territorial é uma estratégia essencialmente integradora de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas de intervenção, e tem na equidade, no respeito à diversidade, na solidariedade, na justiça social, no sentimento de pertencimento, na valorização da cultura local e na inclusão social as bases fundamentais para conquista da cidadania. Justifica-se, portanto, a discussão dessa temática como base para as estratégias de desenvolvimento rural sustentável no planejamento público do Estado.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 5.500/2014

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do deputado Tadeu Martins Leite, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação Comunitária dos Moradores de Josenópolis, com sede no Município de Josenópolis.

A matéria foi publicada no *Diário do Legislativo* de 2/10/2014 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Ação Social.

Cabe a este órgão colegiado o exame preliminar da proposição quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 5.500/2014 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Comunitária dos Moradores de Josenópolis, com sede no Município de Josenópolis.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998. Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Ressalte-se que, no estatuto constitutivo da instituição, o art. 28 veda a remuneração de seus diretores, conselheiros e associados; e o art. 32 determina que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente reverterá a entidade congênere, com personalidade jurídica e registro no Conselho Nacional de Assistência Social, ou a entidade pública.

Embora não haja óbice à tramitação da proposição, apresentamos, no final deste parecer, a Emenda nº 1, com o objetivo de adequar o nome da entidade ao consubstanciado no art. 1º de seu estatuto.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 5.500/2014 com a Emenda nº 1, a seguir apresentada.

EMENDA Nº 1

Suprima-se, na ementa e no art. 1º, a expressão “Comunitária”.

Sala das Comissões, 4 de dezembro de 2014.

Sebastião Costa, presidente - Luiz Henrique, relator - Dalmo Ribeiro Silva - Sargento Rodrigues.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 3.498/2012

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Relatório

De autoria da deputada Liza Prado, o Projeto de Lei nº 3.498/2012 dispõe sobre a reserva obrigatória de assento em teatros, cinemas, casas de *shows* e espetáculos em geral, para acompanhante de pessoa com deficiência no Estado.

A proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça, de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.



Analisado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou, vem agora o projeto a esta comissão para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, XX, do Regimento Interno.

O autor do projeto de lei em tela apresentou requerimento na reunião do dia 13/6/2013 solicitando fosse a proposição baixada em diligência ao Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Conped - para que se manifestasse sobre a viabilidade técnica da proposição.

Fundamentação

A proposição em análise visa garantir a reserva de assento em teatros, cinemas, casas de *shows* e de espetáculos em geral para o acompanhante de pessoa com deficiência. O objetivo da medida, segundo a autora, é propiciar conforto e segurança à pessoa com deficiência que necessite do auxílio de um acompanhante.

Fundamentadas no art. 227, II, da Constituição Federal, que determina que a legislação deve tratar dos critérios para construção dos logradouros e edifícios de uso público com a finalidade de garantir o acesso adequado às pessoas com deficiência, diferentes normas têm sido editadas para promover a acessibilidade. Entre elas, destaca-se a Lei Federal nº 10.098, de 19/12/2000, que estabelece critérios para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida a vias e espaços públicos, mobiliário urbano, edificações e meios de transporte e de comunicação.

O Decreto Federal nº 5.296, de 2/12/2004, ao regulamentar a Lei nº 10.098, de 19/12/2000, especifica as condições das reservas de lugares a pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive com previsão de acomodação de pelo menos um acompanhante (art. 23, § 3º). Esse mesmo decreto estabelece prazo para que as edificações de uso público e de uso coletivo façam as adequações relativas a acessibilidade previstas na lei.

No âmbito do Estado, a Lei nº 13.799, de 21/12/2000, também busca promover a acessibilidade ao indicar como um dos objetivos da política estadual dos direitos da pessoa com deficiência a facilitação do acesso a bens e serviços coletivos, com sua adequação à pessoa com deficiência, aí incluída a remoção das barreiras arquitetônicas (art. 2º, IV). Ainda em âmbito estadual, a Lei nº 11.666, de 9/12/1994, estabelece normas para facilitar o acesso das pessoas com deficiência física aos edifícios de uso público.

Verifica-se que a adequação de espaços e serviços à legislação, com o objetivo de minimizar ou suprimir os obstáculos relativos a transporte, acomodação e comunicação, tem permitido às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida participar de forma mais plena da vida em comunidade. Contudo, em função de necessidades decorrentes da própria condição associada à deficiência, muitos indivíduos podem precisar da assistência de um acompanhante para a realização de suas atividades, especialmente no que se refere a mobilidade, comunicação e cuidados pessoais. Ademais, independentemente da necessidade de apoio, a possibilidade de estar em um espaço público acompanhado é um direito que deve ser assegurado. Dessa forma, a garantia de acomodação também para o acompanhante contribui para facilitar a participação da pessoa com deficiência em eventos culturais, como proposto pelo projeto em tela.

Cumpre-nos mencionar a manifestação do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Conped -, que, em resposta à diligência, se posiciona favoravelmente à proposição, destacando o seu alinhamento à legislação federal e seu caráter inovador ao estabelecer sanções ao descumprimento do disposto na lei. O Conped destaca, assim, o potencial da proposição em promover a equidade das pessoas com deficiência.

Consta ainda da resposta à diligência a sugestão de que o acompanhante da pessoa com deficiência seja especificado como "acompanhante de apoio". Embora muitas pessoas com deficiência possam precisar de apoio para ter acesso a eventos coletivos, muitos podem fazê-lo de forma mais independente. A previsão genérica de acompanhante atenderia aquele que precisa de apoio e também aquele que tem o direito de ter a seu lado uma companhia.

Em sua análise, a Comissão de Constituição e Justiça propôs adequação do texto original à legislação estadual existente, por meio da integração da matéria proposta à Lei nº 17.785, de 23/9/2008, que estabelece diretrizes para facilitar o acesso da pessoa com deficiência ou com dificuldade de locomoção aos espaços de uso público no Estado. Essa comissão propôs ainda adequações de terminologia a fim de alinhar as expressões utilizadas na norma à legislação federal e a uma concepção mais atualizada acerca da questão da deficiência.

Entendemos que as alterações consolidadas no Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, contribuem para aprimorar a legislação em vigor, além de estender a abrangência da medida proposta aos espetáculos realizados nos diferentes espaços de uso público.

Também é oportuno ressaltar que a proposta confere destaque a mais uma garantia de promoção de acesso e inclusão social da pessoa com deficiência.

Conclusão

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.498/2012, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça

Sala das Comissões, 2 de dezembro de 2014.

Liza Prado, presidente - Luiz Henrique, relator - Luzia Ferreira.



COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

- O presidente despachou, em 4/12/2014, a seguinte comunicação:



Do deputado Anselmo José Domingos em que notifica o falecimento do Sr. Sebastião dos Reis Martins, ocorrido em 25/11/2014, em Pratinha. (- Ciente. Oficie-se.)



MANIFESTAÇÃO

MANIFESTAÇÃO

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, “b” a “d”, do Regimento Interno, a seguinte manifestação: de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 22º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 17/6/2014, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de arma, quantia em dinheiro e na prisão de um homem (Requerimento nº 8.343/2014, do deputado Cabo Júlio).



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 1º/12/2014, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos, relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Paulo Lamac

exonerando, a partir de 9/12/2014, Marília Gomes Ribeiro do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas; nomeando Philippe Hipólito Ireno Silva para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.130, de 4/5/1993, 5.179, de 23/12/1997, e 5.305, de 22/6/2007, e da Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando, a partir de 9/12/2014, Philippe Hipólito Ireno Silva do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas Sem Censura;

nomeando Marília Gomes Ribeiro para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas Sem Censura;

nomeando Pollyanna Caieira Costa para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas Sem Censura.

TERMO DE CONTRATO Nº 72/2014

Contratante: Ministério do Meio Ambiente, Banco do Brasil. Contratada: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: repasse que entre si celebram a União, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente, representado pelo Banco do Brasil, e a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, objetivando a execução de ações relativas ao programa formação de agentes populares de educação ambiental, lastreados com recursos de transferências voluntárias, consignadas no orçamento geral da União. Vigência: 27/11/2014 a 1º/12/2016. Licitação: inexigibilidade.



ERRATAS

ATA DA 75ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 3/12/2014

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 5/12/2014, na pág. 12, sob o título “REQUERIMENTOS ORDINÁRIOS”, após o resumo do Requerimento Ordinário nº 48, acrescente-se o seguinte despacho:

“(- À Comissão de Transporte.)”.

ATA DA 75ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 3/12/2014

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 5/12/2014, na pág. 14, sob o título: “Leitura de Comunicações”, onde se lê:

“5.497/2014”, leia-se:

“5.497/2014”.